

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

MARTA MOECKEL AMARAL LUSTOSA

ALIMENTAÇÃO COLETIVA NA PERSPECTIVA DA ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO
DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

RIO DE JANEIRO
2020

Marta Moeckel Amaral Lustosa

ALIMENTAÇÃO COLETIVA NA PERSPECTIVA DA ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO
DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia.

Orientador: José Carlos de Oliveira

Rio de Janeiro

2020

CIP - Catalogação na Publicação

LL972a Lustosa, Marta Moeckel Amaral
ALIMENTAÇÃO COLETIVA NA PERSPECTIVA DA
ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS
SEM TERRA (MST) / Marta Moeckel Amaral Lustosa. --
Rio de Janeiro, 2020.
284 f.

Orientador: José Carlos de Oliveira.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Decania do Centro de Ciências
Matemáticas e da Natureza, Programa de Pós-Graduação
em História das Ciências e das Técnicas e
Epistemologia, 2020.

1. Histórico da Alimentação Coletiva. 2. Alimento,
Terras, Trabalho e Lutas. 3. O Movimento dos
Trabalhadores Rurais Sem Terra. 4. A Alimentação do
Coletivo no MST. I. Oliveira, José Carlos de,
orient. II. Título.

Marta Moeckel Amaral Lustosa

ALIMENTAÇÃO COLETIVA NA PERSPECTIVA DA ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO
DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós
Graduação em História das Ciências e das Técnicas e
Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro
como requisito parcial à obtenção do título de doutora
em História das Ciências e das Técnicas e
Epistemologia.

Aprovada em 16 de dezembro de 2020 por:

Jose Carlos de Oliveira, D.Sc (HCTE/DEE/Poli/UFRJ)

Vanessa Schottz Rodrigues, D.Sc. (NUTRIÇÃO/ UFRJ MACAÉ)

Marcus Vinícius de Araújo Fonseca, D.Sc (COPPE/UFRJ)

Maria Mello de Malta, D.Sc (HCTE/UFRJ)

Fernanda Maria da Costa Vieira, D.Sc (NEPP-DH /UFRJ)

Gabriel Bianconi Fernandes, D.Sc (CTAZM)

Kelli Cristine de Oliveira Mafort, D.Sc (ENFF/MST)

RESUMO

LUSTOSA, Marta Moeckel Amaral. Alimentação Coletiva na perspectiva da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia) História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Estudo da alimentação do coletivo na perspectiva do processo organizativo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), suas interfaces com a ciência da nutrição e área de atuação do nutricionista, tendo como pano de fundo o método de organização popular. A partir do conceito de coletivo é traçado um histórico envolvendo a evolução dos sistemas de alimentação de coletividades não só dentro do contexto do campo da ciência da nutrição, como disciplina ou área de atuação do nutricionista, mas também dentro de uma perspectiva social, com o olhar no espaço coletivo, na cozinha das ocupações e das marchas. Análise dos movimentos sociais no Brasil, envolvendo a produção e distribuição de alimentos até a formação do MST e seu método de planejamento para atividades organizativas e formativas, incluindo o planejamento da alimentação do coletivo é a base para evidenciar a visão ampliada que esse Movimento persegue, incorporando o diálogo dinâmico entre teoria, prática e aspectos sociocultural, político e mesmo fisiológico. Levando em consideração as funções técnico-administrativas do nutricionista, busca-se repensar a área de atuação Nutrição em Alimentação Coletiva, que adquire significados cada vez mais amplos e complexos, para além da produção de refeições. Se traduz em ações e atividades realizadas em torno da alimentação para grupos e coletividades, sadias ou não, com o objetivo de atender às necessidades humanas em seu aspecto nutricional, orgânico, social, econômico, cultural e político, garantindo de forma consciente e responsável a segurança alimentar e nutricional, o que resulta em promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vida do indivíduo.

Palavras-chave: Alimentação Coletiva. MST. Organização. Método de Planejamento

ABSTRACT

LUSTOSA, Marta Moeckel Amaral. Collective Food from the perspective of the organization of the movement of landless rural workers (MST). Thesis (Doctorate in History of Science and Techniques and Epistemology) Federal University of Rio de Janeiro, 2020.

Study of collective feeding in the perspective of the organizational process of the Landless Rural Workers Movement (MST), its interfaces with the science of nutrition and the area of activity of the nutritionist, based on the popular organization method. From the concept of collective, a story is drawn that involves the evolution of collective food systems not only in the context of the field of nutrition sciences, as a discipline or area of activity of the nutritionist, but also in the social perspective, with a view to space collective, in kitchen of occupations and marches. The analysis of social movements in Brazil, involving the production and distribution of food until the formation of the MST and its form of planning organizational and training activities, including the planning of collective food, is the basis for showing the broader vision that this Movement chases. incorporating the dynamic dialogue between theory, practice and socio-cultural, political and even physiological aspects. Taking into account the technical-administrative functions of the nutritionist, we seek to rethink the area of action of Nutrition in Collective Food, which acquires increasingly broad and complex meanings, in addition to the production of meals. It is translated into actions and activities carried out around the feeding of groups and communities, healthy or not, with the objective of meeting human needs in their nutritional, organic, social, economic, cultural and political aspects, taking care conscious and responsible for food and nutritional security, which results in promoting the individual's health, well-being and quality of life.

Keywords: Collective Food. MST. Organization. Planning method

Dedico este trabalho...

Ao meu filho Raoni Amaral Lustosa,
militante ardoroso e amoroso às
causas dos Sem Terra.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. José Carlos de Oliveira pela oportunidade de amadurecimento e crescimento profissional, pelo carinho, respeito, incentivo e apoio durante essa longa jornada.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação de História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia pelos ensinamentos e experiências.

Aos professores Marcus Vinícius de Araújo Fonseca, Maria de Mello Malta, Vanessa Schottz Rodrigues e Fernanda Maria da Costa Vieira que muito me honraram, aceitando o convite para participar da banca examinadora.

Aos colegas do Doutorado, que dividimos trabalhos, preocupações e angústias, em especial ao Gabriel Bianconi Fernandes, agora já Doutor, e membro da banca examinadora.

À amiga Gleyse Maria Peiter, grande companheira e parceira nesta minha jornada.

Aos militantes do MST, pelo carinho com que me receberam em todas as minhas visitas nos espaços, nos eventos e assentamentos.

Ao João Pedro Stédile, da Direção Nacional do MST, pela atenção e incentivo, por indicar os caminhos para que eu pudesse desenvolver esta pesquisa.

À Kelli Mafort da Coordenação Nacional do MST por aceitar o desafio prontamente e me honrar em participar da banca examinadora.

Ao Sergio Reis Marques, o “Chocolate”, pela paciência, carinho e dedicação em responder a tantos questionamentos.

Aos companheiros Anselmo Joaquim da Silva, Jose Carlos da Silva e Relma Aparecida Cândida por abrirem suas casas, me receberem nos assentamentos e me auxiliarem na coleta de dados com seus depoimentos.

Ao meu filho Raoni Amaral Lustosa e sua companheira Stéfane Oliveira por serem quem são, militantes apaixonados e dedicados, e me levarem a embrenhar em um estudo que para muitos é incômodo, assustador e desafiador.

A todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, me ajudaram, me apoiaram, inclusive aquelas que me deixavam à mostra o orgulho de ser MST, seja nos assentamentos, na Feira Estadual da Reforma Agrária, no Espaço de Comercialização Terra Crioula, no Armazém do Campo e na preparação e entrega das Cestas da Reforma Agrária.

O que os donos da terra não sabem é que os seres sobre os
quais julgam deter os nomes, os seus serviçais, os seus
empregados, trazem, dentro de si, o maior segredo da terra:
aquela mesma semente, nascente da água, do abrigo, do
alimento.

O que os donos da terra não sabem é que a beleza, que julgam
não mais carecer para sobreviver, germina dentro de cada um
dos seres e, neles, se volta em compreensão. Esses seres,
preenchidos por beleza, se reconhecem. Esses seres, que se
reconhecem, se unem e lutam. E serão eles, os seres que
lutam, que retornarão para a terra sua semente e dela verão
brotar o seu perdão.

Marina Tavares
(escritora e militante do MST)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	20
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	20
1.2 MOTIVAÇÃO	23
1.3 OBJETIVO E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	25
1.4 MÉTODO	26
1.4.1 Identificação dos entrevistados	29
1.5 ORGANIZAÇÃO DA TESE.....	32
2. ALIMENTAÇÃO COLETIVA NA PERSPECTIVA HISTÓRICA	34
2.1 COMENSALIDADE E PARTILHA.....	34
2.2 A ALIMENTAÇÃO COLETIVA COMO ESTRATÉGIA DE GUERRA.....	38
2.3 DOS MONASTÉRIOS AOS HOSPITAIS.....	42
2.4 A INVENÇÃO DO RESTAURANTE COMO ESPAÇO URBANO.....	48
2.5 O RECONHECIMENTO DOS SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO	50
2.6 A EMERGÊNCIA DA NUTRIÇÃO.....	53
2.7 ALIMENTAÇÃO COLETIVA E SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO.....	59
2.8 SOBERANIA, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SSAN) E O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA (DHAA)	79
3. ALIMENTO, TERRA, TRABALHO E LUTAS	90
3.1 O SURGIMENTO DA AGRICULTURA E OS PRIMEIROS COLETIVOS DE TRABALHADORES AGRÍCOLAS.....	90
3.1.1 O trabalho agrícola, a escravidão e a servidão.....	92
3.1.2 Em terras brasileiras	101
3.2 AS LUTAS SOCIAIS, A LUTA PELA TERRA E AS QUESTÕES AGRÁRIAS NO BRASIL	104
3.2.1 A organização da resistência camponesa no Brasil.....	104
3.2.2 As Ligas Camponesas e outros movimentos.....	113
3.2.3 A ditadura militar e as questões agrárias.....	123
4. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST	131
4.1 GÊNESE, NATUREZA E EVOLUÇÃO	131

4.2 O MST E SEUS FILÓSOFOS.....	153
4.3 A COMPLEXIDADE, A ORDEM E A DESORDEM	166
4.4 A ORGANIZAÇÃO E OS PRINCÍPIOS ORGANIZATIVOS	170
4.4.1 A Estrutura Organizativa.....	175
4.4.2 As Instâncias de Representação	181
4.4.3 Os princípios organizativos das instâncias.....	184
4.5 O MÉTODO DE PLANEJAMENTO.....	187
4.5.1 Método	187
4.5.1.1 As diretrizes do método.....	189
4.5.1.2 Os dois eixos.....	189
4.5.2 Roteiro Básico na Formulação de Métodos de Planejamento.....	190
4.6 A DIALÉTICA COMO MÉTODO DE ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO DO MST.....	193
5. O PROCESSO ORGANIZATIVO DA ALIMENTAÇÃO DO COLETIVO.....	196
5.1 A ALIMENTAÇÃO DO COLETIVO NA FORMA E MOVIMENTO	196
5.2 A COZINHA DE OCUPAÇÃO	198
5.3 AS COZINHAS ITINERANTES DAS MARCHAS	201
5.4 A SEGURANÇA DO ALIMENTO EM QUESTÃO.....	222
5.5 A ABRANGÊNCIA DO MÉTODO DE PLANEJAMENTO.....	225
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	232
7. REFERENCIAS	238
8. ANEXOS	252

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 01:** Quadro Santa Ceia no Refettorio Gastromotiva
- Figura 02:** Ceia de Natal para moradores de rua/2016 no Refettorio
- Figura 03:** Abadia de Cluny no ano de 910 d.C., em Borgonha, França
- Figura 04:** Restaurante Central do SAPS Praça da Bandeira, 1940
- Figura 05:** Almoço no Restaurante Central do SAPS, 1940
- Figura 06:** Preparação de marmitas na Cozinha Distrital n°1 Mooca/ SP, 1947
- Figura 07:** Refeitório Industrial da Standard Oil Co. of Brasil São Paulo/SP,1948
- Figura 08:** Alimentação coletiva e sua relação com as políticas e estratégias públicas de alimentação – Linha do tempo
- Figura 09:** Parte dos colonos da região de Canudos, depois de capturados e reunidos pelo exército da época
- Figura 10:** Seguidores do beato José Lourenço no Sítio Caldeirão
- Figura 11:** Trabalhadores agrícolas pedem reforma agrária durante sessão do 1º Congresso
- Figura 12:** Missa dos sem-terra no acampamento da Fazenda Sarandi
- Figura 13:** Mobilização dos sem-terra no acampamento da Fazenda Sarandi
- Figura 14:** Preparo de refeições no acampamento da Sarandi
- Figura 15:** Distribuição de refeições no acampamento da Sarandi
- Figura 16:** Refeições no acampamento da Sarandi
- Figura 17:** Conflito entre os índios e colonos em Nonoai
- Figura 18:** Exemplos de contribuições de outras ciências à Agroecologia
- Figura 19:** Produção de tomate no assentamento Irmã Dorothy – Quatis/RJ
- Figura 20:** Produção de repolho agroecológico no assentamento Irmã Dorothy – Quatis/RJ
- Figura 21:** Produção de beterrabas agroecológicas no assentamento Irmã Dorothy – Quatis/RJ
- Figura 22:** Produção de alfaces agroecológicas no assentamento Irmã Dorothy – Quatis/RJ
- Figura 23:** Ocupação da fazenda Annoni em 1985
- Figura 24:** Capa da Tribuna Metalúrgica de 18 de abril de 1997
- Figura 25:** Instâncias de Representação do MST
- Figura 26:** Cozinha do Acampamento Manuel Congo/ Valença – RJ
- Figura 27:** Marcha Nacional pela Reforma Agrária em 2005

Figura 28: Marcha Nacional pela Reforma Agrária em 2005

Figura 29: Organização das equipes por cores na Marcha 2005

Figura 30: Distribuição de água com carro pipa na Marcha 2005

Figura 31: Marmitas em espera para distribuição no acampamento da Marcha

Figura 32: Organização para a distribuição das marmitas no acampamento da Marcha

Figura 33: Distribuição das marmitas no acampamento da Marcha

Figura 34: Marmita almoço de um dia na Marcha

Figura 35: Momentos de estudo no acampamento da Marcha

Figura 36: Momentos de estudo no acampamento da Marcha

Figura 37: Pré-preparo de saladas

Figura 38: Pré-preparo da guarnição aipim

Figura 39: Pré-preparo de vegetais

Figura 40: Preparo de feijão

Figura 41: Grupo de preparo do arroz (1)

Figura 42: Grupo de preparo do arroz (2)

Figura 43: Grupo de preparo do arroz (3)

Figura 44: Grupo de preparo da guarnição

Figura 45: Grupo de higienização de utensílios

Figura 46: Integrante do grupo de higienização de utensílios

Figura 47: A coordenação de cozinha

Figura 48: Transporte de alimentos de um dos doadores

Figura 49: Chegada dos alimentos no espaço de cozinha (1)

Figura 50: Chegada dos alimentos no espaço de cozinha (2)

Figura 51: Chegada dos alimentos no espaço de cozinha (3)

Figura 52: Preparo do arroz Terra Livre

Figura 53: Colheita do arroz Terra Livre

Figura 54: Chegada de refeições no acampamento

Figura 55: Distribuição de almoço no acampamento (1)

Figura 56: Distribuição de almoço no acampamento (2)

Figura 57: Distribuição de almoço no acampamento (3)

Figura 58: Distribuição de almoço no acampamento (4)

Figura 59: Distribuição de almoço no acampamento (5)

Figura 60: Distribuição de almoço no acampamento (6)

Figura 61: Almoço no acampamento

Figura 62: Preparo do café

Figura 63: Preparo do desjejum

Figura 64: Marcha Lula Livre – Mapa e Percurso

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: Principais aspectos que caracterizam as dimensões alimentar e nutricional

QUADRO 02: Evolução comparativa das cozinhas nas três principais Marchas do MST

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
ACB	Ação Católica Brasileira
ACO	Ação Católica Operária
ALF	Associação dos Lavradores Fluminenses
ALICO	Alimentação Coletiva
AP	Ação Popular
BA	Bahia Estado Brasileiro
BM	Banco Mundial
BPN	Boas Práticas Nutricionais
CANG	Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CE	Ceará Estado Brasileiro
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CFN	Conselho Federal de Nutricionistas
CG	Comentário Geral
CGPAN	Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CIVC	Conferência Internacional da Via Campesina
CMA	Cúpula Mundial de Alimentação
CMP	Central de Movimentos Populares
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COPPE	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional

CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCNT	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo
DTA	Doença Transmitida por Alimento
DUEFD	Declaração Universal sobre Erradicação da Fome e Desnutrição
EEAN	Escola de Enfermagem Anna Nery
EFSPRG	Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
ES	Espírito Santo Estado Brasileiro
EUA	Estados Unidos da América
FAO	<i>Food and Agricultural Organization</i>
FBSAN	Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GAPB	Guia Alimentar para a População Brasileira
GO	Goiás Estado Brasileiro
HCTE	História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia
IAPI	Instituto de Aposentadorias e de Pensões dos Industriários
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IGRA	Instituto Gaúcho de Reforma Agrária
ILPI	Instituições de Longa Permanência para Idosos
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INJC	Instituto de Nutrição Josué de Castro
INN	Instituto Nacional de Alimentação
IRGA	Instituto Rio Grandense do Arroz
ISSO	<i>International Organization for Standardization,</i>
ITA	Instituto Técnico de Alimentação

JC	Juventude Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MA	Maranhão Estado Brasileiro
MAPA	Memória da Administração Pública
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MASTER	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MASTRO	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MG	Minas Gerais Estado Brasileiro
MMTR	Movimento da Mulher Trabalhadora Rural
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MS	Ministério da Saúde
MS	Mato Grosso do Sul Estado Brasileiro
MST	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MT	Mato Grosso Estado Brasileiro
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan Americana de Saúde
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Ementa Constitucional

PIDESC	Pacto Internacional para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PME	Programa de Merenda Escolar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNRA	Plano Nacional da Reforma Agrária
PO	Pastoral Operária
POF	Pesquisa de Orçamento Familiar
PR	Paraná Estado Brasileiro
PRODEA	Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSD	Partido Social Democrático
PSL	Partido Social Liberal
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RJ	Rio de Janeiro Estado Brasileiro
RO	Rondônia Estado Brasileiro
RS	Rio Grande do Sul Estado Brasileiro
RU	Restaurante Universitário
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAPPP	Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SBA	Sociedade Brasileira de Alimentação
SC	Santa Catarina Estado Brasileiro
SCA	Serviço Central de Alimentação
SE	Sergipe Estado Brasileiro
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SESI	Serviço Social da Indústria
SOFI	<i>The State of Food Security and Nutrition in the World</i>
SOMECO	Sociedade de Melhoramentos e Colonização
SP	São Paulo Estado Brasileiro

SSAN	Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
STAN	Serviço Técnico de Alimentação Nacional
SUPRA	Superintendência da Reforma Agrária
TdL	Teologia da Libertação
UAN	Unidade de Alimentação e Nutrição
UDR	União Democrática Ruralista
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNAG	Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos de Nicaragua
UND	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional Estudantil
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
WFS	<i>World Food Summit</i>

1. INTRODUÇÃO

“A alimentação constitui a força mais tenaz que liga o grupo humano ao meio natural que lhe fornece os meios de subsistência”. **Josué de Castro**

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Por definição, **coletivo** - do latim *collectivus, collectiva, collectivum* - é um adjetivo que é capaz de abranger um grande número de pessoas e/ou coisas. É o que forma coletividade, ou provém dela; é o que pode pertencer a um grande número de pessoas: trabalho coletivo, alimentação coletiva (AMORA, 2009).

A Resolução nº 600/2018 do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) define Alimentação Coletiva como área de atuação do nutricionista que abrange o atendimento alimentar e nutricional de coletividade ocasional ou definida, sadia ou enferma, em sistema de produção por gestão própria - autogestão - ou sob a forma de concessão - gestão terceirizada -. Compete ao nutricionista, no exercício de suas atribuições em Nutrição em Alimentação Coletiva: planejar, organizar, dirigir, supervisionar e avaliar os serviços de alimentação e nutrição; realizar assistência e educação alimentar e nutricional à coletividade ou a indivíduos sadios ou enfermos em instituições públicas e privadas. São entendidas como Serviços de Alimentação Coletiva as Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN) em: empresas e instituições, hotéis, hotelaria marítima, comissarias, unidades prisionais, hospitais, clínicas em geral, hospital-dia, Unidades de Pronto Atendimento (UPA), spa clínicos, serviços de terapia renal substitutiva, Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) e similares. As atribuições do nutricionista nessa área de atuação incluem também os restaurantes comerciais e similares, bufê de eventos, serviço ambulante de alimentação, as atividades próprias da alimentação e nutrição no ambiente escolar e do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) (CFN, 2018).

Além da Nutrição em Alimentação Coletiva, outras cinco áreas de atuação do nutricionista estão definidas pelo CFN. São elas: Nutrição Clínica; Nutrição em Esportes e

Exercício Físico; Nutrição em Saúde Coletiva; Nutrição na Cadeia de Produção, na Indústria e no Comércio de Alimentos; e Nutrição no Ensino, na Pesquisa e na Extensão (CFN, 2018).

Odaleia Barbosa de Aguiar et al (2013) destacam que a expressão Alimentação Coletiva adotada pelo CFN compreende a atuação do nutricionista em todas as empresas que prestam serviços na área de produção de refeições para a alimentação fora do lar - com gestão própria ou mediante serviços concedidos a terceiros, denominada Alimentação Coletiva - e a alimentação comercial, mantendo o mesmo objetivo em comum de preparar e fornecer refeições com nível de sanidade exigido pela legislação vigente no país.

Rossana Pacheco da Costa Proença (2000) descreve Alimentação Coletiva como aquela que se refere ao atendimento de pessoas no próprio local de trabalho, abarcando as diferentes formas de servir refeições para trabalhadores; no local de ensino, que inclui refeições nas escolas públicas e privadas, nos diversos níveis, da pré-escola à universidade; no local de serviço social e saúde, englobando desde hospitais e ambulatorios até asilos e orfanatos. Inclui-se também o atendimento em outros locais, como nas prisões, comunidades religiosas e Forças Armadas. Destaca-se, ainda, o atendimento de refeições a bordo de aviões, denominado *catering*, e que, embora tenha características de alimentação comercial, caracteriza-se como Alimentação Coletiva. Para esses estabelecimentos que trabalham com produção e distribuição de alimentos para coletividades, utiliza-se a denominação comum Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN). De acordo com Edeli Simioni Abreu et al (2016) UAN é um conjunto de áreas com o objetivo de operacionalizar o provimento nutricional de coletividades. Consiste de um serviço organizado, compreendendo uma sequência e sucessão de atos destinados a fornecer refeições balanceadas em componentes essenciais para o bom funcionamento do organismo, dentro dos padrões dietéticos e higiênicos, visando atender às necessidades nutricionais de seus clientes, de modo que se ajustem aos limites financeiros da Instituição. Nesse sentido, a natureza das atividades do nutricionista perpassa a atuação como especialista em nutrição e atinge conteúdos técnico, administrativo e gerencial (ANSALONI, 1999).

Para Karla Meneses Rodrigues (2004) a Alimentação Coletiva, Alimentação Institucional, Administração de Serviços de Alimentação ou Produção são campos do conhecimento da

nutrição em que se procura racionalizar a alimentação de coletividades, tanto as sadias quanto as enfermas; racionalizar no sentido de pensar os processos produtivos de forma eficiente e eficaz, cujo local de produção seria o restaurante ou cozinha industrial de empresas públicas ou privadas.

No curso superior de Nutrição, Alimentação Coletiva se constitui uma disciplina, esta por sua vez, designa um determinado ramo do conhecimento. Como campos específicos de saber, as disciplinas se referem aos mais diversos âmbitos de produção de conhecimento ou campos de práticas.

Portanto, a definição de Rodrigues (2004) se aproxima mais de um pensar Alimentação Coletiva como um campo da nutrição aglutinador e transdisciplinar que envolve áreas da própria Nutrição - clínica, saúde coletiva, esportiva, tecnologia -, bem como outras ciências - matemática, biologia, química, física, estatística etc.- em que se procura fornecer refeições para coletividades sadias e enfermas atendendo aos preceitos básicos e com nível de sanidade satisfatório.

No pensamento do filósofo Edgar Morin (1921), a transdisciplinaridade significa mais do que disciplinas que colaboram entre elas em um projeto com um conhecimento comum a elas, mas significa também que há um modo de pensar organizador que pode atravessar as disciplinas e que pode dar uma espécie de unidade [...] “no que concerne à transdisciplinaridade, trata-se frequentemente de esquemas cognitivos que podem atravessar as disciplinas, às vezes com tal virulência, que as deixam em transe” (MORIN, 2015, p. 115).

Mas, há de se pensar Alimentação Coletiva não só como campo de conhecimento da nutrição, como também e, antes de tudo, um processo de organização, socialização, compartilhamento, sustento e fundamento para a vida e movimento, aqui em dupla conotação: movimento orgânico e movimento social. E nesse sentido, Câmara Cascudo (1898 -1986) (2004) afirma que a sociologia da alimentação decorre do próprio fundamento do ato social e que uma das grandes diferenças entre o homem e os outros animais é o momento da refeição, onde o homem imagina o que vai comer antes mesmo de fazê-lo e com quem irá fazê-lo. Os animais, ao contrário, comem para suprir uma necessidade.

1.2 MOTIVAÇÃO

Nutricionista de formação, meu foco sempre foi a produção de refeições, ramo do conhecimento no campo da nutrição que hoje denominamos Alimentação Coletiva. Descendente de italianos e alemães, a cozinha sempre me encantou e por isso escolhi essa profissão. Cozinhar, transformar e alimentar são para mim prazeres inenarráveis.

Alimentação Coletiva é definida como área de atuação do nutricionista que se configura em formas de alimentar grupos humanos, que convivem juntos uma mesma circunstância, e/ou um mesmo espaço, a exemplo das escolas, empresas, exército, hospitais etc. Em meus 40 anos de experiência nessa área vivi o despontar da profissão e o desenvolvimento do mercado de Alimentação Coletiva (ALICO) nos moldes considerados acima, no entanto, com um traço bem definido hoje em dia, a ALICO se encontra inserida em um mercado maior: o de *food service*. Essa passou a ser minha inquietação. Sem se afastar muito das considerações firmadas para ALICO, o fato essencial é que o mercado de Alimentação Coletiva passou a transformar o alimento em mercadoria e o nutricionista apenas um gestor de resultados. Com isso, o profissional que entra nessa malha, em parte substancial, vai se afastando de seus objetivos, mais genéricos, como “um processo de organização, socialização, compartilhamento, sustento e fundamento para a vida” dito acima e muitas vezes se afasta de seus princípios éticos.

Encontrar uma forma de resgatar fundamentos, saudáveis e de bem estar, da alimentação de coletividades, assim como chamar à atenção e “sacudir” meus pares para esse fim foi o que me motivou a esse estudo. E isso só poderia ser realizado em um Programa de Pós Graduação interdisciplinar, dado que a Alimentação Coletiva, já então para mim se apresentava como um campo complexo, com muitos tentáculos, tanto nos aspectos estruturantes quanto propositivos: como ele deveria ser para atender melhor a alimentação de grupos humanos. Busquei a Engenharia de Produção da UFRJ/COPPE novamente, pois foi lá, durante o meu Mestrado que identifiquei a interdisciplinaridade tão necessária na área de Alimentação Coletiva. No entanto, uma amiga me apresentou ao Prof. José Carlos de Oliveira, docente do Programa de Pós Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia - HCTE/UFRJ. Participar de

suas disciplinas como ouvinte foi um deleite, pois o tema Ciência, Tecnologia e Segurança Alimentar foi discutido em toda sua dimensão e interdisciplinaridade. Estava no lugar certo!

Para ingressar no HCTE elaborei meu projeto de estudo voltado para o aprofundamento dos caminhos que levaram o campo da ciência da nutrição ao patamar que se encontra hoje. Resgatando Liesellote Hoeschl Ornellas (1917-2017), considerada a primeira nutricionista brasileira, sua preocupação em alimentar os pequenos quando a fome e a desnutrição eram persistentes, o ato de “cuidar” que estava sempre presente em suas ações, sua solidariedade e consciência, eu me perguntava: o que leva hoje muitas nutricionistas a adotarem o fisiculturismo¹ como prática e doutrina? Por que tanta preocupação com a nutrição e estética e tão pouca com a essência do alimento? Ou então sobre comida? Por que não falar da fome ainda tão presente? Por que a área de Alimentação Coletiva é a menos desejada pelos nutricionistas?

Minhas inquietações persistem, as atitudes me incomodam, - pela inevitável contraditoriedade -, embora hoje tenha a clareza de que os caminhos da nutrição hegemonicamente seguem os caminhos do **capital**. E para mim ficou claro que eu tenha que pensar ajudar a construir formas alternativas de ALICO. E, justamente, discutindo com meu filho as formas de viver contemporâneas, as consequências do capitalismo, as pequenas forças opostas e os movimentos sociais, foi que decidi encaminhar o rumo de minha tese de forma diferente. **Raoni Amaral Lustosa**, meu filho, é militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) há uns dez anos. Para nós pais, sempre foi um motivo de preocupação, tristeza e de certa forma apreensão, pois o MST, assim como outros movimentos, vem sendo criminalizado, seus integrantes estigmatizados como bandidos, vagabundos, invasores, baderneiros, saqueadores. Mas isso eu entendo apenas hoje... trata-se de uma visão precipitada, grosseira, enviesada, marcada por interesses bem definidos de uma elite que tem, nos alimentos, um “*locus*” para precipuamente expandir o capital.

¹Fisiculturismo ou culturismo é o uso de exercícios de resistência progressiva para controlar e desenvolver os músculos do corpo, a melhor formação muscular. Um indivíduo que se engaja nesta atividade é referido como um fisiculturista. Sua disputa ocorre em apresentações coletivas ou individuais, de comparação e os critérios são: volume, simetria, proporção e definição muscular. Fonte: Disponível em: < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Fisiculturismo> > Acesso em: 29 jul.2018.

A dedicação de meu filho me fez perceber que somente me aproximaria de seus pensamentos, convicções e até mesmo de seu convívio se eu entendesse e me interessasse pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: conhecesse-os internamente, no que tange a suas lutas, pelo trabalho na terra para produção de alimentos, bem como eles próprios conduziam coletivamente a sua própria alimentação enquanto um coletivo de pessoas a se movimentar pelo país afora. E foi assim que, em uma de nossas conversas, o assunto **cozinha e alimentação do coletivo** emerge como uma explosão de ideias. Bingo! Não havia pensado nisso. Como alimentar um coletivo de 12.000 pessoas durante uma caminhada de 15 dias como foi o caso da Marcha Nacional pela Reforma Agrária realizada pelo MST em 2005? Como planejar a alimentação do coletivo na Marcha Nacional Lula Livre em agosto de 2018, em uma caminhada de 50 quilômetros durante 5 dias?

Assim, decidi percorrer a história e evolução dos sistemas de alimentação de coletividades não só dentro do contexto do campo da ciência da nutrição, como disciplina ou área de atuação do nutricionista, mas também dentro de uma perspectiva social, com o olhar no espaço coletivo, na cozinha de indivíduos – um olhar da alimentação alinhado ao “território”: pessoas, ambiente e propósito. A partir daí, utilizar-se da dialética para propor uma nova abordagem, um conceito diferente de Alimentação Coletiva, que espero, venha a contribuir não só para sanar minhas dúvidas pessoais como também para suprir a insuficiência das abordagens vigentes no campo da especialização da ciência da nutrição.

1.3 OBJETIVO E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O objetivo dessa tese é investigar o processo de organização da alimentação do coletivo no contexto do MST, ressaltando a importância do trabalho cooperativo, a transformação social, a importância do método de planejamento, o envolvimento com a terra, o alimento, a saúde e a vida. Para esse fim, procura-se responder às seguintes perguntas: Como ocorreu a criação do MST? Quais os princípios organizativos do MST e qual a correlação com o processo de alimentação do coletivo? Como se dá a hierarquização no Movimento e onde se insere a Alimentação Coletiva? Como se dá o processo organizativo de uma cozinha de ocupação? Como os grupos de trabalho nos quais se organizam as cozinhas itinerantes desenvolvem o trabalho

cooperativo? Como se dá o trabalho de formação de base nas várias frentes do Movimento? Quais as principais contribuições do MST para a conquista da soberania alimentar?

A minha tese é a de que existe uma similitude – identidade de propósitos - entre a teoria e prática propositiva do movimento (MST) e a forma como conduzem internamente suas formas de alimentar coletivamente. Ou seja, exercitam coerência entre o método de planejamento para a organização popular e para a alimentação do coletivo. É o método que auxilia a melhor direção, a fazer planejamentos coerentes com a realidade frente aos objetivos e a delegar responsabilidades e tarefas. O método é importante na formação para o processo, no aprender fazendo, partindo do princípio de que não é o discurso que diz se a prática é válida, mas sim, é a prática que diz se o discurso é válido ou não.

Na elaboração desse trabalho foi realizada pesquisa documental e bibliográfica em livros, artigos e teses acadêmicas, além de utilizar a pesquisa de campo, uma investigação empírica que inclui entrevistas a militantes do MST. Para a fundamentação teórica busca-se o diálogo entre Pedro Escudero (1887-1963) e Josué de Castro (1908-1973) no que se refere aos estudos do campo da nutrição na perspectiva social; Sandra Goulart Magalhães e Francisco de Assis Guedes de Vasconcelos no que tange à formação do nutricionista no Brasil e à origem da especialização matriz do campo da Nutrição a **Alimentação Coletiva**; Edgar Morin na questão da interdisciplinaridade e complexidade; Busca-se ainda em Karl Marx (1818-1883) o método dialético, em Florestan Fernandes (1920-1995) o diálogo com o pensamento marxista e a luta de setores populares nacionais; em Josué de Castro as conexões com a reforma agrária e por fim, João Pedro Stédile (1953) no que se refere à trajetória do MST no Brasil.

1.4 MÉTODO

Método implica um procedimento, útil, facilitador de pesquisas e narrativas, um gesto organizador de saberes, procura conciliar a multiplicidade dos fatos observados com uma unicidade que albergue, ao menos aproximadamente, a diversidade vista. Procura uma essência através dos fenômenos, sempre no afã de dar maior inteligibilidade ao observado no real. Portanto enriquece a representação. Pode e deve, a bem do entendimento, ser aplicável a todos

estudos em quaisquer circunstâncias, contudo não garante, por si só, a veracidade do conhecimento. Isso porque, a própria ideia de método não é única em sua caracterização. O método cartesiano implica em dividir, fragmentar, separar o objeto a ser investigado, torná-lo simples, com a suposição que compondo esses elementos simples, assim obtido, obtêm-se um todo compreensível.

Contudo aqui trilha-se por outro caminho - ou **método**. O caminho - **método** - que procuro traçar na exposição de minha pesquisa pode ser apresentado a seguir. Parto da ideia de que qualquer estudo de um aspecto - qualquer que seja - da realidade social, ou melhor, de ocorrências no âmbito do ser social, tem uma historicidade: fatos pretéritos encadeados no tempo.

Seja na constituição de uma Organização ou de um **Movimento**, não se observa ocorrências abruptas. Mesmo as revoluções apresentam um acúmulo de eventos, ao longo do tempo, que explicam a explosão de ocorrências. E também, a sua consolidação tem uma relação inevitável com o meio, especialmente com o ambiente sócio-bio-cultural. O particular guarda uma relação com o todo. No caso a forma e práxis da alimentação coletiva de um **Movimento** ou Organização está vinculado às características desse Movimento ou Organização. Principalmente se considerarmos a essencialidade de algumas ocorrências. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra busca trabalhar e se apossar da terra para a produção de alimentos para si e para os outros. Logo o trato com o próprio alimento, de forma responsável para continuidade da vida, deve acompanhar os objetivos propostos da luta. Algo que emerge da própria luta. Em todo sistema complexo é possível constatar que a parte apresenta uma imagem do todo, ou seja, indica que não só a parte está no todo como o todo está na parte. A cozinha do MST abriga de alguma forma as intenções, objetivos e interesses do MST, assim como o MST é posto a evoluir através do funcionamento de sua cozinha, não só, mas também.

Optou-se neste estudo por uma abordagem qualitativa, que tem por característica a obtenção de informações sobre a perspectiva dos indivíduos, bem como a interpretação do ambiente em que a problemática acontece. Isso implica dizer que o ambiente natural dos indivíduos é o ambiente da pesquisa.

Vergara (2000) propõe dois critérios de classificação para o tipo de pesquisa: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, a pesquisa pode ser classificada como: exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada e intervencionista. Quanto aos meios, pode ser distribuída em pesquisa: de campo, de laboratório, documental, bibliográfica, *ex post facto*, participante, pesquisa-ação e estudo de caso.

Considerando-se esse critério de classificação de pesquisa, tem-se:

1. Quanto aos fins - trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva. Exploratória porque, embora o MST, enquanto movimento de massas, seja alvo de pesquisas em diversas áreas de investigação, não se verificou a existência de estudos que abordem o método de planejamento de suas ações sob o ponto de vista pelo qual a pesquisa tem a intenção de abordá-lo. Descritiva, pois pretende expor as características do processo de organização da alimentação do coletivo no MST e traçar paralelos com o método de planejamento de organização popular.
2. Quanto aos meios - trata-se de uma pesquisa de campo. Uma investigação empírica onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pesquisa de campo, pois inclui entrevistas e observação participante. Coletará dados primários da alimentação dos militantes do MST em movimento.

Utilizou-se, nesta investigação, a técnica de entrevista informal com pauta e imagens fotográficas. Segundo Loizos (2002), a imagem com ou sem acompanhamento de som oferece um registro restrito, mas poderoso, das ações temporais e dos acontecimentos reais – concretos, materiais. O autor salienta que, embora a pesquisa social esteja tipicamente a serviço de complexas questões teóricas e abstratas, ela pode empregar, como dados primários, informação visual que não necessita ser nem em forma de palavras escritas, nem em forma de números.

As entrevistas foram realizadas tanto presenciais como por meio de mídias interativas, como o *WhatsApp*, e suas transcrições foram enviadas aos entrevistados para confirmação. As entrevistas presenciais ocorreram nos Assentamentos Roseli Nunes e Terra da Paz na cidade de Pirai no estado do Rio de Janeiro.

Os registros fotográficos das marchas ocorreram na Marcha Nacional pela Reforma Agrária em 2005 e na Marcha Lula Livre em 2018 e foram retiradas do documentário **MST e a Maior Marcha do Brasil, 2005** e do site <https://www.facebook.com/Celeirodememoria/> que tem como objetivo promover o acesso aos registros fotográficos dos movimentos sociais e rurais e disseminar a fotografia como instrumento pedagógico. A autoria dos registros do Celeiro de Memória é do repórter fotográfico Douglas Mansur.

1.4.1 Identificação dos entrevistados

A escolha dos entrevistados se deu pelas atividades desenvolvidas por eles e sua identificação com a cozinha do MST. João Pedro Stédile foi quem sinalizou os primeiros passos desta pesquisa indicando Sergio Reis Marques, o **Chocolate**, para fornecer as informações referentes ao processo organizativo da alimentação no MST, por ocasião do XXV Congresso Brasileiro de Nutrição realizado em junho de 2018 na cidade de Brasília. O perfil dos outros entrevistados foi definido pela participação em cozinhas das Marchas, Acampamentos e Ocupações do MST. Cabe ressaltar que, à exceção do **Chocolate**, os entrevistados já haviam sido apresentados por ocasião das inúmeras visitas desta pesquisadora ao espaço de comercialização de produtos da Reforma Agrária **Terra Crioula**, na Lapa - RJ. Raoni Amaral Lustosa foi quem sugeriu entrevistas com **Carlão** - José Carlos da Silva - e Anselmo Joaquim da Silva, pelo conhecimento que tinha de suas trajetórias de vida. Relma Aparecida Cândida Damaceno foi um **presente**, uma indicação de Anselmo por sua participação em cozinhas do MST e por toda a transformação social experimentada.

João Pedro Agustini Stédile: “Bacana sua pesquisa e deixa eu te dizer uma coisa: As Forças Armadas me convidaram para eu explicar como é que o MST consegue alimentar 12000 pessoas em movimento, com cozinhas itinerantes, se eles - as Forças Armadas - não conseguem essa organização num lócus, de forma estática. Acho que você deveria falar com o Chocolate, vou enviar o contato dele para você, ele vai poder te dar as informações que necessita” (Conversa com João Pedro em 20 de abril de 2018). João Pedro Stédile é economista, ativista e escritor brasileiro. É graduado em economia pela Pontifícia Universidade Católica do estado do Rio Grande do Sul e pós-graduado pela Universidade Nacional Autônoma do México. Fez estágio e

trabalhou como técnico da Secretaria da Agricultura, assessorou a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e participa desde 1979 das atividades da luta pela reforma agrária no País, pelo MST e pela Via Campesina. Atuou como membro da Comissão de Produtores de Uva, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul, na região de Bento Gonçalves e, juntamente com outros, começou a organizar o MST, hoje implantado e atuando em todo o território nacional. Atualmente é membro da direção nacional do MST, autor ou coautor de diversos livros sobre a questão agrária e sobre questões políticas como o socialismo e a luta de classes.

Sérgio Reis Marques (SRM): “Sou Chocolate, nome de batismo Sérgio Reis Marques, nascido em família humilde de origem camponesa, o mais velho de cinco irmãos, três meninas e dois meninos. Filho de mãe negra e pai mestiço com predominância de traços português e espanhol com miscigenação indígena. Minha história no MST passa por ter ido acampar em 01/12/1995 e a partir do segundo dia até hoje estar vinculado à estrutura de debate político organizativo. Atuei na formação de relações internacionais na área da produção e atualmente na saúde. O fato de ter características e gosto pessoal pela área da culinária me inclinou a desenvolver métodos que ajudem a potencializar esta área. Mas já é outro assunto... [...] eu sempre vivi no campo e trabalhava como assalariado rural e cheguei a conclusão de que não queria mais ser mandado e explorado desta forma. E na região tinha assentamentos que me permitia visualizar o que poderia ser pra mim”. (Entrevista com Chocolate em 18 de maio de 2018)

José Carlos da Silva (JCS): “Sou Carlão e nasci em Jacarepaguá, no Largo do Pechincha, Rio de Janeiro. Minha mãe era índia e meu pai era descendente de português. Filho de português com italiano, porém nasceu no Espírito Santo. Meus olhos claros puxei do meu pai, porém a cor da minha mãe. Todo conhecimento de ervas que eu tenho vem de origem da minha mãe que era tupi-guarani.[...]Eu conheci o MST através de movimentos sociais mesmo. Eu já fazia parte de movimentos sociais, sindicato, então eu conheci, gostei e emburaquei. Emburaquei, comecei a trabalhar já no setor de saúde em Paes Leme/RJ, assim que começou o assentamento Terra Prometida. [...]Eu amo a cozinha. Quando eu conheci o Movimento eu trabalhava como cozinheiro no Fenix, restaurante ali em Ipanema. Eu trabalho no movimento beirando 20 anos [...] Na ocupação do Terra Prometida, no dia que ocupamos lá montamos a cozinha. Não tinha ninguém para assumir a cozinha. Todo mundo correndo para fazer barraco e quase ninguém

queria assumir a cozinha. Aí eu falei: Gente eu não vou deixar as crianças com fome, eu vou assumir a cozinha, pode ser? Falaram: Pode. Assumi a cozinha ali”(Entrevista com Carlão em 27 de julho de 2019).

Anselmo Joaquim da Silva (AJS): “Nasci dentro do que se chamava coletivo na zona rural de Seropédica, no Rio de Janeiro na época da ditadura. Meu pai pegou terra lá e eu nasci lá. Quando eu tinha 4 anos meu pai foi morar na cidade, mas depois voltou e foi pegar um outro pedaço de terra no assentamento Sol da Manhã, aí eu já estava com 7 anos de idade.[...] Fiquei lá até meus 18 anos, em agosto de 1996, quando conheci o Movimento; aí fui morar na Fazenda do Salto em Barra Mansa. Essa foi a primeira ocupação que eu participei. Desde aquela época que eu tinha 7 anos a gente frequentava as cozinhas coletivas nos acampamentos. [...] Essa cozinha era um galpão dentro do acampamento, tinha as equipes que pegava lenha, as equipes que cozinhavam. Meu pai era responsável de pegar a lenha para o fogão da cozinha coletiva”. (Entrevista com Anselmo em 26 de janeiro de 2020).

Relma Aparecida Cândida Damaceno (RCD): “Trabalhei em 2003 na cozinha coletiva do acampamento em Dorândia (RJ) na beira da pista, próximo de onde é hoje o assentamento Terra da Paz. Cheguei no acampamento no dia 12 de outubro de 2003. Fiquei uns dois meses agitada porque eles estavam pensando em que núcleo iriam me encaixar. Eu vim de um relacionamento de agressão e ameaças.[...] Deixei meu trabalho de carteira assinada e fui para o acampamento que eu tinha visto em Dorândia. Cheguei lá fui recebida e apresentada ao Movimento. Eu disse: Tô dentro! Na época não tinha mais lona preta e então comprei um plástico, prego e tudo que precisava. Os homens me ajudaram a montar meu barraco.[...] Fui ficando lá e durante esse tempo fui participando dos momentos de formação. Aí passou dois meses eles criaram o núcleo de cozinha. Meu primeiro dia de cozinha eu estava tão empolgada que o meu primeiro arroz podia jogar que ele ficava, de tão papa que ele ficou. Mas eles não desanimaram não.... Daí pra frente eu sempre puxo a cozinha, pra garantir a nossa alimentação” (Entrevista com Relma em 26 de janeiro de 2020).

1.5 ORGANIZAÇÃO DA TESE

Para responder às perguntas elaboradas a tese está organizada em seis capítulos. O primeiro capítulo reúne as primeiras considerações sobre o tema Alimentação Coletiva colocando em pauta o reducionismo de seu conceito e significado. O capítulo segundo trará uma abordagem histórica da alimentação de coletividades a partir das civilizações antigas, percorrendo a era cristã, passando pelos monastérios e hospitais, incluindo a alimentação de tropas militares. A evolução desse contexto culminará nos eventos das Duas Grandes Guerras, a carência alimentar e urgência dos estudos em nutrição, o que acarretará no surgimento da especialização matriz do campo da Nutrição - **Alimentação Coletiva** -, direcionada para a administração no sentido de racionalização da alimentação de coletividades sadias e enfermas. Nesta parte serão abordadas as conexões entre Alimentação Coletiva e as políticas públicas de alimentação desde a era Vargas com a instituição da ração alimentar mínima para a população, o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), os Restaurantes Coletivos e Restaurantes Populares. Perpassará os problemas persistentes em relação à fome, a evolução dos conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e suas violações e, por fim, o direito à alimentação entre os direitos sociais e coletivos incluído recentemente na Constituição Federal.

Como base para discorrer sobre a criação do MST o terceiro capítulo trará as considerações sobre a agricultura, os primeiros coletivos de trabalhadores agrícolas, a servidão, a explosão das desigualdades, a exploração do trabalho, a mecanização, o latifúndio, a modernização e a proteção da indústria. Apresentará abordagens sobre a transformação do alimento em mercadoria, o desenvolvimento do agronegócio e a expropriação de terras, o que culminará em lutas pela terra e a tão sonhada reforma agrária. Trará um contexto histórico das resistências camponesas a exemplo de Canudos (BA), Contestado (SC/PR), Trombas e Formoso (GO), Porecatu (PR) e as Ligas Camponesas. E, por final, espera-se analisar as ações coletivas que os movimentos sociais rurais têm assumido na atualidade.

A criação do MST, sua gênese, evolução e transformação na luta pela terra no Brasil serão apresentadas no quarto capítulo. Suas características, seus princípios organizativos, as influências de pensadores nacionais e internacionais, citando apenas alguns como Karl Marx, Friedrich Engels (1820 -1895), Rosa Luxemburgo (1871 - 1919), Josué de Castro, Celso Furtado (1920 - 2004), Manuel Correia de Andrade (1922 - 2007) e Florestan Fernandes. Os pilares da agricultura camponesa, a agroecologia e as contribuições para a soberania alimentar serão discutidos nesse capítulo.

O capítulo cinco fará uma imersão na alimentação do coletivo dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O trabalho de base, o método de planejamento das cozinhas de ocupação e cozinhas itinerantes, a divisão de tarefas, a organicidade, a hierarquização. Dentro do contexto também haverá o enfoque da alimentação segura, no que tange à higiene sanitária *versus* saúde do coletivo do Movimento. Entrevistas com militantes do MST, que participaram de ocupações e marchas apresentando versões e revelando detalhes de sua participação serão apresentadas neste capítulo, visando complementar informações, não registradas em documentos, acerca da trajetória desse Movimento.

No capítulo seis serão apresentadas as considerações finais buscando uma reflexão sobre o processo de construção da política de alimentação coletiva no MST e o papel multifacetado do Nutricionista em Alimentação Coletiva, que adquire significados cada vez mais complexos.

2. ALIMENTAÇÃO COLETIVA NA PERSPECTIVA HISTÓRICA

“O homem come significados e partilha com seus pares uma infinidade de representações no ato de comer”
Claude Fischler

2.1 COMENSALIDADE E PARTILHA

As preocupações com a alimentação sempre estiveram presentes na história dos agrupamentos humanos, unidos por razões diversas. Desde os primórdios dos tempos houve monastérios, hospitais, asilos, orfanatos e forças armadas, que exigiam a produção e distribuição de alimentos em grande quantidade.

Muito antes disso, no Antigo Egito, uma multidão de trabalhadores era alimentada para garantir a construção de obras grandiosas como as pirâmides. Assegurar a cada um uma quantidade suficiente de alimentos representava uma garantia de ordem social para o Estado “ético” no qual reinava o faraó. De acordo com Edda Bresciani (1930- 2020) (2015, p. 69) é nessa perspectiva que se deve interpretar o conselho dado pelo faraó Kheti (século XXI a.C.) a seu filho Merikare sobre a maneira de controlar rebeliões: “Um pobre pode se tornar um rebelde. Acalma-se uma multidão que se rebela com comida; quando a multidão está encolerizada, devemos encaminhá-la ao celeiro.”

As grandes civilizações do Antigo Egito em ruptura com as civilizações rurais que as precederam e das quais elas procedem, são marcadas pela criação de um novo gênero de organização social, o que Lewis Mumford (1895-1990) chama de **Megamáquina**, cuja potência é simbolizada pela edificação das pirâmides egípcias. Tal **Megamáquina** era composta por uma multiplicidade de peças uniformes, especializadas e intercambiáveis, cada uma designada ao seu encargo, a seu papel, a sua tarefa particular, rigorosamente adestradas como um conjunto e coordenadas em um processo centralmente organizado e dirigido no qual cada parte comportava-se como um componente mecânico daquele todo mecanizado. “O Egito dos faraós é o maior exemplo de coordenação e mecanização da energia humana por meio de um poder político-religioso centralizado” (MUMFORD, 1967, p. 26).

Além de exercer seus poderes de polícia, de justiça, de poder militar, de administração e religião, o estado faraônico geria os estoques alimentares muito importantes, que lhe permitiam, ao mesmo tempo, controlar a divisão do produto agrícola entre as diferentes categorias sociais e manter a segurança alimentar de todos, em caso de necessidade (MAZOYER, 2010). Ornellas (1917-2017) (2000, p. 16) nos conta que “a concepção do paraíso para os egípcios era de **um campo de farta alimentação**” (grifo do autor). Aqueles que merecessem ir para o céu teriam sempre alguma coisa para comer e sua penosa experiência de miséria e fome os levava a desejar, após a morte, ir para o céu onde jamais passariam fome.

Os banquetes bíblicos fornecem inúmeros exemplos de como a vida antiga estava centrada em torno das refeições. Os casamentos, já no relato bíblico, tinham como função marcar uma passagem que, mais do que um laço afetivo, constituía um contrato, um negócio realizado a conselho de seus pais, tutores ou ancestrais. Por que a necessidade de marcar essa passagem contratual com comida? Oferecer e compartilhar comida, nesses casos, poderia simbolizar o desejo de criar laços. A comensalidade, então, funciona como um sinal da aceitação, da participação do indivíduo em determinado círculo social: uma nova família, um novo povo. Os convidados são convocados a comungar deste pão como coparticipes deste jogo de interações sociais, tendo em vista a necessidade de tornar público o contrato firmado. Não se sabe ao certo o que se consumia nos banquetes de casamentos bíblicos, porém, a exceção em termos de descrição de alimentos aparece no episódio bíblico marcado pelo milagre de multiplicação do vinho, no episódio conhecido como as Bodas de Canã (VITORINO et al, 2016).

As práticas rituais envolvem a partilha do alimento e com essa finalidade os banquetes são organizados como ligação entre o anfitrião e os convivas. Destaca-se aqui como exemplo o milagre da multiplicação do pão e dos peixes, realizado no Monte das Oliveiras. Jesus Cristo, após receber notícia da morte de João Batista, encontra um barco e vai para o deserto, porém seus discípulos e multidão vão a seu encontro. Jesus, sensibilizado com tamanha devoção, cura os enfermos presentes. Ao final, um dos discípulos pede a Jesus para deixar seu povo voltar às aldeias para comer, pois ali não havia alimento suficiente para todos. Jesus então pediu ao discípulo os pães e peixes que tinham, segurou em suas mãos, olhou para o céu, abençoou e

devolveu aos seus discípulos, que por sua vez os repassaram à multidão e todos comeram que se saciaram:

E, tendo mandado que a multidão se assentasse sobre a erva, tomou os cinco pães e os dois peixes, e, erguendo os olhos ao céu, os abençoou, e, partindo os pães, deu-os aos discípulos, e os discípulos à multidão. E comeram todos, e saciaram se; levantaram dos pedaços, que sobejaram, doze alcofas cheias - Mateus 14,19: 20 (VITORINO et al, 2016, p. 286).

Os banquetes, ou seja, as refeições solenes para muitas pessoas, desde a Idade Antiga, oferecem elementos para reflexão sobre a comensalidade. E a Bíblia, enquanto obra literária deixa pistas para a compreensão dos movimentos que instituíram tal prática de sociabilidade em torno da comida, bem como nos ajuda a refletir como eles ecoam em nossas práticas atualmente. A Santa Ceia é um exemplo de confraternização e comensalidade e sua imagem é sempre vinculada a qualquer movimento de partilha de alimento (Figuras 1 e 2). Dentro do significado da palavra comensalidade encontra-se a partilha do alimento entre duas ou mais pessoas. Apesar das mudanças ocorridas na maneira de preparar e compartilhar o alimento, o seu significado continua ultrapassando a mera necessidade fisiológica e ainda possui um sentido mais amplo, remetendo assim, às relações entre as pessoas envolvidas (MEZOMO, 2015).



Figura 01: Quadro Santa Ceia no Refettorio Gastromotiva² Figura 02: Ceia de Natal para moradores de rua/2016 no Refettorio
Fonte: Gastromotiva, 2016 Fonte: O GLOBO³, 2016

² Refettorio Gastromotiva é uma iniciativa trazida para o Brasil pelos chefs Massimo Bottura (*Food for Soul*), David Hertz (Gastromotiva) e pela jornalista Ale Forbes para contribuir na luta contra o desperdício de alimentos, má nutrição e exclusão social. Refettorio - em latim *Reficere* - significa refazer ou restaurar. O Refettorio funciona como um restaurante-escola onde chefs convidados e jovens talentos da Gastromotiva cozinham com ingredientes excedentes. Servem jantares gratuitos para população. Fonte: < <http://www.refettoriogastromotiva.org/>> Acesso em: 01set. 2017.

³ Disponível em ; < <https://oglobo.globo.com/rio/uma-ceia-de-natal-para-moradores-de-rua-transexuais-na-lapa-20692190> . Acesso em 01set. 2017.

Na Idade Média, uma das representações típicas da sociedade senhoril era o momento do banquete. A mesa farta, muitos serviçais e entretenimento (música, dança, malabarismos, mágicas) significavam a refeição preferida dos nobres e dos mais fortes. Dependendo dos hóspedes, a qualidade dos alimentos, serviços e entretenimento eram melhores ou piores, isso variava de acordo com a importância e relevância do visitante. O cardápio dos banquetes incluía aves, peixes, carnes vermelhas, cereais e frutas. Os banquetes tinham a intenção de demonstrar o poder e a influência dos senhores (MACHADO, 2007). E, embora os anfitriões ignorassem noções de higiene e de boas maneiras à mesa, estabeleceram suas próprias regras para os jantares sociais. Os banquetes, portanto, deveriam ser impecáveis. John Walker (2002, p. 7) cita algumas dessas regras:

- As refeições deveriam ser servidas no tempo certo: nem muito cedo, nem muito tarde;
- As refeições deveriam ser servidas num lugar apropriado: amplo, agradável e seguro;
- O anfitrião deveria estar sempre animado e bem-disposto;
- Os cardápios deveriam oferecer diversas opções aos convidados, de maneira que aquele que não gostasse de um determinado prato tivesse outro à disposição;
- Devia haver abundância de vinhos e bebidas;
- Os criados deveriam ser honestos e corteses;
- Deveria haver companheirismo e empatia entre os comensais;
- Devia haver instrumentos musicais e alegres canções;
- Os ambientes deveriam ser bem iluminados;
- A excelência de tudo o que fosse posto na bandeja devia ser garantida;
- Os homens deviam comer com calma e não apressadamente;
- Sem descanso nem afronta, cada um devia fazer uma prece ao jantar;
- Todo comensal devia descansar depois do banquete.

Há quem se lembre de Vatel, o cozinheiro e mestre de cerimônias do Príncipe Condé Luís II (1621-1686). O filme **Vatel - Um Banquete para o Rei** (2000) mostra as inovações criadas por Vatel para surpreender não só o paladar dos convidados, mas os demais sentidos, com a incorporação de espetáculos de teatro, dança e fogos de artifício aos banquetes, estátuas de gelo e muitas outras novidades. Baseada em fatos reais, a história se passa na França do século XVII, no Palácio de Chantilly, quando Luís II, conhecido como o “Grande Condé” decide convidar o Rei

Luís XIV (1638 - 1715), que vive em Versailles, para desfrutar de um final de semana repleto de delícias gastronômicas e diversão. Os banquetes servidos em Chantilly eram mesmo memoráveis, todos o sabiam. Para coordenar os serviços escalou o suíço François Fritz Karl Vatel (1631-1971). “Mestre dos Prazeres e das Festividades” e um dos mais disputados cozinheiros e chefe de cerimônias - *maître-des-plaisirs* - da França. No filme é possível observar além de toda a hierarquia que deveria ditar os banquetes, o cotidiano de Vatel trabalhando nos preparativos e todo o seu planejamento para alimentar e divertir 3000 pessoas. Em meio à correria da cozinha há a divisão das tarefas e setorização das produções, como uma forma de organização da cozinha. Assim como a criação de pratos altamente complexos e diversificados. Desde os primórdios da comensalidade, o reunir-se à mesa e compartilhar comida e bebida representam o estreitamento de amizade, a sacramentação de laços. Este é o foco central do filme.

Gerd Althoff (1943) (1998) caracteriza a refeição e o banquete na Idade Média como o mais eloquente símbolo de que se dispunha para expressar o compromisso de manter relações baseadas na paz e na concórdia. Os banquetes eram organizados em diversas ocasiões: quando indivíduos ou coletividades selavam a paz ou faziam alianças; quando grupos celebravam ritualmente, em datas fixas, a continuidade de seus laços; quando um acontecimento particular - batismo, casamento, sagração de um cavaleiro, investidura - exigia que as relações fossem explicitadas e reforçadas por um comportamento adequado. A refeição era conhecida como sinal de criação ou de reconhecimento de um laço social.

No entanto, quando não havia paz, e a história da humanidade é permeada de disputas políticas, de terra e poder, o alimento sempre se constituiu como o combustível de guerra.

2.2 A ALIMENTAÇÃO COLETIVA COMO ESTRATÉGIA DE GUERRA

As provisões para sustentar milhares de soldados são consideradas estratégias de guerra. O general chinês Sun Tzu (544 a.C. - 496 a.C.) escreveu em seu manual de táticas militares **A Arte da Guerra** no século VI a.C.:

O general que vence muitas batalhas faz muitos planos em seu campo antes de cada combate. O general que perde uma batalha não faz mais que poucos planos antecipadamente. Portanto, planejar bastante leva à vitória, pouco planejamento, à derrota. Mais derrotado ainda será o que não fizer planejamento algum! Quando se está

atento a esse ponto é possível prever quem está destinado a vencer ou perder (SUN TZU, 2007, p. 24).

A Arte da Guerra começou a se tornar conhecida no Ocidente apenas pouco antes da Revolução Francesa influenciando o estilo de vários comandantes como Napoleão Bonaparte (1769-1821), Joseph Stalin (1878 - 1953), Mao Tsetung (1893-1976), Nguyen Giap (1911-2013), Douglas MacArthur (1880-1964) e outros. No entanto, Públio Flávio Vegécio Renato (450 d.C.), conhecido como Vegécio, escritor militar romano que viveu no século IV d.C., um grande historiador da Antiguidade observou: “A fome destrói com mais frequência que uma batalha, e é mais cruel que a espada”. Vegécio cita a máxima militar de Sun Tzu: “todo aquele que não faz provisões adequadas de alimentos e outras necessidades é conquistado sem luta” (STANDAGE, 2010, p. 157).

Quando os exércitos se constituíam de soldados carregando espadas, lanças e escudos, a comida os sustentava na marcha e fornecia energia para erguer as armas na batalha. O alimento, incluindo a ração para os animais era ao mesmo tempo munição e combustível. Manter o fornecimento era decisivo para o sucesso militar: os soldados só podiam carregar nas costas mantimentos para poucos dias; o uso de animais de carga e carroças exigia ração e nesse caso a mobilidade e velocidades dos exércitos eram prejudicadas. As limitações impostas pelos alimentos nas guerras foram percebidas no século IV a.C. por Filipe II da Macedônia (382 a.C. - 336 a.C.), que introduziu várias mudanças depois ampliadas por seu filho, Alexandre Magno (356 a.C. - 323 a.C.), conhecido também como Alexandre o Grande, para criar a força mais rápida, leve e ágil de seu tempo. Alexandre passou a exigir, por exemplo, que os soldados carregassem grande parte de seu próprio equipamento e provisões, com animais de carga em vez de carroças transportando o resto. Alimento e forragem eram também obtidos da região circundante à medida que os soldados avançavam. Isso conferia vantagem ao seu exército o que permitia-lhe lançar ataques relâmpagos causando medo em seus inimigos. Além disso, em território inimigo, exigir das populações locais fornecimento de comida servia a duas finalidades: alimentar o exército invasor e empobrecer a comunidade local. O domínio que Alexandre possuía da mecânica de abastecimento do exército – um campo hoje conhecido como logística – permitiu-lhe montar uma das mais longas e bem-sucedidas campanhas militares da história, conquistando uma faixa de território que se estendia da Grécia ao Himalaia (STANDAGE, 2010).

As limitações relacionadas ao alimento que impactavam a condução de uma guerra persistiram durante a maior parte da história humana, mesmo depois da invenção de novas tecnologias como as armas de fogo. Com o correr do tempo, porém, os sistemas de abastecimento usados pelos exércitos tornaram-se invariavelmente mais complexos. Soldados profissionais esperavam ser alimentados e pagos durante a campanha, sem serem obrigados a saírem em busca de comida, sem necessidade de confiscos e saques. A necessidade de acumular provisões de antemão exigia que as campanhas fossem planejadas com muita antecipação. A guerra de independência americana (1775-1783) fornece um microcosmo de como considerações logísticas ainda podiam ser cruciais na determinação do resultado de um conflito, séculos depois de Alexandre. Os britânicos poderiam ter facilmente reprimido a rebelião de seus colonos americanos, sendo a Grã Bretanha a maior potência militar e naval da época, presidindo um vasto império. Na prática, contudo, abastecer um exército de dezenas de milhares de homens operando a cerca de 4.800 km de distância representava enormes dificuldades. Os 35 mil soldados britânicos demandavam em conjunto 35 toneladas de comida por dia - 450 gramas de carne cada um, mais um pouco de ervilhas, pão e rum; seus 4 mil cavalos necessitavam de mais 57 toneladas de ração. As falhas na logística desses suprimentos levaram as forças britânicas ao insucesso. O fracasso em alimentar soldados não foi a única causa de sua derrota e da subsequente independência dos Estados Unidos, mas foi uma causa muito significativa dela. Somente considerações logísticas não são suficientes para determinar o resultado de conflitos militares, mas, um exército não pode ir ao campo de batalha a menos que seja apropriadamente alimentado. Comida adequada é uma condição necessária, embora não suficiente para a vitória. Como disse o marechal e político britânico Duque de Wellington (1769 -1852): “Para atingir os próprios objetivos é preciso estar alimentado” (STANDAGE, 2010, p.163).

Ainda de acordo com o mesmo autor, um das principais pontos que distinguiram Napoleão de outros generais de seu tempo e que moldaram o curso de sua carreira foi a retomada da abordagem minimalista de Alexandre em relação à logística, por esse motivo foi descrito como um novo Alexandre Magno. Em uma de suas campanhas pela Europa, em 1805, solicitou aos prefeitos das cidades ao longo do caminho, a dois ou três dias uma da outra, que fornecessem provisões para os seus 200 mil soldados. Nesse meio tempo, ordenou que 500 mil rações de biscoitos fossem preparadas ao longo do Reno, rio que atravessa a Europa de sul a norte. A

cidade alemã de Heilbronn, com uma população de cerca de 15 mil habitantes, produziu 85 mil rações de pão, 11 toneladas de sal, 3.600 alqueires de feno, 6 mil sacas de aveia, 5 mil quartilhos de vinho, 800 alqueires de palha e 100 carroças para carregar o que não foi imediatamente consumido. É de Napoleão a frase: “Um exército marcha com o estômago” (STANDAGE, 2010, p.167).

No entanto, Napoleão também foi vítima de erros logísticos o que marcou o início de seu declínio como general e imperador da França, assim proclamado. Suas intenções expansionistas sofreram um forte revés em 1812, quando o Exército francês foi obrigado a retirar-se da Rússia depois de perder mais de 400 mil homens. Napoleão não contou com as chuvas; os charcos barrentos que atolavam as carroças pesadas de suprimentos e quebravam as patas dos animais; o avanço da infantaria que, mais ágil, se distanciava das provisões; a falta de produtos agrícolas dos campos; o saqueamento da zona rural pelos russos e a destruição das provisões à medida que se retiravam; a fome de seus homens, as doenças que, debilitados, foram eles acometidos e o inverno rigoroso. “Portanto, a comida, a impossibilidade de alimentar o coletivo contribuiu para o maior fracasso de Napoleão” (STANDAGE, 2010, p.170).

Na Guerra Civil Americana que iniciou em 1861 surgem novas abordagens à logística militar que coexistem lado a lado com as antigas. O exército do general William Tecumseh Sherman (1820-1891) tirou partido do mais avançado sistema de logística da época que era transportar provisões desde a retaguarda por estrada de ferro, uma alternativa bem mais rápida e confiável do que carroças de abastecimento indo e vindo. Porém, uma das últimas e mais eficientes campanhas da Guerra Civil foi a campanha de devastação realizada pelo general Sherman contra os estados rebelados do Sul, conhecida como Marcha para o Mar. Arrasando preferencialmente os campos, as fazendas, as fábricas, as ferrovias, as cidades dos confederados, encurtou a guerra, mas espalhou medo e confusão. Sherman emitiu uma ordem especial aos seus soldados, que se transformou em pilhagem geral:

O exército deve coletar comida livremente na região durante a marcha. Para esse fim o comandante de brigada organizará um bom e suficiente grupo de busca de provisões, sob o comando de um ou mais oficiais sensatos, que reunirão, perto da estrada percorrida, milho ou forragem de qualquer tipo, carne de qualquer tipo, hortaliça, fubá e tudo o que o comando necessite, visando sempre manter nas carroças provisões para pelo menos dez dias para o comando e forragem suficiente para três dias. Os soldados não devem entrar nas moradias, ou cometer qualquer invasão de propriedade, mas durante uma

parada ou um acampamento devem ser autorizados a colher nabos, batatas e outras hortaliças e a confiscar o gado de seus campos. Os grupos regulares de procura de alimentos devem ser instruídos a colher provisões e forragem a qualquer distância da estrada percorrida (STANDAGE, 2010, p.178).

As campanhas militares dos sécs. XVIII-XIX foram campo de testes não só de novas armas, mas de uma verdadeira revolução tecnológica em todas as áreas da atividade bélica, em decorrência da industrialização. As Guerras Napoleônicas (1799-1815) talvez tenham sido o marco inicial deste processo, durante as quais foram criadas e introduzidas as rações militares em conserva produzidas de forma industrial, evoluindo assim das rações tradicionais de carne salgada e biscoitos secos. Carne enlatada alimentou soldados ingleses e franceses na Guerra da Crimeia, e carne, leite e hortaliças enlatados foram fornecidos a soldados da União, na Guerra Civil Americana. Assim, as inovações da indústria alimentícia acompanhariam as guerras, facilitando as operações militares (MERON, 2012).

Durante as Guerras Napoleônicas, as igrejas e monastérios⁴ europeus eram ocupados e transformados em quartel de artilharia, trincheiras, refúgio de soldados e enfermarias. Onde antes os sacerdotes distribuía suas bênçãos e hóstias agora se viam forragens para os animais, enquanto que as clarinadas ecoavam por onde outrora se ouviam os sons dos órgãos e dos sinos das igrejas. A vida nos monastérios e o fornecimento de alimentação para o coletivo é o assunto do próximo item.

2.3 DOS MONASTÉRIOS AOS HOSPITAIS

Além de centros de sabedoria, os grandes monastérios ou mosteiros, fundados através da Europa durante a Idade Média, eram também uma fonte de alívio para os pobres, doentes e por vezes também para os proprietários mais abastados. O modo de vida denominado monasticismo, viver separado do mundo para dedicação total a Deus, surgiu na Ásia, muito antes da era cristã. Os primeiros cristãos a adotarem este modo de vida foram os eremitas, cerca do ano 300. Santo António de Tebas (251 d.C. - 356 d.C.), eremita egípcio, formou uma comunidade onde juntou vários eremitas. Começaram-se a formar outras comunidades parecidas, de frades ou freiras,

⁴ A palavra monastério ou mosteiro vem do grego μοναστήριον "monasterion", da raiz "monos" = sozinho (originalmente todos os monges cristãos foram eremitas), e o sufixo "-terion" = lugar para fazer algo. Fonte: Disponível em < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mosteiro> > Acesso em: 04 mar. 2018.

estando várias delas ligadas pelas regras, uma espécie de guia sobre a maneira como deveriam viver, compiladas por um chefe monástico. A regra maior foi a de S. Bento de Núrsia (480 d.C. - 547 d.C.), fundador do Mosteiro do Monte Cassino, em Itália, cerca do ano 529, e que decidiu que a vida dos monges devia ser uma vida de orações e tarefas manuais. O que se come e o quanto se come são fatores cuidadosamente determinados na Regra beneditina. Um monge não deve alimentar-se de carne vermelha, não só em sinal de sacrifício, mas também como prova da renúncia aos prazeres da carne, que aqui possui sentido duplo. Isso porque a carne vermelha, já em passagens bíblicas, esteve sempre associada de alguma forma à virilidade do homem, ao pecado original, portanto, à sexualidade. Além disso, a renúncia a esse alimento, tão apreciado pelos nobres guerreiros, e definido até mesmo como o símbolo da força física humana, significava também a negação ao modo de vida aristocrática. Um monge não poderia viver na abundância, portanto sua alimentação deveria assemelhar-se a dos camponeses mais humildes (LINO, 2006).

O vinho, bebida sagrada por simbolizar o sangue de Cristo, também deveria ser consumido em medida definida pela Regra, pois se ingerido em excesso poderia gerar o descontrole, não só do corpo, mas também do espírito. A Regra determina que um monge nunca deve comer ou beber até a saciedade e deve jejuar em vários dias do ano. A alimentação, portanto, está sempre submetida ao controle, exigindo o domínio do corpo, e conseqüentemente, à inexistência de pecados relacionados fundamentalmente a qualquer forma de prazer físico. Embora esse controle se apresente como uma tarefa individual, a coletividade torna-se um elemento essencial na medida em que contribui para a realização de uma vigilância mútua. A comensalidade, ato de se comer em conjunto, em horários rigorosamente definidos pela Regra, é também uma forma de se exercer um controle. Nada pode ser consumido fora das dependências de um mosteiro pelos seus integrantes, muito menos fora do horário prescrito. Sendo assim, os monges não devem apenas servir uns aos outros no que se refere ao alimento, mas também se vigiar mutuamente (LINO, 2006).

A comida no universo monástico gerava essencial preocupação, já que alimenta o corpo, companheiro íntimo e sustentador da alma. Vanessa de Melo Lino (2006, p. 36) relata em seus estudos sobre a vida em comunidade beneditina, que as faltas cometidas por um monge, como

alguma desobediência à Regra ou ao Abade⁵ deveriam ser corrigidas principalmente através da excomunhão, que na Regra beneditina possui uma significação clara: a privação da comunhão à mesa. Portanto, “tanto a inclusão na refeição coletiva, como o **castigo** da ausência forçada nesse momento sagrado, são formas **educativas** de se reforçar o ideal da moralidade cristã monástica” (grifo do autor).

Em todos os antigos mosteiros beneditinos, a vida era totalmente comunitária. A rotina diária centrava-se naquilo a que São Bento chamava o **trabalho de Deus** – demorados ofícios de complexidade crescente. Todo o resto era secundário. O trabalho manual que a Regra estipulava existia não só para fornecer aos frades alimentação e vestuário e satisfazer-lhes outras necessidades, como também para evitar a sua ociosidade e lhes alimentar a alma mediante a disciplina do corpo (SARL, 1985, grifo do autor).

A nobreza na sociedade medieval era constituída por cavaleiros, senhores feudais e reis, que temendo a excomunhão e a condenação ao inferno, fazia muitas doações de terras para a Igreja Católica, que se tornou poderosa, rica e influente (MONTEIRO, 2013). As doações *post obitum* - depois do óbito- e as esmolas de pessoas de todos os níveis sociais, o dízimo, as próprias igrejas, uma boa gestão do patrimônio, a partir do século XI, acendem os monges ao restrito círculo dos poderosos modificando o funcionamento das abadias, prosperando financeiramente os mosteiros (RIERA-MELIS, 1998). José Luís de Almeida Machado (2007) acrescenta o fato de que, quando as abadias enriqueceram os dormitórios comunitários foram substituídos por celas individuais; e foram contratados trabalhadores para cuidarem dos campos, o que permitiu a muitos monges dedicar-se a outras atividades, nomeadamente o estudo, graças ao qual a Ordem de São Bento viria a ser célebre.

A vida dos religiosos da Alta Idade Média era marcada pela fartura. As abadias, mosteiros e paróquias medievais recebiam grandes e frequentes doações dos servos e dos senhores que eram pagas em produtos, o que mantinha os estoques alimentares sempre em alta.

⁵ Abade: Superior de Abadia ou de ordem religiosa (AMORA, 2009). Abadia (em latim: abbatia; deriva do aramaico abba, "pai") é uma comunidade monástica cristã, originalmente católica ("casa regular formada"), sob a tutela de um abade ou de uma abadessa, que a dirige com a dignidade de pai (ou madre) espiritual da comunidade. Fonte: < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Abadia>> Acesso em: 05set. 2017.

Além disso, as terras onde viviam os religiosos tinham áreas onde se plantavam verduras, legumes, cereais e também onde se criavam suínos, ovinos, caprinos, bovinos e aves. Consequentemente a dieta dos clérigos era farta e diversificada, devendo-se isso principalmente ao trabalho que esses religiosos realizavam em suas próprias terras. Esse trabalho incluía a horticultura, a produção de vinhos e queijos, a apicultura, a piscicultura, as criações de animais e a sementeira dos campos. Cabe destacar que alguns dos queijos mais importantes e saborosos do mundo foram criados nas abadias e em mosteiros medievais, como o Cluny, o Citeaux, o Igny e o Maroilles (MACHADO, 2007).

Na abadia de Cluny na França, por exemplo, por volta do ano 1080 viviam cerca de 300 monges e chegou a 450 entre 1122-1155. Era proibida a carne de quadrúpedes – exceto para os fracos e doentes, pois a abadia sustentava uma considerável multidão. A dieta dos monges era rica e variada. De primeiro de outubro até a Quaresma – dias curtos e frios, a comunidade se reunia no refeitório apenas uma vez por dia nas jornadas de trabalho e duas nos dias de festa. A dieta era a seguinte: a) Almoço (na sexta hora, por volta do meio-dia): dois pratos quentes (sopa de legumes e guisado de legumes). Como sobremesa, frutas e legumes; b) As terças, quintas, sábados e domingos: o geral (quatro ovos, uma ração de queijo cru ou cozido) e c) Aos domingos e quintas: peixe (quando obtido a preço razoável nas feiras locais). Todos esses pratos no inverno eram acompanhados de pão branco e uma taça grande de vinho (COSTA, 2002). Da Páscoa até o fim de setembro os monges faziam duas refeições diárias - como nos dias de festa no inverno – uma na sexta hora e uma depois das vésperas. O jantar, mais simples, compunha-se de restos de pão e de vinho da refeição do meio-dia e de frutas da estação. Em dias normais, depois das primeiras orações da manhã, um desjejum, o *mixtum*, era servido aos monges de serviço, aos doentes, aos que sofreram sangria, aos velhos, às crianças e aos outros membros da comunidade que o desejassem: uma colação composta por um pedaço de pão e um copo de vinho (RIERAMELIS, 1998).

Até o ano 1000 o regime alimentar dos cluniacenses figura como demasiadamente refinado e mais adequado aos senhores do que aos monges, considerando o ingresso da aristocracia feudal na ordem. A partir de 1100, o afluxo de rendas permite aos monges se abastecerem não só de artigos de sua produção, mas de produtos do mercado. A preparação de

cardápios variados para uma comunidade numerosa e exigente só era possível nos mosteiros dotados de instalações e equipamentos adequados. Segundo Riera-Melis (1998), a abadia de Cluny (Figura 03) contava com duas cozinhas: a regular, onde os monges preparavam as sopas e os guisados de legumes cotidianos e, a normal, onde os domésticos, sob as ordens dos religiosos preparavam os outros pratos servidos no refeitório conventual e os destinados à sala de jantar dos domésticos e à dos convidados. Por optarem por refeições coletivas, as comunidades monásticas foram obrigadas a criar um local específico, o refeitório onde os rituais eram quase litúrgicos e, diferentemente da sala de jantar real ou nobre, era um lugar de recolhimento onde os monges só se comunicavam por meio de um código rígido.

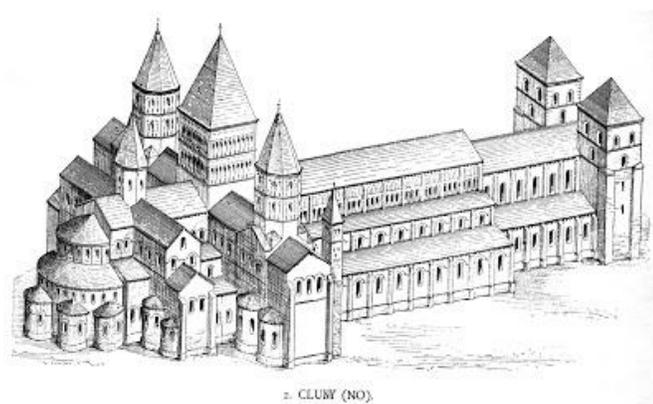


Figura. 03: Abadia de Cluny no ano de 910 d.C, em Borgonha, França.
Fonte: Arqitetofala⁶

A partir da metade do século XI surgem novas ordens baseadas em princípios espirituais inéditos, mas que insistem na necessidade do retorno às fontes e à antiga regra de Bento de Núrsia, preconizando a pobreza, o castigo e o isolamento. No entanto, no século XII os mosteiros se concentram na exploração vinícola, na exploração de cereais e animais e abastecem os mercados. Essa opção pela economia de trocas, decorrente da articulação entre a produção e a demanda das cidades introduz o dinheiro nas abadias e as impulsiona para a riqueza (RIERA-MELIS, op. cit.). As abadias beneditinas, e notadamente Cluny contribuíram para o desenvolvimento econômico e o enriquecimento medieval. A mais célebre e grandiosa abadia da Idade Média foi destruída pelo furor dos adeptos da Revolução Francesa a partir de 1789.

⁶ Disponível em < <http://arqitetofala.blogspot.com.br/2011/12/idade-media-e-arquitetura-ocidental.html> > Acesso em 09.set. 2017.

Comandados por sacerdotes e religiosos, os monastérios passaram a servir de refúgio para viajantes e doentes pobres. A tradição da hospedagem e apoio aos peregrinos eram apanágio das Regras Beneditinas e uma forma de enfatizar a importância social dos monastérios. Os beneditinos, no seu afã admirável de curar os enfermos, criaram enfermarias e hospitais na Itália, na França, na Alemanha, na Inglaterra, conseguindo instalar um elevado número de casas de assistência médica. Parece que na sua primitiva organização estas enfermarias conventuais eram reservadas exclusivamente aos religiosos. Logo se estendeu, porém, a concessão aos leigos, criando-se hospitais anexos. Esses lugares possuíam um *infirmitorium*, onde os pacientes eram tratados, uma farmácia e um jardim com plantas medicinais. Os serviços nas enfermarias eram prestados por um médico e um *infirmarius*. A doutrina de São Bento e sua prática multiplicou-se em outros monastérios, de modo que pouco a pouco surgem hospitais, asilos e hospitais, asilos e hospícios, orfanatos, junto aos conventos, difundindo-se entre os monges o interesse pelos estudos. Nos monastérios dos séculos XII e XIII os frades aprendiam noções de medicina. Com o correr dos anos os monges passaram a exercer a prática médica fora dos conventos, atendendo ao chamado de clientes (BRASIL, 1944).

No entanto, o hospital iniciou sua função terapêutica no final do século XVIII, quando passou a ser aberto à visitação e observação sistemática com o objetivo de inspeção já que as condições sanitárias eram deploráveis. Antes era essencialmente uma instituição de assistência aos pobres e de segregação de doentes. Nestas instituições encontravam abrigo, alimentação abundante e repouso. Assim sendo, a alimentação hospitalar era absolutamente fundamental (COSTA, 1999).

Foram esses lugares que se tornaram modelo para os hospitais modernos. Na Idade Média, as ordens religiosas lideraram a criação de hospitais – calcula-se que só os beneditinos abriram mais de 2000 (BRASIL, 1944).

A partir do século XVIII, quando da irrupção do capitalismo, o número de marginalizados, ou seja, aqueles que por alguma razão se encontravam à margem da vida social organizada aumentou enormemente e o Estado foi forçado a assumir gradativamente seu cuidado e controle, já que, as obras da igreja não podiam mais atendê-los. Nesse cenário, a ideia do

hospital como instrumento de cura junta-se à concepção de que devem ser locais para o estudo e o ensino de medicina, criando-se as bases conceituais para proveitosa articulação da expansão capitalista no campo da saúde dois séculos depois (COSTA, 1999)

Porém, não só os monastérios eram refúgios para viajantes. As estalagens ou tabernas⁷ eram locais que os viajantes procuravam comida barata e uma cama para dormir. Nos parâmetros históricos, as tabernas podem ser consideradas tão antigas quanto a produção dos primeiros vinhos ou num período próximo ao seu comércio em grande escala, no século I d. C. na Grécia. Neste período eram estabelecimentos especializados na venda de todo tipo de vinho, sendo eles produzidos pelos próprios proprietários da taberna ou importados de outras regiões mais nobres. Em razão da frequência de viajantes, algumas tabernas implantaram, aos poucos, seus primeiros serviços de hospedagem. Na Idade Média, os jogos e a bebida, bastante comuns nas tabernas de todas as cidades, atraíam os homens que consumiam muito vinho, jogavam dados e se envolviam em brigas e confusões. Por isso, os monges amaldiçoavam esses locais, apontadas como antros de perdição. Com a popularização das tabernas entre as classes baixas na Europa, a alimentação foi incorporada aos menus como acompanhamentos às bebidas (SOARES, 2009). É sobre esse espaço urbano de alimentação que trata o próximo item.

2.4 A INVENÇÃO DO RESTAURANTE COMO ESPAÇO URBANO

O alimento sai do espaço da residência e das relações pessoais imediatas e transita como mercadoria pela cidade quando surgem os mercados e feiras que obrigavam os camponeses e artesãos a deixarem seu domicílio, durante um ou vários dias, e se alimentarem ao mesmo tempo em que mantinham seus negócios. Desde a Antiguidade, tanto no Império Romano como na China, as estalagens, como eram assim chamadas, eram situadas nas principais estradas e, muitas vezes, em plena zona rural. Lá, os visitantes se restauravam, repousavam, alimentavam-se e divertiam-se (LUSTOSA, 2012).

⁷ Taberna ou taverna significavam “barraca de madeira” em termos genéricos, sendo uma palavra utilizada para designar qualquer estabelecimento feito de madeira. Com o passar do tempo, a terminologia perdurou apenas aos comércios que se vendiam bebidas, passando a significar ‘estabelecimento de venda e consumo de bebidas, em especial o vinho’ (SOARES, 2009, p. 122).

A ideia do restaurante – como local de alimentação – começa de diferentes formas e em diferentes locais, sem um ponto de origem comum ou necessário. Pode estar ligado às cozinhas medievais, que preparavam alimentos para as pessoas que não tinham instalações em casa e que formavam a maioria. Está associado às casas de café em Paris e Londres, no século XVII, fornecedoras de café e tabaco, locais vibrantes, onde as pessoas encontravam-se e trocavam informações. Em várias partes da Europa e Ásia, era possível tomar uma refeição fora de casa em cozinhas de bairros ou em cozinha de rua, casas de vinho e tabernas. Todos esses locais eram, de certa forma, restaurantes rudimentares, que propunham pratos simples e baratos para saciar a fome (FINKELSTEIN, 2005).

Os restaurantes, pouco a pouco, tomaram o lugar de todas essas instituições rudimentares e tiveram na França o seu berço. Antes de ser um lugar onde as pessoas iam para comer, um *restaurant* era algo de comer, uma sopa medicinal, de certa forma, um modismo francês ligado à saúde, que surgiu no século XVI (LUSTOSA, 2012).

O restaurante, como um espaço social urbano, surgiu do consomê. A princípio, entrava-se nele (ou, como eram mais comumente chamados, na sala de um *restaurateur*) para beber caldos restaurativos – *bouillons restaurants* –, assim como se ia a uma cafeteria para tomar café. Nos anos que precedem a Revolução Francesa, multiplicam-se os *restaurateurs*, porém, seguindo o exemplo de um parisiense conhecido por *Boulangier*, que abre seu estabelecimento por volta de 1765 e não se contenta em apenas servir caldo e prepara, também, pratos requintados. As porções eram servidas não mais em mesa malcuidada para várias pessoas, mas em mesinhas cobertas de toalhas, individuais ou reservadas para determinado grupo de clientes (PITTE, 2015).

Com a chegada da Revolução Francesa, em 1789, um certo número de bons cozinheiros da corte e da nobreza viram seus patrões aristocratas serem decapitados ou exilados. Quando não acompanharam a sorte deles, os cozinheiros estabeleceram-se, por conta própria, em locais onde seu talento ficaria ao alcance da burguesia urbana. O prazer da mesa e a alta cozinha passavam a ser uma escolha mais democrática na França (PITTE, 2015). Nos anos 1820, os restaurantes da capital francesa já se pareciam aos de hoje, com seus cardápios, comensais confusos e garçons de

polidez instável (SPANG, 2003). No entanto, somente em 1835, a utilização do termo restaurante para designar o estabelecimento do *restaurateur* foi oficializado.

Foi, portanto, ao longo do século XIX, quando se elevou sensivelmente a quantidade de estabelecimentos em que se podia comer, que o termo restaurante assumiu sua forma moderna como local onde se compram refeições em vários períodos do dia e da noite (FILKELSTEIN, 2005). O restaurante havia se tornado uma verdadeira instituição cultural e sempre foi palco de complicadas histórias que envolvem banquetes políticos, inovações sociais, ciência iluminista, ardor revolucionário, movimentos intelectuais e literários, e flertes adúlteros (SPANG, 2003). Donald Sloan (2005) salienta que, desde o seu surgimento, o restaurante não era simplesmente um empreendimento comercial onde se trocavam bens e serviços, mas, foi sempre um recipiente no qual uma variedade de apetites e desejos eram cultivados e onde os processos de gerar novas experiências sociais estavam constantemente construídos. O alimento está relacionado com o sustento e com a satisfação do apetite, tanto físico quanto simbólico, e sua distribuição está ligada à organização de uma sociedade e à exibição de status e poder.

Assim, observar quem come o quê, com quem e onde, é lançar luz em uma série de práticas políticas, econômicas e culturais. Conforme resume Terry Eagleton (1943) (1998, p. 204), o alimento é “passível de infinitas interpretações, como dádiva, ameaça, veneno, recompensa, escambo, sedução, solidariedade, sufocação”. Porém, a plasticidade dos produtos alimentícios não explica tão bem o valor social do restaurante quanto à variedade de atividades humanas que passaram a circular em torno do alimento e que fizeram o restaurante chegar onde suas origens jamais poderiam supor (SLOAN, 2005, p. 77).

Como parte da organização da sociedade, como bem salienta Sloan (2005), a produção e distribuição de alimentos para coletividades é pauta para o próximo item.

2.5 O RECONHECIMENTO DOS SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO

Muito embora a preocupação com a alimentação de coletivos permeie toda a história dos grupamentos humanos, somente no início do século XX os serviços de produção e distribuição de alimentos em grande quantidade começaram a ser reconhecidos e oficializados.

Durante a Primeira Guerra Mundial a necessidade de substituição de mão de obra masculina por feminina nas fábricas é identificada como um estímulo à produção de refeições

para coletividades, pelo abandono compulsório da parte das atividades domésticas, até então realizadas por mulheres (PROENÇA, 2000).

Esse contexto não pode parecer simplista, visto que já o século XIX foi permeado de estratégias de expansão e crescimento na concorrência capitalista. Estratégias cada vez mais agressivas com o objetivo de aumentar as escalas de produção, padronizar a qualidade dos produtos, diminuir os custos de produção e transporte etc., consolidou e levou ao mais cruel estágio o controle sobre o trabalho humano empregado na produção. No início desse século, crianças e mulheres eram empregadas indiscriminadamente nas fábricas, cumprindo jornadas que iam de um mínimo de oito até 14 horas de trabalho diárias e recebendo pelo trabalho salários miseráveis. As condições de trabalho nas fábricas desse período eram péssimas: galpões escuros, sujos e mal ventilados, abarrotados de máquinas ruidosas e sem qualquer dispositivo de segurança, nas quais trabalhavam homens, mulheres e crianças em pé todo o tempo causando várias enfermidades, especialmente nas crianças e adolescentes (PINTO, 2013).

Karl Marx (1818 - 1883) foi o grande pensador e crítico das sociedades capitalistas e seus moldes de organização e divisões sociais. No primeiro volume do primeiro dos livros que compõem “O Capital”, Marx dedicou-se à análise crítica da produção capitalista. Quando se refere à Maquinaria e a Grande Indústria, Max se volta para o estudo das consequências imediatas da produção mecanizada sobre o trabalhador e, mais especificamente, para a apropriação pelo capital das forças de trabalho suplementares, isto é, do trabalho das mulheres e das crianças. Além do definhamento físico daqueles que eram submetidos à máquina, havia ainda, as consequências indiretas desta submissão como, por exemplo, os altos índices de mortalidade infantil nos primeiros anos de vida, entre famílias da classe trabalhadora. Excetuando-se circunstâncias locais, Marx interpretava tais índices como resultantes do trabalho das mães fora de casa que gerava crianças negligenciadas, maltratadas e mal nutridas. Citando várias pesquisas da época que apontam a precarização, o rebaixamento do trabalhador, em especial a mulher trabalhadora, a partir da industrialização e da mecanização pesada do processo produtivo, Marx demonstra os impactos dessa total brutalidade na vida familiar.

[...] Como demonstrou uma investigação médica oficial em 1861, abstraindo circunstâncias locais, as altas taxas de mortalidade se devem principalmente à ocupação extradomiciliar e ao descuido e mau trato das crianças daí decorrentes - entre outras coisas, alimentação inadequada, falta de alimentação, administração de opiatos etc. -

além da alienação antinatural das mães contra seus filhos, e consequentemente esfomeação e envenenamento proposital (MARX, 1984, p.25).

Essa breve abordagem sobre as circunstâncias do trabalho feminino nas fábricas do século XIX e certamente válida no início dos anos XX, é esclarecedora para além do estímulo à produção de refeições para coletividades. Na Inglaterra do século XX, no decorrer da Segunda Grande Guerra Mundial, houve um incremento na produção de refeições coletivas quando o governo Britânico decidiu pelo racionamento dos alimentos em razão da escassez. Para que a produção existente atendesse à demanda de consumo da época, além da necessidade de alimentação das forças armadas, as cantinas e os restaurantes de hotéis existentes, foram induzidos pelo governo a produzir alimentos para toda a população, de maneira que todos os civis tivessem pelo menos uma refeição quente por dia e a partir daí, surgiram cantinas e restaurantes de todas as classes e de vários tipos, incentivados inclusive financeiramente pelo governo (SENAC, 2007).

Entre 1940 e 1943, as fábricas e outras instituições, reclamaram da instalação e do incentivo dado às tais cantinas e reivindicaram também o benefício da refeição, daí gradualmente foi se estabelecendo esse serviço na maioria das companhias e organizações com mais de 250 empregados. Para se ter uma ideia do crescimento desse setor, na época existiam na Inglaterra, antes da Guerra, aproximadamente 1.000 cantinas e ao final da Guerra, esse número chegara a 25.000 unidades implantadas (SENAC, 2007).

O processo de industrialização e a urbanização acelerada após a Segunda Guerra resultou no aumento da distância entre a moradia e o local de trabalho, adoção de novos horários de trabalho e o índice crescente de ocupação feminina fora de casa. Esse cenário fez evoluir as discussões sobre a necessidade de alimentação nos locais de trabalho, resultando em leis europeias e americanas que garantem a alimentação como um direito do trabalhador. Da mesma forma, esse processo também fez surgir a necessidade de atender aos escolares com turno prolongado e obrigatório, além de prover locais específicos para acolher idosos e doentes, com expectativa de vida prolongada (PROENÇA, 2000).

As contingências da guerra ocasionaram, ainda, o aprimoramento dos equipamentos e processos de produção de refeições coletivas, com a implantação gradativa de alguns princípios da produção em massa: padronização de matéria-prima, tarefas e processos. Em 1934, surge a primeira empresa organizada de refeição coletiva na França; porém, somente nos anos de 1955 a 1965 é que se observa a organização legal do setor, com uma configuração semelhante à atual. Na Alemanha, Suécia e Inglaterra, o desenvolvimento de empresas de alimentação foi mais lento, localizando-se nas décadas de 1960 e 1970, período esse de maior desenvolvimento do setor, tanto na Europa como nos Estados Unidos da América (EUA) (PROENÇA, 2000).

2.6 A EMERGÊNCIA DA NUTRIÇÃO

No Brasil, para se descrever o desenvolvimento dos serviços de produção e distribuição de refeições para coletividades é preciso introduzir a Nutrição, pois o surgimento dos serviços de alimentação está intrinsecamente ligado aos estudos nesse campo científico.

No cenário mundial, a emergência do campo da Nutrição, seja como ciência, política social e/ou profissão, é um fenômeno relativamente recente, característico do início do século XX. Entretanto, é possível sustentar que as condições históricas para a constituição deste campo científico, acumuladas ao longo da história da humanidade, foram estimuladas a partir da revolução industrial europeia, ocorrida no século XVIII, e desencadearam-se entre 1914 e 1918, quando ocorreu a Primeira Guerra Mundial. Neste sentido, no período entre as duas Guerras Mundiais, tanto em países da Europa - Inglaterra, França, Itália, Alemanha, Dinamarca, entre outros -, como da América do Norte - EUA e Canadá - e, posteriormente, da América Latina - Argentina e Brasil -, foram criados os primeiros centros de estudos e pesquisas, os primeiros cursos para formação de profissionais especialistas e as primeiras agências condutoras de medidas de intervenção em Nutrição (VASCONCELOS, 2002).

Na América Latina, a emergência da Nutrição foi fortemente influenciada pelo médico argentino Pedro Alberto Escudero (1887-1963), que criou em Buenos Aires o Instituto Municipal de Nutrição em 1926, e a Escola Municipal de Dietistas em 1933 – elevada ao patamar universitário com o *Instituto Nacional de La Nutrición* –, além do curso de médicos “dietólogos”

da Universidade de Buenos Aires. Os estudos de Escudero nos anos de 1920 eram dirigidos para a dieta - dita racional e para os requerimentos de energia e nutrientes, assim como para as doenças crônico-degenerativas e, pouca atenção à desnutrição e às carências vitamínicas específicas, agravos estes que ocupavam a centralidade no círculo científico mundial da nutrição à época. A população argentina, pelo seu contexto geográfico, tinha um consumo bastante elevado de carne e trigo, o que lhe dava aporte proteico-calórico adequado (MAGALHÃES e PORTO, 2015).

No entanto, Escudero estudou com muito afinco os problemas da América Latina sem ignorar os contextos sociais, adaptando as dietas à economia e aos padrões de consumo dos diferentes grupos, particularmente ao dos trabalhadores. Cabe destacar que na Conferência Americana do Trabalho ocorrida em 1936 em Santiago do Chile, em que compareceram representantes de diversos países, inclusive do Brasil, ficou estabelecido que os países da América Latina deveriam continuar os trabalhos científicos no ramo da medicina social⁸ para uma política voltada para melhorar as condições de alimentação dos trabalhadores. Diante da industrialização desses países havia pontos básicos a serem discutidos e medidas a serem tomadas. De acordo com José Maria Bengoa (1914-2010) apud Sandra Goulart Magalhães e Fernando Porto (2015), os pontos fixados nesse Encontro seriam:

- a) Fixação periódica em cada país, do custo médio para uma ração de 3000 quilocalorias brutas, variadas, e com características de uma alimentação mínima necessária, para atividade laboral intensa;
- b) Determinação dentro de cada país, segundo suas características econômicas, do percentual do salário mínimo vital, que a referida ração individual deveria representar em percentual em torno de 50% do salário;

⁸ Quando a medicina começou a ser usada para criar um controle sobre a força de produção (ou força de trabalho), criou-se a medicina social em fins do século XVIII e início do XIX. A medicina, em sua nova configuração a partir do século XVIII, desenvolve-se na Inglaterra, onde floresce mais rapidamente o modo de produção capitalista. Segundo Foucault (1926-1984) (1993) além do objetivo de curar doenças, ela abraça uma atitude normativa, mas não somente aconselhando as pessoas sobre a necessidade de uma vida saudável, como também se achando no direito de intervir na vida física e moral do indivíduo e da população. A medicina inglesa começa a tornar-se social pela assistência e controle autoritário dos pobres, a implantação de um cordão sanitário que impunha o controle do corpo da classe trabalhadora por meio da vacinação, do registro de doenças e do controle dos lugares insalubres visava torná-la mais apta ao trabalho e menos perigosa para a burguesia (COSTA, 1999, p.81).

- c) Fixação para cada Estado do preço máximo para os gêneros alimentícios que constituíssem a alimentação popular;
- d) Estabelecimento de restaurantes populares, que oferecessem a preços módicos, uma alimentação suficiente, sob a fiscalização da autoridade sanitária;
- e) Instituição em cada país, de Comissão Técnica, que pudesse assessorar os governos nas medidas de política alimentar desenvolvida, coordenando as investigações sobre a matéria, orientando as campanhas educativas que deveriam ser empreendidas a respeito;
- f) Orientação de uma política econômica de Estado, pelo caráter primordial das necessidades biológicas, no sentido de subordinar a produção, o transporte e a distribuição nacional e internacional dos gêneros alimentícios, de primeira necessidade, às necessidades alimentícias da população, e ainda na medida do possível,
- g) Adoção de uma legislação sanitária alimentar internacional.

Em outubro de 1939 Escudero presidiu a *Tercera Conferencia Internacional de la Alimentación* realizada em Buenos Aires e os trabalhos finais concluíram que a América Latina vivia uma tragédia em termos de subalimentação. Embora populações de alguns países se alimentassem bem, uma grande parte não o fazia. Nessa Conferência ficou demonstrada a necessidade de realização de inquéritos nutricionais em toda a América que avaliassem o estado nutricional da população. Segundo Magalhães e Porto (2015) foi nessa época em que Escudero formulou as quatro Leis da Alimentação, que foram acolhidas na América Latina e continuam ainda atuais:

1. A **Lei da Quantidade** aponta que os alimentos devem ser suficientes para satisfazer as necessidades energéticas e nutricionais do organismo e mantê-lo em equilíbrio. Cada indivíduo necessita de quantidades específicas de carboidratos, proteínas, gorduras, fibras, vitaminas, minerais e de água para manter suas funções orgânicas e atividades diárias. Isto depende do sexo, da idade, do estado fisiológico e da atividade física.
2. A **Lei da Qualidade** demonstra que a alimentação deve ser completa em sua composição e que forneça ao organismo todos os nutrientes que ele necessita. Deve levar em consideração o grau de maturação e conservação, bem como as condições de consumo do alimento.

3. A **Lei da Harmonia** diz que é preciso ter um equilíbrio entre os todos os nutrientes que necessitamos. É necessária uma relação de equilíbrio na composição da alimentação de modo a evitar os excessos ou deficiências de nutrientes, uma relação de proporcionalidade entre si.
4. A **Lei da Adequação** demonstra que a alimentação deve se adequada às necessidades de cada organismo, respeitando as características de cada indivíduo. É necessário considerar os ciclos da vida: infância, adolescência, adulta e idosa; o estado fisiológico: gestação, lactação; o estado de saúde: presença ou ausência de doenças; os hábitos alimentares: deficiência de nutrientes; as condições socioeconômicas e culturais: acesso aos alimentos. Em cada uma destas fases, é importante que seja feita uma adequação dos alimentos.

As concepções de Escudero sobre este campo do saber foram difundidas em toda a América Latina, formando centenas de médicos dietólogos e dietistas em especial nas décadas de 1925 e 1945. No *Instituto Nacional de La Nutrición*, Escudero oferecia bolsas de estudo aos países da América Latina para a realização de Cursos de Dietética. Dentre os contemplados brasileiros destacam-se: Lieselotte Hoeschl Ornellas (1917-2017) e Josué Apolônio de Castro (1908-1973) que mais tarde teriam grande participação nos cursos do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), uma autarquia federal criada em agosto de 1940, pelo então presidente da República Getúlio Dornelles Vargas (1882 -1954) (MAGALHÃES e PORTO, 2015).

Esses dois personagens citados merecem destaque. Lieselotte Ornellas, formada pela Escola de Enfermagem Anna Nery (1814-1880) (EEAN) em 1939, fez o curso de Dietista em Buenos Aires entre os anos de 1940 e 1943, período em que se delineava a profissão de nutricionista no Brasil. Ao retornar, assume o cargo de Instrutora de Nutrição da EEAN e mais tarde, passa a ministrar aulas de Dietética na Escola do SAPS, a fim de formar futuros nutricionistas, como veremos mais adiante. Com várias obras publicadas, entre elas “A Alimentação Através dos Tempos”, Lieselotte é considerada um ícone no campo da Nutrição, convergindo duas áreas - a enfermagem e a nutrição – as quais proporcionam o cuidado com o ser humano, pois, alimentar é também cuidar (MAGALHÃES e PORTO 2015). Lieselotte Hoeschl

Ornellas, remanescente da primeira geração brasileira de nutricionistas no país, faleceu em fevereiro de 2017.

[...] Porque o que eu penso é que justamente: A base de uma alimentação sadia é o conhecimento verdadeiro e depois a consciência de aplicá-lo, sempre que oportuno, não só por vaidade, deleite, status. Porque alimentação, além de ter esse aspecto que promove, é a alimentação que sustenta, que constrói o indivíduo física e até mentalmente, então, ela deve ser usada nesse sentido consciente e não desperdiçada na vaidade, na promoção que talvez dê lucros, mas, para a saúde tanto física como mental, não funciona (LIESELOTTE ORNELLAS, 2014).

Já Josué Apolônio de Castro, além de médico, cientista, professor, escritor (autor do livro *Geografia da Fome: o dilema brasileiro, pão ou aço* - 1946), entre outros, foi embaixador do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU) em Genebra e, também, Presidente do Conselho Diretor da *Food and Agricultural Organization* – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Foi encarregado de preparar pessoal técnico para fazer funcionar o SAPS (MAGALHÃES e PORTO, 2015). Além de sua extraordinária produção científica e editorial, Josué de Castro ficou internacionalmente conhecido por sua obra e pela sua luta implacável contra as desigualdades econômicas e a miséria dos povos que sofreram a exploração colonial do mundo capitalista, denunciando a fome e a subnutrição como os males sociais do subdesenvolvimento e do colonialismo. Dedicou sua vida, inteligência e capacidade de trabalho a denunciar a pobreza e a alertar à opinião pública brasileira e dos países em situação de risco contra as falácias das políticas de desenvolvimento econômico que enfatizavam o crescimento industrial e ignoravam a agricultura voltada para a produção de alimentos, bem como os problemas dramáticos do homem do campo – o agricultor expropriado da terra e de seus instrumentos de trabalho (FERNANDES E PORTO GONÇALVES, 2007). Josué de Castro foi um lutador do povo e seu pensamento continua atual, principalmente por conta do empobrecimento de grande parte da população brasileira, com a intensificação do desemprego estrutural e da reforma agrária ainda não realizada, assunto este que será discutido no Capítulo três.

No decorrer dos anos 1930-1940, a Nutrição no Brasil teria emergido como parte integrante do projeto de modernização da economia brasileira, conduzido pelo chamado Estado Nacional Populista, cujo contexto histórico delimitou a implantação das bases para a consolidação de uma sociedade capitalista urbano-industrial no país. Entretanto desde a metade do século XIX o saber sobre a alimentação brasileira já despontava dentro do campo do

conhecimento médico (VASCONCELOS, 2002). Em 1933, Pedro Escudero, já com liderança nos assuntos sobre alimentação e nutrição, recebeu convite da Faculdade Nacional de Medicina⁹ para ministrar curso no Rio de Janeiro. Sua passagem pelo Brasil incentivou o interesse da classe médica sobre o tema alimentação (MAGALHÃES e PORTO, 2015).

De acordo com os estudos de Francisco de Assis Guedes de Vasconcelos (2010) nos primeiros anos da década de 1930, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo e, posteriormente, em Salvador e no Recife, duas correntes bem definidas e distintas do saber médico confluíram para a constituição do campo da Nutrição. De um lado, médicos e nutrólogos¹⁰ brasileiros eram partidários da corrente de perspectiva biológica, preocupados essencialmente com aspectos clínico-fisiológicos relacionados ao consumo e à utilização biológica dos nutrientes e influenciados por concepções das Escolas de Nutrição e Dietética norte-americanas e de centros europeus criados no decorrer da Primeira Guerra Mundial. A partir de 1940, esta vertente deu origem à Nutrição Clínica - Dietoterapia - considerada a especialização matriz do campo da Nutrição dentro do contexto mundial, direcionada para a prática de ações, de caráter individual, centradas no alimento como agente de tratamento bem como originou a Nutrição Básica e Experimental, uma outra especialização, voltada ao desenvolvimento de pesquisas básicas de caráter experimental e laboratorial relacionadas à alimentação humana. Por outro lado encontravam-se os adeptos das ideias da corrente de perspectiva social, preocupados particularmente com aspectos relacionados à produção, à distribuição e ao consumo de alimentos pela população brasileira e influenciados, principalmente, pelas concepções de Pedro Escudero. Entre estes médicos integrantes do núcleo inicial da perspectiva social da Nutrição, cuja atuação era voltada para o coletivo, a população, a sociedade, a economia e a disponibilidade de alimentos, estavam Heitor Annes Dias (1884-1943)¹¹ e Josué de Castro. Esta vertente deu origem à Alimentação Institucional - Alimentação Coletiva -, também considerada como uma

⁹ A Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro foi criada pelo príncipe regente D. João, por Carta Régia, assinada em 5 de novembro de 1808, com o nome de Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia. Funcionou como escola isolada até 7 de setembro de 1920, quando foi criada, por Decreto, a Universidade do Rio de Janeiro. Em 1937, com a criação da Universidade do Brasil, passa a se chamar Faculdade Nacional de Medicina. Em 1965, a Universidade do Brasil passou a ser denominada Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Disponível em < http://www.medicina.ufrj.br/ex_alunos.php > Acesso em: 22. mar. 2018.

¹⁰ Naquela época, o termo Nutrologia foi a denominação mais utilizada para o novo campo do saber, derivado do campo da Medicina. Ao mesmo tempo, o termo nutrólogo foi a denominação mais utilizada para o especialista médico deste campo (VASCONCELOS, 2010).

¹¹ Médico brasileiro, professor, político, patrono do Instituto de Nutrição Annes Dias (INAD) em Botafogo, RJ.

especialização matriz do campo da Nutrição, direcionada para a administração no sentido de racionalização da alimentação de coletividades sadias e enfermas, bem como, nos anos 1950-1960, originou a Nutrição em Saúde Pública, uma outra especialização, voltada ao desenvolvimento de ações de caráter coletivo no sentido de contribuir para garantir que a produção e distribuição de alimentos seja adequada e acessível a todos os indivíduos da sociedade .

Os primeiros nutrólogos brasileiros logo iniciaram o processo de produção e difusão de estudos e pesquisas sobre composição química e valor nutricional de alimentos nacionais, sobre consumo e hábitos alimentares e sobre o estado nutricional da população brasileira, procurando, desta maneira, garantir especificidade e legitimidade para esta nova área do saber científico que se constituía no país. Da mesma forma, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1930, passaram a evidenciar certa organicidade intelectual com o chamado Estado Populista, contribuindo para a formulação das primeiras medidas e instrumentos da Política Social de Alimentação e Nutrição, os quais começavam a ser implantados no Brasil (VASCONCELOS, 2010).

2.7 ALIMENTAÇÃO COLETIVA E SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO

O interesse de Josué de Castro pelos desfavorecidos e/ou deserdados sociais, levou-o a promover, ainda recém-formado, o primeiro inquérito sobre as condições de vida da classe operária em Recife, sua cidade natal, onde crescera e havia despertado no menino pobre a atenção para a realidade social de uma região marcada por profundos contrastes econômicos. Os dados do estudo, pioneiro no país, tiveram ampla divulgação e serviriam de modelo para investigações semelhantes nos anos 1930 e 1940 em outros Estados do Brasil, no auge do movimento que se desenvolvia pela regulamentação do salário mínimo e pelo reconhecimento dos direitos dos trabalhadores (FERNANDES e PORTO GONÇALVES, 2007).

As discussões sobre saúde do trabalhador, portanto, nascem exatamente no contexto de estudos de Josué de Castro, nos quais retrata o problema da fome no Brasil.

[...] Comecei, também, a trabalhar numa grande fábrica e a verificar que os doentes não tinham uma doença definida, mas não podiam trabalhar. Eram acusados de preguiça. No fim de algum tempo, compreendi o que se passava com os enfermos. Disse aos patrões: sei o que meus clientes têm. Mas não posso curá-los porque sou médico e não diretor daqui. A doença dessa gente é fome. Pediram que eu me demitisse. Saí. Compreendi, então, que o problema era social. Não era só do Mocambo, não era só do Recife, nem só do Brasil, nem só do continente. Era um problema mundial, um drama universal. [...] Foi então que realizei o inquérito sobre as condições de vida das classes operárias do Recife, em 1932 o primeiro levado a efeito no País e cujos resultados impressionantes repercutiram nos meios cultos, chamando a atenção das elites para o problema da fome nacional (CASTRO, 2003, p. 19 e 20).

O conceito de fome para Josué de Castro tem diferentes dimensões: fome como resultado da exploração econômica, fome como produto de dominação política, como consequência da injustiça, fome como dependência, fome física, espiritual, fome como alienação, fome como sede de luta. Em sua produção científica registrou as causas da fome: concentração de renda, desigualdades sociais, concentração da estrutura fundiária, expropriação dos trabalhadores rurais e a utilização da terra para uma agricultura de exportação em detrimento da agricultura familiar. (FERNANDES e PORTO GONÇALVES, 2007). Para entender esse contexto faz-se necessário apresentar o cenário histórico-político social no Brasil à época:

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil ocorre quando este modo de produção já dominava a Europa e também os Estados Unidos. De acordo com Sandra Maria Chaves dos Santos (1988) são apontados como condições para acumulação capitalista no Brasil os seguintes fatores: os lucros obtidos com a exportação do café desde a primeira metade do século XVIII e com o tráfico de escravos negros; o desenvolvimento do comércio importador, principalmente no Rio de Janeiro e a imigração. Estes fatores geraram massa de capitais disponíveis para a aplicação da indústria, ampliaram a mão de obra nas cidades com o decorrente barateamento de seu custo, o que permitiu a criação de um exército de mão de obra de reserva e o estabelecimento de um mercado de consumo interno mais promissor, principalmente nas cidades.

Em 1914 eclodiu a 1ª. Grande Guerra Mundial, que se estende até aproximadamente 1918. Paradoxalmente, a guerra não apenas acelerou o desenvolvimento industrial como também chamou a atenção sobre certos problemas que eram então descuidados, como o problema alimentar.

[...] A luta que ensanguentou a Europa de 1914 a 1918 veio mostrar a importância do capital – alimento, impondo às nações beligerantes um prodigioso esforço científico para

que a fome não pusesse um perigo à sua resistência física (CASTRO, 1937 p.18 apud LIMA, 2000, p. 47).

Entre o período aproximado de 1912 a 1929, a produção industrial cresceu cerca de 180%. O número de indústrias que em 1907 totalizava 3.258, em 1912 alcança 9475 estabelecimentos industriais e já em 1920 totalizavam 300.000 assalariados nas fábricas, no comércio e no transporte. No entanto, a economia agroexportadora¹² cafeeira seguiu hegemônica no desenvolvimento do capitalismo. O controle econômico e político do país estava nas mãos dos fazendeiros, mesmo sendo as atividades urbanas o polo mais dinâmico da sociedade (MAGALHÃES e PORTO, 2015; SANTOS, 1988).

Quanto ao operariado brasileiro, Santos (1988) destaca que é preciso considerar em sua formação, a condição de ser, em sua maioria, de origem rural, trazendo consigo uma série de doenças como verminoses e desnutrição, o que o levava a ser identificado como de baixa produtividade. Muitos se apresentavam invalidados pela moléstia de Chagas, úlceras, lepra, sífilis, anemia etc., em decorrência das péssimas condições de existência a que os trabalhadores estavam submetidos, especialmente os residentes na periferia das grandes cidades. A alimentação deficiente era a causa principal, seguida da má qualidade de moradia e da inexistência de assistência médica ou sanitária. Aliadas a essas precárias condições gerais de existência estavam as péssimas condições de trabalho, estando os trabalhadores brasileiros subordinados a regimes penosos, contando inclusive com o trabalho irregular de mulheres e crianças, tal qual ocorria na Inglaterra, berço da revolução industrial.

O quadro sanitário nessa época indicava que as condições de vida das camadas pobres urbanas havia atingido níveis baixíssimos. A chamada Gripe Espanhola que atingiu o Rio de Janeiro, São Paulo e outras cidades, em 1918, deixou um saldo trágico de óbitos agravados pela fome, trazendo à tona a precariedade dos serviços sanitários e hospitalares. Durante a epidemia famílias inteiras vivendo em habitações com baixos níveis de higiene eram atingidas, vinham a falecer e os corpos acabavam sendo jogados na rua, onde eram recolhidos após alguns dias,

¹² O modelo de produção agroexportador, sob a égide das leis do capitalismo, produzia apenas produtos agrícolas e minerais para o abastecimento do mercado europeu. A amplitude desse modelo era tal que, de acordo com as primeiras estatísticas macroeconômicas organizadas pelo Banco do Brasil em meados do século 19, naquela época, a colônia exportava mais de 80% de tudo o que era produzido no território (STÉDILE, 2011, p. 20).

criando uma visão dantesca de corpos em decomposição em ruas desertas, até serem levados em condições precárias para os cemitérios e sepultados em covas comuns (KOLATA, 2002 apud SCHATZMAYR & CABRAL, 2012).

Eronides da Silva Lima (2000) destaca que a crise urbana também refletia a miséria do trabalho no campo. As precárias condições sanitárias nas atividades agrícolas, na moradia e na vida do trabalhador rural criaram os maláricos, os tracomatosos representados na figura do Jeca-Tatu criado por Monteiro Lobato, em 1914. O escritor difundia a lerdeza e a preguiça do nosso homem da terra, mais ou menos o que se dizia antes sobre o índio. Para Gustavo Praça (2016), é possível ver a forma arredia do roceiro, ainda um pouco índio, como uma reação intuitiva ao alijamento da terra, ao desenraizamento, ao não lugar na sociedade rural brasileira fundada na lógica das capitâneas hereditárias¹³, das sesmarias¹⁴ e latifúndios¹⁵. Esse afastamento da terra, inclusive, talvez embase o caos existencial moderno, na mesma direção do pensamento do filósofo Martin Heidegger (1889-1976): que faz uma crítica ao desenvolvimento da técnica numa direção que se esquece o tamanho humano e vê gigantismo como progresso. Uma técnica que dá aval ao poder (RUDIGER, 2014).

A crise mundial do capitalismo em 1929, a tão conhecida “crash da bolsa de Nova Iorque” não conseguiu manter a economia cafeeira, acabando com a hegemonia da burguesia do café. Por ser um país predominantemente agrário, exportador de produtos primários e dependente dos mercados e empréstimos externos, o Brasil viu sua economia duramente afetada, o que contribuiu para o enfraquecimento político das oligarquias cafeeiras. O presidente Washington Luís (1869-1957) tentou conter a crise com algumas medidas, mas foram em vão (MAGALHÃES e PORTO, 2015).

¹³ Quando da conquista colonial do Brasil, o rei de Portugal atribuiu a alguns de seus fidalgos (gentis-homens) parcelas da costa, com o mandato de submeter as terras do interior. As terras que arrancassem aos índios autóctones tornavam-se capitâneas e eles, donatários. Boa parte dos latifúndios atuais deriva das antigas capitâneas (ZIEGLER, 2013, p.118).

¹⁴ Terreno sem culturas ou abandonado, que a antiga legislação portuguesa, com base em práticas medievais, determinava que fosse entregue a quem se comprometesse a cultivá-lo. Dicio *on line* de Português. Disponível em < <https://www.dicio.com.br> > Acesso em 04 out. 2020.

¹⁵ Propriedade rural ou grande extensão de terra em que, geralmente por não haver utilização, exploração ou cultivo, se pratica atividades sem grandes investimentos. Dicio *on line* de Português. Disponível em < <https://www.dicio.com.br> > Acesso em 04 out. 2020.

A crise econômica e política ainda tinha como pano de fundo a questão social já relatada, representada pelas péssimas condições gerais de existência e de trabalho, fazendo crescer a mobilização do operariado brasileiro, que ainda contava com o apoio de grande número de imigrantes com forte influência dos movimentos europeus. (SANTOS, 1988).

A revolução de 1930 instaura no Brasil um estilo de fazer política que perduraria por três décadas e ainda ecoa nos tempos atuais: o Populismo. Para entender sinteticamente o que se passou nesse período, Boris Fausto (1930) (1972, p.112 apud MAGALHÃES e PORTO 2015, p. 50,) assim contextua:

O maior partido de oposição ao partido republicano de Washington Luís era a Aliança Liberal, liderado pelo então governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Dorneles Vargas. Mesmo sendo apoiado por muitos políticos que tinham sido influentes na Primeira República, seu programa apresentava um avanço progressista como: a jornada de oito horas, o voto feminino, e o apoio às classes urbanas. A Aliança Liberal foi muito influenciada pelo tenentismo, que foi um movimento de jovens militares que defendiam a moralização administrativa e cujo slogan era 'representação e justiça'. Nas eleições de 1930, a Aliança Liberal perdeu, vencendo o candidato republicano Júlio Prestes (1882-1946). Mas, usando como pretexto o assassinato do aliancista João Pessoa (1878-1930) por um simpatizante de Washington Luís, Getúlio Vargas e seus partidários organizaram um golpe que, em outubro de 1930, tirou Washington Luís do poder. Getúlio Vargas tomou posse do governo no dia 3 de novembro 1930, data que ficou registrada como sendo o fim da Primeira República.

De acordo com Fausto (1995) um dos aspectos mais coerentes do governo Vargas foi a política trabalhista que teve como principais objetivos reprimir os esforços organizatórios da classe trabalhadora urbana fora do controle do Estado e atraí-la para o apoio difuso ao governo. Nesse período acelerou-se a urbanização e com o progresso da industrialização, a classe operária cresce vertiginosamente.

É nesse contexto que o estudo **As condições de vida das classes operárias no Recife**, de Josué de Castro, têm ampla divulgação, provocam uma série de estudos similares e levantam importantes dados sobre a deficiência alimentar e sua relação com a alta mortalidade e baixa esperança de vida entre os brasileiros. Esses estudos começam a estabelecer também relações entre alimentação, salário e produtividade e serviram de base para a regulamentação do salário mínimo, quando o Estado avaliava a melhor maneira de garantir maior controle sobre a classe trabalhadora, de modo a amenizar os conflitos. A divulgação desses estudos desperta a consciência nacional e mobiliza a opinião popular frente o problema da alimentação e nutrição

(FERREIRA et al, 2014; SANTOS, 1988). Por tratar-se de um fenômeno social, e não meramente natural, Josué de Castro sempre reforça em suas obras a necessidade de ações afirmativas para reverter esse cenário, com a definição de políticas públicas específicas. A falta de renda foi diagnosticada por ele como uma das mais sérias ameaças à capacidade das famílias em suprir suas necessidades alimentares (SILVA, 2014).

Magalhães e Porto (2015) lembram o fato de que a crescente industrialização do país e o êxodo rural trouxeram para as regiões metropolitanas grande contingente de trabalhadores que se alimentavam deficitariamente. Suas marmitas eram preparadas de véspera, o que acabava fazendo com que a comida se estragasse, levando muitas vezes os portadores a contraírem moléstias por falta de higiene.

Com a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, as condições de desequilíbrio econômico financeiro se tornam visíveis e exigem inquéritos que confirmam a precariedade do orçamento familiar que destinava 50% para a alimentação do trabalhador. Frente a este cenário, e com o intuito de proteger este capital humano o presidente Getúlio Vargas determinou a criação de cursos de aperfeiçoamento profissional e instituiu a obrigatoriedade das empresas com mais de 500 empregados destinarem local abrigado, higiênico e adequadamente aparelhado para os trabalhadores fazerem suas refeições - Decreto-lei nº 1238, de 02 de maio de 1939. Ainda em 1939 é criado o Serviço Central de Alimentação (SCA) - vinculado ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), o que seria o ponto de irradiação da luta pela boa alimentação do trabalhador, iniciativa ampliada no ano seguinte por meio do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. No Instituto dos Industriários, local que à época apresentava as melhores condições para o trabalho, foi construído um restaurante que serviria de modelo para os futuros, destinados aos industriários do Distrito Federal (MAGALHÃES e PORTO 2015).

Sob forte influência das pesquisas pioneiras Josué de Castro, a Lei nº 185 de janeiro de 1936 e o Decreto-Lei nº 399 de abril de 1938 regulamentaram a instituição do salário mínimo, e o Decreto-Lei nº 2162 de 1º de maio de 1940 fixou os valores do salário mínimo, que passaram a vigorar a partir do mesmo ano. A Lei nº 185 também criara comissões encarregadas de

estabelecer os valores de acordo com os critérios indicados, de tal forma que “... o salário mínimo seria então determinado pela soma diária das despesas efetuadas com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte, nesta ordem, necessários a vida de um trabalhador adulto...” (SANTOS, 1988, p.51). De acordo com esse mesmo autor, a criação da comissão que deveria estabelecer a ração essencial mínima dos trabalhadores, com vistas a composição do salário mínimo, mobilizou estudiosos que já se dedicavam ao assunto, destacando Josué de Castro que atuava como técnico em alimentação no SCA. Todo esse movimento em prol da institucionalização de um padrão mínimo de remuneração aos trabalhadores, segundo Nascimento (2012) trata-se da primeira expressão pública, e estatal, de relevância dos efeitos da percepção e debate em torno da precariedade alimentar do povo brasileiro.

A partir dessas iniciativas, que marcam uma ação mais sistemática do Estado frente ao problema alimentar, várias instituições são criadas nos anos seguintes: a Sociedade Brasileira de Alimentação - SBA (1940), o Serviço Técnico de Alimentação Nacional - STAN (1943), o Instituto Técnico de Alimentação - ITA (1944), a Comissão Nacional de Alimentação - CNA (1945) e o Instituto Nacional de Nutrição - INN (1946) são alguns exemplos. De acordo com os estudos de Magalhães (1997), Josué de Castro não só valoriza a consolidação de uma visão científica da alimentação, como também, busca inclui-la na agenda dos problemas prioritários do País, considerando o governo um implementador das medidas necessárias para a solução do problema alimentar. Alguns dos órgãos estatais criados nos anos 40 vão ao encontro de muitas de suas propostas. A presidência da SBA, a direção do STAN e do INN são algumas das atividades identificadas com a perspectiva mais ampla de Josué de Castro no tratamento da questão alimentar.

Em 1940, com a intenção de melhorar as condições de alimentação dos trabalhadores, sua resistência orgânica e capacidade de trabalho, Vargas criou o SAPS por meio do decreto-lei nº 2478, de 5 de agosto de 1940. Tratava-se de uma autarquia com jurisdição nacional e com a finalidade de garantir condições favoráveis e higiênicas de alimentação a todos os segurados dos Institutos e das Caixas de Aposentadorias e Pensões. (MAGALHÃES e PORTO 2015). Representando o Estado, instituição pioneira, o SAPS desenvolveu programas de assistência alimentar aos trabalhadores e seus familiares por meio de Postos de Subsistência e Restaurantes

Populares que ofereciam refeições aos trabalhadores a preços modestos, além de promover uma política de educação alimentar. Cabia ao SAPS atuar na sensibilização dos empregadores quanto à importância de oferecer alimentação aos seus trabalhadores (FERREIRA et al, 2014).

Criado inicialmente como uma forma de complementar o salário mínimo, o SAPS atuou durante quase três décadas. A unidade pioneira foi instalada no Rio de Janeiro, a capital federal. O Restaurante Central da Praça da Bandeira (Figuras 04 e 05) era modelo para as diversas unidades do país. Ali foram implantados todos os projetos de ampliação do SAPS, como a biblioteca popular, sala de música, curso de corte e costura para as filhas dos trabalhadores, desjejum escolar, consultório de alimentação econômica, setor de encaminhamento a empregos e assistência social e postos de subsistência. Além disso, a cozinha do Restaurante Central fornecia refeições para outros postos de distribuição. Na ampliação de suas atribuições, pode-se identificar: pesquisas na área de alimentação e nutrição e de divulgação científica; auxílio alimentar ao trabalhador e a sua família durante trinta dias, em caso de doença ou desemprego; sala de leitura destinada aos trabalhadores; aulas noturnas de alfabetização; realização de cursos formadores de nutricionistas, nutrólogos e profissionais de copa e cozinha (MAGALHÃES e PORTO 2015; FERREIRA et al, 2014).



Figura 04: Restaurante Central do SAPS Praça da Bandeira, 1940. Fonte: Evangelista, 2014.



Figura 05: Almoço no Restaurante Central do SAPS, 1940. Fonte: Magalhães e Porto, 2015.

Sob o argumento de que abrigava reuniões de sindicalistas de esquerda, além de denúncias de corrupção administrativa, o regime militar de 1967 extingue o órgão (FOGAGNOLI, apud LUSTOSA, 2012).

A partir de 1937, o governo de Getúlio Vargas assume uma política de substituir importações pela produção interna e de estabelecer uma indústria de base. A implantação da Usina de Volta Redonda e a forma de sua constituição ficaram definidas em 1940. Foi financiada por créditos americanos, concedidos pelo *Export-Import Bank*, e por recursos do governo brasileiro. Seu controle ficou nas mãos de uma economia mista, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), organizada em 1941 (FAUSTO, 1995). A CSN, que iniciou suas atividades em 1946, foi o primeiro empreendimento industrial de grande porte, que contemplou em seu projeto um plano de alimentação para a mão de obra, com a construção de unidades de produção de refeições coletivas (PROENÇA, 2000).

A década de 40 significou para o Brasil um período de adaptação às mudanças no cenário interno e externo: a deposição do presidente Getúlio Vargas em 1945, o fim da Segunda Guerra Mundial e o fortalecimento da industrialização do país. Foi um período marcado por reivindicações relacionadas à criação de políticas sociais, à universalização da educação, melhoria do atendimento à saúde e dos sistemas de transporte e habitação. Entre os empresários brasileiros havia o consenso de que o Brasil precisava de um instrumento de ação social, que complementasse a atuação do Estado. Em 1946, o Decreto-Lei nº 9.403, assinado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra (1883-1974), atribuiu à Confederação Nacional da Indústria (CNI) a tarefa de criar, organizar e dirigir o Serviço Social da Indústria (SESI). Em 1947, em São Paulo, nasce então o SESI, uma entidade de direito privado mantida e administrada pela indústria, onde são instaladas as primeiras cozinhas distritais. O objetivo central era promover as condições sociais de trabalhadores, dentre elas a alimentação. As cozinhas distritais forneciam marmitas para milhares de trabalhadores nas quais constavam arroz, feijão, carne, verduras, frutas e pão (Figura 6). A repercussão dos resultados fez com que as empresas procurassem a Subdivisão de Alimentação do SESI para colaborar na instalação de refeitório para seus operários. A primeira foi a *Standard Oil Co. of Brazil* – conhecida como Esso Brasileira de Petróleo –, que inaugurou seu refeitório em 1º de julho de 1948, conforme Figura 07 (LUSTOSA, 2012).



Figura 06: Preparação de marmitas na Cozinha Distrital n°1 Mooca/ SP, 1947. Fonte: LUSTOSA, 2012



Figura 07: Refeitório Industrial da Standard Oil Co. of Brasil São Paulo/SP, 1948. Fonte: LUSTOSA, 2012

Nessa mesma década, inicia-se a estruturação da produção de Alimentação Coletiva para o subsetor saúde, quando surgem as primeiras unidades organizadas em hospitais. Durante muito tempo, a produção de refeições hospitalares esteve sob a gerência de freiras, tarefa para a qual não se necessitava competência tecnocientífica, mas sim disponibilidade caritativa. Processos semelhantes aos domésticos caracterizavam a produção e distribuição dos alimentos nos hospitais (GODOY et al, 2007).

Com o restabelecimento de liberdades políticas após a queda de Getúlio Vargas, Josué de Castro se lançou contra as capitânicas e as sociedades multinacionais estrangeiras que já controlavam a maior parte da produção agrícola brasileira. Segundo Jean Ziegler (1934) (2013, p. 118), essa produção era destinada em grande escala – neste país da fome – à exportação, que experimentou então, em face de uma Europa destruída, um crescimento formidável. Depois de 1945, o Brasil, onde tantos seres passavam fome, foi um dos maiores exportadores de alimentos do mundo.

Em 1947, Josué de Castro publicou sua obra capital, *Geografia da Fome*. Inaugurava um método geográfico, uma geografia diferente no estudo da fome. Demonstrou com esse trabalho que era possível construir uma ciência que teria por objeto de estudo problemas específicos de países pobres e que fosse capaz de explicar a situação destes países sem recorrer ao mito da inferioridade racial, do fatalismo, do determinismo geográfico ou até do acaso (FERNANDES e PORTO GONÇALVES, 2007). Desconstrói assim a forma de enxergar a fome, atribuída ao mito da ignorância – pobre não sabe comer – e ao meio e a mestiçagem – mal de raça. Para abordar

seu tema, Josué de Castro atacou as velhas teorias, falsas interpretações, preconceitos raciais e climáticos, bem como as doutrinas que justificavam a fome como crescimento populacional.

Neste nosso ensaio de natureza ecológica tentaremos, pois, analisar os hábitos alimentares dos diferentes grupos humanos, ligados a determinadas áreas geográficas, procurando, de um lado, descobrir as causas naturais e as causas sociais que condicionaram o seu tipo de alimentação, com suas falhas e defeitos característicos e, de outro lado, procurando verificar até onde esses defeitos influenciaram a estrutura econômico-social dos diferentes grupos estudados (CASTRO, 1946 apud FERNANDES e PORTO GONÇALVES, 2007, p. 114).

Cabe ressaltar a interdisciplinaridade que exigia as análises de Josué de Castro. Em seu livro anterior *A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana* aponta: “Já Dartre dissera que o problema alimentar é, sem dúvida, culinário e gastronômico, mas é também econômico e social, agrícola, fiscal, higiênico, médico e mesmo moral. E principalmente e antes de tudo fisiológico” (CASTRO, 1937 p.22). O objeto do estudo estava em vários domínios: da biologia, da antropologia física e cultural, da etnografia, da patologia, da economia política, da sociologia, da higiene e da história (LIMA, 2000). E nesse sentido, Morin (2015) nos fala que entender a complexidade da condição humana não depende apenas das ciências humanas, mas também das ciências naturais renovadas. A interdisciplinaridade seria uma abordagem necessária para compreender a humanidade que emergiu dos grandes dramas do século XX e do fluxo de conhecimentos no final do século, que levaram a ciência a redefinir a sua identidade, renovando e deslocando seus eixos epistemológicos. Morin (2000) afirma que não se separa a vida intelectual das vivências reais das pessoas em constante movimento e repletas de antagonismos e aproximações.

A década de 1950 foi de intenso desenvolvimento econômico e industrial no Brasil, fase conhecida como nacional desenvolvimentista. Empresas multinacionais implantadas no país, em especial as do setor automobilístico, trazem inovações não só nos processos produtivos, nos padrões de organização do trabalho, como também na gestão da mão de obra. A tendência de instalação dos centros industriais fora dos centros urbanos, aumentando assim a distância entre a residência e o trabalho, tornou a oferta da alimentação por parte das empresas uma necessidade primordial, já que não era mais possível o trabalhador receber suas refeições de casa, à hora do almoço (ARAÚJO et al, 2010).

Em 1954 teve início o Programa de Merenda Escolar (PME), política essa na qual Josué de Castro teve grande participação em sua formulação. Uma das atribuições do SAPS nas décadas anteriores era a oferta de desjejum escolar aos filhos dos trabalhadores, medida que pode ser considerada como o embrião da merenda escolar. Hoje, o que é então denominado Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma das vertentes da Alimentação Coletiva para o ensino no país. São atendidos pelo Programa os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros (ARAÚJO et al, 2010).

Os Restaurantes Universitários (RU) constituem outra vertente da Alimentação Coletiva para o ensino no país e tiveram início na década de 1950, quando a Universidade do Brasil, denominada Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) a partir de 1965, mantinha alguns restaurantes para atendimento de funcionários e estudantes. Hoje, o RU é de vital importância para a vida acadêmica como forma de garantir a permanência do estudante no campus, dando-lhe oportunidade para otimizar seu tempo e melhorar seu desempenho (LUSTOSA, 2012).

O direcionamento das políticas públicas para a área de alimentação e nutrição culminou na criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) em 1972. Este foi um importante órgão vinculado ao Ministério da Saúde (MS), criado para dar apoio ao Governo na estruturação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). Porém, naquela época não houve grandes iniciativas. A extinção do INAN ocorre em 1997 (FERREIRA et al, 2014).

Com suas bases lançadas ainda na época do SAPS, o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) foi instituído em 1976 - lei nº 6.231, de 14 de abril de 1976 – em um período em que os debates internacionais sobre a fome mundial despontavam com força e, no Brasil, a discussão girava em torno da desnutrição calórica e proteica. O programa foi criado com o objetivo de: Proporcionar disponibilidade maior e mais eficiente de energia para o trabalho do homem e, conseqüentemente concorrer para melhoria do estado nutricional do trabalhador; dividir, transitoriamente, entre o governo, a empresa e o trabalhador, o custo da energia humana necessária para o trabalho. Foi o programa mais importante do INAN, apesar de sua vinculação

com o Ministério do Trabalho, e que contribuiu para a expansão do mercado da nutrição no Brasil (ARAÚJO et al, 2010).

O PAT que ainda se mantém como único programa de alimentação relacionado ao trabalho, opera em diversas modalidades conforme as situações e ambientes laborais, podendo a empresa beneficiária optar pela autogestão ou pelo serviço de alimentação terceirizado. As empresas que aderem ao Programa são beneficiadas pela isenção de encargos sociais sobre o valor do benefício concedido, além de dedução das despesas com a alimentação dos próprios trabalhadores em até 4% do Imposto de Renda. Por outro lado, devem fornecer aos seus trabalhadores prioritariamente os de baixa renda, ou seja, aqueles que recebem até cinco salários mínimos – refeições ou cupons/cartões que lhes permitam adquirir refeições em restaurantes ou alimentos em mercados credenciados. Outra opção são as cestas de alimentos, obedecendo a certos parâmetros de qualidade e nutricionais mínimos estipulados pelo Programa.

O PAT foi fator incentivador à implantação de projetos industriais que contemplaram a questão da alimentação no trabalho. Foi nessa época, ao final da década de 1970, que a terceirização passou a ser solução para as empresas tomadoras de serviços de alimentação. Surgem as primeiras empresas especializadas em Alimentação Coletiva e relaciona-se também a vinda de multinacionais do ramo que, ao trazer inovações nos processos, alavancaram o mercado de Alimentação Coletiva terceirizado. Cabe destacar que empresas francesas de serviços de catering foram as primeiras a se instalarem no Brasil e foi especificamente a indústria automobilística que impulsionou seu crescimento (LUSTOSA, 2012).

No início dos anos 1980, a emergência do movimento popular em prol do retorno da democracia no país apresentou uma nova perspectiva para a organização social em torno do combate à fome e à desnutrição. Em 1985, foi organizado pelo Ministério da Agricultura o Debate Nacional de Abastecimento Popular, conhecido como “Dia D do Abastecimento”, que mobilizou cerca de 30 mil participantes vinculados a quase 3 mil organizações populares das periferias dos centros urbanos para a elaboração de uma carta de reivindicações que tratava, de maneira geral, de temas que envolviam “política econômica e da questão salarial, da política agrária e agrícola, dos programas de abastecimento e da participação popular na formulação e

fiscalização das políticas públicas para o setor”. Outros movimentos sociais começaram a se reorganizar abertamente nessa época, defendendo temas como reforma agrária, salário mínimo e geração de emprego (SILVA, 2014). À ocasião aparecem as primeiras referências ao conceito de Segurança Alimentar no Ministério da Agricultura, sendo elaborada a proposta de uma Política Nacional de Segurança Alimentar. Esta proposta contemplava a criação de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar a ser presidido pelo Presidente da República (FERREIRA et al, 2014).

No início dos anos 90 foram observadas infinitas mudanças na estrutura das empresas. Conceitos como terceirização, reengenharia, qualidade total, normas da *International Organization for Standardization* (ISO), 9000 e globalização passaram a fazer parte da linguagem no dia a dia das empresas e chegaram também aos restaurantes institucionais. Com a abertura da economia para o mercado internacional, o Brasil passou a receber novos produtos com qualidade superior e forçou o mercado interno a acompanhar a qualidade de países mais desenvolvidos, fazendo com que nosso país absorvesse novas tecnologias e novos materiais. Com todas essas mudanças o mercado de alimentação também se modificou (RODRIGUES, apud FERREIRA et al, 2014).

Ainda segundo Ferreira et al (2014), com a globalização, o Brasil passou a sofrer grandes influências do exterior. Redes de *fast food* se instalaram com os serviços de livre escolha, entre outros, o que começou a mudar os hábitos da população brasileira. A preocupação com a saúde começou a ganhar força nos restaurantes institucionais: nutricionistas e clientes passaram a buscar uma alimentação que, além de saborosa, bem apresentada e higienicamente preparada, fosse mais saudável, com redução no teor de gordura, açúcar e sal e maior ênfase no oferecimento de verduras, frutas e legumes. Os conceitos light e diet definitivamente se estabeleceram. Também se observaram nessa época a expansão dos restaurantes de refeições a peso, reestruturação do PAT, aumento na produção de alimentos industrializados e de complementos alimentares, ampliação das redes de *fast food* e modificação na legislação que regulamenta a profissão do nutricionista.

Em 1993 o Governo comprometeu-se a combater a fome. A publicação do Mapa da Fome trouxe informações que ajudaram na elaboração inicial de uma Política de Segurança Alimentar. Esse mapa identificou a existência de 32 milhões de indigentes no país. Nesse momento, o movimento social **Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida**, liderado pelo sociólogo Herbert José de Souza (1935-1997), o Betinho, dá visibilidade ao quadro dramático de vulnerabilidade social de grande parcela da população que ainda vivia na linha de extrema pobreza e miséria. Em parceria com o movimento e pressionado pela sociedade civil e por diversas instituições ligadas à Nutrição, o Governo Federal criou em 1993 o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) para auxiliar na implantação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Por intermédio desse órgão foi elaborado um Plano de Combate à Fome e à Miséria, que tinha como prioridade a geração de emprego e renda, a democratização da terra, o combate à desnutrição materno-infantil, a descentralização e o fortalecimento do PNAE (FERREIRA et al, 2014).

A Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida também foi fundamental na implantação dos Restaurantes Populares. O projeto foi baseado na experiência da Rede SAPS, os denominados bandejões criados no Governo Getúlio Vargas. O primeiro Restaurante Popular foi inaugurado na Central do Brasil, no centro do Rio, no final do ano 2000. Hoje, os Restaurantes Populares estão espalhados por todo o Brasil.

A partir da criação do CONSEA, várias iniciativas relacionadas a diversos programas na área de alimentação e nutrição tiveram grandes avanços, entre elas a aprovação do Programa Fome Zero e a ampliação do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Em 1999 foi elaborada a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) sob coordenação da Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição (CGPAN). A PNAN, ainda em vigor, tem como principal objetivo contribuir para o conjunto de políticas de governo voltadas para a concretização do direito humano à alimentação e nutrição adequadas e à garantia da segurança alimentar e nutricional da população. Embora não abarque outros elementos que compõem a política de SAN, como a agricultura, a reforma agrária, os programas de transferência de renda etc. a PNAN é basilar para a saúde.

Em 2003 foi recriado o CONSEA, que havia sido extinto no governo de Fernando Henrique Cardoso (1931)¹⁶ entre os anos de 1995 a 2002. A visão de segurança alimentar defendida pelo Conselho e que irá se consolidar na Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) - Lei 11.346/2006 - considera a questão da fome como um problema social a ser enfrentando por meio de uma política que dê conta tanto do caráter emergencial quanto estrutural do problema.

Em 2004, a Organização Mundial da Saúde (OMS) formulou a Estratégia Global para a Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde. A proposta visa a implementação de linhas de ação efetivas para reduzir substancialmente as mortes e as doenças no mundo. O documento aponta ações para informações para a população, por meio da educação, rotulagem de alimentos, publicidade, legislações de saúde, além de frisar a necessidade de garantir articulação intersetorial e políticas nacionais de saúde, agricultura, educação, alimentação, e que incorporem em seus fundamentos a nutrição, a segurança alimentar sustentável, a promoção da alimentação saudável e da atividade física, além da política de preços e programas alimentares. Tal estratégia considera os ambientes de trabalho espaços promotores de saúde e as empresas fornecedoras de Alimentação Coletiva como protagonistas importantes para a promoção de uma alimentação saudável, devendo atuar na redução da quantidade de gorduras, açúcar e sal dos alimentos, no incentivo ao aumento do consumo de frutas, legumes e verduras; como também na elaboração de cardápios nutricionalmente equilibrados (WHO, 2004). A Estratégia Global deflagrou mudanças nos programas de alimentação existentes - PAT, PNAE -, no sentido de incluir mais frutas e legumes nos cardápios e incentivar a educação alimentar.

Em 2010, a alimentação passou a ser considerada um direito social garantido na Constituição Federal, assim como a educação, a moradia e a saúde, após a promulgação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº47/2003. O novo direito contribui para a segurança alimentar e nutricional e consequentemente para a soberania alimentar.

¹⁶ Fernando Henrique Cardoso, também conhecido como FHC (1931), é um sociólogo, cientista político, professor universitário, escritor e político brasileiro. Foi o 34.º presidente da República Federativa do Brasil entre 1995 e 2003.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF de 2008/2009 apresentou um acréscimo significativo de pessoas acima do peso recomendado, o que tem contribuído para o aumento dos agravos à saúde principalmente das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT) como: as doenças do coração, o diabetes e a pressão alta que são, atualmente, os principais problemas de saúde pública no Brasil. Frente a este cenário o Ministério da Saúde elaborou um Guia de Boas Práticas Nutricionais para Restaurantes Coletivos. As Boas Práticas Nutricionais (BPN) são um conjunto de medidas a serem adotadas a fim de garantir a adequação nutricional das refeições e dos produtos alimentícios às necessidades da população a que se destinam. Um dos objetivos propostos pelo Guia de Boas Práticas Nutricionais é a necessidade de melhoria do perfil nutricional dos alimentos, de modo a orientar os serviços de alimentação na preparação de alimentos com menores teores de açúcar, sódio, gorduras *trans* e saturadas (BRASIL, 2014a).

Nas últimas décadas, o Brasil passou por diversas mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais que evidenciaram transformações no modo de vida da população. A ampliação de políticas sociais na área de saúde, educação, trabalho e emprego e assistência social contribuiu para a redução das desigualdades sociais e permitiu que o país crescesse de forma inclusiva. O maior avanço socioeconômico foi a retirada de quase 40 milhões de pessoas da pobreza extrema, em razão, sobretudo, de diversos programas de proteção social. Tal feito foi determinante para que o país reduzisse significativamente o número de pessoas sofrendo de fome. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de brasileiros em situação de desnutrição crônica caiu 82% entre 2002 e 2013 (IBGE, 2014). Em 2014, o relatório anual da FAO indicou que no Brasil, em 2013, menos de 5% da população padecia de fome. O Brasil atingia níveis semelhantes aos de países desenvolvidos, no que se refere à porcentagem de pessoas desnutridas. (FAO, 2014). Há consenso entre as agências da ONU de que, quando a desnutrição crônica atinge menos de 5% da população de um país, o problema da fome deixa de ter características endêmicas e limita-se a determinados bolsões específicos. O Brasil, portanto, deixava o Mapa da Fome no Mundo.

Também se observou rápida transição demográfica, epidemiológica e nutricional, apresentando como consequência maior expectativa de vida e redução do número de filhos por mulher, além de mudanças importantes no padrão de saúde e consumo alimentar da população

brasileira. As principais doenças que atualmente acometem os brasileiros deixaram de ser agudas e passaram a ser crônicas. Apesar da intensa redução da desnutrição em crianças, as deficiências de micronutrientes e a desnutrição crônica ainda são prevalentes em grupos vulneráveis da população, como em indígenas, quilombolas e crianças e mulheres que vivem em áreas vulneráveis. Simultaneamente, o Brasil vem enfrentando aumento expressivo do sobrepeso e da obesidade em todas as faixas etárias, e as doenças crônicas são a principal causa de morte entre adultos. O excesso de peso acomete um em cada dois adultos e uma em cada três crianças brasileiras. Para o enfrentamento desse cenário, é emergente a necessidade da ampliação de ações intersetoriais que repercutam positivamente sobre os diversos determinantes da saúde e nutrição. O Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB), publicado em 2006, apresentou as primeiras diretrizes alimentares oficiais para a nossa população. Diante das transformações sociais vivenciadas pela sociedade brasileira, que impactaram sobre suas condições de saúde e nutrição, fez-se necessária a apresentação de novas recomendações. A segunda edição do guia passou por um processo de consulta pública, que permitiu o seu amplo debate por diversos setores da sociedade e orientou a construção da versão lançada pelo Ministério da Saúde em 5 de novembro de 2014. O programa de História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia (HCTE) e o Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC), ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) promoveram o lançamento no Rio de Janeiro no evento **Conhecer e comer: caminhos para redescobrir a comida de verdade – perspectivas do Guia Alimentar para a População Brasileira** em 24 de março de 2015. Tendo por pressupostos os direitos à saúde e à alimentação adequada e saudável, o guia é um documento oficial que aborda os princípios e as recomendações de uma alimentação adequada e saudável para a população brasileira, configurando-se como instrumento de apoio às ações de educação alimentar e nutricional (BRASIL, 2014b).

Em se tratando de recomendações para uma alimentação adequada e saudável, inclui-se aqui a publicação do **Modelo de Perfil Nutricional da Organização Pan-Americana da Saúde** (OPAS), uma ferramenta para classificar bebidas e alimentos processados e ultraprocessados,

baseada no sistema NOVA¹⁷ de classificação de alimentos, base das recomendações do GAPB/2014, identificando os que contêm excesso de componentes críticos, como açúcares, sal, gorduras totais, gorduras saturadas e gorduras trans. A publicação busca ajudar na concepção e implementação de várias estratégias relacionadas com a prevenção e controle da obesidade e excesso de peso, incluindo: restrição na comercialização de alimentos e bebidas pouco saudáveis para crianças; regulamento de ambientes alimentares escolares (programas de alimentação e alimentos e bebidas vendidos nas escolas); uso de rótulos na parte frontal das embalagens; definição de políticas fiscais para limitar o consumo de alimentos não saudáveis; identificação de alimentos a serem fornecidos por programas sociais para grupos vulneráveis (OPAS, 2016).

Alinhado ao GAPB, publicado em 2014, o Ministério da Saúde lançou em 2019 o Guia Alimentar para crianças brasileiras abaixo de dois anos. Se por um lado aumenta a cada ano a parcela da população infantil que já apresenta excesso de peso (sobrepeso e obesidade) em razão de intensas mudanças nas práticas alimentares e no modo de vida da sociedade, do outro lado, casos de desnutrição, anemia e deficiência de vitamina **A** continuam a existir, seja em grupos populacionais marcados pela dificuldade de produzir ou adquirir seus alimentos; seja pela violação de direitos básicos em função das condições socioeconômicas, de conflitos pela posse de terra ou outros fatores. O guia traz recomendações e informações sobre alimentação de crianças nos dois primeiros anos de vida com o objetivo de promover saúde, crescimento e desenvolvimento para que elas alcancem todo o seu potencial. A ideia é mostrar às famílias que devem descascar mais e desembalar menos (BRASIL, 2019).

Embora os esforços empreendidos pelo governo e pela sociedade civil para estratégias e políticas públicas voltadas para a alimentação, há ainda grandes entraves para garantir a segurança alimentar e nutricional do povo brasileiro. Acumulamos durante esses anos uma bagagem de experiências com políticas públicas em direção à soberania alimentar conforme demonstrado na Figura 08. Porém, toda essa evolução relatada, os avanços e retrocessos que hoje vivemos não deram conta ou foram falhos em sanar as deficiências há muito existentes.

¹⁷ NOVA é a classificação que categoriza os alimentos de acordo com a extensão e o propósito de seu processamento. NOVA (um nome, não um acrônimo) classifica todos os alimentos e produtos alimentícios em quatro grupos claramente distintos, especificando o tipo de processamento empregado na sua produção e a finalidade subjacente a este processamento.

Todos os anos, a FAO, em parceria com outras agências do sistema da ONU, publica o relatório do Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (SOFI, na sigla em inglês - *The State of Food Security and Nutrition in the World*), com base, sobretudo, em dados e estatísticas fornecidos pelos países membros com referência ao ano anterior. A SOFI de 2019 indica, para o Brasil, grandes retrocessos. A curva de desnutrição, há muito descendente, passou a crescer. Esse crescimento é atribuído à crise econômica, mas também à uma ideologia de governo que se estabeleceu, a redução de políticas sociais e programas de transferência de renda (FAO, 2019).

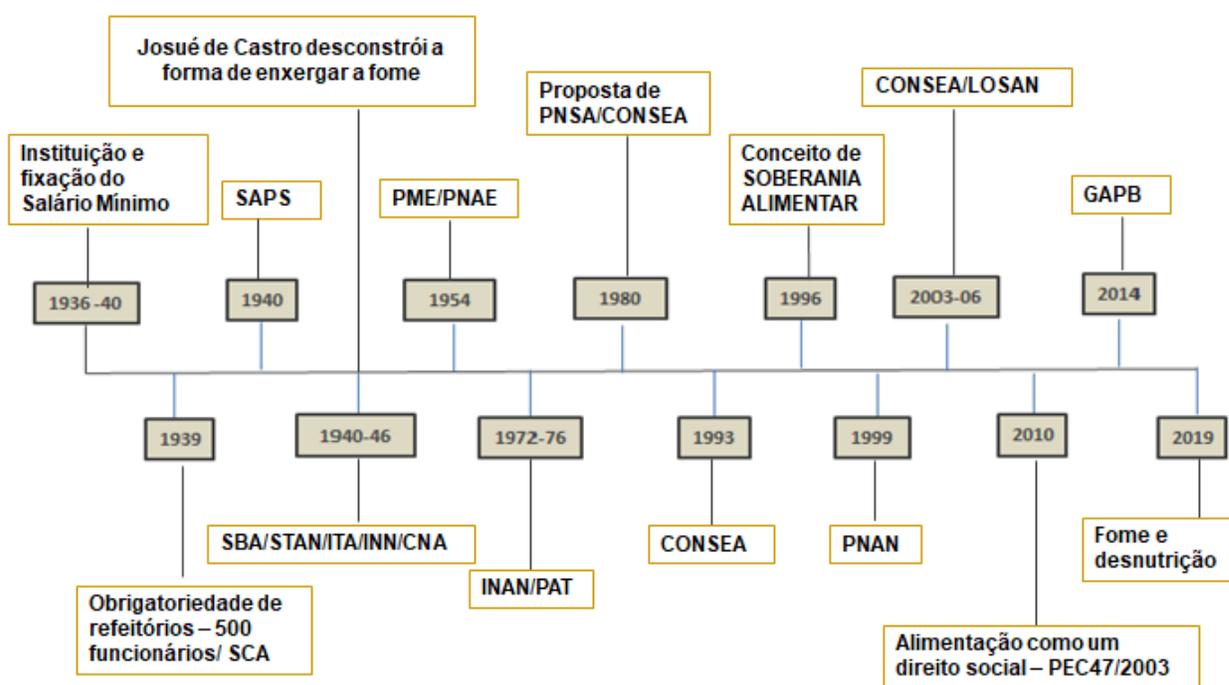


Figura 08: Alimentação coletiva e sua relação com as políticas e estratégias públicas de alimentação – Linha do tempo

Em relação à pobreza e extrema pobreza, por exemplo, levantamento da *ActionAid* Brasil indica que nos anos de 2015 a 2017, o país voltou ao patamar de 12 anos atrás. Ou seja, mais de 10 milhões de brasileiros estão novamente nessa condição (ACTIONAID, 2019).

O Brasil é um dos principais produtores de alimentos do mundo e mesmo assim muitas pessoas ainda passam fome. Mais de setenta anos da publicação de *Geografia da Fome*, como compreender essa situação? O Brasil tem, sem dúvida alguma, uma capacidade de produção de

alimentos muito relevante. Este não é o nosso problema, porém, convivemos com uma profunda desigualdade, inclusive, no campo.

Segundo Luiz Zarref (2018), o capitalismo de base industrial que se vivia à época de Josué de Castro se transformou em uma força hegemônica denominada capital financeiro, mudando substancialmente como o capital se organiza no mundo, no sentido de cumulação transnacional, na mão de pouquíssimas pessoas. Para esse capital não interessa as consequências dessa cumulação, não interessa políticas públicas e direitos humanos, o interesse é que o capital flua sem barreiras. Direitos Humanos, dentre eles, o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) é assunto para o próximo item.

2.8 SOBERANIA, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SSAN) E O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA (DHAA)

O acesso ao direito humano à alimentação é desigual nas cidades e é influenciado por fatores sociais, econômicos, culturais e territoriais. Historicamente, a inter-relação entre a SAN e o DHAA começou a se desenhar a partir do entendimento do que seria a constituição dos direitos humanos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. Naquela época, a principal preocupação foi enfatizar a noção de que os seres humanos, enquanto indivíduos pertencentes a uma sociedade tinham direitos e que estes direitos deveriam ser reconhecidos e expressos nas diversas dimensões das quais faziam parte. A grande contribuição da declaração foi inserir a proposta de que, para a efetivação dos direitos, seria necessária a inclusão das questões sociais, econômicas, civis e políticas, as quais foram essenciais para a identificação destas, enquanto direitos vinculados às liberdades fundamentais e à dignidade humana (ALBUQUERQUE, 2009).

No cenário mundial, mesmo com o fim da Segunda Guerra Mundial e a rápida recuperação das economias europeia e japonesa, uma série de outros conflitos foram deflagrados, sobretudo nos continentes asiático e africano, em que nações lutavam pelo fim do jugo colonial e pela libertação nacional. Esses conflitos trouxeram sérios danos à garantia de direitos humanos, com fortes impactos no risco de aumento da fome nesses países, além de impedir o

desenvolvimento econômico e a geração de oportunidades produtivas às populações locais (SILVA, 2014).

À luz desta perspectiva, o direito humano à alimentação adequada foi reconhecido em 1966, a partir do Pacto Internacional para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), quando 146 países reafirmaram e ratificaram seu reconhecimento. O Pacto estabelece “o direito de todos de usufruir um padrão de vida adequado para si mesmo e sua família, incluindo moradia, vestuário e alimentação e a melhoria contínua das condições de vida”.

A ampliação do debate em torno dos fatores determinantes da fome e as estratégias para sua erradicação em nível global levaram a um alargamento conceitual em relação à temática, de modo que o termo **segurança alimentar** passou a ser adotado cada vez mais recorrentemente no vocabulário oficial das organizações internacionais. Com a realização da Conferência Internacional de Nutrição, organizada pela FAO em 1992, incorporou-se o aspecto nutricional e sanitário ao conceito de segurança alimentar, passando a ser adotado como SAN. De acordo com Silva (2014) a adequação desse novo conceito reside no fato de se articularem duas dimensões distintas, porém complementares: a) a alimentar, referente aos processos de produção, comercialização e disponibilidade de alimentos; e b) a nutricional, que diz respeito mais diretamente à escolha, ao preparo e consumo alimentar e sua relação com a saúde humana. “Assim, segurança alimentar e segurança nutricional podem ser vistas como duas faces da mesma moeda, não se podendo garantir uma delas sem que a outra também esteja garantida” (MALUF e MENEZES, 2000, p. 3). O quadro 1 apresenta os principais aspectos de cada uma dessas dimensões e como elas se relacionam.

Quadro 1: Principais aspectos que caracterizam as dimensões alimentar e nutricional

Dimensão Alimentar	Dimensão Nutricional
• Suficiente para atender à demanda.	• Escolha de alimentos saudáveis.
• Estável e continuada para garantir a oferta permanente.	• Preparo dos alimentos com técnicas que preservem o seu valor nutricional.
• Autônoma para que se alcance a autossuficiência nacional nos alimentos básicos.	• Consumo alimentar adequado e saudável (sanitária e nutricionalmente).
• Equitativa para garantir o acesso universal às necessidades nutricionais adequadas	• Promoção dos fatores ambientais que interferem na saúde e na nutrição.
• Sustentável do ponto de vista agroecológico, social, econômico e cultural.	• Promoção dos cuidados com a saúde no âmbito da família e da comunidade.

Fonte: (SILVA, 2014).

No entanto, foi somente em 1996, durante a Cúpula Mundial de Alimentação (CMA) - *World Food Summit* (WFS) organizada pela FAO, em Roma, que chefes de estado e de governos, empenharam a sua vontade política e asseveraram “o direito fundamental de estar livre da fome”. Tal indicação culminou em um Plano de Ação que apontava sete compromissos, dentre os quais, os de assegurar um ambiente político, social e econômico para viabilizar melhores condições para a erradicação da pobreza e a implementação de políticas voltadas à erradicação da pobreza e da desigualdade e para a promoção da segurança alimentar e sustentável para todos (ALBUQUERQUE, 2009).

Um dos encaminhamentos da CMA foi a solicitação ao Comitê de especialistas das Nações Unidas para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, da definição do conceito e das formas de operacionalização do Direito Humano à Alimentação Adequada. De acordo com Maluf (2007), colocado como crucial para a fruição dos demais direitos, o direito de estar livre da fome e à alimentação adequada e saudável integra o conjunto de direitos dos povos promovido pelo Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas, conforme consta no Comentário Geral (CG), n.12 que traz uma interpretação acerca do artigo 11, parágrafos 1 e 2, do PIDESC:

O direito à alimentação adequada realiza-se quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção. O direito à alimentação adequada não deverá, portanto, ser interpretado em um sentido estrito ou restritivo, que o equaciona em termos de um pacote mínimo de calorias, proteínas e outros nutrientes específicos. O direito à alimentação adequada terá de ser resolvido de maneira progressiva. No entanto, os estados têm a obrigação precípua de implementar as ações

necessárias para mitigar e aliviar a fome, como estipulado no parágrafo 2 do artigo 11, mesmo em épocas de desastres, naturais ou não (CG, 1999 apud ALBUQUERQUE, 2009, p. 896).

Duas contribuições ficaram mais definidas ao longo desse processo: o reconhecimento do provimento dos direitos como obrigação do Estado e a inter-relação do direito humano à alimentação adequada com o conceito mais amplo de segurança alimentar, uma vez que sua realização não é somente relacionada ao provimento do alimento, mas a uma abrangência mais ampla que contempla outros direitos, especialmente quando se considera a assertiva de que os direitos humanos são universais, indivisíveis, inalienáveis, interdependentes e inter-relacionados (ALBUQUERQUE, 2009). Sob essa ótica, o direito à alimentação adequada é encarado como um direito humano básico, e não uma mera ação assistencial do Estado que estará sujeita às vontades políticas dos governantes ou de arranjos favoráveis. Isto é, a própria afirmação do conceito de SAN foi um fator delimitador da luta política pela inclusão do direito à alimentação adequada no rol de obrigações do Estado, como condição de cidadania. Assim, uma atuação de governo que contemple a complexidade que envolve a temática da SAN implicaria a combinação de:

(a) ações assistenciais-compensatórias frente a questões emergenciais como a fome, com políticas de caráter estruturante visando assegurar; (b) o acesso aos alimentos sem comprometer parcela substancial da renda familiar; (c) a disponibilidade de alimentos de qualidade, originados de formas produtivas eficientes, porém, não excludentes e sustentáveis e (d) divulgação de informações ao consumidor sobre práticas alimentares saudáveis e possíveis riscos à saúde, mediados pelo alimento (MALUF, MENEZES E VALENTE, 1996, p. 7 apud SILVA, 2014, p. 13).

A CMA estabeleceu como meta a redução da fome e da desnutrição à metade até 2015, de acordo com os índices de 1996. No entanto, essa tímida resolução desagradou grande parte dos representantes que estavam presentes no fórum paralelo de organizações não governamentais (ONG) e movimentos sociais. A delegação brasileira resolveu então organizar um grupo de trabalho para dar continuidade à luta em prol da SAN no Brasil. Como resultado, em um encontro realizado em São Paulo no final de 1998, com cerca de cinquenta organizações sociais de todo o Brasil, foi criado o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) (SILVA, 2014).

Desde a sua constituição, o FBSAN é composto por redes de organizações da sociedade civil, fóruns estaduais, regionais e indivíduos que são referência na área. Seu objetivo foi, desde

o início, angariar forças sociais para influenciar na definição e no fortalecimento das ações de SAN na agenda pública, obtendo importantes conquistas. De acordo com Pinheiro (2009), seus principais objetivos e ações são:

- a) mobilizar a sociedade civil em torno do tema da SAN e colaborar para a formação de uma política pública favorável;
- b) fomentar a elaboração de propostas de políticas e ações públicas nacionais e internacionais em SAN e direito humano à alimentação;
- c) estimular o desenvolvimento de ações locais/municipais de promoção da SAN;
- d) colaborar para a capacitação dos atores da sociedade civil visando aperfeiçoar a participação efetiva da sociedade nos distintos espaços de gestão social; e
- e) denunciar e monitorar as respostas governamentais quanto às violações ao direito à alimentação.

O FBSAN reuniu uma grande variedade de entidades ligadas aos movimentos sociais tradicionais no país, sobretudo aqueles ligados às lutas camponesas. Ele exerceu um importante papel de protagonista no fortalecimento da pauta da SAN no Brasil e na institucionalização de espaços participativos que envolvem o tema, fundamentando-se no princípio de soberania alimentar.

A Segurança Alimentar e a Soberania Alimentar são propostas que nasceram em contextos políticos diferentes. A finalização do Primeiro Regime Alimentar (1870-1914)¹⁸, como

¹⁸ Philip McMichael (1947) no livro *Regimes Alimentares e Questões Agrárias* (2016) discorre sobre as relações existentes entre a questão da produção agrícola e os problemas alimentares do mundo, analisando o desenvolvimento do capitalismo na agricultura através dos conceitos de regimes alimentares e colocando a alimentação humana no centro das discussões. Para esse autor, desde meados do século XIX existiram três regimes alimentares. O chamado primeiro regime alimentar, constituído no período final da hegemonia britânica (1870-1930). Sua dinâmica se realizava através da combinação de produtos tropicais provenientes das colônias britânicas com a exportação de grãos básicos e pecuária pelas metrópoles, predominando sobre a maior parte da população mundial uma dieta influenciada pelo poderio político-econômico dos estados europeus, baseada, sobretudo, no leite, na carne e no trigo. O segundo regime alimentar centrado na hegemonia americana no pós - II Grande Guerra (1950-1970) inicia-se com a reconstrução da agricultura norte-americana que conciliava programas nacionais de agricultura intensiva em capital, baseada na especialização em *commodities*, ao direcionamento dos fluxos excedentes de alimentos subsidiados dos EUA para os Estados pós-coloniais. As campanhas da ONU contra a fome e pobreza dos países subdesenvolvidos tiveram seu papel em fortalecer esse regime. Já o terceiro, o chamado “regime alimentar corporativo”, iniciado na década de 1980, vem aprofundando o processo do regime anterior, comprometendo o ideal de agriculturas nacionais e pavimentando um caminho de regime alimentar cada vez mais transnacional e corporativo (HOYOS & D’AGOSTINI, 2017; COCA, 2016).

consequência da depressão econômica e da Primeira Guerra Mundial, apresentou a necessidade da Segurança Alimentar nos países capitalistas industriais entendida como proteção da agricultura, porém, só no contexto do Terceiro Regime Alimentar Internacional (a partir de 1980), a Segurança Alimentar se concretiza, como estratégia com propósitos e ações definidas para a conquista do monopólio internacional de produção de alimentos, na Declaração Universal sobre a Erradicação da Fome e Desnutrição (DUEFD), produto da Conferência Mundial da Alimentação em 1974. O evento ocorreu em um cenário mundial em que os estoques de alimentos estavam bastante escassos, com quebras de safras em importantes países produtores.

Esse cenário favorecia o argumento da necessidade de modernização do setor agrícola, principalmente em países em desenvolvimento, capitaneada pelas inovações da indústria química, processo que passou a ser conhecido como Revolução Verde. De acordo com essa tese, “o flagelo da fome e da desnutrição no mundo desapareceria com o aumento significativo da produção agrícola, o que estaria assegurado com o emprego maciço de insumos químicos - fertilizantes e agrotóxicos” (MALUF E MENEZES, 2000, p. 1). Em meio ao contexto da Revolução Verde, da crise do petróleo e do colapso do Segundo Regime Alimentar Internacional (1950-1970), caracterizado pela diminuição da produção mundial de cereais e pela instabilidade de seus preços, a Assembleia Geral das Nações Unidas convocou a primeira Conferência Mundial da Alimentação, que aprovou a DUEFD e se cunhou concretamente a Segurança Alimentar como proposta no âmbito internacional. Como princípios ou critérios orientadores das ações de Segurança Alimentar presentes na Declaração, que ainda permanecem, destacam-se: o reconhecimento da capacidade produtiva dos camponeses, das organizações populares e dos trabalhadores Sem Terra; o reconhecimento do papel da mulher na produção agrícola e economia rural; assim como a reivindicação do direito à alimentação e a convicção de que a fome pode ser eliminada (HOYOS & D’AGOSTINI, 2017).

O resultado mais importante dessa conferência foi possibilitar o deslocamento do debate em torno do problema da fome de simplesmente técnica para uma arena mais social e política. Ou seja, não apenas a oferta de alimentos, mas também a capacidade de acesso aos alimentos pelas populações em situação de vulnerabilidade social deveria ser tema de discussões e decisão. Para

Jonsson (1989), essa alteração ficou evidente na declaração final do evento, em que foi exposto o seguinte:

As causas da nutrição inadequada são muitas e intimamente inter-relacionadas, incluindo limitações ecológicas, sanitárias e culturais, mas a causa principal é a pobreza. Isto, por sua vez, resulta dos padrões de desenvolvimento socioeconômico, que na maioria dos países mais pobres têm-se caracterizado por um alto grau de concentração de poder, riqueza e renda nas mãos de relativamente pequenas elites compostas de indivíduos ou grupos nacionais ou estrangeiros (FAO, 1974 apud JONSSON, 1989, p. 49).

A FAO passou então a declarar que o problema da fome global não é uma questão exclusiva de pouca disponibilidade de alimentos, mas sim derivada da pobreza de grande parte da população (SILVA, 2014).

No Brasil o aparecimento de referências à **segurança alimentar** ocorre em meados da década de 1980, como visto anteriormente, na proposta governamental de uma Política Nacional de Segurança Alimentar. Segundo o conceito definido pela FAO em 1996, durante a CMA: “A segurança alimentar existe quando toda pessoa, em todo momento, tem acesso físico e econômico a alimentos suficientes, inócuos e nutritivos para satisfazer suas necessidades alimentares e preferências quanto aos alimentos, a fim de levar uma vida saudável e ativa” (VENDRAMINE et al, 2012).

O conceito de SAN utilizado no Brasil, o qual é oriundo das conferências nacionais de segurança alimentar e fruto de grande mobilização de organizações da sociedade civil, está definido na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), sancionada em setembro de 2006 como “a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis”. Com ela o Estado passa a ter obrigação de “respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade” (Cap. I, art. 2o, § 2o, Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006). A LOSAN reconhece e estabelece que “a alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o Poder Público adotar as políticas e

ações que se façam necessárias para promover e garantir a Segurança Alimentar e Nutricional da população” (BRASIL, 2006).

Já os fundamentos iniciais da proposta de Soberania Alimentar foram divulgados cinco dias depois do Massacre de Eldorado de Carajás¹⁹, no Brasil, por meio da declaração de Tlaxcala, fruto da II Conferência Internacional da Via Campesina²⁰ (II CIVC), no México, em abril de 1996. O momento caracterizava-se pela implementação das políticas de ajuste estrutural do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) além do incremento da dívida externa. As corporações transnacionais concentravam terras, bosques, e fontes de água. Estes fatos provocaram aumento da pobreza rural, maior destruição da natureza, expulsão de povos indígenas de seus territórios, migração forçada e massiva de famílias de agricultores para as cidades, além da repressão a que foram submetidos os movimentos camponeses de diferentes lugares da América Latina (HOYOS & D’AGOSTINI, 2017). Frente a esse ambiente cada vez mais hostil as organizações camponesas, indígenas e de pequenos agricultores se propunham a desafiar, de forma coletiva, as condições econômicas e as políticas neoliberais das quais estavam sendo reféns e, em contrapartida, pretendiam criar uma nova economia rural, fundamentada no respeito dos que habitam e trabalham na terra, fundamentada na reforma agrária, na Soberania Alimentar, no comércio justo e no controle da terra por parte dos camponeses (II CIVC, 1996).

A declaração da Via Campesina no II CIVC identificou como principais obstáculos da materialização do direito à alimentação, o sistema econômico capitalista em sua modalidade de capitalismo financeiro, os tratados de livre comércio, as instituições multilaterais e as medidas de ajuste estrutural, políticas estas que, além de serem responsáveis pela “globalização da fome e da pobreza”, eram também responsáveis pelo desaparecimento das comunidades camponesas e de sua capacidade de produção de alimentos. Nesse momento a Via Campesina propôs, então, a Soberania Alimentar, entendida como a autonomia de cada nação na produção de todos os alimentos básicos consumidos em suas fronteiras, o que implica a liberdade para produzir e para

¹⁹ O Massacre de Eldorado do Carajás foi o assassinato de dezenove sem-terra que ocorreu em 17 de abril de 1996 no município de Eldorado do Carajás, no sul do Pará, Brasil decorrente da ação da polícia do estado do Pará.

²⁰ Via Campesina é uma organização internacional de camponeses composta por movimentos sociais e organizações de todo o mundo. A organização visa articular os processos de mobilização social dos povos do campo em nível internacional. Sua origem e concepção serão abordados no Capítulo 4.

o desenvolvimento de suas próprias capacidades de produção de alimentos e conservação das já existentes, garantindo, por sua vez, a diversidade cultural dos hábitos alimentares e dos modos de produção agrícola.

De acordo com Nascimento (2012) a expressão soberania alimentar tem origem quando Egito, Jamaica, México e Peru, com apoio de Marrocos e Nigéria, apresentaram propostas na Rodada do Uruguai (1986-1993) para as negociações da agricultura. Pela primeira vez se falou no tema, utilizado no sentido de: (i) autodeterminação nacional do que se produzia e como se produzia; (ii) garantia de suficiente oferta a preços e disponibilidade adequados; e (iii) incentivos ao desenvolvimento rural e nacional sobre a base de aumento da produção, do consumo e da renda dos produtores. Desde então, a expressão converteu-se em ponto de referência para discursos sobre questões alimentares, especialmente entre movimentos sociais ao redor do mundo. O enfoque é uma proposta contrária ao paradigma de desenvolvimento fundamentado no comércio agrícola internacional liberalizado, na segurança alimentar e nutricional baseada no comércio e na produção industrial agrícola e de alimentos, realizada por produtores com abundantes recursos. O marco da soberania alimentar é proteger o espaço da política local, das famílias, que por trás apresentam-se constituídas por uma rede mundial de organizações não governamentais e da sociedade civil, e movimentos sociais. A Declaração de Nyélény²¹ no Fórum Mundial pela Soberania Alimentar no Mali, em fevereiro de 2007, demonstra esse marco:

A soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isso coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, por cima das exigências dos mercados e das empresas. Defendendo os interesses inclusive das futuras gerações. A soberania alimentar nos oferece uma estratégia para resistir e desmantelar o comércio livre e corporativo e o regime alimentar atual, (...). A soberania alimentar outorga o poder aos camponeses e à agricultura familiar, à pesca artesanal e ao pastoreio tradicional, e coloca a produção alimentar, a distribuição e o consumo sobre as bases da sustentabilidade ambiental, social e econômica. A soberania alimentar promove o comércio transparente, que garante o ingresso digno para todos os povos, e os direitos dos consumidores para controlarem sua própria alimentação e nutrição. Garante que os direitos de acesso e a gestão de nossa terra, de nossos territórios, nossas águas, nossas sementes, nossos animais e a biodiversidade, estejam nas mãos daqueles que produzem os alimentos. A soberania alimentar supõe novas relações sociais livres de opressão e desigualdades entre homens e mulheres, grupos raciais, classes sociais e gerações (FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR, 2007).

²¹ A Declaração de Nyélény refere-se aos principais assuntos debatidos e deliberados por 600 delegados de 80 países no âmbito do Fórum Mundial de Soberania Alimentar, realizado no Mali no ano de 2007.

Em 2010, na Conferência dos Povos sobre Mudanças Climáticas, realizada em Cochabamba, foi ratificado que soberania alimentar refere-se ao direito dos povos a controlar suas próprias sementes, terras e água, garantindo por meio de uma produção local e culturalmente apropriada, o acesso dos povos a alimentos suficientes, variados e nutritivos em complementação com a Mãe Terra e aprofundando a produção autônoma, participativa, comunitária e compartilhada de cada nação e povo. No documento final dessa Conferência denominado Acordo dos Povos está escrito:

O sistema capitalista tem transformado a natureza em mercadoria: água, terra, genoma humano, culturas ancestrais, biodiversidade, justiça, ética, direitos das pessoas, morte e vida em si “Sob o capitalismo, a Mãe Terra se converte em somente fonte de matérias primas e os seres humanos em meios de produção e consumidores, em pessoas que valem pelo que têm, e não pelo que são”, afirma, ressaltando que o equilíbrio com natureza só é alcançado quando “há igualdade entre os seres humanos” (OPAS, 2010, tradução nossa).

Segurança Alimentar e Soberania Alimentar são propostas que compartilham o propósito geral de garantir o “direito fundamental de todas as pessoas a estarem ao abrigo da fome”. E se produção e distribuição de alimentos fazem parte da soberania de um povo, de acordo com João Pedro Stédile e Horácio Martins de Carvalho (2015), ela é inegociável e não pode ficar dependente de vontades políticas ou práticas conjunturais de governos ou empresas de outros países. Os autores citam José Martí²² (1853-1895) que no início do século XX advertia em relação à dependência da América Latina face aos capitais estrangeiros: “Um povo que não consegue produzir seus próprios alimentos é um povo escravo, escravo e dependente de outro país que lhe fornecer as condições de sobrevivência” (STEDILE e CARVALHO, 2015, p. 41).

De povo escravo à escravidão, a qual foi praticada por diversos povos durante toda a história de modos diferentes e específicos. Para entender suas relações com a produção agrícola, os movimentos revolucionários, a reforma agrária e o consumo de alimentos o Capítulo 3 faz

²²José Julián Martí Pérez foi um político nacionalista, intelectual, jornalista, filósofo, poeta e maçom cubano, criador do Partido Revolucionário Cubano (PRC) e organizador da Guerra de 1895 ou Guerra Necessária. Seu pensamento transcendeu as fronteiras de sua Cuba natal para adquirir um caráter universal. Em seu país natal, também é conhecido como «El apóstol». José Martí viveu na segunda metade do século XIX (1853-1895), um período marcado pela consolidação da independência das jovens repúblicas latino-americanas e, no caso de Cuba e Porto Rico, ainda pela conquista da independência da Espanha. Toda sua vida e obra tem como pano de fundo a luta pela autodeterminação de sua pátria, Cuba, e a constituição de um conjunto de nações soberanas e respeitadas de sua rica herança cultural no sul da América. Essa dedicação à causa emancipacionista fez com que passasse a maior parte de sua vida no exílio, peregrinando por vários países (Espanha, México, Guatemala, Venezuela e Estados Unidos), onde atuou como jornalista, professor, escritor e militante político. Disponível em < <https://www.infoescola.com/biografias/jose-marti/> > Acesso em 20 mar. 2021.

uma trajetória partindo do surgimento da agricultura e os primeiros coletivos de trabalhadores agrícolas.

3.ALIMENTO, TERRA, TRABALHO E LUTAS

“A história humana foi escrita por uma mão branca, uma mão masculina, da classe social dominante. A perspectiva dos vencidos da história é diferente. Tentou-se apagar de sua memória a recordação de seus combates. Isto os priva de uma vontade histórica de rebelião”.

JJ Tamayo Acosta

3.1 O SURGIMENTO DA AGRICULTURA E OS PRIMEIROS COLETIVOS DE TRABALHADORES AGRÍCOLAS

Henrique Soares Carneiro (1960) (2003) nos diz que a alimentação é mais que uma necessidade biológica; é um complexo sistema que se materializa em hábitos, ritos e costumes, marcados por uma inegável relação com o poder. De acordo com o autor, o estudo da alimentação é um vasto domínio multidisciplinar, um tema de grande amplitude que recebe contribuições de diversas disciplinas. Um tema universal onde a história dos alimentos se imbrica com as formas de sua produção desde a história da coleta, da caça e da agricultura até a indústria moderna.

Durante milhares de anos, os grupos humanos viveram coletando frutos, raízes, folhas, flores e sementes, caçando e pescando. Formados de pequenos bandos se deslocavam por grandes territórios em busca de alimentos. Em sua vida nômade, ou seja, sem moradia fixa, tudo o que coletavam era compartilhado entre os membros do grupo, sendo assim, não havia propriedade privada. Tudo era de todos.

Há aproximadamente 11 mil anos, a agricultura surgiu como uma inovação. Os cultivos básicos que sustentaram as primeiras civilizações - cevada e trigo no Oriente Próximo, milhete e arroz na Ásia, milho e batata nas Américas – não foram descobertos por acaso. São, na verdade, invenções: tecnologias deliberadamente desenvolvidas que só existem como resultado da intervenção humana. Essas tecnologias são invenções muito recentes no plano da existência humana e, nesse processo, engenheiros genéticos primitivos desenvolveram novas e poderosas ferramentas, com as quais a humanidade transformou as plantas, e elas, por sua vez, transformaram a humanidade (STANDAGE, 2010).

Como é anterior à história escrita, os primórdios da agricultura não são muito claros, mas admite-se que ela tenha surgido independentemente em momentos e lugares diferentes, provavelmente nos vales e várzeas fluviais habitados por antigas civilizações. À medida que se aperfeiçoavam as técnicas de produção e se ampliavam os campos de cultivo e o criatório de animais, aumentaram a produção e o acúmulo de excedentes. Essa produção crescente levou a uma maior aglomeração de pessoas, dando origem às cidades. Os alimentos, de acordo com Standage (2010) atuaram como ferramentas de organização social, ajudando a moldar e estruturar as sociedades complexas que despontavam. A estrutura política, econômica e religiosa das sociedades antigas, desde os caçadores - coletores até as primeiras civilizações, baseava-se nos sistemas de produção e distribuição de alimentos.

A maior produção levou a uma crescente divisão do trabalho nas aldeias e cidades que, por conseguinte, levou ao acúmulo de poder e a imposição de propriedade da terra. A riqueza socialmente produzida foi sendo apropriada privadamente. Foram emergindo a propriedade privada dos meios de produção, os donos daquilo que era comum e pertencia a todos (TARDIN, 2015). A propriedade privada da terra levou à exploração do trabalho alheio e à crescente acumulação privada da riqueza produzida pelos trabalhadores do campo e da cidade

O alimento excedente conferia a seu proprietário o poder de travar guerras, construir templos e pirâmides, cobrar tributos e sustentar a produção de itens artesanais elaborados por algumas atividades especializadas como escultores, tecelões e ferreiros. As pirâmides do Egito, os zigurates²³ da Mesopotâmia e os templos em degraus no sul e centro do México foram construídos graças aos excedentes agrícolas e representam o nascimento de um grau novo de desigualdade e estratificação social. A produção de excedentes agrícolas e o desenvolvimento de sistemas coletivos de armazenamento e irrigação fomentaram a centralização política (LUSTOSA, 2012,). Os rituais de fertilidade agrícola transformaram-se em religiões estatais e o alimento tornou-se moeda e meio de tributação. No início, os excedentes eram trocados por

²³ O zigurate é uma forma de templo, criada pelos sumérios e comum para os babilônios e assírios, pertinente à época do antigo vale da Mesopotâmia e construído na forma de pirâmides terraplanadas. O formato era o de vários andares construídos um sobre o outro, com o diferencial de cada andar possuir área menor que a plataforma inferior sobre a qual foi construído — as plataformas poderiam ser retangulares, ovais ou quadradas, e seu número variava de dois a sete (Wikipedia, 2019) Disponível em < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Zigurate> > Acesso em jan.2020.

outras mercadorias, porém com o desenvolvimento das trocas e do comércio o dinheiro tornou-se dominante nas transações. O dinheiro era sempre algo raro, que todos desejavam ter, como peças de ouro, prata, cobre até o sal foi moeda de troca e daí advém a origem da palavra salário (MORISSAWA, 2001).

O trabalho agrícola determinou mudanças crescentes nas relações do trabalhador com a natureza, propiciando a geração de novos conhecimentos, novas técnicas, novas ferramentas, abrindo caminho para mudanças na cultura humana. Essas mudanças foram condicionando os povos nas diferentes regiões do planeta a estabelecerem formas específicas de se organizar socialmente. Enquanto os pequenos bandos nômades ou parcialmente sedentários tinham tudo em comum, a organização social estava mais fortemente determinada pelas diferenças de gênero. Com o estabelecimento da propriedade privada dos meios de produção, as formas sociais foram sendo estruturadas em castas, como no caso da sociedade na Índia, em estamentos, a exemplo do sistema feudal na Europa durante a Idade Média e em classes sociais, predominantes no sistema capitalista no qual vivemos hoje (TARDIN, 2015).

3.1.1 O trabalho agrícola, a escravidão e a servidão

Durante toda a Antiguidade os sistemas de cultivo se manifestam em crises pelo desflorestamento, pela falta crônica de terras e víveres e pela dificuldade constante em propiciar um excedente necessário para alimentar a população não agrícola e abastecer as cidades que nasciam. De acordo com Mazoyer e Roudart (2010, p. 284) estavam na origem das migrações dos povos à procura de novas terras para colonizar, expedições de pilhagem e guerras quase permanentes que levaram à militarização crescente das sociedades mediterrâneas e europeias da Antiguidade. Os locais de defesa naturais foram tomados por muralhas cidades, abrigando e refugiando a população rural em caso de invasão. Na Grécia, por exemplo, no período arcaico, multiplicaram-se as guerras entre linhagens e tribos para pilhar colheitas, tomar terras e reduzir à servidão as populações vizinhas, o que conduziu os chefes mais poderosos a se constituírem em aristocracias que concentraram nas mãos a maior parte das terras, as armas metálicas mais custosas e eficazes, os cavalos e os carros de combate. Essa aristocracia fundiária e militarizada

encontrava-se na chefia da cidade fortificada e do Estado²⁴ que surgia. As cidades-Estado²⁵ militarizadas mais poderosas puderam prolongar suas expedições de pilhagem às cidades vizinhas, colonizando-as e resolvendo assim seus problemas de abastecimento impondo-lhes um tributo, ou ocupando-as e explorando suas terras.

A partir do momento em que as cidades-Estado permanentes, relativamente importantes, foram constituídas, uma fração importante da população (nobres, guerreiros, magistrados, artesãos, comerciantes, servidores etc.) foi retirada do trabalho agrícola. E como a produtividade agrícola da época era geralmente suficiente apenas para alimentar os agricultores e suas famílias, a cidade antiga dominante e em crescimento tinha não apenas necessidade de colônias, de cada vez mais colônias, mas também necessidade de escravos para abastecer-se. Segundo Mazoyer e Roudart (2010) a escravidão, que se tornou “necessária” quando do surgimento da cidade antiga, devia-se ao fato de que a produtividade agrícola da época era muito insuficiente para garantir simultaneamente a renovação das gerações e excedentes capazes de abastecer a cidade. O que tornava, portanto, a escravidão possível, além da superioridade militar da cidade escravista, era a existência na periferia desta, de povos menos poderosos constituindo uma vasta reserva de mão de obra.

Atenas, antes de chegar à democracia, ficou muito tempo submetida ao poder dos grandes proprietários de terra. Diferentemente das sociedades orientais - Egito, Mesopotâmia, Indo - onde o fruto de grandes obras realizadas sob a égide de um soberano todo-poderoso, no caso os faraós, que concedia terras a particulares ou a comunidades vizinhas pouco diferenciadas, nas sociedades ocidentais as terras cultiváveis eram objeto de apropriação ou usufruto privado, geralmente muito desigual. Há, portanto, uma concentração da terra (MORISSAWA, 2001).

²⁴ Diversos autores têm ao longo do tempo, diferentes interpretações do surgimento do Estado. Marx e Engels consideram a formação do Estado pelo viés econômico - onde o Estado surge com o nascimento da propriedade privada e com a divisão de classes, como um poder político que tem como função "manter o domínio de uma classe sobre outra" a fim de manter a ordem e "impedir que a sociedade dividida em classes se transforme num estado de permanente anarquia" (Bobbio, 2007, p. 74).

²⁵ O termo cidade-Estado significa cidade independente, com governo próprio e autônomo, sendo comum, esta denominação, na antiguidade, principalmente na Grécia Antiga, tais como Tebas, Atenas e Esparta.(Wikipédia, 2019). Disponível em < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade-Estado> > Acesso em 18 jan, 2020

Desde o século VIII a.C., em muitas regiões gregas, a concentração de terras nas mãos de uma minoria de grandes proprietários ampliou-se, sobretudo nas regiões férteis. Vítimas dessa concentração muitos agricultores foram confinados em lotes muito pequenos ou expulsos para as zonas mais inóspitas e aqueles – cada vez mais numerosos – incapazes de pagar os impostos e obrigados a endividar-se não tiveram outra escolha senão a servidão por dívida ou a emigração. A colonização grega para o oeste (Itália do Sul, Sicília), depois para o leste (Ásia Menor, Ponto Euxino) e ao sul (norte da África) foi se organizando. Dela participou a aristocracia, os artesãos, os comerciantes e os camponeses arruinados, mercenários ou servos. Essa colonização foi a princípio agrária, exercida nas planícies geralmente mais extensas, mais férteis e menos superpovoadas que as da Grécia. Era baseada, em grande medida, na exploração de uma mão de obra local ou imigrante reduzida a diversas formas de servidão, proporcionando excedentes que contribuía ao abastecimento da metrópole (MAZOYER e ROUDART, 2010).

O agravamento constante das desigualdades alimentou movimentos revolucionários que exigiam, de maneira recorrente ao longo da Antiguidade, a abolição de dívidas e a partilha das terras. Esses movimentos trouxeram ao poder ou legisladores reformistas democraticamente eleitos, ou tiranos que se impuseram pela violência. No início do século VI a.C o legislador Sólon e posteriormente Pisístrato promoveram reformas radicais: exoneração dos camponeses servos de seus pesados encargos, proibição da servidão por dívida e da venda de crianças como escravos, distribuição de terras e impostos justos. Todo cidadão ateniense foi tido como livre aos olhos do Estado. Pisístrato impôs a distribuição dos domínios confiscados pela aristocracia e as terras em pousio²⁶, constituindo, assim, uma classe vigorosa de pequenos e médios camponeses, os quais foram encorajados a investir em plantações de vinha e árvores frutíferas com créditos do Estado, com baixas taxas de juros. Todavia, se as reformas de Sólon e de Pisístrato, e depois as de Clístenes, fundaram a democracia e protegeram os cidadãos atenienses da servidão, elas, contudo, não aboliram a escravidão dos estrangeiros, nem na metrópole, nem nas colônias (GLOTZ, 1948 apud MAZOYER e ROUDART, 2010).

²⁶ O termo pousio refere-se ao descanso ou repouso dado às terras cultiváveis, interrompendo-se as culturas para tornar o solo mais fértil e permitir o estabelecimento de uma vegetação espontânea local (MAZOYER e ROUDART, 2010).

No fim do século V a.C a situação do campo de Atenas se degradou, acentuada pelas divisões e distribuições sucessórias e consequentemente reduzindo os estabelecimentos agrícolas a espaços cada vez menores, incapazes de alimentar uma família. As guerras civis recomeçaram, o endividamento e a ruína estenderam-se e massas indigentes de camponeses transformaram-se em mercenários, inclusive a serviço do próprio inimigo. A colonização dos territórios do leste por Alexandre da Macedônia permitiu uma prosperidade passageira até a conquista romana no século II a.C. (MAZOYER e ROUDART, op. cit).

A história de Roma foi pontilhada de disputas entre ricos e pobres em meio a uma trama de conquistas territoriais que levou à ascensão e queda do Império Romano. A cidade romana empreendeu um processo de colonização essencialmente motivado pela pilhagem, o confisco de terras cultiváveis e a captura de mão de obra escrava. As conquistas estavam na origem de uma enorme transferência de riquezas das regiões vencidas para a península italiana e para Roma, em particular: produtos agrícolas e escravos a baixo preço. Foi a expansão comercial de Roma que originou as guerras com Cartago (Guerras Púnicas²⁷), que era um das grandes potências econômicas dos séculos IV e III a.C. (MAZOYER e ROUDART, 2010).

Como as Guerras Púnicas permitiram a conquista do Mediterrâneo Ocidental por Roma, isso serviu como porta de entrada para que os romanos conquistassem todo o mediterrâneo e grande parte da Europa, ou seja, se tornassem uma nação hegemônica. Com a conquista de novos territórios havia maior oferta de produtos a baixo preço advindos das colônias o que fez com que os pequenos e médios proprietários italianos entrassem em crise. Para os camponeses pobres, a única e mais frequente saída era vender suas terras e unir-se à plebe²⁸ romana mais ou menos ociosa. A propriedade se concentrou em um número reduzido de mãos elevando-se o número de

²⁷ Os conflitos em questão duraram exatos 100 anos, se estendendo de 264 a.C a 164 a.C., travados pelo domínio do Mediterrâneo. Fala-se de guerras, no plural, pois essas consistem em uma série de três conflitos que modificaram consideravelmente a geopolítica da Sicília (Itália) e do Mediterrâneo. Tais conflitos são conhecidos como Guerras Púnicas, uma vez que os romanos chamavam os cartagineses de “punici”, que significa “fenícios”. Disponível em: < <https://www.historiadomundo.com.br/cartagines/guerras-punicas.htm> > Acesso em: 28 jan. 2020.

²⁸ Os plebeus eram homens e mulheres livres que praticavam o comércio, faziam artesanato e trabalhos agrícolas. Compunham a maioria da população, mas, durante a monarquia, não eram considerados cidadãos. Fonte: WIKIPÉDIA, 2019. Disponível em : < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Plebe> > Acesso em jan. 2020.

famílias patrícias²⁹ e abastadas. Como consequência, durante o século II a.C os campos da Itália ficaram divididos em *latifundia* (latifúndios), pertencentes a patrícios absentistas (proprietários ausentes) cultivados por escravos que chegavam em grande número, frutos da guerra, uma vez que a escravidão era o estatuto normal dos prisioneiros de guerra e havia paralelamente um florescente tráfico de escravos que nada tinha a ver com as conquistas militares. (SARL, 1985).

Segundo Morissawa (2001) a primeira tentativa de reforma agrária aconteceu em Roma quando em 144 a.C, Tibério Graco, tribuno da plebe, colocou em votação pela Assembleia uma lei agrária. O objetivo dessa lei era reconstituir uma camada numerosa de explorações agrícolas familiares, suscetíveis de restaurar a economia dos campos italianos e devolver ao Estado uma base social mais ampla. Tibério propôs limitar o tamanho das propriedades e confiscar todas as áreas que excedessem esse limite para distribuí-las entre as famílias desprovidas. Depois de forte oposição da nobreza senatorial, Tibério Graco foi assassinado no mesmo ano em que a lei foi votada deixando a bandeira da reforma para seu irmão, Caio Graco, que também foi assassinado alguns anos depois.

Apesar de toda oposição, a “reforma dos Graco” foi parcialmente aplicada, sofreu várias modificações e se solidificou ao longo de um século, mesmo com um alcance limitado: as grandes propriedades não só não desapareceram como aumentaram as partes pertencentes aos latifundiários. Foi somente no consulado de César (59 a.C) que as atribuições de terras a cidadãos pobres recomeçaram (MAZOYER e ROUDART, 2010).

A invasão dos bárbaros - povos que estavam fora da cultura greco-romana – além de outros fatores como as mudanças religiosas no período do Cristianismo impossibilitou o Império Romano de continuar a se expandir, conquistar riquezas, terras novas e homens jovens, cada vez mais necessários ao Estado e à economia romana. Atacado por todos os lados – inclusive internamente pelos povos famintos e pela revolta dos escravos - o Estado romano encontrava-se depauperado pelo custo crescente da guerra, da manutenção da ordem e das políticas públicas,

²⁹ Os patrícios originalmente eram os cidadãos que constituíam a aristocracia da Roma Antiga, equivalendo a uma forma de nobreza hereditária. Depois da queda do império, o título passou a ser usado em uma larga região da Europa Ocidental para designar a classe urbana governante, mantendo muitas características do antigo patriciado romano. Fonte: WIKIPÉDIA, 2019. Disponível em : < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Plebe> > Acesso em jan. 2020.

enquanto suas receitas eram cada vez mais limitadas. A guerra, trazendo cada vez menos escravos, encareceu e fez faltar mão de obra, o que gerou baixa na produção agrícola e artesanal, inflação alta, aumento dos preços, aumento de impostos e, por fim, as revoltas sociais. (MAZOYER e ROUDART, 2010)

Para reparar a falta de mão de obra o Estado tentou encorajar a difusão de meios técnicos mais produtivos e a “servidão” tornou lei. Com a servidão, a renovação da mão de obra dos grandes domínios não ocorria mais pela compra de homens e mulheres roubados de povos vizinhos, mas era feita pelas próprias famílias servas que geravam e criavam crianças. Crianças que nasciam servas e que assim permaneciam, assim como os seus descendentes.

Com a decadência do Império, os grandes proprietários se refugiaram cada vez mais no campo, ao abrigo das massas ameaçadoras, defendendo seus domínios das legiões em debandada, dos bandos de bárbaros e de ladrões. Se libertando da autoridade em declínio do poder central, instauraram suas próprias leis. Recolheram escravos e camponeses em fuga que, para encontrar um modo de existir e se beneficiar de sua proteção, colocaram-se sob sua autoridade. O proprietário atribuía, então, a cada família um lote de terra que ela podia explorar, mediante o pagamento de uma parte da colheita e com a prestação de trabalhos importantes destinados a cultivar as terras reservadas ao mestre do domínio. Na medida em que não podiam mais escapar ao seu novo mestre, esses agricultores dependentes, chefes de família, já não se distinguiam mais dos antigos escravos, ou seja, tinham se tornado servos (MAZOYER e ROUDART, 2010).

Encontravam-se imensas propriedades rurais chamadas de “feudos” e seus donos eram os nobres – príncipes, condes, barões e membros da alta hierarquia da Igreja Católica. A estrutura básica de um feudo consistia na reserva senhoril, no manso servil e nas terras de uso comum. Os servos trabalhavam nas terras do senhor durante alguns dias da semana e tinham direito de plantar e criar para sua própria sobrevivência no manso servil (MORISSAWA, 2001).

Pouco a pouco, o comércio foi crescendo entre os feudos próximos e depois por toda a Europa. O dinheiro foi ganhando cada vez mais importância. As feiras próximas aos castelos

eram locais de encontro dos comerciantes, formando vilas que acabavam se tornando burgos³⁰, verdadeiras cidades. Seus moradores, pessoas livres que se dedicavam exclusivamente ao comércio ficaram conhecidos como burgueses. Eis aí o embrião daquela classe que hoje chamamos de burguesia. Morissawa (2001) destaca que nesse cenário já é possível observar o nascimento da oposição entre a terra e capital (o lucro mercantil), entre o feudalismo e o capitalismo; e uma separação geográfica, econômica, social e cultural entre o campo e a cidade.

O feudalismo foi um modo de organização social e político baseado nas relações servo-contratuais (servis) que subsistiu por toda a Idade Média (476 d.C. - 1453). No entanto, numerosas revoltas populares irromperam na Europa sob o feudalismo, contra a nobreza, consequência da intensificação da exploração a que os camponeses estavam submetidos, contra as relações de servidão.

Em 1358 acontece a revolta dos camponeses na França e, em 1381, na Inglaterra. As principais reivindicações dos camponeses diziam respeito à luta contra a fome e às más condições de vida acentuadas durante a crise do século XIV por grande parte da Europa Feudal. A Peste Negra que dizimou grande parte da população, fatores climáticos como chuvas e esgotamento do solo levaram à queda acentuada da produção fazendo com que os nobres intensificassem a exploração do trabalho servil. Soma-se a isso o fato da crescente monetarização da economia e ao aumento das obrigações ao senhor feudal.

A ação dos camponeses contra seus inimigos foi violenta, como também foi violenta a repressão das classes dominantes contra as rebeliões. Porém, apesar dessas revoltas terem sido derrotadas, elas indicaram o início do fim da servidão na Europa Ocidental e a desintegração do mundo feudal, em decorrência das transformações sociais que geraram. Seria o início da

³⁰ Fortificação que, na Idade Média, servia para abrigar as populações que vivam fora das muralhas. Aldeia construída ao redor desse castelo. Os arredores de uma cidade ou de uma vila; arrabalde, cercania. Fonte: Dicionário online de português. Disponível em < <https://www.dicio.com.br/burgo/> > Acesso em: 30 jan.2020.

transformação desses camponeses em futuros proletários³¹, o que, conjugado com a centralização do Estado e a ampliação do comércio com o exterior da Europa, possibilitaria a criação das condições necessárias ao desenvolvimento do modo de produção capitalista (PINTO, 2020).

As guerras dos camponeses na Alemanha (1525-1527), constituída por diversos feudos, foi a maior e mais generalizada revolta popular da Europa antes da Revolução Francesa (1789-1799). A luta chegou ao auge na primavera e no verão de 1525. A ação dos camponeses contra a exploração a que estavam submetidos pelos nobres tornou-se aguda, sendo a religião a expressão ideológica da revolta e também a fundamentação da crítica à riqueza da nobreza. A guerra foi em parte uma expressão da revolta religiosa conhecida como a Reforma Protestante, na qual críticos dos privilégios e da alegada corrupção da Igreja Católica Romana contestaram a ordem religiosa e política estabelecida, mas também reflete o profundo descontentamento social: o descontentamento com o poder dos nobres locais; o desejo de líderes das cidades pela liberdade do poder eclesiástico, ou seja, da Igreja, e dos líderes da nobreza; tensões dentro das cidades entre as massas e as elites urbanas e rivalidades entre a própria nobreza (MORISSAWA, 2001). Friedrich Engels em seu livro “A Guerra Camponesa Alemã” (em alemão: *Der deutsche Bauernkrieg*) em 1850, buscou traçar paralelos nas revoltas fracassadas do Século XVI e a complexa estrutura social da Alemanha. Engels afirma que o Capitalismo e o Protestantismo estão associados, assim como Max Weber, em sua obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo”.

Na Inglaterra do século XVI o sistema de arrendamento que se inicia nos feudos sofre uma mudança profunda e os arrendatários perderam o direito de uso das terras comunais que foram cercadas e passaram a ser usadas para aumentar a renda dos senhores. Com os direitos hereditários suspensos, contratos fixos e renovação com valores aumentados, os camponeses

³¹ Proletariado (do latim proles, “filho, descendência, progênie”) A origem da palavra remonta à Roma Antiga, o rei Sêrvio Túlio (século VI a.C.) usou o termo proletários (proletarii) para descrever os cidadãos de classe mais baixa, que não tinham propriedades e cuja única utilidade para o Estado era gerar proles (prole) para engrossar as fileiras dos exércitos do império. É um conceito usado para definir a classe oposta à classe capitalista. O proletário consiste daquele que não tem nenhum meio de vida exceto sua força de trabalho (suas aptidões), que ele vende para sobreviver. O proletário se diferencia do simples trabalhador, pois este último pode vender os produtos de seu trabalho (ou vender o seu próprio trabalho enquanto serviço), enquanto o proletário só vende sua capacidade de trabalhar (suas aptidões e habilidades humanas), e, com isso, os produtos de seu trabalho e o seu próprio trabalho não lhe pertencem, mas àqueles que comprem sua força de trabalho e lhe pagam um salário. Fonte: WIKIPÉDIA, 2020. Disponível em :< <https://pt.wikipedia.org/wiki/Proletariado> > Acesso em 07 fev. 2021.

começam a desistir do arrendamento para se tornarem assalariados, percebendo salários miseráveis e indignos. A agricultura que era de subsistência passa a ser comercial. (MORISSAWA, 2001).

Desde o fim da Idade Média a burguesia inglesa vinha enriquecendo com atividades de pirataria, tráfico de escravos, exploração de trabalhadores nas manufaturas e, embora houvesse empreendimentos na indústria até o século XVIII, a principal fonte de riqueza ainda era a terra e a sociedade era dominada pela nobreza. A Revolução Industrial, que teve início por volta de 1760 na Inglaterra, representou um processo de mudança na economia: não mais a terra, mas a produção em grande escala passou a ser dirigida para o mercado internacional e o capitalismo ficou consolidado como sistema dominante (MORISSAWA, 2001).

Com o capitalismo em expansão, os processos de industrialização caracterizados pelo êxodo rural e o aniquilamento dos artesões, o campesinato foi perdendo espaço na Europa a partir da introdução de relações de produção capitalistas no campo. De acordo com José Eli da Veiga (1948) (2012), embora as particularidades, as vicissitudes históricas como guerras, revoltas pestes etc., as vias de transição da agricultura feudal europeia para a agricultura moderna, correspondente ao capitalismo urbano-industrial podem ser sintetizadas em três padrões básicos: o inglês - caracterizado pela vitória histórica da nobreza fundiária -, o do leste europeu - com a restauração de formas arcaicas de feudalismo - e do oeste europeu - com a Dinamarca à frente com um sistema original, que teve como resultante estrutural o predomínio da agricultura familiar, precursora do padrão generalizado em todo o Oeste Europeu. Todos os três padrões resultaram fundamentalmente de diferenças existentes nas relações de força entre nobres e camponeses no momento crucial do cercamento de campos.

O Brasil foi introduzido no território de uma Europa que aos poucos foi se expandindo para fora para que seus Estados pudessem tornar-se cada vez mais ricos, poderosos e competitivos. Ainda era a propriedade de terras que dava poder e prestígio. A acumulação de riquezas dominava o pensamento da época. Quanto mais rica a nação, mais rico e poderoso o soberano.

3.1.2 Em terras brasileiras

Aqui o intuito não é narrar a história, pois, não faltaram historiadores que a narraram, mas sim, revisitá-la para ser possível compreender as relações de força na luta pelas terras brasileiras entre os nobres, os índios, os negros, o que culmina nas questões agrárias.

É possível dizer que a luta pela terra no Brasil nasceu no mesmo instante em que os portugueses perceberam que aqui chegaram a uma terra sem cercas, onde tudo era muito disponível. A História registra que as populações que habitavam nosso território viviam em agrupamentos sociais, famílias, tribos, clãs, a maioria nômade, dedicando-se basicamente à caça, à pesca e à extração de frutas, dominando parcialmente a agricultura. Domesticaram apenas algumas plantas existentes na natureza, em especial a mandioca, o amendoim, a banana o abacaxi, o tabaco e algumas frutas silvestres. Organizavam-se em agrupamentos sociais de 100 a 500 famílias, unidas por um laço de parentesco, de unidade idiomática, étnica ou cultural. Não havia entre eles qualquer sentido ou conceito de propriedade dos bens da natureza. Todos os bens da natureza existentes no território – terras, águas, rios, fauna, flora – eram, todos, de posse e de uso coletivo e eram utilizados com a única finalidade de atender às necessidades de sobrevivência social do grupo. Segundo estudos de Darcy Ribeiro (1922-1997) (1995) os grupos indígenas somavam um milhão de índios, divididos em dezenas de grupo tribais, cada um deles compreendendo um conglomerado de várias aldeias de trezentos a dois mil habitantes. Não era pouca gente, pois Portugal àquela época teria a mesma população ou pouco mais.

Até 1532, o Brasil era escala para o caminho das Índias e a essa altura outros países europeus já haviam aprendido esse caminho, o que tornava a Colônia extremamente vulnerável. Desta forma, o Brasil foi logo dividido em fatias generosas, as **capitanias hereditárias** e cada uma delas entregue como concessão a nobres portugueses, os **donatários**. Estes deveriam povoá-las, explorá-las com recursos próprios e governá-las em nome da Coroa, além de propagar a fé católica. Em troca, os **donatários** teriam o direito de aprisionar os índios e estariam livres de pagar tributos à Coroa sobre a venda de pau-brasil e de escravos. Não poderiam vender as capitanias, porém, tinham autorização de entregar parcelas de terra, as **sesmarias**, a pessoas que quisessem produzir nelas. O **sesmeiro** tinha o direito de posse, mas a Coroa Portuguesa ficava

com o domínio. E caso não utilizasse a terra para produzir em um período aproximado de dois anos, teria que devolvê-la ficando as benfeitorias de propriedade de quem as tivesse feito ou mandado fazer. Até pelo menos o século XVIII não podiam receber sesmarias os que não fossem brancos, puros de sangue e católicos. Esta foi, portanto, e de acordo com Morissawa (2001, grifos do autor) a primeira apropriação das terras de pindorama³².

As capitanias hereditárias constituíam 15 faixas de terra que variavam de 150 a 600 km de largura, estendendo-se do litoral ao interior até a linha imaginária de Tordesilhas. Com um clima quente e úmido, nos tornamos uma economia agroexportadora a serviço de Portugal com a instalação de engenhos de açúcar em terras sem fim. Para esse intento, a mão de obra existente eram índios, que com seu modo peculiar e distinto foram escravizados por quase cem longos anos. Eles resistiam, mas quando não podiam enfrentar os inimigos se embrenhavam na mata e a partir do século XVII os colonizadores passaram a substituir a mão de obra indígena pela de escravos africanos. Époça em que havia de um lado os jesuítas que abrigavam e protegiam os indígenas e de outro os bandeirantes que se embrenhavam na mata e muitos eram incumbidos de apresar índios, “caçar” escravos negros foragidos e arrasar quilombos a exemplo do Quilombo dos Palmares³³. Várias revoltas foram travadas demonstrando a resistência indígena dentre elas a Confederação dos Tamoios³⁴ e a Guerra dos Bárbaros³⁵, o que provavelmente foram decisivas para a substituição da mão de obra.

³² Pindorama: Terra das Palmeiras, derivada do Tupy-Guarani, seria o nome que os nativos chamavam as terras brasileiras quando da chegada das Naus portuguesas.

³³ O Quilombo dos Palmares foi o maior quilombo que existiu na América Latina. Foi construído na região do atual estado de Alagoas, capitania de Pernambuco na época, e chegou a reunir cerca de 20 mil habitantes. Foi um dos grandes símbolos da resistência dos escravos no Brasil e foi alvo de expedições organizadas por portugueses e holandeses. Foi destruído em 1694 e seu líder, Zumbi, foi morto no ano seguinte em uma emboscada. Disponível em < <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/quilombo-dos-palmares.htm> > Acesso em: fev.2020.

³⁴ Foi um dos principais e maiores conflitos de caráter de resistência por parte dos ameríndios do grupo dos Tupinambás que envolviam os Tupiniquins, Aimorés e Temiminós, ocorrido na região entre o litoral paulista e o sul fluminense, hoje desde Bertioga até a cidade de Cabo Frio (1554-1567). Disponível em < <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/confederacao-dos-tamoios/> > Acesso em: fev.2020

³⁵ A Guerra dos Bárbaros (1683 -1713). mais se aproximou de uma série heterogênea de conflitos entre índios e luso-brasileiros do que de um movimento unificado de resistência. Resultado de diversas situações criadas ao longo da segunda metade do século XVII, com o avanço da fronteira da pecuária e a necessidade de conquistar e “limpar” as terras para a criação de gado, esta série de conflitos envolveu vários grupos e sociedades indígenas contra moradores, soldados, missionários e agentes da coroa portuguesa. Disponível em: < http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=1174%3Aa-guerra-dos-barbaros-indios-tapuias-versus-colonizadores-portugueses&catid=42%3Aletra-g&Itemid=1 > Acesso em: fev. 2020.

Como em quase todas as colônias europeias espalhadas pelo mundo, predominou no Brasil, até quase o final do século XIX, um sistema agrícola denominado *plantation*, uma combinação de latifúndio e monocultura, com o emprego da mão de obra escrava, voltada apenas para atender ao mercado externo. Tudo o que se via no país, especialmente no Nordeste, eram os imensos engenhos de cana-de-açúcar, dominados pelos **senhores de engenho**. Na mesma situação social estavam os grandes comerciantes que importavam e exportavam mercadorias e comercializavam escravos vindos da África e, abaixo dessa camada mais rica, encontravam-se os pequenos agricultores, carpinteiros, sapateiros, alfaiates, pequenos comerciantes etc. Esmagados por essa estrutura estavam os escravos, que, em algumas regiões, chegavam a ser a maioria da população (MORISSAWA, 2001, grifos do autor).

O gado era criado dentro dos engenhos, servindo como força de tração para carregar a cana e mover a moenda e, fornecendo carne, leite e couro para suprir as necessidades locais. Aos poucos foram surgindo as fazendas de gado no interior, que até então eram restritas ao litoral, e se inicia o desbravamento do Nordeste. As mesmas mãos escravas trabalharam intensamente na mineração, durante o século XVIII, quando o açúcar tornou-se nosso segundo produto de exportação e a busca por ouro a principal atividade econômica da Colônia. A região de Minas Gerais cresce de tal forma que é possível notar o surgimento de muitas áreas produtoras de alimentos tanto pelos arredores como em São Paulo e no Rio de Janeiro. Na segunda metade desse mesmo século, a necessidade de algodão pelas indústrias têxteis britânicas impulsionadas pela Revolução Industrial faz da Colônia um produtor dessa matéria-prima. Havia também a produção de tabaco por alguns latifundiários do Recôncavo Baiano já que, naquela época, fumar tornou-se um modismo na Europa. Tanto o tabaco como a cachaça produzida pelos escravos poderiam ser trocados por mais escravos na África.

As concessões das sesmarias sofreram modificações durante o século XVIII em função do aumento notável da população gerado pela descoberta do ouro e diamantes em Minas Gerais. A obrigação do uso produtivo da terra já havia caducado e o sesmeiro foi aos poucos se tornando fazendeiro, senhor de engenho cada vez mais privilegiado. Entre as modificações pode-se citar a limitação das terras (mais ou menos 40km x10 km), o cercamento antes da doação e também a demarcação judicial, porque as leis não eram cumpridas pelos sesmeiros. De acordo com

Morissawa (2001) no final do século XVIII, em virtude da liberalidade com que as sesmarias eram concedidas, os latifúndios ocupavam todas as regiões economicamente importantes, em geral mais próximas às cidades e aos portos. Em 1822, as terras estavam todas repartidas, a não ser aquelas ocupadas pelos índios, suspensas, portanto, as concessões. Nesse contexto, havia latifúndios com 132 km de extensão, onde não era permitido o estabelecimento de lavradores a não ser como dependentes. Isso fez com que muitos se tornassem posseiros de pequenas porções existentes entre uma propriedade e outra, e, os mais arrojados fossem para locais distantes que não eram de interesse dos fazendeiros. Inicia-se então a ocupação pelo sistema de posse.

Em 1850, em meio à expansão cafeeira no Brasil e com a valorização das terras, os proprietários iniciam a expulsão dos “intrusos”. Muitos desses posseiros estavam instalados há muito tempo em áreas incultas das grandes fazendas, possuíam benfeitorias e viviam relativamente bem. Com as demandas judiciais e por não terem condições de suportar o alto custo das ações, muito menos a riqueza e o prestígio dos latifundiários, as expulsões foram inevitáveis. Foi nesse contexto que o Império decretou a Lei das Terras e conseqüentemente a luta pela terra.

3.2 AS LUTAS SOCIAIS, A LUTA PELA TERRA E AS QUESTÕES AGRÁRIAS NO BRASIL

3.2.1 A organização da resistência camponesa no Brasil

Até a independência do Brasil, em 1822, todas as terras pertenciam ao rei de Portugal. Com a separação de Portugal, nada mudou, pois a propriedade da terra passou para o Imperador brasileiro, que concedia a posse delas aos grandes fazendeiros. A partir da Lei das Terras³⁶ de 1850, a terra passa a ser propriedade privada. Ou seja, quem tivesse dinheiro, poderia transformar sua posse em propriedade. Como os valores eram altos, homens livres pobres, ex-escravos, arrendatários, trabalhadores rurais não tiveram acesso a terra. Ao contrário, muitos posseiros que

³⁶ A lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, amplamente conhecida como Lei de Terras, foi o dispositivo legal que, pela primeira vez, buscou regulamentar a questão fundiária no Império do Brasil. Esse ato determinou que a única forma de acesso às terras devolutas da nação fosse através da compra ao Estado em hasta pública, garantindo, entretanto, a revalidação das antigas sesmarias, que era até então a forma de doação da terra por parte do Estado à iniciativa particular – prática existente desde os tempos coloniais – e das posses realizadas até aquele momento, desde que estas tivessem sido feitas de forma mansa e pacífica. Fonte: MAPA (Memória da Administração Pública Brasileira) Disponível em: < <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/279-lei-de-terras> > Acesso em 30 mai. 2018.

viviam há anos em suas terras eram expulsos pelos grandes fazendeiros, que falsificavam a documentação para comprovar a posse da terra. Um dos métodos utilizado foi a grilagem, quando eram depositados documentos junto a grilos, já que esse inseto produz um tipo de substância que “envelhece” os documentos, parecendo que são títulos antigos (ITERRA,2015). A Lei nº 601 de 1850, de acordo com Stédile (2011) foi o batistério do latifúndio no Brasil. Ela proporciona fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a ter preço. Consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil.

Assim, a luta pela terra ganha uma nova dimensão na história do país. Até aqui, essa luta era também de resistência ou pela liberdade dos índios e escravos. Com a propriedade privada da terra e o fim da escravidão, a luta pela terra ganha destaque na história social do Brasil.

Salienta-se também o fato de que a libertação dos trabalhadores escravizados, oficializada pela Lei Áurea em 1880, levou quase dois milhões de adultos ex-escravos a abandonar as fazendas e se dirigir para as cidades, já que foram impedidos de se tornarem camponeses. Pela mesma Lei das Terras foram impedidos de se apossar de terrenos nas cidades, onde os melhores terrenos já eram propriedade privada dos capitalistas, dos comerciantes etc. “Esses trabalhadores negros foram então em busca do resto, restolho dos piores terrenos, nos morros ou nos manguezais que não interessavam ao capitalista. A Lei das Terras é também mãe das favelas nas cidades brasileiras” (STÉDILE, 2011, p. 24).

Com a abolição do trabalho escravo o modelo *plantation* chega ao fim e aprofunda-se a crise da economia agroexportadora, iniciada com as revoltas do trabalhador escravizado em relação as suas condições de trabalho. Antes mesmo da Independência, a Coroa já vinha atraindo para o Brasil imigrantes europeus para constituição de núcleos de povoamento em áreas afastadas e isoladas com interesses estratégicos e populacional. Com a proibição do tráfico de africanos em 1850, a colonização de origem europeia passou ao primeiro plano, não apenas do governo, mas das próprias classes dominantes da sociedade brasileira fundamentalmente para o fornecimento da mão de obra necessária à expansão da economia cafeeira (SZMRECSÁNYI,

2001). Estimulados pelos auxílios governamentais, vários fazendeiros voltaram a promover a vinda de imigrantes estrangeiros. Com a promessa de terra fértil e barata, no período de 1875-1914, foram atraídos mais de 1,6 milhão de camponeses pobres da Europa. Parte dos imigrantes foi para o Sul, parte foi para São Paulo e Rio de Janeiro trabalhar nas lavouras de café sob o regime de colonato. Nesse sistema, os colonos imigrantes participavam da formação do cafezal, com a permissão de utilizarem espaços intercalares para o cultivo de subsistência. Para cuidar dos cafezais, eles recebiam do fazendeiro um salário fixo anual, e também uma quota por alqueira de café colhido (SZMRECSÁNYI, 2001; STÉDILE, 2011).

A crise segue e o modelo agroexportador é abalado com a eclosão da I Guerra Mundial, de 1914-1918, que interrompeu o comércio entre as Américas e Europa, assim como interrompeu a migração de camponeses e o uso de navios para transporte dos migrantes. Segundo Stédile (2011), nesse período de crise, nasceu no campo brasileiro o **campesinato**. Nasce de duas vertentes: a primeira com os imigrantes pobres da Europa trazidos para habitar e trabalhar na agricultura nas regiões Sudeste e Sul; e a segunda com origem nas populações mestiças que foram se formando ao longo dos 400 anos de colonização com a miscigenação entre brancos e negros, negros e índios, índios e brancos e seus descendentes. Essa população, em geral, não se submetia ao trabalho escravo e, impedidos de se transformar em pequenos proprietários pela Lei das Terras, passou a migrar para o interior do país onde não havia ocupação pelas fazendas que se dedicavam à exportação. A longa caminhada pelo sertão provocou o povoamento do território e a dedicação a atividades de produção agrícola de subsistência. Esses trabalhadores não possuíam a propriedade privada da terra, mas a ocupavam de forma individual ou coletiva, provocando assim o surgimento do camponês brasileiro e de suas comunidades. Produto do sertão, local ermo e despovoado, o camponês recebeu o apelido de **sertanejo** e ocupou todo o interior do território do Nordeste brasileiro e dos Estados de Minas Gerais e Goiás (grifos do autor).

A história das lutas sociais e das revoltas populares registra muitas mobilizações entre o período de 1850 a 1930. Muitas lutas eram regionais e isoladas. De posseiros, arrendatários ou camponeses pobres contra coronéis locais, mas outras ganharam dimensões maiores e coletivas. É o caso de Canudos na Bahia, Contestado no Paraná e Santa Catarina, Caldeirão no Ceará, entre muitas outras lutas.

Esses movimentos de camponeses pobres eram chamados de “Messiânicos”, porque tinham líderes religiosos que os guiavam na luta pela terra prometida. Eram movimentos com forte caráter religioso, onde o líder político e militar era também o líder religioso da comunidade. A Guerra de Canudos foi o maior movimento de resistência à opressão dos grandes proprietários rurais, que ocorreu entre 1893 e 1897, no arraial de Canudos, uma comunidade do Sertão da Bahia. Um movimento que refletia a extrema miséria em que viviam as populações marginalizadas do Sertão Nordestino. Para Clovis Moura (1925- 2003) (2000) a guerra liderada por Antônio Conselheiro é o reflexo eloquente e ao mesmo tempo incompleto - pelo suporte ideológico religioso em que se apoiou - das contradições que existiam naquela época e ainda persistem nas relações sociais - no nível das relações de produção - do nosso setor agrário. Eclodiu em plena zona agropecuária dos grandes latifúndios do interior da Bahia e a violência dos combates travados entre os chamados fanáticos e as tropas do Exército bem reflete o grau de antagonismo a que haviam chegado as relações entre o latifúndio e a massa camponesa explorada da época.

Bernardo Mançano Fernandes (1958) (2001) refere-se à guerra de Canudos como o maior exemplo da organização de resistência camponesa do Brasil. Conselheiro e seus seguidores instalaram-se na fazenda Canudos em 1893 e passaram a chamar o lugar de Belo Monte. A organização econômica se realizava por meio do trabalho cooperado, o que foi essencial para a reprodução da comunidade. Todos tinham direito à terra e desenvolviam a produção familiar, garantindo um fundo comum para uma parcela da população, especialmente os velhos e desvalidados que não tinham como subsistir dignamente.

Na comunidade de Canudos viveram aproximadamente 10 mil pessoas, que acusadas, falsamente de defender a volta da monarquia foram atacados por expedições militares de quase todo o Brasil (Figura 09). Mais de cinco mil soldados combateram os sertanejos de Canudos até o esgotamento completo. Esta guerra representou o desdobramento das disputas pelo poder entre os coronéis e o governo. Derrotar Canudos significava mais força política entre militares e civis ligados ao interesse da economia da monocultura cafeeira. Para os sertanejos, o combate contra os republicanos tinha, antes de tudo, o sentido de lutar contra os inimigos dos trabalhadores: os fazendeiros e os militares (FERNANDES, 2001).



Figura 09: Parte dos colonos da região de Canudos, depois de capturados e reunidos pelo Exército da época
Fonte: Geografia 309³⁷

Inaugura-se o século XX com outra guerra contra os camponeses. Desta vez no sul do Brasil, no Paraná e em Santa Catarina, onde os coronéis também controlavam a terra e a vida dos camponeses. A região dos campos contestados era localizada no oeste de Santa Catarina e Paraná, fronteira com a Argentina, região rica em erva-mate e madeira, repleta de florestas de araucárias, onde se discutia a quem pertenceria afinal aquele território. Em 1908, o governo faz uma grande concessão de terras ao estadunidense Percival Farquhar (1864-1953), por intermédio de sua holding *Brazil Railway Company*, que já havia adquirido o controle da Companhia de Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG). A *Brazil Railway Company* recebeu 15 km de cada lado da ferrovia e ao firmar o contrato com a companhia, o governo declarou a área como devoluta, ou seja, como se ninguém ocupasse aquelas terras. A área total assim obtida deveria ser escolhida e demarcada, sem levar em conta sesmarias nem posses, dentro de uma zona de trinta quilômetros, ou seja, quinze para cada lado. Isso, e até mesmo a própria outorga da concessão feita à *Brazil Railway Company*, contrariava a chamada Lei de Terras de 1850. As terras atravessadas pela ferrovia foram exploradas, desflorestadas - de araucárias e imbuías - por uma companhia que também pertencia a Farquhar chamada *Southern Brazilian Lumber & Colonization Company*, a qual comercializou as madeiras no Brasil e exterior (BUENO, 2012).

³⁷ Disponível em: < <http://geografia309.blogspot.com.br/> > Acesso em: 30 mai.2018

Milhares de famílias que viviam nessas terras foram expropriadas, expulsas brutalmente e, com o fim da construção da ferrovia, cerca de oito mil trabalhadores contratados, em outros estados ficaram desempregados. Sem terra e sem emprego, perambularam pelo sertão, ocupando terra, saqueando e muitas vezes se oferecendo como jagunços³⁸ para conseguirem emprego junto aos coronéis (FERNANDES, 2001).

Diante da crise e insatisfação popular, em 1912, em Campos Novos (SC) ganhou força a figura do beato José Maria de Santo Agostinho (1889 -1912). Este pregava a criação de um mundo novo, regido pelas leis de Deus, onde todos viveriam em paz, com prosperidade justiça e terras para trabalhar. José Maria conseguiu reunir milhares de seguidores, principalmente de camponeses sem terras e foi acusado de proclamar a monarquia, desestruturar o governo e a ordem da região. Foi perseguido juntamente com seus seguidores e morto pela Polícia Militar do Paraná. Mesmo após a morte do beato, o movimento ressurgiu em outros núcleos e é fortemente combatido pelas tropas federais, os coronéis e a *Brazil Railway Company* que se unem ao combate. Assim, da defensiva os camponeses passaram à ofensiva e em setembro de 1914 eram mais de quinze mil pessoas que acusando o governo de assassinar os trabalhadores e entregar as terras para empresas estrangeiras passaram a atacar fazendas e cidades e controlaram partes da ferrovia. A guerra terminou em dezembro quando sete mil homens do exército, mil policiais e trezentos jagunços iniciaram um conjunto de ataques. Pela primeira vez no Brasil, os aviões foram utilizados para uso militar no levantamento das localizações dos redutos camponeses. Iniciava-se o fim da resistência (FERNANDES, 2001).

Anos mais tarde, a comunidade religiosa do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto (CE), liderada pelo beato José Lourenço (1872-1946), descendente de negros alforriados e discípulo de Padre Cícero (1844-1934), ousou desafiar o poder do latifúndio e propor uma sociedade mais justa e humanitária, mas foi também brutalmente reprimida pelas forças do estado (Figura 10). Um modelo de igualdade e participação social tão forte que, em pouco tempo, assustou os grandes proprietários de terra. Intrigados com a possibilidade de perder mão de obra barata, os latifundiários evocaram polícia e opinião pública. Com o apoio da imprensa, todos começaram a

³⁸ Criminoso contratado como segurança, guarda-costas, de uma pessoa influente, poderosa; capanga. Fonte: Dicionário *on line* de Português. Disponível em < <https://www.dicio.com.br/jagunco/> > Acesso em: abr. 2020.

acreditar: o Caldeirão precisava ser destruído o quanto antes. Em 1937, ano em que Getúlio Vargas liderou um golpe que garantiu a sua permanência na presidência da república e instituiu uma severa ditadura no país, os moradores da comunidade de Caldeirão foram denunciados e acusados de praticar o comunismo. Forças do Governo Federal e da Polícia Militar do Ceará invadiram e bombardearam a localidade deixando um saldo de milhares de mortos que após o ocorrido teriam sido enterrados em uma vala comum (GOMES, 2009).



Figura 10: Seguidores do beato José Lourenço no Sítio Caldeirão
Fonte: Fortaleza em Fotos³⁹

Tanto em Canudos, como Contestado e Caldeirão, as comunidades formadas por estes movimentos eram marcadas pela produção e distribuição coletiva, através de uma divisão de trabalho autônoma e pela ajuda mútua. Estavam propondo sociedades sem propriedade privada e sem exploração. Por isso, por serem exemplo de uma outra forma de organizar a sociedade, foram duramente perseguidos e combatidos pelos governos de sua época e exterminados (ITERRA,2015).

Assim como esses citados e em diversos outros movimentos messiânicos que ocorreram no Brasil, os camponeses foram destroçados. Foram movimentos populares que acreditaram na construção de uma organização em oposição à república dos coronéis, da terra, do latifúndio e da

³⁹ Disponível em:< <http://www.fortalezaemfotos.com.br/2016/09/o-caldeirao-da-santa-cruz-do-deserto.html>> Acesso em: 30 mai.2018.

miséria. Em nome da defesa e da ordem, os latifundiários e o governo utilizaram as forças militares, promovendo guerras políticas. Não era a monarquia que combatiam, mas sim, a insurreição dos pobres do campo (MARTINS, 1981).

As lutas sociais e isoladas continuaram marcando o século 20. A República garantiu o poder dos latifundiários, em muitos lugares chamados de “coronéis”, que exerciam o poder político, econômico e policial. Porém, a questão agrária já chamava atenção do conjunto da população brasileira. Além disso, o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil resultou também no surgimento de outras formas de organizações dos trabalhadores para enfrentarem a exploração, como sindicatos, associações de ajuda mútua e a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922, cuja liderança apresentaria pela primeira vez no Congresso, uma proposta de reforma agrária no Brasil em 1946 (ITERRA, 2015).

O PCB estimulou a organização de trabalhadores rurais assalariados, pequenos arrendatários, parceiros e posseiros localizados em quase todos os estados brasileiros. Como os camponeses eram proibidos de terem seus sindicatos, algumas destas organizações eram fundadas como associações, chamadas Ligas Camponesas. Fundaram-se então, centenas de Ligas, que reuniam milhares de pessoas, as quais, consoantes com a própria estrutura orgânica do Partido Comunista transformavam-se em um movimento altamente centralizado. Estas iniciativas duraram pouco tempo, pois em 1947 o PCB foi extinto (MORAIS, 2012).

Com a proscricção do PCB, reduziram-se extraordinariamente as organizações de trabalhadores no Brasil e as Ligas Camponesas ficaram quase apagadas do cenário rural brasileiro. Sem a assistência do Partido muitos camponeses se reagruparam por si, destacando-se uma grande influência ideológica do radicalismo de alguns estratos urbanos que conseguiram infiltrar-se no movimento camponês. Essas manifestações de independência ideológica do campesinato surgem de maneira esporádica e, na maioria dos casos, emergiram de áreas já politizadas, localizadas nas novas fronteiras agrícolas socialmente dinamizadas por grupos de imigrantes desgarrados da ideologia tradicional de suas antigas comunidades. Destacaram-se os núcleos de posseiros que, considerando a posse uma presumível propriedade decidiram

defender sua parcela com o mesmo fervor do possuidor de grandes extensões de terra (MORAIS, 2012).

Entre 1948 e 1954, os camponeses seguiram buscando outras formas de luta e resistência, inclusive levantes armados contra os latifundiários, como foram a guerrilha de Porecatu no Paraná e o território livre de Trombas e Formoso, onde é hoje conhecido como Estado de Goiás.

A guerrilha de Porecatu apareceu em 1950, na margem esquerda do rio Paranapanema, que divide São Paulo e Paraná, na qual a área conflitada começa no município de Porecatu (PR). A guerrilha origina-se de um processo de litígios sangrentos entre posseiros e latifundiários que disputam vastas áreas de novas fronteiras agrícolas do Norte do Paraná, penetradas por imigrantes gaúchos e nordestinos. Após dois meses de impetuosa atuação, a guerrilha dissolveu-se por ingerência do PCB, que atuava sob condições de clandestinidade (MORAIS, 2012).

Diversas lutas camponesas tiveram como um de seus fatores de explosão as políticas de colonização agrícola do governo federal, nas chamadas “frentes de expansão”. A luta na região de Formoso e Trombas teve origem em fins dos anos 40, a partir da busca de terra por parte de milhares de camponeses que se dirigiram à Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) atraídos pela propaganda do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo) como também por notícias que circulavam sobre a promessa de doação de terra e ajuda técnica pelo governo. Porém, em razão da impossibilidade de incorporação do grande fluxo de colonos, face ao número de lotes disponíveis, dezenas de posseiros seguiram para o norte onde constava a existência de matas férteis e muita terra devoluta, sendo poucas as fazendas. Neste primeiro momento, os posseiros instalaram-se sem grandes problemas e construíram casas às margens dos vários córregos, que eram abundantes na região. A partir de 1950, surgem as primeiras tentativas de grilagem das terras pelos fazendeiros, com tentativas de várias ordens para obter o pagamento de arrendamento com a conseqüente ameaça de expulsão dos posseiros da área em crescente valorização. Neste momento tem início um confuso processo de resistência, sendo o mais significativo o capitaneado pelo camponês José Firmino, na região de Formoso, e por José

Porfírio (1912-1973) na região de Trombas⁴⁰, que inicialmente procuraram a mediação do governo do Estado e até do Governo Federal, objetivando obter o registro das terras por via legal, processo que duraria até 1954 (CUNHA, 1997). No entanto, houve confronto armado contra os latifundiários e policiais que os apoiavam, tendo como vitoriosos os camponeses que proclamaram território livre a área localizada entre o rio Tocantins e seu afluente, o rio Formoso. Anos mais tarde, o governador do estado, coronel Mauro Borges (1920-2013), expropriou a terra e a distribuiu em parcelas, liquidando assim o litígio e a organização armada camponesa (MORAIS, 2012).

No estado do Rio de Janeiro a grilagem colocou os posseiros diversas vezes em luta contra jagunços e policiais. As lutas contínuas e o crescimento da violência levaram os trabalhadores a se organizarem, inicialmente criando comissões e, depois, fundando a Associação dos Lavradores Fluminenses (ALF) com o apoio do PCB. Fizeram ocupações de terra em quase todo o estado, principalmente nos municípios de Nova Iguaçu, Cachoeiras de Macacu e Duque de Caxias a partir da década de 1950 (MORISSAWA, 2001). Uma das ocupações de maior repercussão no estado foi a do Imbé, na localidade do município de Campos em abril de 1963. O dono do terreno, cuja regularização estava por ser feita desde 1959, havia sido expulso por usineiros da região. Nesse contexto, a maior parte dos ocupantes era de ex-trabalhadores das usinas de cana-de-açúcar. O grupo passou a reivindicar o assentamento das famílias na área que cercava o acampamento junto ao governo federal, alegando tratar-se de terra devoluta e aproveitada de modo insipiente pelos usineiros (ERNANDEZ, 2010). À ocasião houve confronto armado por parte dos usineiros, a desapropriação da área pelo governo para interesse social, o impedimento da demarcação das terras e o assassinato de um dos posseiros pelos jagunços. No ano seguinte, o governo militar, como veremos mais adiante, revogou o decreto de desapropriação e as famílias de camponeses foram transferidas para outra região. O movimento camponês fluminense desaparece após o golpe de 1964 (MORISSAWA, 2001).

3.2.2 As Ligas Camponesas e outros movimentos

⁴⁰ Para saber mais sobre a resistência e luta dos camponeses na região de Trombas e Formoso ver **Cadê Porfírio**. Documentário sobre a trajetória do líder camponês e deputado JOSÉ PORFÍRIO DE SOUZA, cassado pelo regime militar em 1964. Desaparecido político brasileiro desde 1973. Dirigido por Hélio Brito. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=a23K24gWCxQ> > Acesso em: 23 abr. 2020.

No final da década de 50 e início dos anos 60, surgiu uma nova organização de trabalhadores rurais, que resgatou o nome das Ligas Camponesas. Essas lutas iam se articulando e formando um grande movimento social concentrando sua força política e social na região do nordeste. Durante 10 anos, as Ligas Camponesas mobilizaram milhares de camponeses em defesa de uma reforma agrária radical, para acabar com o monopólio de classe sobre a terra (ITERRA, 2015). Por outro lado, de acordo com os estudos de Fernandes (2001), tanto o PCB como a Igreja Católica defendiam uma reforma agrária que deveria ser realizada por etapas, por meio de pequenas reformas e com indenização em dinheiro e em títulos. Parte das Ligas tentou organizar movimentos guerrilheiros, quando então ocorreu a prisão de muitos trabalhadores e os grupos foram dispersados pelo Exército.

Francisco Julião Arruda de Paula (1915-1999) ficou conhecido no Brasil e no mundo como líder das Ligas Camponesas ressurgidas na década de 1950, sendo, ainda hoje uma das maiores referências da luta camponesa⁴¹. A vinculação de Julião com o movimento camponês decorreu de sua atuação como advogado na Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), associação criada pelos moradores e foreiros do Engenho Galileia, no município pernambucano de Vitória de Santo Antão. Na ocasião, os moradores do engenho – da mesma forma que moradores de outros engenhos – passaram a ser demitidos pelo senhor de engenho, colocados para fora da propriedade em que trabalhavam havia décadas, sem nenhum tipo de indenização. Ameaçados de expulsão do engenho, procuraram apoio jurídico na pessoa do advogado Francisco Julião, que na ocasião estava iniciando seu mandato de deputado estadual

⁴¹ Para saber mais sobre o papel de Francisco Julião nas lutas camponesas ver **Francisco Julião, na Lei ou na Marra**. O filme resgata a memória e a história de Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, um movimento surgido nos canaviais pernambucanos que organizava os camponeses na luta pela terra. Julião era filho e neto de senhores de engenho. Fora eleito deputado estadual e federal por Pernambuco, mas fizera a opção contrária às suas origens. Deixou a comodidade da casa-grande e colocou-se ao lado dos camponeses. Entregou-se completamente a causa deles. ‘Reforma agrária na lei ou na marra’, este era o seu lema mais conhecido. O documentário apresenta essa trajetória, que em 1964, foi interrompida com o Golpe Militar, que extinguiu as Ligas e cassou o mandato de deputado federal que Julião exercia. Direção e Roteiro – Clarisse Viana, Fernando Barcellos. Observatório Fundiário Fluminense. Universidade Federal Fluminense. 2016.

(WELCH et al, 2009). Clodomir Santos de Moraes (1928- 2016)⁴² (2012) nos conta que Julião reunia algumas qualidades que o confirmavam, dia após dia na liderança das Ligas Camponesas: a paciência e a humildade com que ouvia os camponeses; a prodigalidade com que distribuía favores e dinheiro aos camponeses mais necessitados; o paternalismo em que envolvia suas relações políticas com grupos de camponeses acostumados, por gerações inteiras, ao paternalismo dos grandes donos de engenho. Ziegler (2013) revela que Francisco Julião, juntamente com Josué de Castro e Miguel Arraes⁴³ (1916-2005) foram responsáveis pela organização das Ligas Camponesas, combatendo os barões do açúcar, exigindo reforma agrária, reivindicando para os cortadores de cana e suas famílias o direito à alimentação regular, adequada e suficiente. Os três viviam perigosamente. Os pistoleiros dos latifundiários, muitas vezes, a própria Polícia Militar preparavam-lhes emboscadas nas estradas precárias do vale do São Francisco ou nas barrancas do Capibaribe, em Pernambuco. Como conta o autor, “Castro era o intelectual e o teórico do trio; Julião, o organizador, e Arraes o líder popular” (ZIEGLER, 2013, p. 119).

De acordo com Moraes (2012) o principal fator que influenciou a expansão das Ligas Camponesas foi a ampliação das liberdades democráticas no país, cujo processo começou com a eleição de Juscelino Kubitschek (1902-1976) e João Goulart (1918-1976) à presidência e vice-presidência da República, respectivamente. A fome e a reforma agrária eram temas que, entre outros, dia após dia, iam deixando de ser tabus para se converter em assuntos correntes tratados pelos jornais e outros meios de divulgação. A fome passou a ser assunto tratado livremente e sem preconceitos a partir da publicação generalizada das obras de Josué de Castro.

⁴² Advogado baiano foi militante do PCB. Participou de uma dissidência política que priorizou o trabalho junto às Ligas Camponesas. Teve muita influência sobre as Ligas, contrapondo-se à liderança de Francisco Julião. Eleger-se deputado federal pelo PTB. Esteve preso em 1963, foi perseguido após o golpe militar e exilou-se. Trabalhou como consultor para a FAO na questão agrária. Escreveu a história das Ligas Camponesas do Brasil e também um importante ensaio (A Teoria da Organização no Campo) que fundamenta um método de desenvolvimento da consciência social, chamado “laboratório”. Se volta ao Brasil em 1980, tornou-se professor da Universidade de Rondônia e professor visitante da *Universidad Autónoma de Chapingo* –México (STÉDILE e FERNANDES, 2012, p. 40)

⁴³ Miguel Arraes de Alencar foi um advogado, economista e político brasileiro. Eleger-se governador de Pernambuco em 1962, com 47,98% dos votos, pelo Partido Social Trabalhista (PST), apoiado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e setores do Partido Social Democrático (PSD), derrotando João Cleofas da União Democrática Nacional (UDN) - representante das oligarquias canavieiras de Pernambuco. Seu governo foi considerado de esquerda, pois forçou usineiros e donos de engenho da Zona da Mata do Estado a estenderem o pagamento do salário mínimo aos trabalhadores rurais (o Acordo do campo) e deu forte apoio à criação de sindicatos, associações comunitárias e às ligas camponesas. Disponível em < https://pt.wikipedia.org/wiki/Miguel_Arraes > Acesso em 04 out.2020.

Cabe aqui destacar que no exercício da presidência do conselho da Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), entre 1952 e 1955, Josué de Castro empreende uma série de trabalhos no combate à fome no mundo, sempre buscando articular os conhecimentos técnico-científicos para elaboração de planos de ação. Buscou intensificar a ajuda aos países subdesenvolvidos, não só através de programas e projetos de desenvolvimento, mas cobrando das nações desenvolvidas suas responsabilidades frente aos desequilíbrios regionais, traduzidos na formação de imensos bolsões de miséria em determinadas áreas do planeta, contra as pequenas ilhas de abundância. Na medida em que assumia a condição de porta-voz do Terceiro Mundo, Josué enfrentou forte oposição dos países desenvolvidos para a concretização de suas propostas, especialmente os EUA e Inglaterra. Dentre as propostas se destacavam: a criação de uma reserva alimentar de emergência, o desenvolvimento de vários programas de cooperação técnica para melhoria e aumento da produção agrícola no Terceiro Mundo, programas de capacitação de mão de obra, além da batalha em se proceder uma verdadeira reforma agrária nas áreas mais pobres do planeta e, desta forma, poder incrementar a produção de alimentos, combater a fome, gerar empregos e renda (FERNANDES e PORTO GONÇALVES, 2007). Josué de Castro foi defensor ardoroso da reforma agrária, enxergando-a como uma estratégia necessária para o Brasil, em virtude de sua imensa extensão territorial, para a democratização da terra e o acesso a um número grande de famílias aos meios naturais para garantir sua soberania alimentar e, ao mesmo tempo, integrá-las aos circuitos econômicos locais. Dessa forma, dar-se-ia um primeiro e fundamental passo para “libertar o povo das marcas infamantes da fome”. Porém, o próprio autor era realista em termos da dificuldade política de efetuar um projeto dessa natureza no país, dado que a temática da reforma agrária sempre foi um assunto extremamente delicado politicamente e imbuído de alto grau de conflituosidade.

Precisamos enfrentar o tabu da reforma agrária – assunto proibido, escabroso, perigoso – com a mesma coragem com que enfrentamos o tabu da fome. Falaremos abertamente do assunto, esvaziando desta forma o seu conteúdo tabu, mostrando através de uma larga campanha esclarecedora que a reforma agrária não é nenhum bicho-papão ou dragão maléfico que vá engolir toda a riqueza dos proprietários de terra, como pensam os mal avisados, mas que, ao contrário, será extremamente benéfico para todos os que participam socialmente da exploração agrícola” (CASTRO, 1992, apud SILVA, 2014, p.17)

Ziegler (2013) nos recorda que Josué de Castro conhecia perfeitamente a influência determinante frequente exercida pelos trustes agroalimentares sobre os governos dos Estados e estava persuadido de que os governos, por mais que o cobrissem de condecorações, prêmios e

medalhas⁴⁴, nada fariam de decisivo contra a fome. Por este motivo, depositou suas esperanças na sociedade civil – no Brasil as Ligas Camponesas, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado em 1945 sob a inspiração de Getúlio Vargas, e os sindicatos dos trabalhadores rurais deveriam ser as forças motrizes das mudanças.

Outros movimentos de camponeses se constituíram ao longo das décadas de 50 e 60. Em 1954, o PCB criou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) com a finalidade de organizar e coordenar as associações camponesas. Com essa organização, o PCB pretendia criar as condições necessárias para formar uma aliança política entre os operários e os trabalhadores rurais (FERNANDES, 2001). Com sede e foro na cidade de São Paulo o estatuto da ULTAB em seu artigo 2º assim descreve: São finalidades da ULTAB:

- a) Organizar os pequenos e médios produtores agrícolas, bem como empregados rurais, sem distinção de cor, sexo, raça, concepções políticas, filosóficas ou religiosas, em defesa dos seus interesses e direitos;
- b) Promover e estreitar os sentimentos de fraternidade entre todos os trabalhadores;
- c) Conceder, na medida das possibilidades, assistência jurídica, médica, dentária e outras;
- d) Colaborar com os poderes públicos e com as entidades de modo geral no estudo e solução dos problemas atinentes à vida rural ligados aos interesses de suas filiadas e da Nação;
- e) Promover e realizar congressos e conferências. Participar, quando for do interesse da entidade, de reuniões internacionais;
- f) Divulgar por todos os meios e modos ao seu alcance, conhecimentos e ensinamentos tendentes à melhoria da prática rural;
- g) Assistir e orientar as filiadas em matéria de ordem econômica, jurídica e técnica, bem como adotar medidas no sentido de facilitar a aquisição do material necessário ao exercício das atividades rurais (ULTAB, 1959).

⁴⁴ “Por três vezes, Josué de Castro foi indicado para receber o Prêmio Nobel: uma para o Nobel de Medicina, duas para o Nobel da Paz. Em plena Guerra Fria, recebeu em Washington o Prêmio Roosevelt da Academia Americana de Ciências Políticas e, em Moscou, o Prêmio Internacional da Paz. Em 1957 recebeu a Grande Medalha da Cidade de Paris, a mesma concedida antes a Pasteur e a Einstein” (ZIEGLER, 2013, p. 120).

A ULTAB, apoiada pelo PCB, pôde se desenvolver rapidamente por todo o país, exceto no Rio Grande do Sul, onde atuava o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MASTER), e em Pernambuco onde se encontrava o centro das Ligas Camponesas. A ULTAB organizava facilmente sindicatos de assalariados agrícolas, ao mesmo tempo em que transformava as centenas de uniões de trabalhadores agrícolas em sindicatos de trabalhadores autônomos (MORAIS, 2012).

O MASTER foi fundado em junho de 1960, na cidade de Encruzilhada do Sul - região central do estado do Rio Grande do Sul - pelo prefeito da cidade Milton Serres Rodrigues e pelo político e jornalista Paulo Schilling (1925-2012). De acordo com os estudos de Lygia Sigaud (1945-2009) et al (2010) naquela ocasião, Schilling ocupava um cargo técnico na Secretaria de Agricultura e o prefeito, com fortes laços com Leonel Brizola (1922-2004)⁴⁵ - então governador do estado e apoiador do movimento - , e desafeto de boa parte da elite latifundiária local, teria reunido um grupo de agricultores da cidade que estavam sendo ameaçados judicialmente de expulsão das terras nas quais viviam há mais de sessenta anos. O manifesto do grupo conclamava “os agricultores encruzilhadenses e o povo em geral” para, dentre outras coisas:

[...] considerando, ainda, o grave e atual problema em nosso município, onde aventureiros audaciosos tentam expulsar, até mesmo pela força, inúmeras famílias de agricultores das terras que esses cultivam há dezenas de anos, tornando-as produtivas no suor de seus rostos; Resolvem os signatários lançar o movimento dos agricultores sem terra de Encruzilhada do Sul, convidando todos os interessados a inscrever-se no mesmo, assim como apelam para agricultores de outros municípios a fundar entidades congêneres para que se possa levar a bom termo esta campanha de tão elevados propósitos sociais (SIGAUD, 2010, p.46).

Os agricultores sem terra eram: o assalariado da granja, o parceiro, o peão, os pequenos proprietários e seus filhos. Dois anos após a fundação da ULTAB, os sem-terra iniciaram a organização de acampamentos. Foram vários acampamentos demonstrando força e ameaça para entrar nos latifúndios, sendo esta a principal diferença entre as Ligas Camponesas que resistiam para não sair da terra (FERNANDES, 2001).

⁴⁵ Leonel de Moura Brizola foi um engenheiro civil e político brasileiro. Considerado um líder da esquerda e um político nacionalista. Foi governador do Rio Grande do Sul (1959-63) pelo PTB, foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro e, em 1964, cassado. De volta do exílio, em 1979, reorganizou o seu antigo partido, que passou a se chamar Partido Democrático Trabalhista (PDT) e governou duas vezes o estado do Rio de Janeiro (1983-87 e 1991-94) Concorreu à presidência da República em 1989 e 1994 e em 1998, à vice-presidência (STÉDILE e FERNANDES, 2012).

Três grandes temas dominavam o mundo rural na época: a extensão da legislação trabalhista para o campo, a luta pelo reconhecimento sindical e a reforma agrária. Esses temas ganham nova dimensão com as ações do Estado, da Igreja Católica, das Ligas Camponesas, do MASTER e da Ação Popular (AP). Este último foi uma organização política de esquerda extraparlamentar, resultado da atuação dos militantes estudantis da Juventude Universitária Católica (JUC)⁴⁶ e de outras agremiações da Ação Católica Brasileira (ACB)⁴⁷. A AP foi composta principalmente de lideranças estudantis dentre as quais se destaca Herbert José de Souza - o Betinho - coordenador entre 1963 e 1965.

Essas instituições, além do próprio PCB - unidos na luta pela extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais e pelo reconhecimento dos seus sindicatos -, convergiam para o entendimento de que a reforma agrária não era só uma questão de justiça social, mas também condição para que o país removesse seus obstáculos estruturais de desenvolvimento. A diferença de posição residia na estratégia: alguns apostavam nas vias legais, outros acreditavam que as conquistas só viriam “na marra”.

Em novembro de 1961, a ULTAB realizou em Belo Horizonte, na Secretaria de Saúde de Minas Gerais, o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, no qual participaram em torno de 1400 trabalhadores, com delegados das Ligas Camponesas e do MASTER, representantes sindicais de 20 estados brasileiros. Foi um agrupamento das mais

⁴⁶ Apesar de não contar com um número muito grande de militantes, a JUC era, assim como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), uma força estudantil das mais organizadas. Até 1959, a JUC desenvolvia uma atividade de caráter mais acentuadamente religioso e interno, estando o interesse pelos problemas políticos em segundo plano, no entanto, a partir daquele ano, voltou-se preferencialmente para as questões políticas e sociais. Em 1960, alguns de seus militantes chegaram à presidência e a outros cargos de direção da União Nacional dos Estudantes (UNE). A partir de então, formou-se uma aliança com as forças da esquerda, que incluía o PCB e passou a ser hegemônica no movimento estudantil. Fonte: Wikipédia. Disponível em <
[https://pt.wikipedia.org/wiki/A%C3%A7%C3%A3o_Popular_\(esquerda_crist%C3%A3o\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/A%C3%A7%C3%A3o_Popular_(esquerda_crist%C3%A3o))> Acesso em: 18 jun.2018.

⁴⁷ A Ação Católica Brasileira (ACB) foi um movimento controlado pela hierarquia da Igreja Católica e fundado pelo cardeal Sebastião Leme da Silveira Cintra em 1935, com o objetivo de formar leigos para colaborar com a missão da Igreja: "salvar as almas pela cristianização dos indivíduos, da família e da sociedade". A intenção era que os leigos se tornassem o braço estendido da Igreja Católica no seio da sociedade como apostolado organizado e subordinado ao poder do clero. Os estatutos apontavam para a existência de diferentes organizações da Juventude Católica (JC): Juventude Estudantil Católica (JEC), para a mocidade do curso secundário; Juventude Universitária Católica (JUC), só para universitários; Juventude Operária Católica (JOC), para a mocidade operária. Posteriormente, principalmente durante a década de 1960, a JUC e a JOC passariam a funcionar independentemente da Ação Católica Brasileira em determinadas conjunturas. Fonte: Wikipédia. Disponível em <
https://pt.wikipedia.org/wiki/A%C3%A7%C3%A3o_Cat%C3%B3lica_Brasileira> Acesso em: 18 jun.2018.

variadas forças, sintetizando o clima da época. O Congresso termina com a vitória da ala mais radical, liderada por Francisco Julião, consagrando a bandeira da “reforma agrária na lei ou na marra” e derrotando a orientação do PCB, de lutar por uma reforma agrária dentro da lei (Figura 11).



Figura 11: Trabalhadores agrícolas pedem reforma agrária durante sessão do 1º Congresso De Lavradores e Trabalhadores. Fonte: Memorial da Democracia⁴⁸

Este congresso nacional camponês foi um marco na história da formação camponesa no Brasil, dando um grande impulso às lutas no campo (FERNANDES, 2001). Estiveram presentes nesse evento o presidente da República, João Goulart, e o primeiro-ministro, Tancredo Neves (1910-1985). O presidente estivera presente também na reunião das Ligas Camponesas em agosto de 1962, defendendo a realização de uma “reforma brasileira”, capaz de atender às necessidades específicas de nossa estrutura agrária.

O processo de organização dos trabalhadores culminou na criação, em 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em um conclave entre o PCB, membros do clero e PTB, partido do presidente João Goulart e do governador Leonel Brizola, e a ULTAB, que representava o sindicalismo rural brasileiro como um outro canal de discussão da reforma agrária. A CONTAG nasceu numericamente grande, pois, em poucos meses

⁴⁸ Memorial da Democracia. Disponível em < <http://memorialdademocracia.com.br/card/reforma-agraria-na-lei-ou-na-marra> > Acesso em: 18 jun. 2018.

de funcionamento reunia um milhão de trabalhadores rurais, dos quais expressiva maioria era formada pelos associados da ULTAB (MORAIS, 2012).

O presidente João Goulart cria a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), com “poderes especiais de desapropriação de terras”, segundo o decreto que a instituiu. É o primeiro instrumento à disposição do governo para implantar a política de reforma agrária, embora com grandes limitações. O artigo 141 da Constituição exigia prévia indenização em dinheiro das desapropriações, o que praticamente as inviabilizava. Depois da criação da SUPRA, João Goulart também tentaria reduzir a influência das Ligas Camponesas, que pregava a “reforma agrária na lei ou na marra”. Para tanto, aprovaria, em março de 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural, que estenderia ao campo as conquistas trabalhistas dos trabalhadores urbanos: salário mínimo rural, férias, previdência social etc. Para Caio da Silva Prado Jr (1907-1990) (1979), o legislador não levou em conta as diferenças profundas que existiam nas relações de trabalho no campo brasileiro, quando comparadas à indústria e ao comércio.

[...] O legislador se limitou em regra, e com poucas exceções, a transpor para o trabalhador rural as disposições legais que já fazem parte da nossa legislação trabalhista e foram traçadas com vistas ao trabalhador urbano. O que tornará difícil a aplicação delas a muitas situações ocorrentes no campo, e abre perspectivas para a fraude e não aplicação da Lei (PRADO Jr., 1979, p. 144).

João Goulart investiria também na criação de sindicatos⁴⁹ e na ampliação do conceito de trabalhador rural, que passaria a incluir, como beneficiários da máquina sindical e previdenciária, os pequenos proprietários, arrendatários, posseiros e produtores autônomos. Por meio destas estratégias João Goulart pretendia conquistar o apoio popular para seu governo ao mesmo tempo que pretendia manter o controle governamental sobre os movimentos populares (SILVA, 2009).

Além dos camponeses, os trabalhadores urbanos de diversos setores – desde estudantes até militares – estavam organizados e mobilizados para pressionar o presidente João Goulart a realizar as Reformas de Base, em destaque a reforma agrária, universitária e trabalhista.

⁴⁹ A partir de 1962, os trabalhadores rurais brasileiros conquistaram o direito de se organizar em sindicatos com base municipal, o que só era permitido aos assalariados urbanos. Independentemente de categoria (assalariados, posseiros, pequenos proprietários ou sem-terra) todos poderiam estar filiados ao sindicato dos trabalhadores rurais. E a partir do sindicato municipal se constituiu toda estrutura sindical de federações estaduais e a Contag, em nível nacional (STÉDILE e FERNANDES, 2012).

Em 13 de março de 1964 o Comício das Reformas realizado no Rio de Janeiro em frente à estação ferroviária Central do Brasil, reuniu cerca de 300 mil pessoas, entre trabalhadores, camponeses, representantes de partidos políticos, estudantes, servidores públicos, soldados e sargentos. Foi organizado para apoiar a decisão do governo de João Goulart de levar à frente as chamadas Reformas de Base e de propor a legalização do Partido Comunista e o direito de voto para analfabetos, cabos e soldados. Entre os oradores, estavam os governadores Leonel Brizola e Miguel Arraes e dirigentes do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)⁵⁰ e da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Em seu discurso inflamado, João Goulart anunciou a encampação das refinarias privadas de petróleo e a desapropriação, para fins de reforma agrária, das terras às margens de rodovias, ferrovias e açudes federais. O presidente afirmou que essas terras começariam a ser divididas em até 60 dias, “com a colaboração patriótica e técnica das nossas Forças Armadas” (JANGO, 1984).

Em 1º de abril de 1964, João Goulart é deposto pelos militares e se inicia uma ditadura empresarial-militar que durou 21 anos. As Reformas de Base anunciadas no discurso de João Goulart têm sido apontadas como o principal fato que levou os setores conservadores a decretarem o golpe de 1964. Segundo José de Souza Martins (1938)⁵¹ (1984, p. 21 apud SILVA, 2009, p. 39) :

O golpe de 1964 articulado por militares e pelos grandes empresários teve, entre outras finalidades, a de impedir o crescimento das lutas sociais no campo e o fortalecimento político dos trabalhadores rurais, que pela primeira vez em sua história ingressavam maciçamente no cenário político. No que diz respeito à questão da terra, o golpe já tinha o precedente da intervenção militar nas lutas rurais.

⁵⁰ O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) foi uma organização intersindical brasileira, cujo objetivo era orientar, dirigir e coordenar o movimento sindical no Brasil. Foi criado em São Paulo, no ano de 1962, durante o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, e reunia vários sindicatos, federações e confederações. No entanto, nunca foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho e acabou sendo desarticulado por ocasião do golpe militar de 1964. Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Comando_Geral_dos_Trabalhadores > Acesso em 08 mar. 2021.

⁵¹ Sociólogo, professor da Universidade de São Paulo (USP) e ex-assessor da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Considerado o maior especialista em sociologia rural do país, escreveu vários livros sobre a questão agrária no Brasil. Teve um papel importante como intelectual vinculado às mobilizações camponesas e se destacou ainda na assessoria à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para a elaboração de importante documento da Igreja Católica (“A Igreja e os problemas da terra”), em 1980. O documento foi um marco na interpretação dos problemas agrários brasileiros (STÉDILE E FERNANDES, 2012).

A repressão aconteceu de várias formas: a censura aos meios de imprensa oficiais, a tortura legitimada por lei, exílios, prisões e desaparecimentos de perseguidos políticos. O golpe acabou com a democracia reprimindo violentamente a luta dos trabalhadores. Os camponeses foram os primeiros a sofrer a violência da ditadura: toda forma de organização foi eliminada e proibida, os movimentos camponeses aniquilados, muitos trabalhadores rurais foram perseguidos, humilhados, assassinados, exilados, obrigados a viver clandestinamente⁵². Os camponeses, assim como todos os brasileiros, foram privados dos direitos de expressão, reunião, organização e manifestação, impostos pela truculência da Lei de Segurança Nacional e do Ato Institucional nº 5.

3.2.3 A ditadura militar e as questões agrárias

Os projetos de desenvolvimento e as políticas implantadas pelos governos militares aumentaram a concentração de renda e a intensificação fundiária levando a grande maioria da população à miséria e provocando o maior êxodo rural da história do Brasil. Fernandes (2001) relata que sob a retórica da modernização, os militares aumentaram os problemas políticos e econômicos e, quando deixaram o poder, em 1985, a situação do país estava extremamente agravada pelo que fora chamado de **milagre brasileiro**⁵³. O crescimento econômico e a queda da inflação geraram certa euforia principalmente por parte do governo, no entanto, o milagre favoreceu as elites e uma parte da classe média, ao contrário da maioria da população que amargava salários archoados.

No campo, o capitalismo avançou, transformando o meio rural com a mecanização e a industrialização no processo de modernização tecnológica da agricultura. O novo modelo de

⁵² Para saber mais sobre a luta dos camponeses na época da ditadura ver **Cabra Marcado para Morrer**, 1984, dirigido e produzido por Eduardo Coutinho. Um camponês é assassinado e sua história vira tema de um filme. Porém, com o golpe de 1964, a filmagem é suspensa. Dezesete anos depois, o diretor retorna ao local e desperta questões que até então estavam adormecidas.

⁵³ No campo da canção popular, Chico Buarque, cantor e compositor, faz crítica ao "milagre econômico" da época do Governo Emílio Garrastazu Médici (1905-1985), o terceiro presidente do período da ditadura militar, o milagre concentrador de renda, cujo santo foi o garroteamento salarial do proletariado. Música: Milagre Brasileiro Cadê o meu? Cadê o meu, ó meu? Dizem que você se defendeu... É o milagre brasileiro... Quanto mais trabalho menos vejo dinheiro... É o verdadeiro boom... Tu tá no bem bom, mas eu vivo sem nenhum... Cadê o meu? Cadê o meu, ó meu? Eu não falo por despeito, mas, também, se eu fosse eu quebrava o teu...Cobrava o meu direito ("Milagre Brasileiro" Disco Sinal Fechado, 1974).

desenvolvimento econômico para o campo expropriou e expulsou da terra os trabalhadores rurais, priorizando a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa. Cresce o trabalho assalariado e produz um novo personagem da luta pela terra e na luta pela reforma agrária: o **boia-fria**⁵⁴ (FERNANDES, 2001, grifo do autor). Os boias-frias, em sua grande maioria, eram assalariados que moravam nas fazendas, em colônias com dezenas de casas, onde, além de receber salário, podiam fazer pequenas lavouras próprias, cuja colheita vendiam ao próprio fazendeiro ou nas cidades próximas. Com as conquistas sociais, que provocaram a grande mecanização das lavouras e a impossibilidade das fazendas manterem assalariados, eles foram em êxodo para as cidades, onde não havia absorção pela economia urbana. Alguns outros eram pequenos proprietários de terras que ganhavam muito pouco com o que produziam, e quando os grandes proprietários de terras passaram a oferecer pagamento, e não parte da produção, esses pequenos proprietários venderam suas terras e foram trabalhar nas lavouras, principalmente de cana.

O **boia fria** é a afirmação do sistema capitalista, atendendo aos interesses da acumulação do capital, na medida em que é ofertante de força de trabalho, como membro da população relativa. A presença do **boia fria** favorece o empregador, pois há no meio rural um excedente da oferta de força de trabalho, em relação à demanda, e isto em situação permanente (D'INCÃO, 1981).

A peculiaridade dominante da produção capitalista está no fato de que a criação e a apropriação da mais-valia constituem o verdadeiro fim e o impulso motriz desta população. Em decorrência disso, a acumulação como processo social vem acompanhada de uma elevação constante da composição orgânica do capital, aumentando continuamente a parte do capital investida em instrumentos de produção, num ritmo mais acelerado do que a parte investida em salários (LUXEMBURGO, 1970, p. 54).

Nesse cenário, os militares e a burguesia pretendiam controlar a questão agrária por meio da violência. O governo ofereceu aos empresários subsídios, incentivos e isenções fiscais impulsionando o crescimento econômico da agricultura e da indústria, enquanto arrochava os salários, estimulava a expropriação e a expulsão, multiplicando os despejos das famílias camponesas. Na sequência, fez aumentar e expandir os conflitos e eclodir as lutas no campo. O

⁵⁴ O termo boia-fria foi difundido no centro sul do país quando trabalhadores sazonais eram chamados para trabalhar em colheitas. O nome advém do fato de estes trabalhadores levarem consigo suas próprias refeições (na gíria, boia) em recipientes sem isolamento térmico desde que saem de casa, de manhã cedo, o que faz com que elas já estejam frias na hora do almoço. Disponível em < <https://pt.wikipedia.org/wiki/Boia-fria> > Acesso em 08 mar. 2021.

“Brasil se transformara no paraíso dos latifundiários e os camponeses foram forçados a migração pelo território brasileiro e para o Paraguai” (FERNANDES, 2001, p. 43). Segundo Fernandes (1998), em um período de 15 anos, mais precisamente entre 1970 e 1985, 48,4 milhões de hectares de terras públicas foram transformadas em latifúndios, quase duas vezes a área total do estado de São Paulo.

Logo no início da ditadura, em 1964, o governo do presidente-marechal Castelo Branco decretou o que seria a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil, denominada Estatuto da Terra. Tinha como objetivo resolver os conflitos, desmobilizar os camponeses e evitar que a questão agrária se transformasse em um problema nacional, refletindo a preocupação com revoluções sociais como a que acabara de acontecer em Cuba⁵⁵ em 1959.

O Estatuto da Terra, embora partindo de um governo militar tinha um caráter progressista. Trazia em sua concepção novos conceitos, designando os diferentes tipos de propriedade da terra no Brasil; criando o imposto territorial; instituindo a desapropriação de latifúndios ou minifúndios⁵⁶ que estivessem em desacordo com o que impunha, sem direito à contestação judicial pelo proprietário, a não ser em termos de valores indenizatórios. Uma das inovações do Estatuto da Terra foi a definição de função social da terra. [...] “o proprietário que utiliza a terra com respeito ao meio ambiente, de forma racional e adequada, e cumpre a legislação trabalhista, está dando à terra a sua função social” (MORISSAWA, 2001, p. 99).

No entanto, o Estatuto da Terra jamais cumpriu seu papel. De meados da década de 60 até o final da década de 70, as lutas camponesas eclodiam por todo o território nacional, o que obrigou o presidente da República a utilizar intensamente o recurso de desapropriação, ato este que deveria ser uma exceção. Ainda na perspectiva de controlar a questão agrária, o governo determinou a militarização do problema da terra o que proporcionou diferentes formas de

⁵⁵ A Revolução Cubana foi um movimento armado e guerrilheiro que culminou com a destituição do ditador Fulgencio Batista de Cuba no dia 1 de janeiro de 1959 pelo Movimento 26 de Julho liderado pelo então revolucionário Fidel Castro. O termo "Revolução Cubana" é genericamente utilizado como sinônimo do castrismo, governo autoritário, mas que em sua origem notabilizou-se pela implantação de uma série de programas assistencialistas sociais e econômicos, notadamente alfabetização e acesso a saúde universal. Disponível em < https://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_Cubana> Acesso em: 06 abr. 2020.

⁵⁶ Propriedade de tamanho menor que o necessário para o sustento e progresso de uma família (MORISSAWA, 2001).

violência contra os trabalhadores: tanto do jagunço, apoiada pela força pública como da polícia combinada com recursos dos grileiros e empresários. A resistência camponesa gerava novas lutas e muitas mortes. Fernandes (1998) revela que no ano de 1985, último ano do governo militar, os jagunços dos latifundiários e a polícia assassinava um trabalhador a cada dois dias.

O Estatuto da Terra foi uma mera quimera. Para executar o plano militar, o governo criou o discurso dos **espaços vazios** do território brasileiro, propondo em sua manifestação nacionalista levar os trabalhadores sem-terra para a Amazônia. Apesar das falas **terras da Amazônia sem homens para homens sem-terra**, as terras foram praticamente entregues às grandes empresas capitalistas beneficiadas pela política de incentivos fiscais. Utilizando-se da bandeira da reforma agrária, via política de colonização, o governo militar não resolveu os problemas da terra, pois o real objetivo desse processo era criar uma estratégia geopolítica de exploração de recursos naturais pelos grandes grupos nacionais/ internacionais e de ocupação populacional de fronteira como parte da segurança nacional. Desta forma, o envolvimento das Forças Armadas garantiria aos grandes grupos a exploração da Amazônia (FERNANDES 2001, grifos do autor).

O projeto de colonização incluía principalmente as regiões da Amazônia e Centro-Oeste reunindo empresas privadas e órgãos públicos. Trabalhadores rurais sem-terra de diversos estados, especialmente do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná deixaram as ricas regiões onde viviam e migraram para a fronteira agrícola atendendo aos apelos do governo federal. A maioria desses projetos transformou-se em escândalos nacionais pelo tamanho da corrupção e pela má administração. Em mais de 50 deles as empresas se apropriaram das terras, fundaram cidades e criaram latifúndios dando origem a outras milhares de famílias sem-terra. A maioria dos projetos oficiais também fracassou por falta de assistência técnica, de alimentos, de financiamentos, assistência médica, enfim, sem infraestrutura e sem condições de produção (MORISSAWA, 2001). Em consequência, grande parte dos colonos, sem condições de sobreviver, voltou para o sul ou migrou para outras regiões. Muitas famílias venderam suas terras pelo preço das passagens de ônibus de volta aos seus estados de origem. Essa situação contribuiu para a concentração fundiária, já que muitos latifundiários adquiriram essas terras por preços banais.

Ficou assim demonstrada a ineficácia das empresas de colonização e do próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que havia sido criado pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Na história da reforma agrária no Brasil não faltaram organismos criados pelo governo federal com o objetivo de manter o controle das lutas camponesas. A lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 que criava o Estatuto da Terra também gestava o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), em substituição à antiga SUPRA, criada em 1962 durante o governo João Goulart. Em 1970, a criação do INCRA se deu a partir da fusão do IBRA com o INDA. Entre a criação e extinções, esses órgãos, programas e projetos, mais do que regularizar a questão fundiária, promoveram a concentração da terra e a violência contra os trabalhadores (FERNANDES 2001).

Durante a ditadura militar o debate sobre a questão agrária se tornou uma preocupação na Igreja Católica, dividindo-a em dois setores com posições distintas: os conservadores e os progressistas. Embora alguns membros da Igreja Católica tenham apoiado o golpe de 1964, acreditando na reforma agrária, essa expectativa foi depois abandonada, pois as mudanças que a Igreja esperava não eram as que o governo implantava, revelando a instauração da grande empresa capitalista no campo (FERNANDES, 1998). Os conservadores da Igreja procuraram organizar instituições que impedissem os camponeses de lutarem por seus direitos, em especial no Nordeste. Por outro lado, o setor mais progressista da Igreja criou o espaço onde os trabalhadores pudessem se organizar e discutir os seus problemas: as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) que já em meados da década de 1970 existiam em todo o país. As CEB no campo e nas cidades se constituíram em espaços de reflexão sobre a realidade e onde se desenvolveram as experiências para a organização dos trabalhadores rurais contra a política agrária em questão (FERNANDES, 2008). Desses espaços surgem novos sujeitos que se politizam e iniciam um processo de construção de novas formas de organização social. Nesse contexto, alguns religiosos como padres, seminaristas, bispos e até mesmo trabalhadores rurais foram perseguidos pelo

Estado autoritário. Dom Helder Câmara⁵⁷ foi um dos progressistas ameaçado de morte várias vezes por denunciar a situação dos trabalhadores rurais (ITERRA, 2015).

O trabalho das CEB foi ainda mais potencializado a partir do surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT). A CPT nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. Juntamente com as paróquias das periferias das cidades e nas comunidades rurais, foi a articuladora dos novos movimentos camponeses que insurgiram durante o regime militar. A princípio, a CPT se voltou às lutas dos posseiros do Centro-Oeste e Norte. Mais tarde, com a eclosão de conflitos pela terra em todo o país, ela se tornou uma instituição de alcance nacional. Fernandes (2001) e Morissawa (2001) relatam que na luta pela terra o **Livro do Êxodo**⁵⁸ era uma das referências para estudos e reflexões sobre a condição em que viviam os trabalhadores rurais. Rompendo as cercas dos latifúndios, da militarização, das injustiças, os religiosos reiniciavam um novo período da história da formação camponesa. A CPT foi um importante instrumento de luta pela reforma agrária, desmascarando as políticas e os projetos militares e evidenciando as armadilhas por detrás do discurso oficial.

Os padres, agentes pastorais, religiosos e pastores discutiam com os camponeses a necessidade de eles se organizarem. A Igreja parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: “Espera que tu terás terra no céu”. Ao contrário, passou a dizer: “Tu precisas te organizar para lutar e resolver teus problemas aqui na Terra”. A CPT fez um trabalho muito importante de conscientização dos camponeses (STÉDILE e FERNANDES, 2012, p. 22),

A articulação das CEB e a CPT, motivadas pela Teoria da Libertação (TdL), tema este que será discutido no capítulo 4, representou um fator fundamental de conscientização para a

⁵⁷ Dom Hélder Pessoa Câmara (1909 - 1999) foi um bispo católico, arcebispo emérito de Olinda e Recife. Foi um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e grande defensor dos direitos humanos durante a ditadura militar no Brasil. Pregava uma Igreja simples, voltada para os pobres, e a não-violência. Por sua atuação, recebeu diversos prêmios nacionais e internacionais. Foi o brasileiro por mais vezes indicado ao Prêmio Nobel da Paz, com quatro indicações. Disponível em < https://pt.wikipedia.org/wiki/H%C3%A9lder_C%C3%A2mara> Acesso em 09 mar. 2021.

⁵⁸ Segundo livro da Bíblia, em Êxodo é apresentada a história de Moisés e o relato da saída dos israelitas do Egito em busca da Terra Prometida. Liderados por Moisés, o povo deixa para trás uma vida de escravidão, seguindo a crença em Deus e de uma vida melhor. A escrita desse livro é atribuída a Moisés. Disponível em < <https://www.biblionline.com.br/acf/ex> > Acesso em abr.2020.

necessidade de se organizar e lutar e, segundo o Iterra (2015), teve uma influência decisiva no caráter nacional da articulação das lutas pela conquista da terra.

Nesse período, o projeto de monocultura e mecanização do campo, financiado pela ditadura militar e o capital internacional só aumentava os conflitos no campo e o êxodo rural. As máquinas substituem os trabalhadores impossibilitados de competir no braço e, ao mesmo tempo, grandes hidrelétricas foram construídas como a de Tucuruí,⁵⁹ no Pará, e Itaipu⁶⁰, no Paraná, desapropriando muitos pequenos proprietários que viviam e produziam nas áreas atingidas pela inundação das represas. Sobre Tucuruí:

Quando encheu, a água levou tudo: motor, remédio, farinha, arroz, máquina. A Eletronorte tinha que pagar, estamos cansados de esperar, disse o cacique Cajuangawa Assurini. Pirá Assurini, filho do cacique, detalhou que, os que ali viviam, perderam as castanhas, as mandiocas, os milhos, as batatas, a máquina de arroz, a maior parte do seringal que ficava na beira do rio. Pirá continuou seu relato: Nunca conseguimos de volta o que tínhamos antes e até hoje, andando na beira do rio, continuam os impactos. A erosão provocada pela barragem levou cemitérios do nosso povo e continua comendo o nosso território.⁶¹

De acordo com Morissawa (2001) na década de 70, cerca de 100 mil pequenos proprietários rurais foram expulsos de suas terras, somente no estado do Paraná. A construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu levou à desapropriação de mais de 12 mil famílias de oito municípios do extremo oeste do estado.

⁵⁹ A Usina Hidrelétrica de Tucuruí é uma central hidroelétrica no Rio Tocantins, no município de Tucuruí (a cerca de 300 km ao sul de Belém), no estado do Pará, com uma capacidade geradora instalada de 8.370 MW. A construção foi iniciada em 24 de novembro de 1974 e inaugurada em 22 de novembro de 1984 pelo presidente João Baptista de Melo Figueiredo (1918-1999), último presidente do período da ditadura militar. Enquanto boa parte da população a montante, incluindo grandes proprietários do vale de Caraipé e as tribos indígenas Parakanã, foi em parte indenizada e contemplada com investimentos em infra-estrutura, a tribo Gavião da Montanha e toda a população a jusante, incluindo os índios Assurini, continuam reivindicando indenizações. Disponível em: < <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/12/02/indigenas-quilombolas-e-ribeirinhos-protestam-na-pa-263-por-indenizacoes-da-hidreletrica-de-tucurui-no-pa.ghtml> > Acesso em: abr. 2020.

⁶⁰ Considerada uma das maiores usinas hidrelétricas do mundo na época, a Usina Binacional de Itaipu, localizada no oeste do Paraná, foi construída dentro de um ambicioso projeto entre o Brasil e o Paraguai, no período de 1975 a 1982, período este em que ambos os países eram governados por ditaduras militares. Durante a instalação da Itaipu, foi necessária a desapropriação de 42.444 pessoas, das quais 38.440 eram trabalhadores do campo, o que gerou inúmeros problemas sociais. Parte dessas famílias vivia às margens do Rio Paraná e foram desalojadas, a fim de abrir caminho para a represa. Disponível em < <https://artigos.etc.br/historico-sobre-usinas-hidreletricas-e-seus-impactos-ambientais-no-brasil.html> > Acesso em abr. 2020.

⁶¹ Disponível em < <https://envolverde.cartacapital.com.br/indigenas-contam-na-justica-os-danos-causados-pela-usina-de-tucurui/> > Acesso em: 17 abr. 2020.

No final da década de 1970, os conflitos locais se intensificavam, começam a ganhar força e visibilidade. [...] “A luta pela sobrevivência foi a marca da resistência camponesa. E foi assim que [...] os trabalhadores ocuparam a terra, construindo a forma mais importante de conquistar a terra” (FERNANDES 2001, p. 46).

4. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST

“Se a forma dos fenômenos fosse idêntica ao seu conteúdo não haveria necessidade da ciência”
“Não haverá jamais movimento político que não seja social ao mesmo tempo”. Karl Marx

4.1 GÊNESE, NATUREZA E EVOLUÇÃO

Com a repressão das lutas e o atraso na reforma agrária o governo militar tentou restringir o avanço do movimento camponês. No entanto, exatamente por conta da repressão política e da expropriação resultante do modelo econômico da agropecuária nasceu um novo movimento camponês, um único movimento de caráter nacional.

[...] Aos que acreditaram no fim do camponês, não atentaram para o fato que o capital não comporta somente uma forma de relação social, ou seja: assalariamento. Ainda, a propósito, o próprio capital, em seu desenvolvimento desigual e contraditório, cria, destrói e recria o campesinato. É por essa lógica que podemos compreender a gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (FERNANDES 2001, p. 47).

O MST nasceu das lutas concretas que os trabalhadores rurais sem-terra foram desenvolvendo de forma isolada nos estados da Região Sul do país. Por ser um movimento social, que reúne milhares de trabalhadores rurais, seu surgimento teve várias origens, em vários locais, e sua história é composta pela soma de vários acontecimentos que se desenvolveram especialmente a partir de 1978. Não há, portanto como se precisar a data de seu nascimento. (MOURA, 2000).

Em janeiro de 1962 houve a primeira ocupação por integrantes do MASTER na Fazenda Sarandi, localizada no município que leva o mesmo nome, na região norte do estado do Rio Grande do Sul. As ações realizadas por esse movimento tinham como objetivo organizar acampamentos ao lado de áreas que queriam ver desapropriadas. Geralmente eram terras públicas ou ainda terras particulares, as quais não possuíam comprovação de posse ou eram improdutivas. Esse Movimento era apoiado pelo então governador do estado, Leonel Brizola, do PTB e também por militantes do PCB. Em janeiro do mesmo ano, o governo de Brizola lançaria o Programa de Projetos Especiais de Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico-Social e em abril criaria o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA). Ambos tinham o intuito de organizar cooperativas, comunidades de pequenos e médios agricultores e promover a democratização da propriedade da terra.

As terras da Sarandi, que pertenciam a um grupo de nacionalidade uruguaia, chamado Agropecuária Júlio de Maílhos, estavam completamente abandonadas. Assim como vinha fazendo com a Fazenda Sarandi, o grupo comprava terras em diferentes países, esperando que estas valorizassem para revendê-las com lucro. Entretanto, enquanto esperava a valorização da terra, a área permanecia improdutiva. Nessa região acumularam-se quase sete mil pessoas, numa área de vinte e cinco mil hectares. Acamparam no corredor de acesso à fazenda evitando ocupar diretamente a área, numa tentativa de descaracterizar invasão de propriedade - argumento que poderia ser usado pela repressão para expulsá-los. Essa estratégia seria adotada mais tarde em todas as ações do MASTER.

Fomos nós, para dizer bem a verdade, nasceu aqui a ideia do acampamento. [...] Vocês acampam, levem para lá quantas famílias de sem-terra puderem, levem algumas coisas para comer, organizem uma cozinha, um fogão, um bom chimarrão, vocês gostam de tomar mate, e aí comuniquem ao governo. Façam publicidade desse ato, mostrem a miséria de vocês. Eu vou levar os jornalistas lá depois para ver a situação, para que divulguem, para que mostrem isso que ninguém vê que é a população sobrando do campo que está se aglomerando nas cidades, formando favelas, construindo barracos porque não tem para onde ir (BRIZOLA, 2007).

O acampamento recebeu o auxílio da população local, que ainda forneceu comida aos lavradores (Figuras 14, 15 e 16). Brizola mandou que os serviços do governo prestassem assistência médica e social, o que foi criticado por setores conservadores. Foi ao local acompanhado de parlamentares, jornalistas, representantes de proprietários rurais, bispos, autoridades do judiciário e do III Exército: “Ergueram logo uma cruz com os dizeres **Acampamento João XXIII. Somos cristãos, queremos terra**” (BRIZOLA, 2007) (Figuras 12 e 13).



Figura 12: Missa dos sem-terra no acampamento da Fazenda Sarandi **Fonte:** Memorial da Democracia⁶²



Figura 13: Mobilização dos sem-terra no acampamento da Fazenda Sarandi **Fonte:** Memorial da Democracia⁶³

⁶² Disponível em < <http://memorialdademocracia.com.br/conflitos/rs> > Acesso em 18 abr. 2020.

⁶³ Disponível em < <http://memorialdademocracia.com.br/conflitos/rs> > Acesso em 18 abr. 2020.



Figura 14: Preparo de refeições no acampamento da Sarandi
Fonte: Brizola, 2007



Figura 15: Distribuição de refeições no acampamento da Sarandi. Fonte: Brizola, 2007



Figura 16: Refeições no acampamento da Sarandi
Fonte: Brizola, 2007

No dia 13 de janeiro de 1962, somente dois dias após o início do movimento reivindicatório, o governador Leonel Brizola desapropriou os 25 mil hectares da Fazenda Sarandi se valendo da constituição do estado do Rio Grande do Sul, que previa desapropriações de terras particulares não aproveitadas, planos de colonização ou instalação de granjas cooperativas. As terras foram divididas em 62 pequenas propriedades de 25 hectares e 16 propriedades de 250 hectares (ALVES, 2010). Porém, não foi possível a distribuição de lotes para todos porque o mandato do governador Brizola findou e, logo em seguida, o golpe militar inviabilizou essa ação. Muitas famílias não receberam lote e seguiram mais para o norte, em Nonoai, quando se fixaram na reserva indígena de Kaigang⁶⁴ como posseiros, ou até como arrendatários da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que estimulava a ocupação (MORISSAWA, 2001).

⁶⁴Índios Kaigangs: povos originários do norte do estado do Rio Grande do Sul, do grupo Guarani. Os que sobreviveram ao extermínio receberam uma reserva localizada no município de Nonoai (RS), com aproximadamente 10 mil hectares.

Após a vitória dos camponeses de Sarandi, as políticas de reforma agrária se fortaleceram, e as ocupações organizadas pelo MASTER multiplicaram-se no interior do Rio Grande do Sul. No entanto, em maio de 1978, apoiados pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI)⁶⁵, os Kaigangs, que já vinham lutando desde 1974, iniciaram as ações para recuperar seu território e expulsaram 1200 famílias de colonos-rendeiros que viviam naquelas terras (Figura17). Muitas se dispersaram, vagando pelos municípios do noroeste rio-grandense. Pobres e sem ter para onde ir, algumas acamparam a beira das estradas, esperando providências dos governos. Outras foram morar em paióis, porões e casas de parentes e camaradas e, ainda outras passaram a viver em chiqueiros junto com os animais (FERNANDES, 2001).



Figura 17: Conflito entre os índios e colonos em Nonoai. Foto Ricardo Chaves⁶⁶

Para resolver o conflito, o governo propôs que as famílias fossem para o estado do Mato Grosso onde havia terras disponíveis. “A proposta era essa: Tem terra em Mato Grosso, vão morar lá” (STÉDILE e FERNANDES, 2012, p. 27). Parte delas então foi para Mato Grosso, parte foi para as cidades para se tornar assalariada e parte resolveu então lutar por terras no Rio

⁶⁵ O CIMI é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da Igreja Católica junto aos povos indígenas. Criado em 1972, no auge da Ditadura Militar, quando o Estado brasileiro adotava como centrais os grandes projetos de infraestrutura e assumia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como perspectiva única, o CIMI procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural. Disponível em < <https://cimi.org.br/o-cimi/> > Acesso em 21 jul. 2020.

⁶⁶ Disponível em < <https://luzmuller.com/2019/09/03/a-semente-do-mst-40-anos-da-ocupacao-macali-e-brilhante/> > Acesso em 17 abr. 2020.

Grande do Sul, embora sua condição precária de vida. Como não tinham para onde ir, desprovidos de tudo, a solução foi acampar na beira da estrada.

Depois de algumas ocupações mal sucedidas, em setembro de 1979, centenas de agricultores ocupam as glebas Macali⁶⁷ no município de Ronda Alta no Rio Grande do Sul. Já mais organizadas e com o auxílio da CPT; de sindicatos; estudantes; servidores públicos da Secretaria de Agricultura, destacando João Pedro Stédile, técnico dessa Secretaria à época; entre outras entidades, 110 famílias entraram na Macali na madrugada do dia 7 de setembro, onde em pouco tempo montaram acampamento. Em caminhões boiadeiros e veículos atravessam o riacho que delimita a propriedade, cravam uma cruz no chão, símbolo da conquista, e, sobre ela, colocam a bandeira do Brasil. João Pedro Stédile recorda que a Macali foi uma trincheira, mas não foi a guerra. Sobre sua inserção na luta pela terra:

[...] Na época da ditadura militar, era o sindicato que fazia a luta pela reforma agrária. O primeiro trabalho político no sentido de conscientização que fiz foi com os produtores de uva da Serra Gaúcha, na região onde fui criado. [...] Nos fins de semana, ou quando podia fugir do trabalho, ia para a região. Lá começamos o trabalho de conscientização e de organização dos camponeses (STÉDILE e FERNANDES, 2012, p. 31).

Naquela época, a minha consciência era essa aí. Sabia que os camponeses tinham de se organizar. Eles já tinham a o instrumento – o sindicato. Depois comecei a me envolver com a luta pela terra, que deu origem à ocupação da Macali e às outras ocupações. Aí me dei conta de que o sindicato, na luta pela terra, era insuficiente. Concluí isso com a experiência das lutas concretas, não por estudos teóricos (STÉDILE e FERNANDES, 2012, p. 31).

Logo após a ocupação da Macali, no dia 25 daquele mesmo mês, 170 famílias organizadas pelo nascente movimento ocuparam a gleba vizinha, a fazenda Brilhante. Inicialmente o governo escolheu ignorar essa segunda ocupação. No entanto, com a pressão dos camponeses e a opinião pública, o poder público se viu obrigado a conceder terra, assistência social e alimentos. Stédile conta: [...] “Essas ocupações representaram a retomada da luta camponesa no estado, fazendo ligação com a luta histórica da região. Macali e Brilhante foram a ponte entre o pré-64 e a luta pós-ditadura militar. Foi o ressurgimento do movimento camponês sem o medo da repressão” (RAUBER, 2019).

⁶⁷ “Parcela originalmente pertencente à Fazenda Sarandi, localizada no município de Ronda Alta (RS). Área pública grilada durante o regime militar pela empresa Madeireira Carazinho LTDA (daí o nome Macali), que, apesar de dedicar-se ao comércio de madeira, passou a explorar a lavoura como forma de aumentar seus lucros” (STÉDILE e FERNANDES, 2012, p. 26).

As lutas dos trabalhadores rurais cresciam nesse período, se expandindo e se territorializando em vários estados. Para Fernandes (1998), a territorialização é o processo de conquista da terra, na qual cada assentamento conquistado é uma fração do território que passa a ser trabalhado pelos sem-terra. É esse processo que irá diferenciar o MST de outros movimentos sociais ao longo dos anos. Quando a luta acaba na conquista da terra não existe territorialização.

No Paraná se desenvolvia uma intensa luta de agricultores que perderam as terras pela construção de Itaipu, o que fez emergir uma figura política coletivamente construída: o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO). Esse movimento existiu efetivamente por apenas meia década, de fim de 1980 a 1986 com o intuito de lutar e criar estratégias para a volta e manutenção dos trabalhadores rurais no campo. Organizadas pelo MASTRO, famílias ocuparam uma área da Reserva Florestal do INCRA e a Fazenda Mineira, em São Miguel do Iguçu. Foram despejadas, tiveram algumas lideranças presas e se dispersaram por diversos municípios da região (MORISSAWA, 2001).

Em 1980, em Santa Catarina, mais de 300 famílias ocuparam a Fazenda Burro Branco no município de Campo Erê. No Mato Grosso do Sul (MS), famílias de arrendatários, assalariados, posseiros, desempregados das cidades e brasiguaios⁶⁸ que retornavam ao Brasil, travaram intensa batalha pela ocupação da Fazenda Santa Idalina, no município de Ivinhema, sob o domínio da empresa SOMECO (Sociedade de Melhoramentos e Colonização), um grande latifúndio de 18.000 hectares. Em São Paulo, no mesmo período, acontecia a luta dos posseiros pelas terras: Fazenda Primavera no município de Andradina no oeste do estado; Pirituba nos municípios de Itapeva e Itaberá no sudoeste paulista. Mais adiante, as fazendas Tucano e Rosanela na região do Pontal de Paranapanema, região esta que se transformou num dos principais focos de conflitos de terra no país, em função da existência de mais de 1 milhão de hectares de terras públicas griladas por fazendeiros, mas que pertencem legalmente ao governo do estado de São Paulo (ITERRA, 2015; MST, 1986; MORISSAWA, 2001).

Outras lutas ainda ocorriam em outros estados, como na Bahia, Rio de Janeiro e Goiás. Em todas essas lutas a violência e a truculência envolvendo policiais e jagunços sempre foi

⁶⁸ Os brasiguaios são os sem-terra brasileiros que foram buscar trabalho em fazendas do Paraguai.

constante. Entre 1982 e 1984, como relata Fernandes (2001), foram assassinados 277 trabalhadores rurais.

Em 1980, após quase três anos da expulsão de Nonoai no Rio Grande do Sul, um novo acampamento surge no mesmo estado. Famílias que não haviam conseguido assentamento em lutas anteriores resolveram acampar em um local chamado Encruzilhada Natalino, entroncamento das estradas que levam aos municípios gaúchos de Ronda Alta, Sarandi e Passo Fundo. Este acampamento se tornou símbolo da luta de resistência à ditadura militar, agregando em torno de si a sociedade civil que exigia um regime democrático. Sindicatos de várias categorias de trabalhadores, comunidades diversas de várias paróquias, prefeitos, agricultores e estudantes passaram a apoiá-los. Eram mais de 600 famílias acampadas em barracos que se estendiam por quase 2 quilômetros à beira da estrada. E mesmo em condições precárias, reunindo pessoas que já traziam experiências de movimentos anteriores trataram de se organizar em grupos, setores e comissões e de eleger uma coordenação. Depois de três anos de luta e resistência, o governo desapropriou várias áreas para o assentamento definitivo de todas as famílias que permaneceram acampadas. Dessa luta nasceu o Boletim Sem Terra, um informativo criado pelos acampados para divulgar e denunciar a ação da ditadura, que se tornaria no futuro o Jornal Sem Terra⁶⁹ (ITERRA, 2015; MST, 1986; MORISSAWA, 2001).

Observa-se o papel decisivo do trabalho pastoral da CPT no nascimento do MST. Em 1982, juntamente com os sindicatos autênticos passaram a estimular o intercâmbio e o contato entre os trabalhadores rurais envolvidos nas lutas concretas. Foram realizadas várias reuniões como experiências e aos poucos foram ganhando novos adeptos, até que em julho desse mesmo ano realizou-se no município de Medianeira, no estado do Paraná, a primeira reunião de articulação regional da luta pela terra. Dessa articulação participaram diversos personagens e organizações reunindo trabalhadores sem-terra dos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em setembro do mesmo ano, a CPT organizou um

⁶⁹ Publicação mensal de divulgação do MST. Surgiu como boletim mimeografado, em 1981, em Porto Alegre, para levar solidariedade e divulgar a luta dos acampados na Encruzilhada Natalino (RS). Seguiu a trajetória do movimento da luta pela terra e, quando este se transforma em MST, passa a ser publicado, como seu porta-voz, em formato de tabloide. A partir de 1985, com a instalação da Secretaria Nacional do MST em São Paulo, passa a ser editado na capital paulista. Em 1986 ganhou o Prêmio Wladimir Herzog de Direitos Humanos, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, por seu caráter (STÉDILE e FERNANDES, 2012).

seminário no Centro de Formação da Diocese de Goiânia com 22 agentes de pastoral e 30 lideranças de ocupações de terras, posseiros etc. Essa primeira articulação nacional contava com trabalhadores de 16 estados do país. Conta Stédile, um dos participantes desse encontro:

Aí foi o primeiro encontro para troca de experiências da luta pela terra. Eu me lembro bem que quem assessorou foi o José de Souza Martins. Foi a primeira reunião nacional que eu fui, nunca tinha saído do Rio Grande. Foi um encontro de troca de experiências: como é que vocês fizeram isso, como é que vocês fizeram aquilo. Foi prá se conhecer. Inclusive aí então começou a se conversar que a gente podia se organizar, podia ter mais contato. Tinha umas ideias assim: não a CPT pode fazer isso prá nós. Como nós nos conhecemos nessa reunião, nós dos estados do Sul resolvemos nessa reunião, nós vamos continuar nos reunindo, nós vamos continuar nos encontrando. Então nós fizemos uma espécie de regional, sem estar escrito nada. Continuamos nos reunindo periodicamente nestes cinco estados do Sul (FERNANDES, 1998, p. 34).

Em 1983 realizaram outros encontros nas cidades de Chapecó (SC), Naviraí e Glória de Dourados (MS), Araçatuba (SP) e em Ronda Alta (RS) Foi a partir desses encontros que algumas lideranças de lutas concretas existentes no sul do país começaram a discutir a possibilidade de se organizar um movimento social mais amplo sem as barreiras do isolamento. Em janeiro de 1984, foi realizado, em Cascavel (PR), o I Encontro Nacional dos Sem Terra o que seria o encontro preparatório para o I Congresso Nacional dos Sem Terra, o nascimento do MST.

O Encontro em Cascavel reuniu 80 trabalhadores rurais que ajudavam a organizar ocupações de terra em 12 estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e Roraima. Participaram também representantes da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária)⁷⁰, representantes da CUT (Central Única dos Trabalhadores)⁷¹, do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e da

⁷⁰ Entidade civil sem fins lucrativos, criada em 20 de setembro de 1967 no Rio de Janeiro com o objetivo de ajudar a promover a concretização da reforma agrária no Brasil, dentro dos marcos conceituais a que se refere à Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, conhecida como Estatuto da Terra. Associação composta por técnicos, estudantes, profissionais liberais e dirigentes de associações e sindicatos e trabalhadores rurais em âmbito nacional e articulada a um grande grupo de entidades de apoio aos movimentos sociais rurais. Disponível em < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/associacao-brasileira-de-reforma-agraria-abra> > Acesso em 23 abr. 2020.

⁷¹ A Central Única dos Trabalhadores (CUT) é uma organização sindical brasileira de massas, em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. No início da década de 1980 em um cenário de profundas transformações políticas, econômicas e culturais, protagonizadas essencialmente pelos movimentos sociais, surge o chamado “novo sindicalismo”, a partir da retomada do processo de mobilização da classe trabalhadora. Estas lutas, lideradas pelas direções sindicais contrárias ao sindicalismo oficial corporativo, há muito estagnado, deram origem à Central Única dos Trabalhadores, resultado da luta de décadas de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade pela criação de uma entidade única que os representasse. Disponível em < <https://www.cut.org.br/conteudo/breve-historico> > Acesso em: 23 abr. 2020.

Pastoral Operária de São Paulo⁷². Nesse encontro foram aprovadas diversas linhas de ação baseadas em análises nos encontros realizados entre 1982 e 1984. Concluíram que o movimento que estavam concebendo deveria ser um movimento de luta de massas. Deveria estar sob o controle dos trabalhadores para garantir sua autonomia, embora reconhecessem a importância da CPT e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais autênticos. Não poderia, portanto, estar subordinado a uma instituição religiosa nem a uma instituição formal com estrutura restritiva.

Para Fernandes (1998) todo esse processo de constituição do MST representou um amadurecimento político-ideológico, pois construíram um movimento com autonomia e heteronomia, termo este cunhado pelo filósofo Immanuel Kant (1724- 1804) para denominar a sujeição do indivíduo à vontade de terceiros ou de uma coletividade. Autonomia porque a direção política do Movimento não está subordinada a nenhuma instituição, e heteronomia porque, na luta pela reforma agrária envolveram outras organizações políticas como sindicatos, Igrejas e partidos.

O primeiro debate do Encontro em Cascavel foi sobre o nome que teria o Movimento. De acordo com Stédile, “a escolha foi um debate ideológico” (STÉDILE e FERNANDES, 2012, p. 49). Movimento e Sem Terra já eram termos conhecidos de outros movimentos que formaram o MST, desde a época do MASTER ou, antes disso, quando a expressão sem-terra apareceu inicialmente na constituinte de 1946, apontando pela primeira vez a necessidade da Reforma Agrária. A imprensa já havia popularizado o nome Sem-Terra, ganhando força com a intensificação das lutas pela terra. As reflexões sobre o nome convergiam para o resgate do caráter de classe, a classe trabalhadora, da história da luta camponesa em um país onde o latifúndio é a sua contraposição. Assim, foi aprovado por unanimidade o nome: **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**.

⁷² A Pastoral Operária (PO) de S. Paulo (a primeira do Brasil) nasceu de ações desenvolvidas por antigos militantes da JOC (Juventude Operária Católica) e da ACO (Ação Católica Operária). Começou com a organização de pequenos grupos de trabalhadores/as católicos/as em algumas comunidades. Aqueles trabalhadores refletiam a vida de trabalho na ótica das exigências evangélicas da justiça e da solidariedade de classe. Simultaneamente, procuravam desenvolver diálogos, seguidos de esforços para a organização de seus companheiros no local do trabalho, enquanto se engajavam no movimento sindical, imediatamente antes e depois do golpe militar de 1964. Disponível em < https://web.archive.org/web/2010112091919/http://www.iiep.org.br/sistema/arquivos/docs/70_po.pdf > Acesso em: 23 abr. 2020.

De acordo com Fernandes (1998), no Encontro foram esboçados os primeiros objetivos gerais pelos quais os sem-terra se propunham e que delineariam as ações do MST:

1. Lutar pela Reforma Agrária;
2. Lutar por uma sociedade justa, fraterna e acabar com o capitalismo;
3. Integrar à categoria dos sem-terra: trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários etc.;
4. A terra para quem nela trabalha e precisa dela para viver.

O objetivo 3 que se refere à interação dos sem-terra, inclui nessa categoria, conforme descreve Moura (2000):

Parceiro: é aquele agricultor que trabalha com sua família, arrenda uma terra de outro e faz uma parceria; ele entra com o trabalho, com ferramentas, às vezes com sementes. E o proprietário com a terra, às vezes com sementes, adubo, etc. E na colheita dividem a produção: quando é metade para cada um, são conhecidos como meeiros. Às vezes o parceiro paga 30% do que colhe ao proprietário e assim por diante. Mas o pagamento é sempre parte do produto colhido. E as divisões e condições são as mais variadas possíveis.

Arrendatário: é aquele agricultor que trabalha com sua família e arrenda uma terra por um preço fixo combinado, que pode ser pago em dinheiro ou em produto. E independente do volume da colheita naquela área. Existem também grandes arrendatários que arrendam grandes extensões de terras, para cultivar com máquinas etc. Esses são conhecidos como arrendatários-capitalistas e, obviamente, não são considerados sem-terra.

Posseiro: é aquele agricultor que trabalha com sua família numa determinada área, como se fosse sua, mas não possui título de propriedade da terra. Na maioria das vezes a terra é do Estado ou também, sem ele saber, pode ser de um proprietário qualquer. A maior parte dessa categoria encontra-se na região norte do país, nas regiões de fronteira agrícola.

Assalariado rural: é aquele agricultor que não trabalha por conta, apenas vende seus dias de serviço a um fazendeiro qualquer. Existe um grande número de arrendatários, parceiros, pequenos proprietários que, para sobreviverem, também se assalariam em algumas épocas do ano.

Pequeno agricultor: é aquele agricultor que trabalha com sua família, mas possui uma parcela muito pequena de terra, por exemplo, menos de cinco hectares, e com isso não consegue sobreviver e sustentar sua família. Por isso, almeja terra e é considerado um sem-terra.

Filhos de pequenos agricultores: são aqueles agricultores filhos de pequenos proprietários, que só podem possuir até 50 hectares, mas que não têm condições de se reproduzir como pequenos proprietários e, portanto, passam a ser sem-terra, quando constituem novas famílias.

Após o I Encontro, o MST passou a articular-se em diversos estados. Dessa articulação resultaram os passos organizativos representados pelos seis Congressos Nacionais dos Sem-Terra (1985, 1990, 1995, 2000, 2007, 2014) e pelos diversos Encontros Regionais e Nacionais realizados desde então.

No primeiro Congresso realizado durante os dias 29 a 31 de janeiro de 1985 em Curitiba (PR) com 1600 delegados, definiu-se como um movimento social que teria como principal meio de ação as ocupações de terras, dando "a cara" que demarcaria o Movimento Sem Terra. Adota o lema "Ocupação é a única solução". Stédile relata: “A turma saiu do Congresso e começaram a pipocar grandes ocupações por todo o país. Foi inclusive, a maior onda de ocupações que fizemos numa só região, a do oeste de Santa Catarina [...] ocupamos 18 fazendas numa mesma semana, com cinco mil famílias” (STEDILE e FERNANDES, 2012, p. 54).

Foi nesse clima que o MST deu continuidade ao processo de sua expansão em âmbito nacional. Era um tempo que, após anos de repressão e lutas, a sociedade brasileira, animada pelas greves e mobilizações, trazia à tona dezenas de bandeiras sufocadas pela ditadura: melhores salários, educação, saúde, direitos democráticos e também a reforma agrária. A alvorada das greves operárias, da campanha pela Anistia geral e irrestrita, os novos movimentos sociais urbanos, as Diretas – já, que encerravam a ditadura militar, permitiu também a retomada da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil. Nesse turbilhão de acontecimentos, para tentar acalmar os ânimos no campo, o Governo anuncia um Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em maio de 1985, com a meta de assentar 1,4 milhões de famílias. O PNRA tinha como objetivo resgatar do Estatuto da Terra a desapropriação por interesse social como instrumento prioritário da Reforma Agrária. Por outro lado, os latifúndios reforçam sua organização e suas

ameaças criando a União Democrática Ruralista (UDR), uma entidade que aglutinava os latifundiários na defesa de suas propriedades e na formação de um fundo para eleger congressistas constituintes para defenderem seus interesses na Constituição. Ganharam, e fizeram do capítulo da Reforma Agrária um texto legal de menor expressão que o próprio Estatuto da Terra. Todo esse processo deu lugar a muita violência no campo entre mortes, desaparecidos, presos e torturados, inclusive de apoiadores da Reforma Agrária.

Ao longo de sua caminhada, o MST enfrentou inúmeros reveses e foi crescendo em várias instâncias de luta, contra a violência dos latifundiários, da UDR, contra a inoperância do INCRA, e contra o modelo neoliberal. O Movimento criou diversas frentes, criando uma organização jamais vista no campo. A experiência do trabalho coletivo iniciado desde os primeiros acampamentos levou à cooperação agrícola nos assentamentos como forma de enfrentar as dificuldades presentes no dia a dia. Ao mesmo tempo, para organizar sua militância na luta por terra e no desenvolvimento de produção, o Movimento se deparou com a realidade da baixa ou nenhuma escolaridade dos trabalhadores do campo. Nesse momento, priorizou a educação no campo, tornando-a fator prioritário para o sucesso da empreitada.

Cabe destacar que o neoliberalismo é uma doutrina socioeconômica que retoma os antigos ideais do liberalismo clássico ao preconizar a mínima intervenção do Estado na economia, através de sua retirada do mercado, que, em tese, autorregular-se-ia e regularia também a ordem econômica. Sua implantação pelos governos de vários países iniciou-se na década de 1970, como principal resposta à Crise do Petróleo⁷³. Outra premissa básica do neoliberalismo é o desaparecimento do Estado, ou seja, as privatizações. Nesse sentido, de acordo com o MST, os trabalhadores brasileiros acusam o modelo neoliberal, implantado no Brasil desde o início dos anos 1990, de ser o responsável pelo agravamento das situações de desemprego, precarização das relações de trabalho, fome, falta de vagas e má qualidade dos serviços públicos. A aplicação das

⁷³ Na década de 1970 descobriu-se que o petróleo é um recurso natural não renovável. Estima-se que em 70 anos o produto se esgote. Tal descoberta fez o preço do produto se alterar, fazendo-o triplicar no final de 1977. A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) já vinha diminuindo a oferta de petróleo desde sua criação para alcançar os objetivos que tinha traçado e por causa disso uma série de conflitos ocorreram com os países árabes integrantes da OPEP. Em apenas cinco meses, entre outubro de 1973 e março de 1974, o preço do petróleo aumentou 400%, causando reflexos poderosos nos Estados Unidos e na Europa e desestabilizando a economia por todo o mundo. Disponível em < <https://www.infoescola.com/economia/crise-do-petroleo/> > Acesso em 08 mar. 2021.

receitas desse modelo determinou a privatização de setores estratégicos da economia, a redução da capacidade do Estado de prestar serviços sociais, priorizou o setor financeiro em detrimento do produtivo e ofereceu seguidos benefícios ao capital especulativo. Como resultado, estagnação da economia e aumento da desigualdade de renda (BRASILINO, 2007).

De ocupação em ocupação, estado por estado, lutando pelo direito à terra por meio de negociações e enfrentamentos, os sem-terra, segundo Fernandes (2001), espacializaram a luta, construindo o Movimento, desde os seu nascimento à sua consolidação, dimensionando e transformando sua realidade. Nesse processo os assentamentos são partes fundamentais da infraestrutura que representa a consolidação do MST em cada estado. As lutas e experiências que levaram às conquistas consolidaram o Movimento e sua forma de organização.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1947)⁷⁴ (2001) faz uma análise da articulação, evolução e construção política do MST por meio das suas palavras de ordem. Na formação do MST, na década de 80, o lema era **Terra para quem nela trabalha** (1979-83), uma palavra de ordem que teve origem na CPT. Quando começou a enfrentar resistência ao acesso a terra, um novo lema surgiu: **Terra não se ganha, terra se conquista** (1984). Ao se fortalecer e avançar, sobretudo durante o governo de José Sarney⁷⁵, percebendo que o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária não estava sendo implementado, os lemas passaram a ser: **Sem Reforma Agrária não há democracia** (1985) e **Reforma Agrária já** (1985-86). Com o aumento da violência, que não atingiu apenas os trabalhadores, mas lideranças, advogados, políticos, religiosos etc., o MST mudou suas palavras de ordem: **Ocupação é a única solução** (1986), **Enquanto o latifúndio quer guerra, nós queremos terra** (1986-87) e, por ocasião da Constituinte, **Reforma Agrária: na lei ou na marra** (1988) e **Ocupar, Resistir, Produzir** (1989-1994), depois que os assentamentos começaram a ser conquistados (grifos do autor). Stédile comenta: “Ocupar, Resistir e Produzir fortaleceu o sentimento de que tínhamos de gerar uma nova sociedade nos assentamentos, organizar a produção, ter um modelo para a agricultura” (STÉDILE e

⁷⁴ Professor e Doutor em Geografia, e professor Livre-Docente da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia Humana, da Universidade de São Paulo. Concentra sua produção acadêmica na área de Geografia Agrária. Escritor com vários títulos tais como: A Agricultura Camponesa no Brasil, 1991, Geografia das lutas no campo, 1988.

⁷⁵ José Sarney de Araújo Costa, nascido José Ribamar Ferreira de Araújo Costa (1930) é um advogado, político e escritor brasileiro, que serviu como o 20.º vice-presidente do Brasil durante 1985 e como o 31.º Presidente do Brasil de 1985 a 1990.

FERNANDES, 2012, p. 55). Na década de 90, durante o governo Collor⁷⁶, o MST mudou suas estratégias políticas de luta e as palavras de ordem passaram a ser: **Reforma Agrária: essa luta é nossa** (1990-91) e **MST, agora é pra valer** (1992-93). O governo Collor foi caracterizado por uma forte repressão contra a luta dos Sem Terra. No seu breve período de governo, Collor tratou de impor inédita e bruscamente o receituário neoliberal. O choque foi extremo, ocasionando, em meio ao avanço de uma recessão econômica, reações ideológicas tanto à direita quanto à esquerda política, que terminou levando à interrupção por meio de impeachment. Foi durante o governo do seu vice, Itamar Franco⁷⁷, que foi aprovada a Lei Agrária - Lei 8.629⁷⁸ -, fazendo com que as propriedades rurais fossem reclassificadas com a regulamentação da Constituição. Essa ação fez com que não existissem mais vieses jurídicos que impossibilitassem as desapropriações. Até 1993, quando foi regulamentada a Lei Agrária, não foi possível realizar desapropriações para este fim.

Em 1992, um grupo de representantes de agricultores do continente americano e europeu que participavam do II *Congresso da Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos de Nicaragua* (UNAG), realizado em Manágua, propuseram a criação de uma articulação mundial de camponeses. Essa proposição se consolidou em 1993 com a realização em Mons, na Bélgica, da I Conferência Via Campesina, quando foram elaboradas as linhas políticas iniciais e definidas a estrutura da articulação. Nasce a Via Campesina que se caracteriza como um movimento internacional que aglutina diversas organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres camponesas e comunidades indígenas dos cinco continentes. A formação da Via Campesina se deu em um período de intensa mercantilização e internacionalização da agricultura concentrando o sistema de produção de alimentos em apenas algumas empresas multinacionais e também na distribuição dos produtos, culminando na homogeneização do consumo de alimentos dessas poucas empresas (VIEIRA, 2008).

⁷⁶ Fernando Affonso Collor de Mello (1949), mais conhecido como Fernando Collor, é um político brasileiro. Foi o 32º Presidente do Brasil, de 1990 até sua renúncia em 1992. Foi o primeiro eleito por voto direto do povo após o Regime Militar (1964-1985) e o primeiro a ser afastado temporariamente por um processo de impeachment no país. Sucedeu o presidente José Sarney nas eleições de 1989, em que derrotou Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno.

⁷⁷ Itamar Augusto Cautiero Franco (1930 - 2011) foi um engenheiro, militar e político brasileiro. Foi o 21.º Vice-presidente do Brasil durante o governo de Fernando Collor e, após o titular ter sido afastado da presidência por um processo de impeachment, assumiu como o 33.º presidente do Brasil, tendo governado entre 1992 e 1995.

⁷⁸ Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

[...] a Via Campesina surge como produto das relações dialéticas produzidas pelo capitalismo, ou seja, é expressão da conflitualidade intrínseca à existência e reprodução das relações capitalistas. Portanto, a Via Campesina tem em sua criação as marcas da exasperação da questão agrária e também da necessidade da articulação de diferentes e diversos movimentos camponeses e indígenas na luta contra o capital (RIBEIRO e SOBREIRO FILHO, 2012, p. 4).

Segundo Vieira (2008) a Via Campesina surgiu com a eclosão de expressivos protestos que questionavam exatamente os novos formatos do capitalismo mundial, destacando-se em campanhas contra as organizações dominantes como, por exemplo, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e, também, contra os gigantes corporativos mundiais como o *McDonalds*, contra os organismos geneticamente modificados (OGM) e as multinacionais que os fomentam, como a Monsanto e entre outros que defendem um modo de vida neoliberal.

A Via Campesina, na qual o MST se somou, tem como principais bandeiras: a soberania alimentar com base no desenvolvimento local e na diversidade da produção agrícola e agroecológica; a defesa das terras e territórios camponeses e indígenas por meio de políticas de desenvolvimento, como a reforma agrária integral; e a defesa das sementes como patrimônio da humanidade e da água como direito de todos. Além dessas linhas políticas em defesa dos territórios camponeses e indígenas, a Via Campesina também tem demarcado posição contra a produção de *commodities*⁷⁹ e de agrocombustíveis, que têm gerado contínuas crises alimentares (FERNANDES, 2012).

Ainda de acordo com a análise de Oliveira (2001) sobre as palavras de ordem do MST, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso surgiu o lema: **Reforma Agrária: uma luta de todos!** (1995). A mudança nas palavras de ordem representa a alteração da estratégia política do Movimento. Reforma Agrária: uma luta de todos!, particularmente, tem um significado político importante. Tem a consciência de que é necessário o envolvimento do movimento articulado com a sociedade como um todo. Este foi um período, de crescimento e aceitação do movimento no conjunto da sociedade brasileira. Mas, também foi um período em que o Estado abandona a agricultura familiar com a retirada de subsídios e assistência técnica, além da subordinação da agricultura ao mercado internacional. Além disso, o Brasil testemunhou os dois maiores

⁷⁹ As *commodities* – ou *commodity*, no singular – é uma expressão do inglês que se difundiu no linguajar econômico para fazer referência a um determinado bem ou produto de origem primária comercializado nas bolsas de mercadorias e valores de todo o mundo e que possui um grande valor comercial e estratégico. Geralmente, trata-se de recursos minerais, vegetais ou agrícolas, tais como o petróleo, o carvão mineral, a soja, a cana-de-açúcar e outros.

massacres de trabalhadores rurais sem-terra: Corumbiara (1995), em Rondônia, e Eldorado dos Carajás (1996), no Pará.

Um ano após o Massacre de Eldorado dos Carajás, cerca de 1.300 Sem Terra iniciam em 13 de fevereiro de 1997 a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária. O objetivo era chegar a Brasília no dia 17 de abril, exatamente um ano após o Massacre, para dialogar com a sociedade, fazer frente à ofensiva do governo, além de denunciar a impunidade dos mandantes do crime.

Os Sem Terra partiram de três pontos diferentes do país: de São Paulo (SP), com os integrantes dos estados do sul e São Paulo (Coluna Sul); de Governador Valadares (MG) com os integrantes de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Bahia (Coluna Sudeste); e Rondonópolis (MT) com os militantes de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Goiás e Distrito Federal (Coluna Oeste). Em um percurso de cerca de mil quilômetros, por dois meses, atravessaram a pé diversos municípios do Brasil. Em cada ponto de passagem da Marcha, as igrejas, os sindicatos e as prefeituras garantiram aos participantes alojamento e alimentação. Na sua chegada à capital, cerca de 100 mil pessoas receberam os Sem Terra demonstrando solidariedade e simpatia pela luta por Reforma Agrária (MST)⁸⁰.

O resultado dessa força social, com repercussão internacional, foi a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) que propunha e apoiava projetos de educação voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária. A atuação do PRONERA se deu por meio de parcerias do INCRA com instituições públicas de ensino, instituições comunitárias de ensino sem fins lucrativos e governos estaduais e municipais, com a participação de movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais. No entanto, o decreto nº 20.252 publicado no Diário Oficial de 20 de fevereiro de 2020 reorganiza a estrutura do INCRA, enfraquecendo programas importantes para o desenvolvimento dos Movimentos Sem Terra e Quilombolas. Na reestruturação, o governo extingue a Coordenação responsável pela Educação do Campo. Assim, fica inviabilizada a continuidade do PRONERA, voltado para a formação de estudantes do campo. Já o MDA tinha

⁸⁰ Disponível em: < <https://mst.org.br/nossa-historia/97-99/>> Acesso em: 25 mai. 2020.

por competências: a reforma agrária e reordenamento agrário, a regularização fundiária na Amazônia Legal, promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e das regiões rurais e a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. Extinto em maio de 2016, no governo do presidente Michel Temer⁸¹, sua existência foi um marco na dualidade histórica, estrutural e política do meio rural brasileiro e na promoção da agricultura familiar.

Outra grande mobilização aconteceu em 1999 com a Jornada Nacional de Lutas. A Marcha Popular pelo Brasil, coordenada pelo MST, CUT, CNBB, além da Central de Movimentos Populares (CMP), o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural (MMTR) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) largou em 26 de julho, da frente da sede da Petrobras, no Rio de Janeiro, com cerca de mil trabalhadores que caminharam até Brasília, em defesa do Brasil, por terra, trabalho e democracia.

No ano 2000 o lema passou a ser **Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio**, numa clara alusão à necessidade histórica do fim das terras improdutivas e o cumprimento ao legado constitucional de que a terra tem de cumprir sua função social. O MST já tinha atuação em 23 estados, 1,5 milhão de pessoas, 350 mil famílias assentadas e 100 mil vivendo em acampamentos. No setor de educação já contava com 1500 escolas públicas nos assentamentos, 150 mil crianças matriculadas e cerca de 3500 professores em escolas onde se desenvolve uma pedagogia específica para o campo. A eleição de Lula⁸² como presidente em 2002 trouxe grande expectativa no sentido de realização de reforma agrária. No entanto, o modelo agrário-exportador se acentuou e a aquisição de terras por estrangeiros também atinge níveis nunca antes registrados. O agronegócio avança, investindo fortemente em produção de sementes transgênicas, agrotóxicos, monocultura e acumulação de terras. O governo mais uma vez frustra as expectativas históricas dos trabalhadores sem-terra e não atinge a meta proposta pelo MST de

⁸¹ Michel Miguel Elias Temer Lulia Tietê (1940) é um político, advogado e escritor brasileiro, que serviu como o 37.º Presidente do Brasil de 31 de agosto de 2016, empossado após o impeachment da titular, Dilma Rousseff, a 1 de janeiro de 2019.

⁸² Luiz Inácio Lula da Silva, nascido Luiz Inácio da Silva e mais conhecido como Lula (1945), é um político, ex-sindicalista e ex-metalúrgico brasileiro, principal fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) e o 35º presidente do Brasil, tendo exercido o cargo de 1º de janeiro de 2003 a 1º de janeiro de 2011.

assentar todas as famílias acampadas, que somavam 60 mil já no início do governo Lula (ITERRA, 2015).

Nesse contexto, mais do que nunca a Reforma Agrária era algo necessária como também uma reestruturação não só da concentração da propriedade da terra no Brasil, mas do jeito de produzir. O que estava em jogo era a disputa entre dois modelos de sociedade e produção agrícola, ou seja, a disputa entre os projetos da pequena agricultura, voltada para a produção de alimentos para o consumo interno, e do agronegócio, baseado em monocultivo e voltado à exportação.

Assim, o MST, mais uma vez se colocou em movimento e em diálogo com a sociedade. Ocorre, portanto, em 2005, a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, considerada uma das maiores marchas da história do Movimento. Ao todo, 12 mil participantes caminharam de Goiânia até Brasília percorrendo 200 km. A Marcha teve início no dia 2 de maio chegando na capital Federal no dia 17 do mesmo mês.

Ainda no contexto de luta contra o agronegócio o 5º Congresso do MST realizado em 2007 tem como resultado uma carta de compromissos de articulação com os setores sociais, luta contra as privatizações, latifúndios, queimadas e violências no campo; luta por Reforma Agrária, defesa de seus direitos, defesa das sementes nativas, crioulas e combate às empresas transnacionais. Esses compromissos materializaram as palavras de ordem **Reforma Agrária, por justiça social e soberania popular** (2007-2014). A luta pela Reforma Agrária era vista como parte da construção e acumulação de forças para a construção de um projeto popular e soberano para o Brasil.

No segundo mandato de Dilma Rousseff⁸³, uma grave crise econômica e política assolou o país. Nesse cenário, de influências internacionais, o poder do agronegócio não é apenas econômico, mas também político, financiando campanhas eleitorais, governos, elegendo

⁸³ Dilma Vana Rousseff (1947) é uma economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) e 36ª Presidente do Brasil, tendo exercido o cargo de 2011 até seu afastamento por um processo de impeachment em 2016.

deputados com interesses pessoais, criando uma situação de bloqueio da Reforma Agrária. As terras, mesmo improdutivas, se tornaram reservas de mercado, espaço de especulação.

Nesse contexto, o MST aprofundou o debate em torno da questão agrária, e a luta pela Reforma Agrária ganhou um novo adjetivo: Popular. A natureza da luta se modifica, implicando em enfrentamento com o capital e seu modelo de agricultura, se amplia para as disputas sobre o controle de sementes, da agroindústria, da tecnologia, dos bens da natureza, da biodiversidade, das águas e das florestas.

Por uma Reforma Agrária Popular passou a ser o lema do MST. Popular porque deve ser fruto da aliança dos trabalhadores rurais e dos trabalhadores urbanos. Construir a Reforma Agrária Popular significa adotar um novo modelo de produção, baseado no manejo racional do meio ambiente, a agroecologia, com uso de técnicas que garantam a sua produtividade, diminuindo a penosidade do trabalho agrícola, mas respeitando a saúde do camponês e do trabalhador urbano que consome os alimentos produzidos por ele. A agroecologia, portanto, se refere às práticas de agricultura que incorporam as questões sociais, políticas, culturais, energéticas, ambientais e éticas. Não existe isoladamente, mas é uma ecologia dos saberes composta tanto por conhecimentos científicos quanto saberes populares e tradicionais provenientes de experiências de agricultores familiares de comunidades indígenas e camponesas.

Caporal (2009) ressalta que a Agroecologia integra e articula conhecimentos de diferentes ciências, assim como o saber popular, permitindo tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura industrial, como o desenho de novas estratégias para o desenvolvimento rural e de estilos de agriculturas sustentáveis. As várias dimensões da Agroecologia se influem umas às outras e interagem o tempo todo, de modo que estudá-las, entendê-las e propor alternativas mais sustentáveis supõe, necessariamente, uma abordagem inter, multi e transdisciplinar (Figura 18). Só assim é possível entender as relações indissociáveis entre a sociedade/indivíduo/natureza/economia/cultura/política etc. A partir de Morin (1999) Caporal (2008) coloca a Agroecologia como campo do **pensar complexo** em que **complexus** significa o que **é tecido junto** (grifos do autor). O pensamento complexo é o pensamento que se esforça para unir, não na confusão, mas operando diferenciações. A Agroecologia como ciência do campo da

complexidade, se enquadra no que Morin (1998, apud CAPORAL, 2008, p. 75) qualifica como “uma transformação no modo de pensar, do mundo do pensamento e do mundo pensado”.

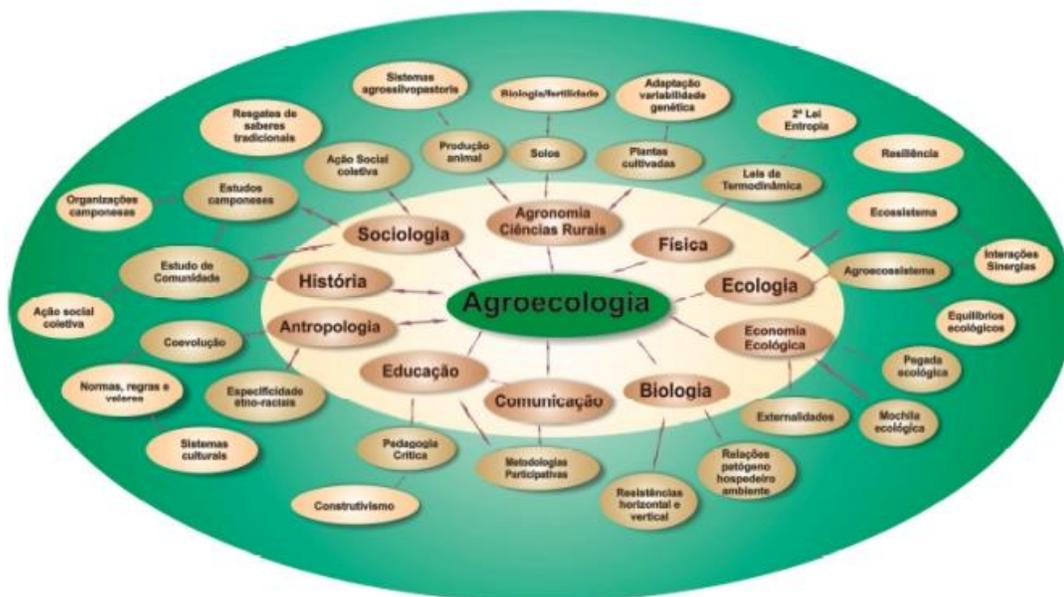


Figura 18: Exemplos de contribuições de outras ciências à Agroecologia Fonte: Caporal, 2008.

A agroecologia, portanto, se insere na luta atual do MST. Luta pela construção de uma Reforma Agrária que comece com a democratização da propriedade da terra, mas que organize a produção de forma diferente. Priorizando a produção de alimentos saudáveis para o mercado interno, combinada com um modelo econômico que distribua renda e respeite o meio ambiente. Uma Reforma Agrária que fixe as pessoas no meio rural, que desenvolva agroindústrias, combatendo o êxodo do campo, e que garanta condições de vida para o povo. Com educação em todos os níveis, moradia digna e emprego para a juventude (ITERRA, 2015). As figuras 19 a 22 demonstram a produção agroecológica no assentamento Irmã Dorothy em Quatis/RJ.



Figura 19: Produção de tomate agroecológico no assentamento Irmã Dorothy – Quatis/RJ Fonte: Acervo pessoal



Figura 20: Produção de repolho agroecológico no assentamento Irmã Dorothy – Quatis/RJ Fonte: Acervo pessoal



Figura 21: Produção de beterrabas agroecológicas no assentamento Irmã Dorothy-Quatis/RJ Fonte: Acervo pessoal



Figura 22: Produção de alfaces agroecológicas no assentamento Irmã Dorothy-Quatis/RJ Acervo pessoal

Em 2018 trabalhadores acampados e assentados do MST se colocaram mais uma vez em marcha para defender a democracia brasileira, os direitos do povo trabalhador e a liberdade de Lula, preso político desde o mês abril do mesmo ano em Curitiba, capital do Paraná. A Marcha Nacional Lula Livre aconteceu no período de 10 a 15 de agosto e envolveu diversos movimentos populares do campo e da cidade rumo a Brasília. Cerca de cinco mil pessoas de todos os estados organizados em três colunas, percorreram cerca de 50 quilômetros cada uma. O objetivo era dialogar com a população das cidades em que passou sobre os reais problemas do povo brasileiro.

Todos precisam se somar aos camponeses, urbanos, trabalhadores de todas as categorias. É um momento muito importante para construirmos processos coletivos que possam mudar a realidade do Brasil. Marchar é mais que andar, é mostrar com nossos pés os nossos sentimentos. Estou indo por mim, pelos meus filhos, pelas futuras gerações, por todos os que sonham e lutam. Depoimento de Silvia Reis Marques, dirigente nacional do MST RS (MST, 2018).

Percebe-se que em todo seu desenvolvimento e evolução, o MST sempre teve como referências os princípios: lutar contra o capital na construção e uma sociedade sem exploração; lutar pela terra e pela reforma agrária, por terra a serviço de toda a sociedade; lutar pela dignidade humana por meio da distribuição justa de terra e riquezas produzidas pelo trabalho; lutar sempre pela justiça com base nos direitos humanos; lutar contra todas as formas de dominação garantindo a participação igualitária da mulher.

Nesse sentido, o ano de 2020 tem sido bem emblemático por trazer novos desafios e incertezas relacionadas a um inimigo invisível: o SARS-CoV-2, que provocou a pandemia da doença do Coronavírus, a COVID-19. Após 36 anos de história, luta e resistência, em meio a essa pandemia, o MST lança o Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular. O Plano é dividido em quatro pilares. **Terra e Trabalho:** com foco na democratização do acesso a terra. **Produção de Alimentos Saudáveis:** exigência da destinação de recursos para assegurar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁸⁴ e o PNAE durante o distanciamento social e a implantação de um plano nacional de agroecologia. **Condições de Vida Digna no Campo:** com o objetivo de assegurar que toda família tenha acesso à educação, saúde, trabalho, renda e moradia e, por fim, **Proteger a Natureza, Água e Biodiversidade:** zelar pela preservação do meio ambiente e de todos os biomas, apoiando programas de plantio de árvores e estimulando as agroflorestas para garantir diversidade, fartura de alimentos. Durante o lançamento do Plano, o MST realizou atividades de solidariedade e protestos contra o atual governo Bolsonaro⁸⁵ e suas medidas de desgoverno. Em todo o país, toneladas de alimentos da Reforma Agrária foram distribuídas, além de cestas agroecológicas, marmitas solidárias e mudas. De acordo com o diretor nacional do MST do Paraná Roberto Baggio: “Precisamos de medidas emergenciais para garantir a alimentação neste momento, mas logo em seguida, queremos enfrentar a construção de um novo modelo

⁸⁴ O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos o Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, à rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e à rede pública e filantrópica de ensino. Disponível em < <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2020/01/entenda-como-funciona-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos> > Acesso em 07 jun. 2020.

⁸⁵ Jair Messias Bolsonaro (1955) é um capitão reformado, político e atual presidente do Brasil. Foi deputado federal por sete mandatos entre 1991 e 2018, sendo eleito através de diferentes partidos ao longo de sua carreira. Elegeu-se à presidência em 2018 pelo Partido Social Liberal (PSL), ao qual foi filiado até novembro de 2019. É o 38º Presidente do Brasil.

agrícola. Passando a pandemia, que cresça a luta popular na rua, para superarmos esse momento trágico deste governo” (MST, 2020).

A luta, portanto continua. Homens mulheres, criança e idosos participam do movimento de forma coletiva enfrentando os desafios para construir um mundo melhor. Durante sua existência foram realizadas milhares de ocupações e mobilizações para desapropriação de grandes propriedades improdutivas. Cerca de 370 mil famílias estão assentadas em 7,5 milhões de hectares de terra conquistadas como resultado de suas ocupações. Através de sua organização essas famílias continuam pressionando por escolas no campo, crédito para produção e cooperação agrícola, além do acesso aos serviços de saúde, cultura e lazer. Uma das contribuições mais importantes do MST para a sociedade é a produção de alimentos saudáveis com base na promoção dos princípios da agroecologia. Isso resulta em mais de uma centena de cooperativas e associações, além de desenvolver mais de 100 agroindústrias que contribuem para melhorar a renda e as condições de trabalho, para além da produção de alimentos saudáveis.⁸⁶

O MST possui e dá importância à sua estrutura organizativa democrática, estrutura essa que respeita as diferenças de todos os outros movimentos em várias partes do país. Valoriza a formação de base, a educação, o aprendizado e busca desenvolver na militância o gosto pelos pensadores nacionais. As referências e suas influências no desenvolvimento do Movimento é tema do próximo item.

4.2 O MST E SEUS FILÓSOFOS

É fato que o resgate histórico das lutas camponesas nos dá a noção do quanto as lideranças aprenderam com os que antecederam e foram coerentes com o passado que herdaram de outros lutadores. Nesse sentido, o MST é a continuidade de um processo histórico das lutas populares e, como afirma Stédile, um elo com as lutas futuras:

[...] Não inventamos o fogo nem a roda. O que queremos é aproveitar as invenções já existentes – o fogo e a roda - para construir um mundo melhor. Certamente essa luta continuará por meios dos que virão depois de nós. Esperamos ter condições e capacidade para deixar um legado de lutas útil (STÉDILE e FERNANDES, 2012, p. 60).

⁸⁶ Disponível em < <https://mst.org.br/quem-somos/> > Acesso em 07 jun.2020.

Um ponto singular no MST é que o movimento tem tanto a possibilidade e a experiência de construir o conhecimento como de colocá-lo em prática. E, nesse sentido, constrói o seu espaço político e o seu conhecimento tendo como base vários pensadores, filósofos, historiadores, dirigentes políticos, romancistas, poetas entre outros.

O pensador Edgar Morin (2014) em seu livro *Meus Filósofos* traz uma releitura de muitos dos pensadores clássicos, que no seu entendimento contribuíram decisivamente para a formação ou complementariedade do seu pensamento, sob o viés da complexidade. Coletou informações e os principais pressupostos de pensadores que se alimentam de contradições como Heráclito, Pascal, Hegel e Marx. Com base num significativo número de pensadores de diferentes áreas do conhecimento - de Buda, Jesus, Freud, Dostoiévski, até mesmo Bethoven -, Morin elabora os pressupostos de uma nova racionalidade para um pensar livre, multidimensional, multiocular e, portanto, complexo. Entrelaçando tanto quanto possível a filosofia, ciência, literatura, poesia buscou integrar simultaneamente as múltiplas dimensões da realidade humana, as incontornáveis contradições e as inelimináveis incertezas.

[...] Na filosofia, assim como em outros domínios fui como uma abelha que produz mel a partir de todas as flores. Recolhi pólen de Kant, sem me deixar absorver pelo kantismo, recolhi muito mais de Hegel, sem me transformar em um hegeliano [...] Busquei e sempre encontrei em meus filósofos estimulações e, por vezes, iluminações (MORIN, 2014, p. 18).

Essa construção de Morin retoma a discussão sobre a formação do MST. Há dois fatores que influenciaram a trajetória ideológica do movimento, segundo Stédile (STÉDILE e FERNANDES, 2012): Um é decorrente do fato de estar sempre muito ligado à realidade, ao dia a dia, o que obriga a desenvolver certo pragmatismo, no sentido de utilização prática das teorias frente às necessidades, levando em consideração às condições em que vivem os acampados e assentados. Não há como defender uma ideia pela ideia em si, mas sim, aquelas que são eficazes. O segundo fator de influência veio da Teologia da Libertação (TdL).

A TdL nasce na América Latina no período entre o pós Concílio Vaticano II (1962-1965) e a Conferência Episcopal Latina Americana realizada em Medellín-Colômbia em 1968 em um contexto de pobreza e violência, principalmente praticadas pelos regimes militares impostos em vários países, tais como: Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, etc. Uma época em que uma série de organizações populares se mostrava descontente com a dominação histórica das elites. Essas

lutas populares encontraram uma fundamentação teológica que legitimava suas ações para se libertar da opressão que os esmagava durante séculos. Nesse cenário houve também um movimento de intelectuais brasileiros influenciados principalmente pelo marxismo, que começou a repensar e reler toda a história da América Latina, especialmente a brasileira, não mais do ponto de vista do dominador, mas do dominado. Nessa busca de releitura da realidade latino-americana, surge o termo libertação com os sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto⁸⁷ que, de acordo com Murad (1996 apud LARA JUNIOR, 2012) elaboraram a teoria da dependência e da libertação, em oposição a então vigente teoria do desenvolvimento. Surgiu no cenário, portanto, o termo Libertação no sentido restrito político-econômico.

Religiosos e religiosas de várias ordens femininas, o clero regular que estava sensível às questões sociais e missionários europeus - em especial espanhóis e franceses - e norte-americanos ajudaram a refletir e a construir a Teologia da Libertação (LARA JUNIOR, 2012). Um movimento religioso libertador que trazia em sua essência, como condição *sine qua non* para viver o Evangelho de Cristo, a opção preferencial pelos pobres e a defesa de seus direitos. Criticada por muitos, a TdL engloba várias correntes de pensamento, que interpretam os ensinamentos de Jesus Cristo em termos de uma libertação das injustiças impostas aos mais pobres pelas condições econômicas, políticas e sociais determinadas pelo poder dominador. Seus proponentes a descreveram como interpretação analítica e antropológica da fé cristã e ao agregar várias correntes de pensamento, o movimento absorveu crenças da Umbanda ao Xamanismo. Apesar da internacionalização da TdL, a América Latina reúne seus maiores representantes, como o padre peruano Gustavo Gutiérrez⁸⁸, o qual sistematiza as experiências da movimentação dos intelectuais, da Igreja Católica e do povo em livro: “Teologia da libertação, perspectivas” que

⁸⁷ Enzo Faletto (1935- 2003) foi um sociólogo e historiador chileno. Sua obra mais conhecida é *Dependencia y desarrollo en América Latina; ensayo de interpretación sociológica*, escrita juntamente com Fernando Henrique Cardoso. Disponível em < https://pt.wikipedia.org/wiki/Enzo_Faletto > Acesso em 09 mar. 2021.

⁸⁸ Gustavo Gutiérrez Merino (1928) é um teólogo peruano e sacerdote dominicano, considerado por muitos como o fundador da Teologia da Libertação. Deus está no centro da reflexão teológica de Gutiérrez, primeiro como experiência de fé, depois como tema. Uma de suas principais preocupações na hora de refletir sobre Deus é como compreendê-lo diante do sofrimento do inocente, como compreender Jesus ressuscitado em um mundo de pobreza e opressão, como encontrar o Deus Pai e Mãe em um mundo onde falta fraternidade. Disponível em < https://pt.wikipedia.org/wiki/Gustavo_Guti%C3%A9rrez_Merino. Acesso em 10 mar. 2021.

acaba se tornando um marco para o início da TdL. O brasileiro Leonardo Boff⁸⁹, o uruguaio Juan Luis Segundo⁹⁰, Frei Betto⁹¹, Dom Pedro Casaldáliga⁹² e Dom Paulo Evaristo Arns⁹³ também são nomes ligados a esse movimento.

A contribuição que e a TdL trouxe ao MST foi a da abertura para várias ideias e, de acordo com Stédile, ela é uma simbiose de várias correntes doutrinárias, misturando o cristianismo com o marxismo e o **latino-americanismo**. O MST incorporou a disposição de estar aberto a todas as verdades e não somente a uma, porque esta única pode não ser a verdadeira. [...] “Todos aqueles que se abasteciam da Teologia da Libertação - os católicos, os membros da CPT e os luteranos – ensinaram a prática de estar abertos a todas as doutrinas em favor do povo” (STÉDILE e FERNANDES, 2012, p. 61).

Foi essa concepção de ver o mundo que fez o MST buscar nos pensadores clássicos de várias matrizes algo que pudesse contribuir com a luta já travada. Dentre os pensadores que o MST recolheu seus pólenes estão: Karl Marx e Friedrich Engels, Lenin e Rosa Luxemburgo. E

⁸⁹ Leonardo Boff, pseudônimo de Genézio Darci Boff (1938), é um teólogo, escritor, filósofo e professor universitário brasileiro. Simpatizante do socialismo. Boff é expoente da teologia da libertação no Brasil e conhecido internacionalmente por sua defesa dos direitos dos pobres e excluídos. Disponível em < https://pt.wikipedia.org/wiki/Leonardo_Boff > Acesso em 09 mar. 2021.

⁹⁰ Juan Luis Segundo (1925 -1996) foi um padre católico jesuíta e teólogo uruguaio, considerado o maior expoente da Teologia da Libertação na América Latina. Acreditava que a Teologia da Libertação teria que libertar seus agentes para uma história onde o ser humano se encontraria com a transcendência, e também teria que ser libertação da teologia e anúncio do Deus Libertador. Ajudaria a libertar os homens dos mecanismos de opressão que estariam presentes na realidade humana e nas instituições religiosas. Disponível em < https://pt.wikipedia.org/wiki/Juan_Luis_Segundo > Acesso em 08 mar. 2021.

⁹¹ Carlos Alberto Libânio Christo, ou Frei Betto (1944) é um frade dominicano, jornalista graduado e escritor brasileiro. Adepto da Teologia da Libertação é militante de movimentos pastorais e sociais, tendo ocupado a função de assessor especial do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva entre 2003 e 2004. Foi coordenador de Mobilização Social do programa Fome Zero. Disponível em < https://pt.wikipedia.org/wiki/Frei_Betto > Acesso em 09 mar. 2021.

⁹² Pedro Casaldáliga CMF, nascido Pere Casaldàliga i Pla (1928 - 2020) foi um bispo católico espanhol radicado no Brasil desde 1968. Foi o primeiro bispo da Prelazia de São Félix, sendo conhecido internacionalmente por defender os direitos humanos, especialmente dos povos indígenas e marginalizados, e também por suas posições políticas e religiosas a favor dos mais pobres. Disponível em < https://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_Casald%C3%A1liga > Acesso em 09 mar. 2021.

⁹³ Dom Frei Paulo Evaristo Arns (1921 -2016) foi um frade franciscano, cardeal e escritor brasileiro. Sua atuação pastoral foi voltada aos habitantes da periferia, aos trabalhadores, à formação de comunidades eclesiais de base nos bairros, principalmente os mais pobres, e à defesa e promoção dos direitos da pessoa humana. Ficou conhecido como o Cardeal dos Direitos Humanos, principalmente por ter sido o fundador e líder da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, e sua atividade política era claramente vinculada à sua fé religiosa. Disponível em < https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Evaristo_Arns > Acesso em 09 mar. 2021.

entre as referências brasileiras cita-se: Josué de Castro, Celso Furtado, Paulo Freire, Florestan Fernandes, Manuel Correia de Andrade e tantos outros. De uma forma ou de outra, todos contribuíram na formação ideológica e pedagógica do Movimento (STEDILE e FERNANDES, 2012). O processo de abertura e percepção das pessoas e ideologias é fruto da materialização do ecletismo marxista e sincretismo religioso e político que estruturaram a TdL (LARA JUNIOR, 2012).

Pode-se dizer que existe uma similitude na busca de igualdade, nas atuais lutas por terra, como também, na luta que Karl Marx e Friedrich Engels travaram. Observa-se que há uma expressiva utilização de ideias marxistas no ideário político do MST.

Karl Marx defendia a revolução do operariado contra a burguesia, a tomada do poder e a construção de uma sociedade socialista. Marx dizia que isto só seria possível em um país onde o capitalismo já estivesse em um estágio avançado e onde o operariado - trabalhadores da indústria - tivesse uma mentalidade revolucionária. Vladimir Ilyich Ulianov (1870-1924), mais conhecido pelo pseudônimo de Lenin, adaptando as ideias de Marx para a realidade da Rússia, afirmava que a revolução poderia ser possível em países atrasados e agrícolas com a união dos trabalhadores da cidade e do campo e por meio da teoria da vanguarda do partido comunista. De acordo com essa teoria, o partido seria o responsável por tomar frente do processo revolucionário e guiar o povo para a revolução. Como afirma Lazzaretti (2007), Lenin destacava o papel do partido enquanto vanguarda revolucionária e a importância do centralismo democrático para o sucesso da revolução. Neste sentido, Lenin chama a atenção para a importância da organização e da unidade ideológica e revolucionária do movimento de massas:

O proletariado tem como única arma, na sua luta pelo poder, **a organização**. Dividido pela concorrência anárquica que reina no mundo burguês, esmagado sob um trabalho servil para o capital, rejeitado constantemente nos “bas-fonds” da miséria negra, de uma incultura selvagem e da degenerescência, o proletariado pode tornar-se, e tornar-se-á inevitavelmente, uma força invencível por esta simples razão de que sua unidade ideológica, baseada sobre os princípios do marxismo, é cimentada pela unidade material da organização que agrupa os milhões de trabalhadores num exército da classe operária (LENIN, 1975:248, apud LAZZARETTI, 2007, p. 133, grifo nosso).

Sendo a Rússia um país essencialmente agrário em 1917, Lenin com suas ideias marxistas afirmava que a cooperação na agricultura seria um ponto fundamental para impulsionar a economia russa. A passagem do trabalho individual para o trabalho coletivo significaria a

liquidação da diferença entre os tipos da base econômica de desenvolvimento na cidade e no campo. Ele compreendia que não era possível convencer de imediato os camponeses a irem para a cooperação. Deveriam ser implantadas as formas de cooperação mais simples, principalmente na esfera das cooperativas de circulação de mercadorias e de créditos e, posteriormente, avançar para as cooperativas de produção. Para chegar a tal ponto da coletivização total, Lenin notava que o atraso cultural dos camponeses era um limitador para o avanço da cooperação. Por isso, construir o socialismo, para ele, significava elevar a cultura e a civilização das massas populares (LAZZARETTI, 2007).

Além de inspirar-se no centralismo democrático de Lenin, onde todos podem apresentar seus pontos de vista e disputá-los, o MST retira deste pensador as ideias de organização, cooperação e de elevação da cultura das massas, bem presentes nos cadernos de formação do Movimento. A cooperação seria o modo de atrair os camponeses para uma vantagem material e ao mesmo tempo superar a consciência de propriedade privada. Nesse sentido os aspectos cooperativos facilitam a venda e a compra de produtos e proporcionam créditos em condições mais vantajosas. Segundo a visão de Marx, a cooperação “baseia-se no princípio elementar de que a junção dos esforços individuais cria uma força produtiva superior à simples soma das unidades que a integram. Cria-se a força coletiva do trabalho”. Segundo Marx:

[...] a soma mecânica das forças de trabalhadores individuais difere da potência social de forças que se desenvolve quando muitas mãos agem simultaneamente na mesma operação indivisa. [...] O efeito do trabalho combinado não poderia neste caso ser produzido ao todo pelo trabalho individual ou apenas em períodos de tempo muito mais longos ou somente em ínfima escala. Não se trata aqui apenas do aumento da força produtiva individual por meio da cooperação, mas da criação de uma força produtiva que tem de ser, em si e para si, uma força de massas. (MARX, 1988 p. 246-247 apud CHRISTOFFOLI, 2012, p. 160).

Para Andrade Neto (2015), esta concepção econômica de cooperação está na base da teoria da cooperação do MST que é inseparável de uma teoria da organização política e, nesse sentido, a elevação da cultura proporcionaria um suporte de conhecimento aos camponeses para a elevação de suas consciências políticas.

Na formação marxista eclética do MST o uso da teoria e método de alfabetização elaborado por Paulo Freire auxilia os militantes a ler e escrever não só as letras como a própria história. Para Bonamigo (2016, apud ALENCAR E FIGUEIREDO, 2019), a importância do

método não reside tanto no método, mas no fato de ser um construto epistemológico consistente que tem como eixo central uma preocupação antropológica profunda, a preocupação com o humano; mas, o humano que não é o resultado do tipo de sociedade e de mundo realizados, historicamente, a partir da inconclusão ontológica do homem. A lógica ontológica do homem é o Ser mais. A categoria Ser mais no pensamento freireano é, portanto, a força propulsora do seu método educativo, que não se restringe à simples instrução do ser humano, mas à própria formação humana, pois provoca o (re) emergir das subjetividades oprimidas na existência delas mesmas, tecendo a sua libertação para fora - na perspectiva da sociedade -, e para dentro - na singularidade de cada sujeito -, num processo sempre intersubjetivo mediado pelo mundo. (ALENCAR E FIGUEIREDO, 2019).

Nessa perspectiva, o processo libertador pressupõe muito mais que a alfabetização, é um processo de formação da consciência crítica. Na Educação Libertadora, não há dicotomia – nós x eles, educador x educando, escola x mundo, etc., pois a educação é construída dialeticamente. A perspectiva epistemológica de Paulo Freire está baseada no humanismo e no marxismo-cristão que valoriza a história de vida e o conhecimento que todas as pessoas possuem (LARA JUNIOR, 2012). Desta forma, todo militante do MST é educado para uma ação transformadora na escola e na vida, isto é, a prática social, tanto nos espaços formais como não formais são a base do seu processo formativo. A Pedagogia do MST, estruturada em uma educação omnilateral - que considera o ser humano em sua integralidade - possibilita a libertação de muitas **amarras** e segundo Paulo Freire, essa libertação ocorre em uma práxis histórica quando implica uma consciência crítica da relação implícita entre consciência e mundo (ALENCAR E FIGUEIREDO, 2019, grifo do autor).

Estamos defendendo então que a educação no MST assuma este caráter de omnilateralidade, trabalhando em cada uma de suas práticas, as várias dimensões da pessoa humana e de um modo unitário ou associativo, em que cada dimensão tenha sintonia com a outra, tendo por base a realidade social em que a ação humana vai acontecer. Algumas dimensões principais que queremos deixar em destaque aqui: a formação técnico-profissional, a formação do caráter ou moral (valores, comportamentos com as outras pessoas); formação cultural e estética; formação afetiva; formação religiosa... (MST, 1996, p. 8).

Rosa Luxemburgo (1871- 1919), a grande teórica do socialismo científico, considerada a mais genial discípula de Karl Marx é também referência para o MST. Polonesa, judia, brilhante teórica marxista e aguda polemista, como agitadora de massas conseguia comover grandes

auditórios operários. Dotada de uma força de vontade avassaladora, adotava como lema o verso do Fausto, de Goethe no “principio era a ação”. Isso porque o que considerava fundamental era justamente a ação espontânea das massas, a única coisa que podia se opor à burocratização das organizações.

Do pensamento político de Luxemburgo, de acordo com Loureiro (2008) o MST se inspira em três aspectos: defesa da ação direta e da experiência das massas; defesa da democracia radical; e luta pelo socialismo como alternativa à barbárie capitalista. Para Rosa, a consciência de classe resulta da ação revolucionária. O proletariado necessita de um alto grau de educação política, de consciência de classe e de organização. Não pode aprender tudo isso em folhetos ou panfletos, mas, essa educação deve ser adquirida na escola política viva, na luta pela luta, no curso da revolução em marcha, na própria experiência das massas trabalhadoras. Nesse sentido, o ato de ocupação do MST e as marchas populares, fazem parte dessa experiência transformadora.

[.. .] Ao longo da marcha houve muitos aspectos positivos que merecem ser lembrados, já que alguns setores da imprensa não tiveram interesse em relatar. O processo de formação que todas as tardes era realizado foi um dos exemplos. Os 12 mil marchantes acompanhavam diariamente, através de uma estação de rádio montada no acampamento, palestras, debates e estudos de documentos. A organização e a disciplina também eram notadas no cotidiano do acampamento: montagem e desmontagem das barracas, distribuição de alimentação, zelo com o meio ambiente e a limpeza do local por onde passava a marcha. Nem um simples papel era deixado no chão. Durante os percursos, jovens passavam entre as fileiras recolhendo toda espécie de lixo. Por onde passou a marcha só ficaram admiração e o apoio da população que a acolhia. Aliás, o grande número de jovens marchantes mostra que o movimento cresce e fortalece a cada dia”. Depoimento de Luiz Bassegio e Luciane Udovic, da Secretaria do Grito dos Excluídos Continental que acompanharam a marcha até Brasília em 2005 no governo Lula (LOUREIRO, 2008, p.108).

Para Luxemburgo, uma sociedade radicalmente democrática só pode resultar da participação ativa das massas populares, que, ao agirem solidariamente, criam por si mesmas novas formas de sociabilidade, distintas do individualismo possessivo da cultura burguesa. Embora não sendo uma organização partidária, o MST criou uma cultura política que se rege por alguns princípios que devem ser aceitos por todos os membros: direção coletiva, divisão de tarefas, disciplina livremente aceita, estudo visando a formação de quadros e à alfabetização de crianças e adultos. O movimento se propõe a ser totalmente democrático: há eleições em todas as instâncias, desde os núcleos dos acampamentos até a direção nacional e, todas as decisões são tomadas em assembleia. A luta do MST se resume a três pontos referentes à democracia: combate ao latifúndio visando democratizar a terra; à ignorância, visando democratizar a educação, não no

sentido apenas de alfabetizar as pessoas, mas no sentido de democratizar o conhecimento; e ao capital para democratizar a riqueza produzida no país. (LOUREIRO, 2008).

Quanto ao socialismo, de acordo com Luxemburgo, é um produto da experiência histórica e, portanto, sujeito a mudanças. Pensando em um socialismo contemporâneo, no momento histórico atual, é importante ressaltar a importância que o MST dá a educação, o foco no criar um novo ser humano para qual valores como solidariedade, felicidade, igualdade etc. estão no centro da vida e não na busca por lucro. Um novo ser humano em uma nova concepção de vida rural com elementos da cultura rural tradicional - relação fraterna da natureza, equilíbrio ecológico, beleza da paisagem etc., mas, incorporando determinadas inovações tecnológicas - e valores democráticos modernos - igualdade entre gêneros, fim do racismo, fim das relações familiares autoritárias etc.. Para Loureiro (2008), uma definição mínima de socialismo seria: propriedade coletiva, democracia radical e luta para preservar o equilíbrio ecológico do planeta. Nesse sentido, a luta pelo socialismo hoje é uma luta contra a privatização e a mercantilização aceleradas de todas as dimensões da vida - educação, saúde, cultura, natureza, formas de vida por meio de patentes de seres vivos e sementes -, a qual se traduz p. ex., em palavras de ordem como **o mundo não é uma mercadoria** (grifo do autor).

Dos pensadores brasileiros que contribuíram e influenciaram na trajetória do MST, Josué de Castro é a primeira referência, pois é considerado o precursor da Reforma Agrária, conforme já mencionado anteriormente. Sua contribuição, a partir da publicação de Geografia da Fome em 1946, foi demonstrar que a fome não tinha origens climáticas ou étnicas. A fome era produto do subdesenvolvimento ao que o Brasil fora submetido, era resultado de uma economia e agricultura baseada no latifúndio, na monocultura e na exportação. Sua pesquisa rigorosa, combinada com a argumentação contundente, tornou seu trabalho uma referência internacional no combate à fome até os dias de hoje. O MST se considera devedor de Josué de Castro para elaborar seu programa agrário, a Reforma Agrária Popular. Os ensinamentos de Josué permitiram compreender que não basta a distribuição de terras para que a Reforma Agrária seja efetiva, ela deve estar destinada à produção de alimentos. E não quaisquer alimentos, mas alimentos saudáveis e para o povo brasileiro (STÉDILE, 2018).

De Caio Prado Junior (1907-1990)⁹⁴ o MST recolheu o pólen da formação política. Suas obras inauguraram, no país, uma tradição historiográfica identificada com o marxismo, buscando uma explicação diferenciada da sociedade colonial brasileira. Seu pensamento se fundamenta nos elementos concretos da formação econômica, política, social, cultural, da questão agrária, entre outros, os quais trazem elementos profundos sobre o Brasil, desde a estrutura econômica do sistema colonial, com base na grande exploração voltada para o mercado externo; a construção do projeto político/ideológico burguês com base na hegemonia da dominação de classe burguesa. Analisou a formação social do povo brasileiro: a herança indígena, escrava negra, o colono pobre imigrante, os trabalhadores pobres em geral que formam o proletariado rural e urbano no Brasil, bem como, tratou em suas obras, da essência de um Brasil colônia que perpassa historicamente por processos longos de mudanças e rupturas, e que apesar da independência política que deveria pôr fim ao projeto de colonização, manteve as raízes estruturais de um passado, cuja herança é escravocrata e assentada no latifúndio, sem a construção de um projeto de nação voltado para os reais interesses e necessidades do povo brasileiro. Explicita em seu pensamento as principais contradições da realidade brasileira e aponta mudanças necessárias, dadas as características e natureza a qual tem origem. Caio Prado Junior é um pensador que faz parte do referencial teórico e da práxis política do MST, uma vez que sua produção intelectual e ação prática militante se fundem e criam identidade com a militância Sem Terra (SANTOS, 2020).

A formação é parte orgânica e constitutiva das ações do MST desde suas origens, cuja preocupação com a consciência política e ideológica de sua base social é parte da centralidade de suas ações e perpassa toda a sua História até o presente momento. Ela é compreendida como uma ferramenta necessária para o avanço da luta social, uma vez que as ações que alteram a correlação de forças nas lutas de classes tem a ver com o nível da consciência social das massas, bem como, a apropriação do projeto político por parte dos trabalhadores. É uma das forças motrizes que dinamizam e movimentam a consciência política e ideológica dentro do Movimento e já se tornou parte da cultura política através de sua práxis formativa: teoria e prática como duas dimensões indissociáveis de um mesmo processo (SANTOS, 2020). Busca fortalecer internamente as dimensões da organicidade, desde os princípios organizativos, as linhas políticas,

⁹⁴ Caio da Silva Prado Júnior foi um historiador, geógrafo, escritor, filósofo, político e editor brasileiro. As suas obras inauguraram, no país, uma tradição historiográfica identificada com o marxismo, buscando uma explicação diferenciada da sociedade colonial brasileira.

as instancias, setores etc., em todos os níveis no conjunto do MST. Está ligada à necessidade de formação de militantes, dirigentes, quadros, capazes de interpretar a complexidade histórica já vivenciada.

Santos (2020) ressalta que a experiência de formação nos diversos âmbitos acumulou na construção de um programa e sistematizou proposta curricular para os principais cursos que fazem parte das demandas formativas do MST. Neles propõe referencial teórico metodológico que compõe a base curricular dos programas de formação, o qual dialoga com os vários autores desde a realidade brasileira, como também, latino-americana e mundial. A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), inaugurada em 2005, e erguida pelos próprios militantes do MST que fabricaram até os tijolos utilizados nas edificações, em sua proposta curricular nos diversos cursos e, em sintonia com o pensamento destes autores possibilita a formação de militantes das organizações populares do Brasil e de várias partes do mundo.

E aqui, contextualizando Morin, e de acordo com Santos (2020) a ENFF propõe a interdisciplinaridade das diversas áreas do pensamento, de forma a dialetizar os conceitos, ressignificar o arcabouço teórico presente nas academias, conferir função social ao conhecimento para que não seja infértil e improdutivo, mas que contribua efetivamente com os dilemas históricos teóricos/práticos da luta objetiva em seus desafios, limites, possibilidades do devir histórico, e acima de tudo, para que tenha utilidade para a vida, para a formação humana e para o avanço do socialismo, que é o projeto societário defendido pelo MST. E é, sobretudo, neste aspecto do método do materialismo histórico dialético que Caio Prado tem sua grande contribuição à militância do MST, pois permeia as atividades formativas em razão da sua originalidade e capacidade de utilizar a ferramenta do método marxista de análise da realidade, por meio do qual produziu excepcional análise da realidade brasileira.

E como não mencionar Florestan Fernandes (1920-1995) sociólogo e político brasileiro, fonte inspiradora e digno de homenagem em diversos projetos e lutas do MST? Sua vida e obra dão testemunho da generosidade e grandeza dos próprios trabalhadores brasileiros, de sua origem pobre, de sua vontade férrea de enfrentar as inúmeras barreiras impostas pelas elites aos menos favorecidos de onde ele provinha e, aos quais, dedicou seus estudos, suas pesquisas, suas

aspirações e seus sonhos. De acordo com Pizzetta (2009) Florestan Fernandes se tornou o maior sociólogo da história do Brasil e o mais identificado com os dilemas, as angústias, os impasses e as esperanças do povo brasileiro. Esse mesmo autor aborda alguns aspectos da relação existente entre Florestan Fernandes e a militância do MST: a) Florestan foi um batalhador infatigável na luta pelo socialismo, tornando-se um militante ativo e incansável das causas dos deserdados, recorrendo às suas próprias experiências de vida, às suas pesquisas e ao seu trabalho como professor. Caracterizou-se pela exigência do rigor científico e pela profundidade das suas pesquisas. Dizia que:

[...] o rigor faz parte da investigação científica [...] Onde existe ciência existe rigor. Não pode haver evasão; onde não há rigor não há precisão da descrição, não há objetividade, então está havendo pseudociência. [...] Você não pode ter meia ciência, você não pode ter meia mulher grávida, está grávida ou não está (GARCIA, 2002, p. 166 apud PIZZETTA 2009, p. 12).

E é esse rigor de análise e interpretação da realidade marcante na obra de Florestan que caracteriza também o trabalho do MST. Assim como para o sociólogo, o militante do MST é obrigado a investigar com rigor para que, por meio da ação coletiva, possa transformar a realidade, caso contrário, não transformará realidade alguma. b) Florestan procurou entender como ocorre a luta pelo poder, a luta pelo controle da mudança social e para onde essas lutas encaminham nossa sociedade. A tese central é a de que o Brasil é a história de um só ator: a classe dominante. E para o MST é necessário entender a história, os processos sociais, as contradições como parte do movimento dialético do desenvolvimento da luta das classes e para onde apontam essas contradições. Essas questões fazem parte do processo de estudo para que desenvolvam uma militância firme e determinada. c) Para Florestan, a ruptura da ordem capitalista existente vai ocorrer e a revolução estará obrigada a realizar um acerto de contas com o nosso passado escravocrata e colonial, de exclusão e de *apartheid* social. A revolução será democrática, nacional e socialista não como a que ocorreu com a revolução burguesa baseada no servilismo aos interesses do imperialismo e repressão às classes trabalhadoras. Fazem parte da revolução democrática: a reforma agrária, a reforma urbana e a reforma educacional. Para o MST a revolução só acontecerá se as massas oprimidas e exploradas tomarem consciência da impossibilidade de continuar a aceitar a sua própria exploração e dominação, passando a exigir transformações. Para isso, o MST procura articular os lutadores de vários movimentos sociais tendo em vista estabelecer lutas conjuntas. d) Florestan também identificou a importância dos

processos de formação de consciência. Para ele a educação fará avançar a criatividade da classe trabalhadora, motivar o povo a lutar por mudanças:

[...] cabe aos socialistas a tarefa de colocar os trabalhadores, excluídos, os oprimidos [...] nas malhas da rede escolar, pois sem estudo, sem conhecimento, torna-se difícil desvendar os mistérios da realidade; impossível tirar o véu que encobre a verdadeira causa dos acontecimentos: os fatos que não falam por si mesmos. É preciso interrogá-los e, para isso, é indispensável algum domínio do quadro teórico (FERNANDES, 1998, p. 9; FERNANDES, 1980, p. 174, apud PIZZETTA, 2009, p. 17).

Essa importância e esperança depositada na educação tornou-se bandeira de luta do MST. Para o Movimento, o conhecimento aliado à organização das massas são armas poderosas contra a ignorância, a alienação e a opressão impostas pela ordem social burguesa. e) Por fim, um último aspecto abordado por Pizzetta (2009) sobre a relação existente entre Florestan e a militância do MST é a prática de valores éticos e morais. Entre as características de Florestan estão: a dignidade, a solidariedade, a integridade e a humildade. Foi um homem coerente com seus princípios a favor da classe trabalhadora. E o MST reconhece que a humildade é uma qualidade mais importante dos revolucionários.

Outro pensador brasileiro que se destaca como influenciador na construção do MST é Manuel Correia de Andrade (1922-2007) referenciado por Stédile: [...] “Vocês não imaginam a contribuição que nos deu Manuel Correia de Andrade para compreendermos o Nordeste, como funciona uma usina, o latifúndio. Isso é que é importante” (STÉDILE E FERNANDES, 2012, p. 62).

Manuel Correia de Andrade, nascido em engenho de açúcar, o Engenho Jundiá, a mais de cem quilômetros de Recife, de família de posse, desde cedo conviveu com trabalhadores rurais. Ainda jovem entrou para o Partido Comunista e de sua vivência e indignações no engenho passou à participação mais direta nas lutas dos trabalhadores, em especial como advogado para sindicatos, e à amizade com Francisco Julião e posteriormente Caio Prado Júnior. A partir daí surge o livro “A Terra e o Homem do Nordeste” (1986). Manuel Correia de Andrade mostrou a geografia dos contrastes e das contradições.

[...] Na terra do campo e da cidade, a população distribuída desigualmente enquanto a concentração fundiária tinha - e tem - seu domínio manifestado pela proteção dispensada pelos órgãos governamentais à grande lavoura - à cana-de-açúcar, ao café, ao cacau, etc. - e ao completo desprezo às lavouras de subsistência ou “lavouras de pobre” (ANDRADE, 1980, p. 45 apud GOETTERD, 2007, p. 20).

Sempre foi enfático ao afirmar que a questão agrária era um problema fundamental no Brasil e que sua necessidade se faz presente desde o século XIX. O enfoque social da Reforma Agrária e a necessária diversidade da mesma são elementos fundamentais que, segundo Andrade, deveriam também ser considerados pelos movimentos sociais de luta pela terra, em especial pelo MST (MEDEIROS, 2010).

[...] Por ocasião dessa homenagem eu fui jantar com o João Pedro Stédile, acompanhado do Bernardo Mançano, professor da Unesp, do meu filho Joaquim Correia e do Jaime Amorim, coordenador do MST em Pernambuco. E num bate-papo muito amigável, eu disse que eles tinham de enfrentar dois problemas. Primeiro, se livrar um pouco da formação econômica, porque ela é muito útil, mas tem de deixar se influenciar pelo problema social. O segundo é lembrar que não existe um Brasil, mas vários brasis. As aspirações dos sem-terra do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, que são essencialmente pequenos proprietários, podem ser muito diferentes das aspirações dos trabalhadores rurais assalariados do Nordeste, ou dos extrativistas da Amazônia. E ele concordou (ANDRADE, 2000).

Sem a pretensão de esgotar as referências, as contribuições desses pensadores no processo de formação do MST são base para compreender a interdisciplinaridade e a complexidade nesse processo. Morin sugere que a complexidade não deve ser considerada uma receita ou uma resposta, mas sim, uma motivação para pensar: desse modo, “é impossível conhecer o todo sem conhecer as partes, tampouco não se conhece as partes se não conhecer o todo” (PASCAL, 1976 apud MORIN, 2000, p. 37).

4.3 A COMPLEXIDADE, A ORDEM E A DESORDEM

O significado do vocábulo complexo é definido como “de difícil compreensão; que não é simples; complicado; desprovido de percepção, entendimento ou clareza; confuso” (COMPLEXO, 2017). Neste sentido, uma questão complexa tem sido apontada como algo que deve ser simplificado, cujas propriedades devem ser eliminadas para que seja apresentado como uma questão ordenada, simples e compreensível. Assim, a ordem teria prevalência na realidade, ou seja, o pensamento e a ação cotidianos deveriam rechaçar a desordem e afastar as incertezas. (MORIN, 2011). Este é o paradigma da simplificação adotado pela ciência dos séculos XIV ao XIX que trouxe avanços importantes ao conhecimento científico, o qual deveria espelhar a realidade, portanto, deveria ter uma concepção determinista e mecânica do mundo, considerado organizado e ordenado. O conhecimento era adquirido pela separação do que estava ligado, isto é, para a resolução de um problema, era preciso decompô-lo em partes menores e reduzi-lo –

ideias da separação e da disjunção - sem levar em conta as interferências entre as questões estudadas.

Porém, este processo de simplificação e de formalização da realidade promove a desintegração, leva à condução de cegueiras no fazer científico, traz a isolamento e chega até a destruição do que é coletivo, só considerando realidades únicas. Segundo Morin (2011, p. 12), “o pensamento simplificador é incapaz de conceber a conjunção do uno e do múltiplo, (*unital multiplex*). Ou ele unifica abstratamente ao anular a diversidade, ou ao contrário, justapõe a diversidade sem conceber a unidade”.

No século XX, a própria evolução da ciência - grandes descobertas sobre a evolução, a conexão entre todos os fenômenos da natureza, as novas questões trazidas pela biologia, pela física - promove a quebra da hegemonia da separabilidade, ou seja, a ciência que revelava a ordem do mundo, determinista e perfeita, chegou à complexidade do real. O maior exemplo desta realidade que nos cerca é o planeta terra – o cosmos – que é um sistema complexo que se desintegra e se auto-organiza, promove a ordem e ao mesmo tempo, a desordem. Para dar conta dessa realidade, que deve tratar das incertezas e seja capaz de reunir e de contextualizar ao mesmo tempo, Morin (2011) traz a ideia de um novo paradigma - da complexidade - em que não se substitui a ordem pela desordem, a separabilidade pela inseparabilidade, mas se reconhece o mundo a partir de uma dialógica entre ordem/ desordem/ organização.

O pensamento complexo, cerne deste paradigma, comporta uma estratégia que não é redutora nem fragmentadora, que se opõe a divisão disciplinar, que é totalizante e reflexiva e promove a trans e a interdisciplinaridade. O conhecimento, portanto, não está limitado à ciência, mas incorpora a arte, a literatura, a poesia, a cultura. Para Morin (2011) este pensamento comporta três princípios: o da recursão – que é a capacidade de retroação para modificar um sistema, na circularidade indivíduo/sociedade/espécie; o princípio hologramático, onde é possível tomar a parte pelo todo e o todo pelas partes, isto é, parte e todo são dimensões da mesma realidade e, ainda, o princípio dialógico. Este último permite manter a dualidade no seio da unidade e como exemplo, o filósofo destaca a ordem e a desordem, sendo que, ao mesmo tempo

em que um anula o outro, podem estar juntos e produzir a organização e a complexidade. Em relação à ordem e desordem no universo o autor exemplifica:

[...] no início do século XX a reflexão sobre o universo se chocava com um paradoxo. De um lado, o segundo princípio da termodinâmica indicava que o universo tende a entropia geral, isto é, à desordem máxima e, de outro lado, revelava-se que neste mesmo universo as coisas se organizam, se complexificam e se desenvolvem (MORIN, 2011, p.61).

Complementa essa ideia afirmando que só em épocas recentes é que os pesquisadores se deram conta de que a ordem e a desordem, mesmo sendo antônimas, cooperam para a organização do universo. Ainda afirma que: “a complexidade da relação ordem/desordem/organização surge, pois, quando se constata empiricamente que fenômenos desordenados são necessários em certas condições, em certos casos, para a produção de fenômenos organizados, os quais contribuem para o crescimento da ordem” (MORIN, 2011, p.63).

Um outro conceito importante, ligado ao paradigma da complexidade e fundamental para a vida, segundo Morin (2007) diz respeito à necessidade de uma compreensão profunda de uma ética complexa, que ajude as pessoas a compreender e viver em tempos de uma crise planetária. Esta ética está ligada ao princípio da recursividade, relativo à tríade indivíduo/ sociedade/espécie. Por esta concepção, o imperativo da ética deve vir de diferentes fontes, associadas a cada um desses elementos de ligação. Uma delas tem a ver com o ser humano, com seus valores intrínsecos, como um dever como pessoa, como ser honesto, fazer o bem etc., ligados, portanto, ao indivíduo. Outro ponto de partida são os ideais de um coletivo, que vêm de uma fonte externa, como os ideais de uma comunidade, as crenças, culturas, ligados à sociedade. Além disso, existem as fontes anteriores, como a herança genética, ou seja, aquelas ligadas à espécie. Morin também afirma que embora seja parte intrínseca dos indivíduos comportamentos egocêntricos - valorizando os prazeres individuais - ou, de outro lado, altruístas, que imprimem ao indivíduo olhares diferentes sobre a ética, quando ambos são aliados ao sentimento de comunidade ou sociedade, trazem sentimentos de responsabilidade e de solidariedade, fontes da ética.

A crise ética do mundo atual, portanto, pede a criação de uma nova ética a partir da regeneração das fontes de responsabilidade – solidariedade e dos circuitos de religação, da tríade

indivíduo/sociedade/espécie, assim como de cada um desses elementos. Para a construção dessa nova ética, Morin (2011) propõe, num primeiro momento, o retorno às fontes cósmicas, às forças de religação, que associam e integram, numa dialógica complementar e antagônica, com aquilo que separa e dispersa. Este retorno mostra então, que a história humana está ligada ao tetragrama do universo, com as ligações entre ordem, desordem, interações, organização. Ao discutir sobre a sociedade como um todo e o ser humano especificamente, o filósofo afirma que num mundo onde as forças de ruptura são cada dia mais fortes, “a ética é a expressão do imperativo da religação e as forças de religação são a amizade, afeição e o amor pelos seres humanos” (MORIN, 2011, p. 37).

Mesmo com todas as boas intenções e com a certeza daquilo que deve ser feito, pode haver contradições entre dois deveres, eles podem ser antagônicos, o que pode determinar paralisia na ação ou decisões arbitrárias. Neste sentido, é clara a dificuldade de se harmonizar o bem coletivo e os bens individuais, portanto, existe uma contradição entre a ética individual, do perdão, do amor, da tolerância e a ética coletiva da lei social. Se a realidade humana comporta a tríade indivíduo /sociedade /espécie, então a ética deve ser trinitária e atender as três instâncias.

A organização do MST, quando inclui valores fundamentais para o movimento - a construção de um mundo melhor - traz implícita uma ética complexa que considera as questões da tríade acima referida. Ao se reconhecer como um movimento de continuidade das lutas populares ancestrais, o MST dá um passo definitivo no sentido de atender e lutar pelos dilemas e impasses de sua espécie, no sentido de uma mesma família em uma determinada condição. Em que pese às contradições inerentes ao processo de incorporação dos conflitos pretéritos, o enfrentamento das incertezas na construção da atuação do Movimento é mais uma característica da busca de equilibrar e articular a ética coletiva aos valores do bem comum da sociedade como um todo. Os ideais do Movimento, claros para toda a coletividade, foram construídos por um conjunto de pessoas irmanadas pela mesma situação, econômica, social e ambiental, contribuindo para a nova ética complexa. Neste mesmo contexto, a decisão de um indivíduo em participar do MST pode acontecer apenas quando há pleno entendimento dos valores considerados, e, portanto, é imperativo que tais princípios estejam totalmente de acordo com os padrões individuais, caso contrário, surge uma impossibilidade real de se conviver e lutar pelos ideais do Movimento.

Assim como, e, de acordo com Morin (2011), o paradigma simplificador que põe ordem no universo, expulsa dele a desordem, o paradigma da complexidade coloca as duas juntas e ao colaborarem, elas produzem a organização e a complexidade. Ao se analisar um grupo social que milita e atua politicamente, existe a ideia de desordem, de baderna, de algo que se movimenta sem regras e sem quaisquer padrões organizacionais. A atuação do MST numa marcha, por exemplo, remete a algo anárquico, confuso, como se a mobilidade das pessoas e seu deslocamento fosse aleatório e tudo acontecesse por acaso ou sorte. No entanto, ao se deparar com a realidade do que ocorre nos arranjos internos do Movimento, é possível se traçar um paralelo com o paradigma da complexidade, quando existe uma ordem – definida coletivamente pelo MST – que aliada à desordem inerente a movimentação de milhares de pessoas, por exemplo, ou mesmo relativa à liberdade dos membros do Movimento, tem como resultado um fenômeno organizado, de acordo com todos os princípios da complexidade. Nesta nova ordem resultante estão implícitos: a dialógica, que permite a convivência de contradições em um movimento espiral de troca; a recursividade, que permite a retroalimentação a partir da tríade indivíduo/ sociedade / espécie e o hologramático, onde parte e todo fazem parte da mesma realidade.

4.4 A ORGANIZAÇÃO E OS PRINCÍPIOS ORGANIZATIVOS

Uma organização, um movimento social é definido por seus objetivos, por seus princípios, pela forma como se organiza e pelo programa de transformações a que se propõe a lutar. E nesse sentido, as normas gerais e os princípios organizativos do MST dão identidade à Organização, ao Movimento e representam tudo aquilo que define e que dá unidade aos seus militantes (MST, 2016).

Durante o processo de construção da forma de organização do movimento, os Sem Terra foram desenvolvendo procedimentos indispensáveis para a qualificação da luta. Estudando e refletindo, tendo como referência pensadores e dirigentes políticos, alguns já citados, foram buscando formas para superar seus desafios. Homens, mulheres e crianças foram os tijolos do Movimento e nesse processo de construção de experiências nasceram as necessidades que

resultaram em diversas comissões, equipes, núcleos, setores e outras formas de atividades em que se organizaram para discutir, refletir e praticar a luta pela terra em todas as suas dimensões.

Por meio dessa práxis desenvolveram as ocupações massivas, organizando as atividades de luta e seus desdobramentos. Também viveram diferentes experiências com instituições, em negociações, debates e embates construindo um importante espaço político de organização camponesa onde nasceram práticas e ações fundamentais na consolidação e na formação da identidade dos Sem Terra (FERNANDES, 2001).

O MST se define como um Movimento de Massas, autônomo, de caráter sindical, popular e político, cujos principais objetivos são:

1. Construir uma sociedade sem exploradores e explorados, onde o trabalho tenha supremacia sobre o capital;
2. Garantir que a terra, um bem de todos, esteja a serviço de toda a sociedade;
3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas;
4. Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais;
5. Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais e pessoais;
6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher, homem, jovem, idoso e crianças;
7. Buscar articulação com as lutas internacionais contra o capital e pelo socialismo⁹⁵.

De acordo com Stédile, a grande contribuição histórica que o MST pode oferecer a outros movimentos é o vínculo de movimento de massas, embora o papel de movimento político: [...] “Somos uma organização política e social de massas ou dentro do movimento de massas. [...] Vocês não tem futuro se não aplicarem princípios organizativos, se não se constituírem como

⁹⁵ Normas Gerais e Princípios Organizativos do MST aprovadas no 10º Encontro Nacional realizado entre 14 e 18 de janeiro de 2002 em Belo Horizonte.

organização política no sentido de luta de classes, e não partidária” (STÉDILE E FERNANDES 2012, p. 83)

Entre suas Normas Gerais, O MST considera como beneficiários diretos da Reforma Agrária todos os trabalhadores sem-terra, ou seja, os parceiros, arrendatários, meeiros, assalariados rurais, posseiros e pequenos proprietários até cinco hectares de terra, os pequenos agricultores e os desempregados do campo e da cidade. E beneficiários indiretos, todos os trabalhadores do Brasil. É aberto a todos os trabalhadores, sem distinção de raça, credo religioso, filiação partidária ou outras características culturais e regionais, desde que respeite os princípios e normas do Movimento. Participam, sem distinção de idade, orientação sexual ou identidade de gênero, todos os membros da família: homens, mulheres, idosos, jovens e crianças (MST, 2016).

Ao longo da história do MST foram surgindo várias formas de luta construídas na base pelos trabalhadores que, em sua práxis, adotaram novos e criativos métodos de pressão social, conforme relata Morissawa (2001):

Ocupação: A ocupação é sua forma de luta mais importante e é a partir de sua efetivação que as demais formas são utilizadas. É a partir dela que o Movimento denuncia terras griladas ou improdutivas⁹⁶. O critério fundamental é a escolha do local, porém há questões legais que determinam os lotes de reforma agrária e nesse caso nem sempre a terra conquistada é a que foi ocupada pelos sem-terra. A ocupação, sendo uma mobilização de um setor organizado da sociedade exige uma resposta política do governo, portanto, gera o fato político (Figura 23).

Acampamento permanente: Quando a justiça determina um despejo, e em geral, com reintegração de posse, os sem-terra deixam o local e se estabelecem em área próxima que pode até ser concedida pelo governo. A população e o tempo de instalação variam muito. Entre 500 a 3 mil pessoas podem se instalar em barracas de lona, em espaços improvisados nos chamados acampamentos provisórios ou em acampamentos permanentes. Estes só se desfazem quando todos os acampados estão instalados. Enquanto permanecem, o MST promove diversas atividades

⁹⁶ Para saber mais sobre o processo de ocupação ver *Chão*. Documentário exibido na 43ª Mostra Internacional de Cinema, 2019, 110 min. Durante quatro anos, a diretora Camila Freitas acompanhou um grupo de trabalhadores que ocupou parte das terras de uma usina de cana-de-açúcar endividada, no sul de Goiás. Acampadas, essas pessoas constroem um refúgio de agroecologia, reflexão política e resiliência diária.

básicas, entre as quais a mais importante é a educação. São formadas comissões para cada uma delas: saúde, alimentação, comunicação, imprensa etc. e paralelamente às atividades básicas são desenvolvidas as atividades de sensibilização da opinião pública e de pressão sobre as autoridades.

Marchas pelas rodovias: A caminhada tem sido uma forma de luta para os sem-terra de todo o Brasil com o objetivo de sensibilizar por suas causas, ganhar adeptos e simpatizantes, promover a discussão sobre a realidade brasileira e conseqüentemente, ser um poderoso veículo de pressão sobre os governantes. A Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, já comentada anteriormente, foi responsável por colocar a luta por Reforma Agrária na pauta da sociedade, além de denunciar o Massacre de Eldorado dos Carajás (Figura 24).



Figura 24: Capa da Tribuna Metalúrgica de 18 de abril de 1997⁹⁸

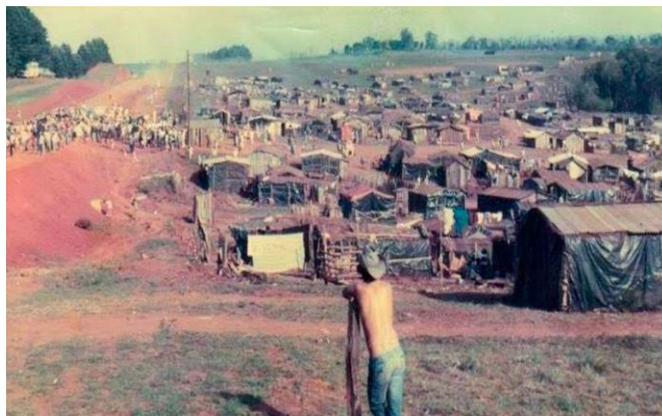


Figura 23: Ocupação da fazenda Annoni em 1985. Arquivo José Leal⁹⁷

Jejuns e greve de fome: No jejum centenas de participantes ficam sem comer por um tempo determinado, em lugar público, com o objetivo de simbolizar e tornar visível a fome diariamente vivida nos acampamentos. É uma luta pacífica, aberta para diálogos. Já a greve de fome, utilizada em situações extremas e com alguns critérios e preparo, um grupo de participantes fica sem comer por um tempo indeterminado até que as autoridades se disponham a atender às reivindicações. É um processo de visibilidade à sociedade e pressão permanente sobre as autoridades.

⁹⁷ Disponível em < <https://www.diarriors.com.br/site/cidades/sarandi/18281-sarandi-29-de-outubro-31-anos-de-ocupa%C3%A7%C3%A3o-da-fazenda-annoni.html> > > Acesso em 26 mar. 2020.

⁹⁸ Disponível em < http://www.smabc.org.br/smabc/hotsite_blog.asp?id_CON=8415 > Acesso em 26 mar. 2020.

Ocupação de prédios públicos: O prédio ocupado é sempre a sede do órgão onde se reivindica algo. Exemplos são as ocupações nas sedes do INCRA para exigir a desapropriação de determinada área. A intenção dessa ocupação é expor ao público que esses órgãos não cumpriram os compromissos assumidos e obrigar os responsáveis a negociar.

Acampamentos nas capitais: Os acampamentos na cidade têm como objetivo mostrar para a população urbana as condições de um acampamento no campo, por conta da paralisação da Reforma Agrária. Entre os que mais repercutiram, destaca-se o que foi realizado no interior da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, durante oito meses no ano de 1987, com a participação de 300 pessoas, entre adultos, jovens e crianças. Durante o julgamento dos responsáveis pelo massacre de Eldorado dos Carajás - Belém em 1999 - e os de José Rainha Junior⁹⁹ - Pedro Canário em 1998 e Vitória em 2000 -, foram organizados acampamentos diante dos tribunais.

Acampamentos diante de bancos: Os assentados enfrentam muitos problemas com a liberação de empréstimos e recursos para organizar o assentamento e a produção. À medida que foi aumentando o número de famílias assentadas nas diferentes regiões, foram surgindo também novas formas de pressão para que as agências bancárias acelerem a liberação de recursos. São frequentes os acampamentos em frente a agências bancárias nas cidades do interior.

Vigílias: As vigílias são manifestações também massivas, programadas para um período menor, mas de forma contínua e permanente. Elas podem ser de protesto contra injustiças e são realizadas diante de prefeituras, fóruns, presídios e delegacias, ou de solidariedade, como a que foi realizada no Sindicato dos Metalúrgicos em São Bernardo do Campo, São Paulo. Nessa vigília, os sem-terra e os operários contaram com a participação de diversas personalidades e artistas comprometidos com a luta pela Reforma Agrária e por justiça social no país.

Manifestações nas grandes cidades: O MST conduz trabalhadores Sem Terra às grandes cidades para manifestações e passeatas, na tentativa de chamar a atenção da população para os seus problemas. Essa é uma forma do Movimento ganhar visibilidade. Na maioria das vezes essas manifestações são pacíficas e chamam atenção pela ordem e disciplina dos participantes, que

⁹⁹ José Rainha Júnior (1960) é ativista brasileiro, ex-líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do qual foi afastado em 2007 por divergências políticas com a cúpula da entidade, tornando-se então militante da Frente Nacional de Lutas no Campo e Cidade. Disponível em < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-06/movimento-de-luta-no-campo-e-nas-cidades-pede-temer-recriacao-do-mds> > Acesso em 19 mar. 2020.

normalmente desfilam organizadamente e utilizam muita simbologia, como bandeiras e instrumentos de trabalho para protestar contra a política do governo. Em diversos casos, no entanto, houve repressão por governos estaduais mais conservadores.

4.4.1 A Estrutura Organizativa

Na construção da forma de organização do MST o termo **setor** tornou-se uma denominação final, num processo de nomeação das atividades como: comissão, núcleo, equipe, coletivo etc. Assim, geradas pela necessidade de luta foram sendo modificadas até se estabelecerem. De acordo com Fernandes (2001), **forma e movimento** tornou-se a lógica da organização dos sem-terra, modificando-se e dimensionando-se conforme as necessidades nascentes na marcha das transformações das realidades (grifo do autor).

[...] “Eles fazem-se e refazem-se, organizando-se para ocupar, para o trabalho na terra, para a educação, para a formação política, para resistir, para serem elas mesmas, para existirem como camponeses [...] No desenvolvimento das experiências erram, acertam, retomam no movimento dialético do fazer se desafiando” (FERNANDES 2001, p. 171),

Cada setor, portanto, deverá em conjunto com toda a Organização, potencializando seu fortalecimento, elaborar e manter atualizadas as linhas políticas e as suas normas de funcionamento (MST, 2016). São estes os setores responsáveis pela elaboração e execução de planos de trabalho específicos:

Setor de Frente de Massas: O conjunto de atividades desenvolvidas por um grupo de pessoas no processo de ocupação e conquista da terra denominou-se Frente de Massas. Uma ocupação se inicia com a formação dos grupos de famílias, que inclui a realização dos trabalhos de base e conscientização que se desenvolve nos acampamentos, enfrentamentos, manifestações, negociações, na conquista da terra. Para esse conjunto de ações, o setor de Frente de Massas faz a travessia das pessoas de fora para dentro do MST, que no processo da luta popular, vão se constituindo e criando a identidade Sem Terra. O setor de Frente de Massas é a **porta de entrada** e responsável pelo desenvolvimento do processo de expansão do Movimento (FERNANDES, 2001, grifo do autor). Seus integrantes deslocam-se para outros municípios, estados ou regiões, formando novos grupos de famílias, fazendo o trabalho de conscientização e realizando novas ocupações (MORISSAWA, 2001).

Setor de Formação: As diversas formas de luta, por si só, já são um elemento fundamental na formação das pessoas, considerando que, a participação efetiva em vários momentos e distintos lugares gera um aprendizado social e político, quando se constrói pela própria práxis importantes referenciais para o seu desenvolvimento. Porém, é preciso ir além da mobilização e se aprofundar na compreensão do mundo e adquirir uma formação sociopolítica da qual, em geral, os trabalhadores foram privados. É preciso pensar, estudar, analisar, contextualizar a luta no processo histórico da resistência camponesa, no desenvolvimento da agricultura e do sistema sociopolítico e econômico. Surge, portanto, a necessidade de se criar uma atividade de formação, posteriormente denominada de Setor de Formação.

Uma das atividades criadas a partir da segunda metade da década de 1980 foi a organização de cursos periódicos de formação política, chamados de escolas sindicais, em parceria com a CUT. A partir de 1990, o MST passa a investir em um espaço próprio de formação – a Escola Nacional em Caçador Santa Catarina e na década de 2000 a ENFF, já comentada anteriormente. Pela própria necessidade e as carências de qualificação em um processo transformador de realidades, o MST associou formação e escolarização criando cursos supletivos de primeiro e segundo graus, Magistério e Técnico em Administração de Cooperativas. De acordo com Fernandes (2001) na lógica da organização da forma e movimento, as atividades se interagem, se distinguem na forma de fazer a luta e os cursos assumem características diversas atendendo a outros setores emergentes como a educação e produção.

Como subsídio à formação de seus integrantes, em todas as dimensões da luta, o MST fomentou a publicação de cadernos, boletins e livros, contando com a colaboração de cientistas e assessores. Na Coleção Cadernos de Formação, iniciada em 1984, foram publicados temas referentes aos problemas e desafios do Movimento como: sua própria organização, o Plano Nacional de Reforma Agrária; a reforma agrária na Constituinte; a relação Igreja-Movimento; teoria da organização; sindicalismo; participação da mulher etc. (MORISSAWA, 2001). O Caderno de Formação n° 38 trata do Método de Trabalho de Base e Organização Popular, assunto que será discutido posteriormente.

Setor de Educação: Se a terra representa a possibilidade de trabalhar, produzir e viver dignamente, a educação é o outro instrumento fundamental para a continuidade da luta. Com isso, o Setor de Educação busca dar repostas às necessidades educacionais nos acampamentos e assentamentos. Os maiores objetivos é a erradicação do analfabetismo nas áreas, a conquista de condições reais para que toda criança e adolescente esteja na escola, isso implica na luta por escolas de ensino fundamental e médio dentro dos assentamentos, a capacitação dos professores para que sejam respeitados enquanto sabedores das necessidades e portadores da novidade de construir uma proposta alternativa de educação popular¹⁰⁰. Desde 1987, quando da formalização deste setor, a educação se tornou prioridade para o MST, sendo o trabalho educacional realizado nos 23 estados em que o MST está organizado, nas seguintes frentes:

- Ensino fundamental;
- Educação de jovens e adultos;
- Educação infantil;
- Formação de educadores: cursos não formais, cursos formais de Magistério e Pedagogia;
- Ensino médio, incluindo formação de técnicos em administração de assentamentos e cooperativas;

As parcerias e alianças com órgãos governamentais isolados, prefeituras, universidades, instituições internacionais têm sido fundamentais no desenvolvimento dos sem-terra (MORISSAWA, 2001). Os dados estatísticos mais atuais das atividades escolares são demonstrados a seguir:

- Mais de 2000 mil escolas públicas construídas nos acampamentos e assentamentos;
- 200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos com acesso à educação garantida;
- 50 mil adultos alfabetizados;
- 2000 mil estudantes em cursos técnicos superiores;
- Mais de 100 cursos de graduação em parceria com universidades públicas pelo país.¹⁰¹

¹⁰⁰ Disponível em < <https://mst.org.br/quem-somos/> > Acesso em 20 mar. 2020.

¹⁰¹ Disponível em < <https://mst.org.br/quem-somos/> > Acesso em 20 mar. 2020.

Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente: A organização do trabalho nos assentamentos foi outra necessidade no processo de formação do MST, pois, viu-se diante do desafio de estabelecer novas relações de produção. Os desafios enfrentados, as discussões e os estudos referentes ao modelo de desenvolvimento econômico da agricultura e as consequentes expropriações de terras levaram a uma nova concepção de realidade. Era necessário mudar para resistir no presente e construir o futuro. Diante disso, três princípios fundamentais foram estabelecidos para dar origem ao modelo de cooperação agrícola do Movimento: 1. Não separar, nas lutas pela terra e pela reforma agrária, a dimensão econômica da dimensão política; 2. Entender que a luta não termina na conquista da terra, ela continua na organização simultânea da cooperação agrícola das ocupações; 3. Priorizar o investimento na formação dos Sem Terra e dos assentados para sua qualificação profissional, tendo em vista as transformações da estrutura produtiva (MORISSAWA, 2001).

A cooperação agrícola é parte de um processo intrínseco do Movimento Sem Terra. Isso faz com que nós possamos superar o individualismo que existe em todos nós. Além disso, as cooperativas são abertas para todas as pessoas que queiram participar, estejam alinhadas ao seu objetivo econômico e dispostas a assumir suas responsabilidades como membro. Em cooperação agrícola todas as formas de força são juntadas para a construção do trabalho coletivo, embora nós devemos reconhecer também os grupos de família e pequenas associações, é importante dizer que é nas cooperativas o local onde nós podemos construir meios mais robustos e consistentes (MILTON FORNAZIERI 2019¹⁰²).

Dentro do Setor de Produção Cooperação e Meio Ambiente estão inseridas todas as cooperativas nacionais e todos os sistemas de cooperativas ligadas ao Movimento (MST, 2016).

No processo de organização do MST, outros setores foram se estabelecendo:

Setor de Finanças: tem caráter administrativo, responsável pela tarefa de angariar recursos para a realização de atividades, sejam elas culturais, encontros, projetos, etc. e de prestação de contas.

Setor de Comunicação: tem o papel de construir os próprios meios de comunicação, tanto com caráter interno quanto externo do Movimento, assim como se relacionar e fazer a ponte entre a organização com os demais meios de comunicação.

¹⁰² Disponível em < <https://mst.org.br/2019/07/05/a-luta-pela-terra-e-uma-luta-coletiva-e-diante-disso-as-conquistas-tambem-sao/> Acesso em 20 mar.2020.

Setor de Gênero: tem a tarefa de estimular debates nas diversas instâncias e espaços de formação, de produzir materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuem para a construção de condições objetivas para participação igualitária de homens e mulheres, fortalecendo o próprio MST.

Setor de Direitos Humanos: tem o papel de defender juridicamente os militantes do Movimento, resistindo ao processo de luta contra a criminalização e a violência que atingi os movimentos sociais. Além disso, tem a tarefa de interceder juridicamente nos processos ligados às políticas de Reforma Agrária junto aos setores do Estado.

Setor de Saúde: tem o papel de pressionar o Estado para este que cumpra com sua função nas áreas de assentamentos e acampamentos, e que implemente políticas públicas de soberania, segurança alimentar, de condições de vida dignas, como medidas preventivas às doenças. O setor prima pela manutenção da saúde e bem-estar de seus militantes. Acumula experiências na área de saúde popular em todos os estados, contribuindo na formação de médicos sem-terra, técnicos em enfermagem, em fitoterapias, auriculoterapia, massagens, além de cursos de graduação em psicologia e enfermagem. Outra iniciativa do coletivo é a produção de hortas medicinais. No estado do Rio de Janeiro, atualmente, existem três experiências intercaladas na produção de fitoterápicos. “Temos uma loja na Lapa na capital do estado, a Terra Crioula, toda essa produção medicinal é disponibilizada nesse local”, conta José Carlos da Silva (Carlão), morador do assentamento Roseli Nunes, em Piraí. Todos os trabalhos são de responsabilidade do coletivo de saúde do estado. No geral, as hortas medicinais do Rio de Janeiro produzem gel de massagem, sabonetes, pomadas para ferimentos e tinturas que são usadas para dores musculares, dores reumáticas, dores de cabeça, enxaqueca, labirintite¹⁰³.

Ainda nessa forma de organização interna, há o **Conselho Fiscal** que tem como objetivo zelar pela eficiência e transparência administrativa e pela preservação dos recursos e patrimônio da Organização. A **Comissão de Disciplina** Nacional e Estadual que zela pelo cumprimento das linhas políticas e normas internas do Movimento nas várias instâncias, setores e coletivos. A **Secretaria**, formada no âmbito nacional e estadual, que tem por função encaminhar as tarefas

¹⁰³ Disponível em < <https://mst.org.br/2018/06/28/setor-de-saude-do-mst-comemora-20-anos-e-reune-militantes-no-maranhao/> Acesso em 20 mar, 2020

administrativas que a Direção do Movimento deliberar como: organizar documentos, centralizar as informações, manter ligações com os estados, preparar reuniões, entre outras (MST, 1985).

São chamados de Coletivos as equipes que desenvolvem planejamento e trabalhos específicos no período que ainda não há, nos estados, a estruturação do Setor referente a essas atividades. Os coletivos antecedem a estruturação e efetivação dos Setores (MST, 2016).

Coletivo de Relações Internacionais: é responsável pelo contato com diversas organizações de diversos países que apoiam o MST.

Coletivo de Projetos: tem como tarefa central a busca permanente da autossustentação do Movimento, dentro de uma estratégia de captação de recursos que se fundamente na busca permanente por essa autonomia. Assim, se define e se implementam estratégias de captação de recursos para atender às demandas nacionais, dos seus setores e dos estados prioritários.

Coletivo de Cultura: Para o MST o fortalecimento da cultura popular se torna pedra basilar da resistência. [...] “É preciso ter a prática da cultura popular nos movimentos sociais, não só no MST, para que a gente possa de fato ir contribuindo no processo de formação de seres humanos que sejam capazes de nadar contra a corrente, de se negar a aceitar tudo”¹⁰⁴.

Coletivo de Juventude: A trajetória de constituição dos Coletivos de Juventude nos acampamentos, assentamentos e escolas do MST evidenciou que quando os jovens são desafiados e incentivados desenvolvem seu potencial de organização, trabalho e luta. Desta forma, a mobilização da juventude em atos públicos, por exemplo, a instiga a formar identidade, se reconhecer em unidade para ocupar posições na luta política¹⁰⁵.

De acordo com Stédile (STÉDILE E FERNANDES, 2012) o MST tem várias atividades, mas nem todas se caracterizam como setor, porque algumas são mais nacionais, outras mais estaduais, sem compromissos burocráticos. Um coletivo que está desenvolvendo uma atividade pode ser um coletivo permanente ou se tornar um setor. Nada é inflexível, tudo pode mudar e nas

¹⁰⁴ Disponível em < <https://mst.org.br/2020/02/29/mulheres-sem-terra-forjam-na-luta-a-cultura-da-emancipacao-humana/>> Acesso em 27 mar. 2020.

¹⁰⁵ Disponível em < <https://mst.org.br/2019/08/04/pela-vida-e-por-direitos-jornada-da-juventude-defende-a-educacao-publica/>> Acesso em 27 mar. 2020.

palavras de Fernandes (2001, p. 171): [...] “No desenvolvimento das experiências erram, acertam, retomam no movimento dialético do fazer se desafiando”.

4.4.2 As Instâncias de Representação

No final da década de 1980, o dimensionamento das diversas atividades simultâneas já envolvia milhares de pessoas e a estrutura organizativa do Movimento foi se consolidando nos anos de 1990. “Nesse período, o MST foi constituindo suas **instâncias de representação**, que se tornaram espaços políticos onde se analisam as conjunturas e se traçam as linhas políticas gerais de atuação” (MORISSAWA, 2001, p. 208, grifo do autor).

Conjuntura é o conjunto de acontecimentos em um determinado momento. São circunstâncias e ocasiões que influenciam coletivamente em determinados aspectos, sejam econômicos, históricos, sociais, políticos, entre outros. A análise da conjuntura nacional refere-se ao estudo do comportamento das diferentes classes sociais da sociedade, ao estudo das ações dos grupos sociais (MST, 1986). De acordo com Betinho (1984), a análise da conjuntura é uma tarefa complexa na qual são necessárias algumas ferramentas próprias para trabalhar as diferentes categorias: acontecimentos, cenários, atores, relações de força e a articulação entre estrutura e conjuntura. Acontecimentos são fatos que adquirem um sentido especial para um país, uma classe social, um grupo social ou uma pessoa. Os cenários são espaços de luta que podem se deslocar de acordo com o desenvolvimento dos conflitos. Cada cenário apresenta particularidades e sua mudança pode representar uma mudança no processo. O ator é quem encarna um papel dentro do enredo, dentro de uma trama de relações e representa algo para a sociedade, para o grupo, classe ou país. O ator social pode ser um indivíduo, uma classe social, uma categoria social, mas também sindicatos, partidos políticos, jornais, rádios, emissoras de TV, igrejas. As relações de forças representam as relações entre as classes sociais, grupos ou atores sociais que podem ser de confronto, de coexistência, de cooperação ou de subordinação. Encontrar uma forma de verificar a relação de força com clareza é decisivo para se obter consequências práticas da análise da conjuntura. Por fim, a análise de conjuntura, deve levar em conta as articulações e dimensões locais, regionais, nacionais e internacionais dos fenômenos, dos acontecimentos, dos atores das forças sociais.

Portanto, as instâncias de representação são fóruns de decisão, momentos de construção e reflexão que acontecem nos encontros estaduais e nacionais. Assim como as bases da estrutura organizativa, a formação das instâncias também foi um processo. Do 1º Encontro Estadual dos Sem Terra do Rio Grande do Sul, em 1982, até o 1º Encontro Nacional em Cascavel no Paraná, em 1984, foram sendo deliberadas as linhas políticas do MST em formação (MORISSAWA, 2001). O 1º Congresso do MST, organizado a partir desse 1º Encontro Nacional, aconteceu em janeiro de 1985. Dele foi tirada como orientação a ocupação de terra como forma de luta, além de ter sido definido os princípios do MST: a luta pela terra, pela Reforma Agrária e pelo socialismo. Para o MST é um marco histórico, pois houve a clareza política de que era necessário ser uma organização autônoma a partidos e governos e, iniciar as ocupações¹⁰⁶. No 1º Congresso foi eleita uma Coordenação Nacional com representantes dos doze estados onde o MST estava organizado ou em vias de organização: RS, SC, PR, MS, MG, ES, RJ, BA, SE, MA e RO. De acordo com Fernandes (2001), das experiências no processo de formação e territorialização foram sendo criadas as instâncias de representação da organização do MST. Receberam diversos nomes no processo de construção até tomarem a configuração atual (Figura 25).

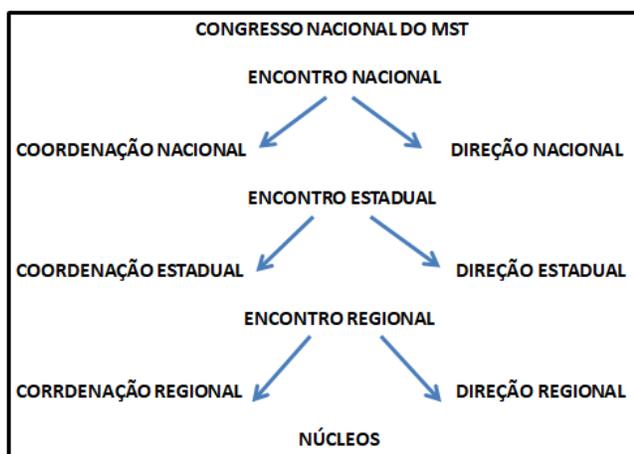


Figura 25: Instâncias de Representação do MST

O Congresso Nacional, instância máxima do MST, é realizado a cada cinco anos e tem caráter deliberativo, do qual participam os delegados escolhidos de cada Estado, militantes e convidados de outras frentes de luta. Nele são discutidas as linhas gerais de regimento e estrutura

¹⁰⁶ Disponível em < <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/> > Acesso em 25 mar. 2020.

orgânica do movimento, destacando-se como o espaço de confraternização da classe trabalhadora, garantindo a participação de 50% de mulheres (GARCIA, 2004).

O Encontro Nacional é realizado a cada dois anos e, além de ser um espaço de caráter eletivo, é um espaço também de revisão e avaliação dos processos e diretrizes de organização, formulação, aprovação de políticas e planos de trabalho dos setores de atividades.

A organização do MST conta com uma Coordenação Nacional, composta por militantes representantes dos estados, dirigentes estaduais, e representantes dos distintos setores de atuação da Organização. É responsável pelo cumprimento das deliberações do Congresso e do Encontro Nacional e das decisões tomadas pelos diversos setores de atividades. Já a Direção Nacional é composta por um número variável de membros indicados pela Coordenação Nacional e deve acompanhar e representar os estados, bem como trabalhar pela organicidade¹⁰⁷ do Movimento, por meio dos setores de atividades (MORISSAWA, 2001).

Os Encontros Estaduais acontecem anualmente, com o intuito de se estabelecer as prioridades e as metas de atuação no decorrer do ano, de acordo com a realidade regional. Nesses encontros, a cada dois anos, são eleitas as Coordenações e as Direções Estaduais.

De acordo com os interesses e necessidades, cada estado poderá promover uma divisão regional com instâncias organizativas e infraestrutura necessária, formando as Direções Regionais. Os Encontros Regionais também acontecem anualmente e, a cada dois anos, nomeia-se a Direção Regional e elege-se a Coordenação Regional de base municipal. Nos Encontros Regionais, são formuladas as propostas que são encaminhadas ao Encontro Estadual. É nas coordenações e direções regionais que acontecem os debates dos representantes municipais e da Direção Estadual, em que se discute sobre as ações, atividades e propostas específicas para cada comarca. Tanto nos Encontros Regionais e Estaduais, quanto na Direção e Coordenação Estadual é discutida a reestruturação dos Setores que configuram a organização do MST, portas de entrada dos trabalhadores e trabalhadoras no Movimento (GARCIA, 2004).

¹⁰⁷ De acordo com Bogo (1999, pg. 131) “Chamamos de organicidade a relação que deve ter uma área de atuação do movimento de massas com todas as outras, isto porque um movimento social, nos moldes do MST, é muito complexo e sua construção atinge várias dimensões da vida humana”.

Acrescenta-se a Coordenação de Assentamentos e Acampamentos que é composta por membros eleitos pelos assentados e acampados do Movimento que é responsável pela organicidade e desenvolvimento das atividades de setores (MORISSAWA, 2001).

E por fim, os núcleos, que são instâncias de base do MST, onde todos os membros devem estar nucleados. Compõem o núcleo entre 10 a 15 famílias, de acordo como o número de atividades envolvendo cada pessoa em todos os setores do Movimento. O Núcleo é um espaço de discussões sobre as preocupações e questões que afetam as famílias, como as instâncias e as atividades estaduais e nacionais para os adequados encaminhamentos (MST, 2016).

Vale ressaltar que essa estrutura organizativa está em constante transformação e se materializa de acordo com as necessidades e desenvolvimento da Organização.

4.4.3 Os princípios organizativos das instâncias

Os movimentos camponeses do Brasil e da América Latina, anteriores ao MST, deixaram um legado de luta e resistência. No entanto, no desenvolvimento do Movimento essas organizações camponesas inspiraram a necessidade de se manter alguns princípios. Na fala de Stédile: [...] “apesar de ser camponês e possuir um caráter social, deveríamos nos preocupar em aplicar alguns princípios organizativos [...] esses princípios, se respeitados, iriam garantir a perenidade da organização. Não são normas, não são sugestões, são princípios” (STÉDILE E FERNANDES 2012, p. 41).

O primeiro princípio é o da **direção coletiva**. Todas as instâncias do MST desde a base até a direção nacional devem ser formadas como comissões coletivas na forma de colegiado dirigente, sem distinção de poder. [...] “Movimento camponês com um presidente só tem dois caminhos: ou ele vai ser assassinado, ou vai ser um traidor” (STÉDILE E FERNANDES 2012, p. 41).

O segundo princípio é a **divisão de tarefas**. Em todas as atividades e instâncias deve-se distribuir as tarefas entre o maior número possível de pessoas e dar responsabilidade individual

pelas tarefas e funções. Isso permite à Organização crescer e trazer para dentro dela as aptidões pessoais.

[...] Aprendemos que a primeira pergunta que se deve fazer para o militante é a seguinte: O que tu gostarias de fazer dentro do MST? No conjunto surge uma diversidade de aptidões e de habilidades. Isso faz com que a organização cresça, porque a pessoa se sente bem, se sente feliz com o que faz. Imagine que sacrifício seria pedir para um professor organizar uma cooperativa ou a ocupação de um latifúndio? Certamente, pelas características pessoais, não se sentiria bem. Agora, se ele gostar de ser professor ou pesquisador, é nessa área que irá contribuir com o MST. E isso só é possível se houver de fato uma divisão de tarefas dentro da Organização (STÉDILE E FERNANDES 2012, p. 43).

Outro princípio é o **Profissionalismo**. Todos os membros dos setores ou coletivos devem encarar com profissionalismo suas funções sob dois aspectos: a) transformar a luta pela terra e a organização do movimento como sua profissão de militante e b) ter amor e dedicar-se de corpo e alma por ela.

Ser um Especialista é o quarto princípio. Ou seja, aperfeiçoar-se cada vez mais em suas funções e tarefas designadas, tendo em vista a organicidade do Movimento. Estimular o profissionalismo respeitando as qualidades e aptidões pessoais na divisão de tarefas (MST, 2016).

O quinto princípio é o da **Disciplina**. Disciplina significa respeitar o que foi decidido no coletivo. E cada militante precisa cumprir horários, mas, sobretudo com suas tarefas e missões. Foi um ensinamento das ULTAB. [...] “Isso é regra da democracia [...] E, estando na Organização, de livre vontade, tem de ajudar a fazer as regras e a respeitá-las, tem de ter disciplina, respeitar o coletivo. Senão a Organização não cresce” (STÉDILE E FERNANDES 2012, p. 44).

O **Planejamento** é o sexto princípio e é base para entender os processos e os eventos de sucesso do MST. Deve-se aplicar o princípio de que nada acontece por acaso, mas tudo deve ser avaliado, definido e planejado a partir da realidade e das condições objetivas da Organização (MST, 2016). Dentro do planejamento, incluem-se a necessidade de recursos econômicos e humanos, o cronograma das atividades, o controle do desempenho das atividades e a avaliação das atividades.

O **Estudo** é outro princípio que o MST procura aplicar da melhor forma possível. Todos os militantes devem se dedicar aos estudos de todos os aspectos que dizem respeito às atividades do Movimento. Conhecer os documentos da organização, estudar a realidade da sua região, do país. Sem estudo não há conhecimento. Sem conhecimento não há direção correta.

[...] “Nunca terá futuro a organização social que não formar seus próprios quadros políticos, não terá autonomia para conduzir suas lutas. [...] Se tu não estudares, conseqüentemente nem tu, nem a organização irão longe. [...] tem de estudar. Isso nos disseram todos os líderes com que conversamos e que possuem uma experiência histórica de luta” (STÉDILE E FERNANDES 2012, p. 44).

O oitavo princípio é **a vinculação com as Massas**. Todos os dirigentes, em todos os níveis, devem manter vínculos permanentes com o povo. Participar das atividades nas bases, envolver-se conhecer e participar junto, em todos os momentos difíceis e de celebração. [...] “É preciso criar mecanismos para ouvir, consultar, se abastecer da força e da determinação do povo. Todos erram menos quando ouvem o povo” (STÉDILE E FERNANDES 2012, p. 46).

A **crítica e autocrítica** é o último princípio. Em todas as instâncias e comissões deve-se adotar a prática de avaliações periódicas, aonde cada membro tenha a humildade e grandeza de realizar a autocrítica e ao mesmo tempo criticar os erros individuais e coletivos dos demais.

Segundo Stédile (STÉDILE E FERNANDES, 2012), há dois aspectos que dão sustentação ideológica e política ao MST: os princípios organizativos e a mística. Os dicionários dão significado à mística como: tratado a respeito das coisas divinas ou espirituais; ciência e arte do mistério; meio de iniciação baseado na ação de Deus sobre a alma humana. No contexto dos Sem Terra é um ato cultural em que suas lutas e esperanças são representadas (MORISSAWA, 2001). A prática da mística acompanha a organização do MST desde suas primeiras mobilizações, sob a influência dos religiosos que apoiavam o Movimento. A mística para o MST é uma espécie de ritual e celebração que acontece de diversas maneiras e com significados e sentidos variados. É um alimento ideológico com caráter histórico e de esperança. Sua prática dá-se em todos os eventos onde se aglutinam pessoas: nos acampamentos, assentamentos, Encontros, Congressos e nas diversas manifestações que o MST empreende. As palavras de um integrante do Movimento resume a ideia da mística:

Nas lutas sociais existem momentos de repressão que parecem ser o fim de tudo. Mas, aos poucos, como se uma energia misteriosa tocasse cada um, lentamente as coisas vão

se colocando novamente e a luta recomeça com maior força. Essa energia que nos anima a seguir em frente é que chamamos de mistério ou de mística. Sempre que algo se move em direção a um ser humano para torná-lo mais humano aí está se manifestando a mística (MORISSAWA, 2001, p. 209).

Vários elementos fazem parte dos momentos de mística: poesias, músicas, hinos, bandeira e várias representações simbólicas. Para Stédile a mística é uma forma de manifestação coletiva de um sentimento. É o que faz com que famílias permaneçam acampadas por muitos anos. Permanecem não só porque a terra é necessária, mas porque tem a mística e os princípios organizativos (STÉDILE E FERNANDES, 2012).

4.5 O MÉTODO DE PLANEJAMENTO

Os Cadernos de Formação do MST, publicados a partir de 1986, deixam claro a importância da organização no fortalecimento da luta. “Só um povo consciente e devidamente organizado tem as condições de assumir as rédeas da transformação da sociedade” (MST, 1997, p. 10). E nesse sentido, o trabalho popular é o jeito de trabalhar com o povo.

Quando o trabalho popular acontece com os membros de uma organização ele passa a se chamar de trabalho de base. É o trabalho com as pessoas que sustentam a organização de um povo que luta. Portanto, a base do MST são todas as pessoas envolvidas em defesa da nossa causa e devidamente organizadas (MST, 1997, p. 19).

4.5.1 Método

Para o MST o trabalho de base é o trabalho político de organização e conscientização que se faz nos acampamentos, nos assentamentos, nas vilas, nas fábricas, com o objetivo de resolver os seus problemas e os problemas dos trabalhadores. Em sua práxis, percebeu que o **jeito de fazer** o trabalho com o povo é tão ou mais importante que o conteúdo, não desvalorizando o conteúdo, mas salientando que a **forma também forma** (MST, 1997).

A palavra método deriva do grego *metá* que significa percorrer e *odós* que significa caminho ou trilha (metá + odós = método). Portanto, por método entende-se o caminho que deve ser percorrido para atingir um determinado objetivo ou fim estabelecido. Para o MST (1997) é

mais que um caminho, é o jeito de caminhar, é o jeito de fazer o caminho, é o jeito de percorrer o caminho, é o jeito de construir o caminho, enfim, uma prática de trabalho.

Acrescentando à palavra método o sufixo *logia*, cujo significado se refere à ciência ou ao estudo de algo, constrói-se a ideia de metodologia (metá + odós + logia), expressando uma ideia geral: a organização e o planejamento de uma passagem em relação ao estudo, prática e/ou conclusão de um tema. Para o MST (1997) metodologia é o **estudo de um caminho**, é o **estudo do jeito de fazer** alguma coisa. É o estudo dos vários caminhos que existem para escolher o melhor .

A apropriação do conhecimento científico, das experiências históricas, das estratégias de lutas, dos métodos de trabalho e direção, de organização e formação política são condições essenciais para que os integrantes do MST se transformem em sujeitos políticos com capacidade de pensar, elaborar, fazer e avançar a Organização. Pensando assim, O MST elaborou, em diferentes momentos, os subsídios metodológicos para que os militantes pudessem levar adiante as tarefas organizativas e se formarem no processo. Daí a importância do método, do jeito, da maneira como se faz, como se aprende fazer - fazendo (MST, 2009).

No entanto, a realidade está em permanente movimento e coloca novas questões a serem interpretadas e enfrentadas e, para o MST, um dos grandes desafios é o como fazer? Por isso, o método deve ser um instrumento – não uma receita – que os auxilie a dirigir melhor; a fazer planejamentos coerentes com a realidade e com os objetivos; a delegar responsabilidades e tarefas que possam compor novos militantes; a coordenar reuniões produtivas e participativas, desenvolver a mística etc.

De acordo com Bogo (2000) o método somente pode existir em função de um objetivo, seja ele imediato - tático - ou de longo prazo - estratégico. À medida que se tem um objetivo, necessariamente deve-se buscar um método para implementá-lo. Por isso, quanto mais claro for o objetivo, maior a facilidade se tem de elaborar o método.

A força do povo está na sua organização e na sua luta. Mas a força também reside na clareza dos seus objetivos, tanto imediatos como estratégicos, pois, é em função deles que se constrói a estrutura orgânica, se define as táticas e estratégias de lutas, as quais funcionam como orientadores dos processos de formação que no interior da Organização se desenvolve (MST, 2009, p. 8).

Para Bogo (2000) não existem métodos bons e métodos ruins o tempo todo, pois o método não é estático. Os elementos são sempre modificados ou adaptados de acordo com cada objetivo. Em outras palavras, os elementos são estruturados em cada situação concreta, com maior ou menor quantidade, dependendo do caráter da ação que se está planejando. Nesse sentido, o método se constitui de duas diretrizes básicas e dois eixos que sustentam a sua aplicação.

4.5.1.1 As diretrizes do método

A primeira diretriz se refere à **política ideológica**, ou seja, a definição de classe e clareza do rumo a seguir. O método tem por objetivo levar a um determinado lugar ou um lugar ideologicamente antecipado no planejamento. A ideologia permite acertar na análise e orientar o rumo a seguir para chegar a um objetivo estabelecido.

A segunda diretriz é a **técnica organizativa**. Os métodos devem ser profundamente concretos em suas funções técnicas e na prática organizativa, portanto, nunca abstratos. Somente se desenvolvem e comprovam sua eficiência na medida em que são aplicados sobre uma determinada realidade para transformá-la.

4.5.1.2 Os dois eixos

Bogo (2000) se refere aos dois eixos como sendo aqueles que sustentam o peso para **transportar** (grifo do autor) o método e se constituem em:

- a) **Elementos estruturantes:** São as partes constitutivas do método que alinhadas compõem a estrutura do método, como: estudo do problema, domínio da realidade pró e contra, decisões políticas do que fazer, definição dos objetivos, estabelecimento de metas, análise das consequências, checagem permanente do andamento, plano e contra plano, avaliações etc. Tomando como referência uma ação que vise sensibilizar a

sociedade para a reforma agrária, os elementos estruturantes centrais para esta ação podem ser: análise da realidade agrária e das forças contrárias e checagem do momento político confluindo na decisão política de fazer uma marcha. A partir deste momento define-se o caráter da marcha, a meta a ser alcançada, o trajeto a ser feito e atividades a serem desenvolvidas no percurso (políticas, educativas e recreativas). Esses elementos estruturantes poderão ser ampliados a depender do tipo e do caráter da atividade que se pretende desenvolver; ou modificados durante a execução das atividades tendo em vista as mudanças de conjuntura, ambiente, correlação de forças etc.

- b) **Requisitos orgânicos:** Se refere à execução concreta do método, aquilo que é fundamental para ser realizado antes do primeiro passo. Na realização da marcha, por exemplo, os requisitos orgânicos podem ser os aspectos preparativos como a criação de coordenações e equipes que cuidarão da: preparação da base, busca por alimentos, segurança, infraestrutura, divulgação, busca de apoio, marcar pontos de parada, carro de som, ambulância, bandeiras etc. Nesse cenário é preciso compreender, na lógica da forma e movimento, que novos requisitos orgânicos podem surgir em função de problemas que não estavam previstos. Pode-se citar como exemplo a prisão de alguns coordenadores implicando em requisitos como a contratação de advogados e a realização de protestos contra a truculência policial.

Os requisitos orgânicos, antecipadamente previstos, garantem a eficiência da ação e cada tarefa assumida por equipes ou militantes deve estar concluída no momento planejado.

4.5.2 Roteiro Básico na Formulação de Métodos de Planejamento

Bogo (2000) salienta que não existem métodos permanentes que se possa utilizar sem alteração, considerando que a realidade é dialética e dinâmica. Para o autor, a dialética é o conjunto de contradições que forma o movimento interno que existe em todas as coisas. Desta forma, os métodos não podem ser transplantados mecanicamente. Elementos utilizados em um determinado momento não se adaptam no momento seguinte. Assim, é imprescindível saber

formular métodos de acordo com a realidade concreta para transformá-la. Essa é a principal qualidade de um dirigente, pois, quanto maior a capacidade de formular métodos de trabalho, maior será sua capacidade de intervenção na transformação da realidade. O autor também destaca alguns elementos na formulação dos métodos de planejamento que indicam o roteiro básico a seguir.

1. **Identificação do problema ou desafio:** a identificação do problema de forma genérica é o primeiro passo. Posto o problema, ele se manifesta de forma genérica, pois, ainda não se avaliou se há condições de resolvê-lo.
2. **Análise do problema:** Após ter sido apresentado o problema, deve-se fazer uma profunda análise dos aspectos que o envolverão. Se for uma ocupação, por exemplo, deverão ser estudados tanto os aspectos internos que estão motivando a ocupação, quanto os aspectos externos que envolverão elementos contraditórios.
3. **A decisão:** Após a análise profunda do problema e da realidade que o cerca, levando em consideração todos os prós e contras e seu movimento histórico, vem a tomada de decisão com o intuito de resolver o problema em uma ação. A visão das coisas por meio de seu movimento interno torna possível a intervenção sobre a realidade para direcionar este mesmo movimento. Nesse sentido, é necessário interpretar qual o movimento interno que existe em cada situação.

[...] Por exemplo, uma fruta madura tem seu movimento interno, pois se desenvolveu e amadureceu, agora o movimento interno será naturalmente a deterioração para liberar as sementes. Mas se quisermos podemos intervir e direcionar este movimento, abrindo a fruta e liberando as sementes através da força ou congelando a fruta, atrasando sua deterioração. Assim são com as ações sociais (BOGO, 2000, p. 39).

4. **Planejamento da ação:** Feita a análise do problema, observando o movimento da realidade e o rumo que se pretende dar a essa realidade, é obrigatório planejar a intervenção. Para isso, é preciso definir o objetivo a alcançar e se estabelecer uma meta. Junto com o objetivo político é preciso quantificar a meta para que ambos sejam concretos. Para que o planejamento seja eficiente é importante seguir os seguintes passos:

- 1) *Definição dos objetivos:* a definição de um ou alguns objetivos que se queira alcançar exigirão os meios ou os requisitos para sua realização. É importante

destacar que quanto mais objetivos forem estabelecidos, maior será o número de tarefas a desenvolver. Por este motivo, os objetivos devem ser concretos.

- 2) *Requisitos básicos para assegurar o cumprimento das metas:* os requisitos dizem respeito a tudo aquilo que é necessário ter garantido na data determinada ou na meta quantificada. Tudo deve estar no lugar conforme planejado e neste sentido, é importante perceber a abrangência dos objetivos, pois, são eles que determinarão o que deve ser feito. Para cada objetivo devem ser elencados os requisitos necessários para que seja alcançado até o dia estabelecido.
- 3) *Distribuição de Tarefas:* Para cada requisito é necessário ter responsáveis específicos para a implementação. Deve-se constituir uma Coordenação Geral que possa ter controle da situação geral, porém, distribuindo o máximo de tarefas para envolver o máximo de pessoas que tenham liberdade de ação em cada área. Desta forma, um a um dos requisitos devem ser planejados e as tarefas distribuídas, responsabilizando um maior número de pessoas.
- 4) *Avaliações Gerais e de cada Equipe:* O grupo coordenador deve estabelecer um calendário de avaliação e de acompanhamento periódico para que se saiba avaliar no conjunto como estão as atividades, onde é necessário maior reforço, ou então, encaminhar as novas atividades que irão surgindo durante o período de execução das metas específicas. Cada equipe, de cada requisito deve elaborar um planejamento específico com prazos e metas e estabelecer seu próprio calendário de avaliação para saber se todos estão desenvolvendo suas tarefas. Bogo (2000) finaliza dizendo que nisto consiste o Método de Direção: A multiplicação de militantes virá de acordo com a capacidade dos dirigentes distribuírem as tarefas. E retoma as palavras de Mao Tse Tung: “As qualidades fundamentais de um dirigente é elaborar métodos de trabalho e saber colocar os quadros” (BOGO, 2000, p.111).

4.6 A DIALÉTICA COMO MÉTODO DE ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO DO MST

O método de planejamento e organização do MST tem sido ao longo dos anos, um movimento processual sujeito às experiências históricas, às influências teóricas e aos seus posicionamentos políticos, sociais e ideológicos. Isto permite que se analise este objeto - a organização do MST - numa perspectiva dialética, compreendendo-o como um todo, com suas contradições, percursos e processualidades.

A dialética é um método de diálogo cujo foco é a contraposição e contradição de ideias que levam a outras ideias e que tem sido um tema central na filosofia ocidental e oriental desde os tempos antigos. A tradução literal de dialética significa "caminho entre as ideias" (KONDER, 1981).

Muitos pensadores travaram a discussão sobre a importância da dialética, que foi se alterando ao longo dos séculos. Durante períodos da história muito estratificados ou submetidos à escolástica, em que o diálogo era reprimido, a dialética perdeu sua relevância, sendo retomada na passagem do feudalismo para o capitalismo, numa nova leitura do mundo que negava o modelo anterior. Iniciou-se uma crescente valorização da racionalidade, da ciência e da natureza, onde o ser humano passou a ser compreendido como um ser histórico passível de transformação.

Diferentes correntes filosóficas deram sentidos diversos ao conceito de dialética, trazendo, portanto, distintos métodos dialéticos. O filósofo Hegel (1770-1831) como um idealista, acredita que os seres humanos são determinados pelas ideias (pensamentos, vontades, o ímpeto ativo do ser humano), e transformam a realidade a partir do trabalho e do espírito. Assim, criou o método dialético composto por três elementos: tese – afirmação inicial; antítese – negação da tese, ou seja, o contraditório, a base da dialética; síntese: convergência lógica entre a tese e a antítese, que não é uma conclusão, mas a base para uma nova tese e assim por diante.

O pensamento materialista de Marx diz que são os elementos materiais (econômicos, sociais, naturais) da realidade que condicionam a existência humana, portanto, a compreensão daquilo que existe de fato na vida é condicionada pelos elementos concretos dessa realidade e não

somente pela abstração humana. Assim, a dialética marxiana se dá pelas relações de produção em seu contexto histórico, ou seja, o método dialético deve ser relacionado à realidade (ao todo) que é a luta de classes, bem como à produção de ferramentas para a transformação desta realidade: “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo” (MARX, 1982).

O movimento histórico leva a diferentes interpretações sobre a existência – realidade e pensamento – que podem ser conflitantes, o que leva a formulações distintas e por vezes contraditórias, trazendo debates e confrontações. Se não há controvérsias a serem debatidas, não há avanço, nada muda. Portanto, a contradição está presente em todas as atividades humanas e sua forma final, resultante do movimento, é sempre algo que está num outro estado – diferente dos anteriores – mas que carrega elementos desses. A dialética trata desse movimento próprio e permanente, cujo caminho não é linear, posto que lida com as contradições inerentes as complexidades e as várias dimensões da realidade.

A análise do método de planejamento e organização do MST sob este conceito da dialética mostra que todo este processo – planejamento e ação - é feito a partir das interpretações das controvérsias e contradições que surgem das análises da realidade concreta do dia a dia. As decisões das ações do MST são fruto deste movimento permanente, característico de processos decisórios embebidos no diálogo presente em espaços radicalmente democráticos. Sendo Marx um dos pensadores que influenciaram a trajetória do Movimento, como visto anteriormente, é possível perceber que o materialismo dialético está presente no desenvolvimento das formas organizativas, ou seja, elas se referem as relações de produção e a luta de classes em sua dimensão cotidiana.

Na trajetória do MST a realidade política muda muito mais rápido que a realidade material, por esse motivo, é preciso atenção às transformações que irão ocorrer no tempo e no cenário onde se desenvolvem as ações. O método de planejamento prevê que o movimento interno das contradições traz novos requisitos que não poderiam ser vistos com antecedência. Dentro de cada requisito, novas tarefas, novos bloqueios originados pelo próprio movimento contraditório das forças. Os bloqueios são obstáculos que as forças contraditórias colocam no

caminho para dificultar e impedir o sucesso das ações. Utilizando o exemplo da marcha, pode-se considerar como bloqueio campanhas contrárias para que ninguém apoie com alimentos e com a própria participação. Nesse caso, é necessário estabelecer uma forma de desbloqueio para que a ação tenha o alcance planejado. Este movimento interno existente em cada ação aponta para novas perspectivas, tanto positivas como negativas. É preciso interpretá-las quando se apresentam para que não se esgote a ação, não torne o movimento regressivo mais forte que o progressivo. E nesse caso, o término de uma ação pode despertar outras ações tanto interna como externamente.

Portanto, o materialismo dialético e histórico é movimento, desenvolvimento e criação permanente. Para Bogo (2000) é ciência da história em movimento, é ciência inesgotável que se alimenta da própria realidade para se desenvolver. E a realidade é um emaranhado de condições surpresas que a cada momento apresenta novas contradições, sendo as táticas determinadas de acordo com as novas condições que se apresentam. Método se formula a partir das condições que a realidade apresenta.

Neste sentido, vale uma reflexão sobre o **Movimento** dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Entende-se movimento social como uma forma de organização da classe trabalhadora, com base nas camadas populares, grupos populares, ou setores populares. A partir desse conceito, ser um **Movimento** parece estar implícito que seu modo de trabalho e de luta está fincado na realidade – econômica, social, política e intelectual - e a noção de que suas ações carregam a superação das contradições, a partir da análise dessa existência diuturna.

E é o método de planejamento, calcado no materialismo dialético, na forma e movimento que identifica o MST. É o método que auxilia a melhor direção, a fazer planejamentos coerentes com a realidade frente aos objetivos e a delegar responsabilidades e tarefas. E da mesma forma em que é utilizado para a organização popular o é também para organizar a alimentação do coletivo, durante quaisquer formas de pressão social: eventos, marchas, ocupação, acampamentos etc.

5. O PROCESSO ORGANIZATIVO DA ALIMENTAÇÃO DO COLETIVO

“Se o campo não roça, a cidade não almoça! Se o campo não planta, a cidade não janta!” MST

5.1 A ALIMENTAÇÃO DO COLETIVO NA FORMA E MOVIMENTO

Desde as primeiras ocupações e acampamentos na década de 1960 os camponeses foram incentivados à organização para a luta e conquista de suas terras. O papel das CEB e posteriormente da CPT foi fundamental nesse processo, como já foi mencionado. Fundamental também no que diz respeito à garantia do direito humano à alimentação dos camponeses, que se encontravam em situação de extrema pobreza e miséria. A articulação da Igreja Católica e a sensibilização da sociedade faziam chegar aos acampados doações de diferentes tipos e principalmente alimentos.

De acordo com relatos dos entrevistados, nos primeiras ocupações e acampamentos do MST na década de 80 as famílias dos sem-terra traziam consigo pequenas provisões que os mantinham durante um tempo e, findando seus recursos, a articulação da igreja e sociedade era necessária. Governos estaduais e prefeituras muitas vezes se mobilizavam para o provimento de alimentos aos sem-terra. E, na medida em que as primeiras famílias eram assentadas, passavam a produzir e a doar alimentos para os acampados.

Já nessa época, as cozinhas eram coletivas, montadas em barracões de lona, lonas de circo, ou organizadas em estruturas inativas das fazendas ocupadas. O processo organizativo já estava instaurado e, portanto, as equipes de cozinha eram constituídas. Por outro lado, havia também uma preocupação com riscos de incêndio na utilização de fogo à lenha para cozer os alimentos e, seguindo as orientações do Movimento, as famílias não eram incentivadas a cozinhar em seus barracos.

Segundo Sigaud (2005) em 1993, o Congresso Nacional estabeleceu que a improdutividade das terras caracterizava o não-cumprimento da função social da propriedade, caso previsto pela Constituição de 1988 para proceder à desapropriação. As ocupações generalizaram-se em todo o país, promovidas não apenas pelo MST, mas também pelos

sindicatos de trabalhadores rurais e por dezenas de outras organizações criadas com o objetivo precípua de ocupar terras. Nesse período, o INCRA que até então tinha uma atuação modesta, começou a desapropriar as terras ocupadas e a redistribuí-las entre os acampados, tornando-os parceleiros, isto é, titulares de uma parcela de terra. Nesse processo de desapropriação e redistribuição de terras, nos projetos de assentamento, as famílias de agricultores passariam a ter acesso a linhas de crédito para moradia, produção e a alimentação, a princípio em forma de cestas básicas. Para o acesso às cestas básicas, o INCRA exigia que o beneficiado residisse no acampamento.

As cestas foram repassadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), criada em 1990, sendo o INCRA o intermediário na distribuição. Com idas e vindas, interrupções e retomadas, eleições e ações políticas, a distribuição de cestas pela CONAB era uma ação governamental integrada que visava garantir, de forma regular, um composto alimentar a grupos populacionais específicos em situação de vulnerabilidade social. Foram beneficiárias as famílias acampadas que aguardavam a sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, as comunidades indígenas e quilombolas. A CONAB, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) atua na aquisição, armazenagem e distribuição dos alimentos.

A CONAB também administrou o Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA) criado em 1993 durante o governo de Itamar Franco. Na ocasião, pretendia atender populações atingidas pela seca. Desde o início do governo Fernando Henrique Cardoso, o PRODEA foi considerado um dos itens da agenda básica do programa Comunidade Solidária e dirigido aos municípios selecionados de acordo com o Mapa da Fome que localizou os principais bolsões de pobreza do país (IPEA, 1993). O PRODEA forneceu em 1996, 232.950 cestas básicas dos estoques do MAPA, num total de 5,7 milhões de quilos de alimentos, para 232 acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra, em 21 estados do país (BRASIL, 1997). No final do ano de 2000, o programa é extinto, sem que nenhum programa alternativo seja colocado em seu lugar.

Tenho que falar das dificuldades de alimentação que passamos no acampamento Terra Prometida. Teve época que comemos muito foi capiçova na cozinha coletiva. É um mato que se comia no mingau de fubá, no macarrão. Na época o INCRA não estava enviando as cestas e os acampados viviam de doação (AJS, RCD, entrevista 2020).

A partir do governo Lula, a distribuição de cestas foi instituída e coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), recentemente incorporado ao Ministério da Cidadania no governo Bolsonaro. Foram fornecidas dentro do programa Fome Zero. Nessa constituição, eram contemplados os municípios, as comunidades assistidas e as respectivas quantidades, em articulação com os seus órgãos representativos do segmento assistido.

Em relação à qualidade das cestas, a Folha de São Paulo denuncia em 1998 a má qualidade do arroz e feijão distribuído pelo governo federal por intermédio do programa Comunidade Solidária e pelo governo do Rio Grande do Norte aos assentamentos e acampamentos do MST (FRANCISCO, 1998). Da mesma forma, Anselmo, um dos entrevistados desta pesquisa comenta sobre a qualidade das cestas básicas no estado do Rio de Janeiro:

A alimentação enviada pelo governo do estado era muito melhor que a do INCRA. Nossa alimentação vinha do governo do estado, do INCRA, de doações da Igreja e das prefeituras. O INCRA durante uma época mandava a cesta básica normal para nós, só que era de péssima qualidade. A gente tinha um feijão que o pessoal do acampamento conhece como feijão bala, feijão 24 horas. A equipe que pegava na cozinha pela manhã limpava, catava, deixava de molho e a tarde colocava para cozinhar. A equipe que tirava a segurança à noite era responsável por manter o fogo. Às vezes, pela manhã, o feijão ainda estava cru. Até o ano de 2000 ainda tinha desse feijão. O INCRA foi mudando, melhorando alguns aspectos, mas também acabando com as cestas. Teve época que recebemos nas cestas básicas somente fubá para o preparo das refeições (AJS, entrevista 2020).

Os depoimentos de Anselmo (AJS) e Relma (RCD) apontam para as dificuldades enfrentadas pelos militantes no universo da alimentação do coletivo no estado do Rio de Janeiro. Pressupõe-se não ter sido diferente em outras regiões como foi o caso do Rio Grande do Norte relatado acima.

5.2 A COZINHA DE OCUPAÇÃO

Uma ocupação se inicia com a formação dos grupos de famílias, que inclui a realização dos trabalhos de base e conscientização que se desenvolve nos acampamentos, enfrentamentos, manifestações, negociações, na conquista da terra. Para esse conjunto de ações existe a Frente de Massa, que faz a travessia das pessoas de fora para dentro do MST, que no processo da luta popular, vão se constituindo e criando a identidade Sem Terra.

O processo organizativo, portanto, começa com o trabalho de base. Esse trabalho não é só tarefa da Frente de Massa, mas da militância do Movimento como um todo. Em geral, um acampamento monta outro, ou seja, as equipes montadas de outro acampamento, a militância que já tem experiência de ocupação, auxilia na cozinha, segurança, estrutura, já que os novos companheiros estarão envolvidos com a montagem de seus barracos, banheiros etc.

Então, a primeira coisa que monta é a cozinha. Porque o povo sem comer não vai sobreviver. Então monta primeiro a cozinha e dali é que vai saindo o restante das direções. Muitas das vezes é utilizada uma lona de circo que acaba ficando da altura daquele poste ali, aí não tem perigo do fogo. É bem longa e bem arejada em volta, que é justamente para não pegar fogo em nada. O fogão é sempre no centro para ter certeza que não vai esquentar a lona de lado nenhum. E dos lados é feita a despensa, que aí vai se fechando de bambu coladinho um do outro, mas bem colado mesmo e depois é barreado e embolsado por dentro, que é justamente para não entrar bicho, nada que venha danificar a alimentação. É muito bem estruturada uma cozinha de lenha dentro de um acampamento (JCS, entrevista 2019).

As famílias acampadas ou assentadas organizam-se numa estrutura participativa e democrática para tomar as decisões no MST. Nos acampamentos e assentamentos, as famílias organizam-se em núcleos que discutem as necessidades de cada área. Destes núcleos, saem os coordenadores e coordenadoras do acampamento ou do assentamento. A mesma estrutura se repete em nível regional, estadual e nacional. Um aspecto importante é que as instâncias de decisão são orientadas para garantir a participação das mulheres, sempre com dois coordenadores, um homem e uma mulher. E nas assembleias de acampamentos e assentamentos, todos têm direito a voto: adultos, jovens, homens e mulheres.

No Brasil, existem mais de 120 mil Sem Terra acampados debaixo da lona preta, próximos a grandes latifúndios. Essas famílias se organizam coletivamente, e muitas vezes vivem acampadas durante anos¹⁰⁸.

A cozinha é sempre o ponto de chegada dos acampamentos, ela está sempre na frente. Quando da ocupação da terra, uma primeira assembleia é realizada e desta surgem os núcleos e as equipes. Com o acampamento organizado, com as famílias distribuídas em núcleos, o grupo responsável pela cozinha já inicia as atividades. Cada núcleo tem sua responsabilidade diária para organizar a alimentação.

¹⁰⁸ Disponível em < <https://mst.org.br/quem-somos/> > Acesso em 02 ago. 2020.

No espaço reservado para a cozinha concentram-se todos os alimentos, ou seja, todas as provisões das famílias, as cestas e outras doações se houver. Logo se mobilizam para a construção da estrutura como poços, cobertura, mesmo que provisória em um primeiro momento, e, posteriormente, a definitiva.

Dentro do núcleo a gente sempre dividia: uma turma para o café da manhã, uma turma para o almoço e uma turma para a janta. Dentro do próprio núcleo a gente fazia sempre uma separação para não ficar muito pesado (RCD, entrevista 2020).

Enquanto acampamentos, durante certo período, a cozinha se mantém coletiva. Há, no entanto discussões e autonomia sobre a efetividade desse processo já que os grupos se revezam nas atividades e as habilidades não são as mesmas.

O acampamento Manuel Congo em Valença (Figura 26) discutiu a separação da cozinha coletiva, ou seja, cada um fazer o seu. O pessoal achava que trabalhava muito. Coisa coletiva é bom? Dá certo? Dá, mas tinha dia que você pegava cozinheira que o alimento ... tinha dia que o feijão saía cru, o arroz empapado... Tinha núcleo formado por 12 famílias com 12 cozinheiras... Era o dia que a gente comia melhor. Mas tinha grupo que só tinha homem solteiro e não sabia cozinhar (AJS, entrevista 2020).

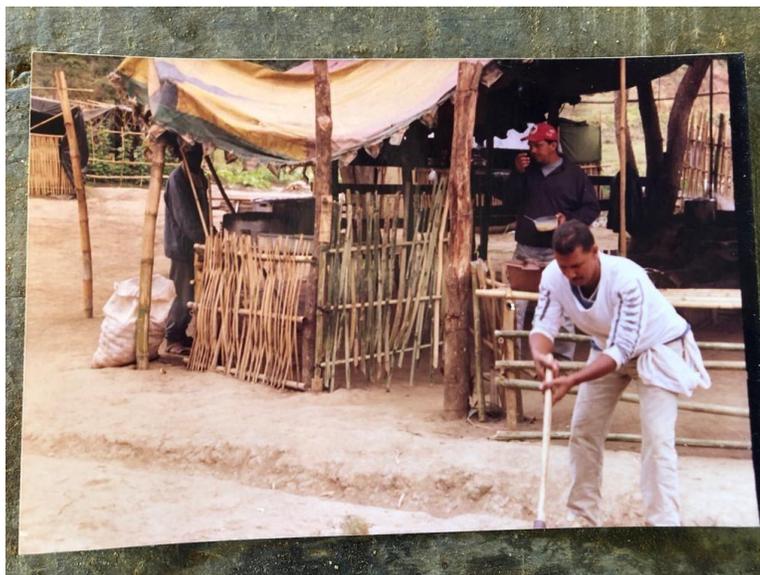


Figura 26: Cozinha do Acampamento Manuel Congo/ Valença – RJ
Fonte: Acervo pessoal AJS, entrevista 2020.

A cozinha do acampamento é dinâmica até o processo de assentamento. Diferentemente da cozinha itinerante das Marchas, no acampamento a cozinha é construída e melhorada o tempo todo. Quando se estabelece o assentamento, a cozinha é desfeita ou o espaço é utilizado para outras atividades envolvendo alimentação ou até mesmo para instalação da sede.

Essas cozinhas ficam montadas até acontecer o assentamento. Quando acontece o assentamento aquela cozinha de lona passa para dentro de uma estrutura do assentamento, que muita das vezes é a sede da fazenda ou um alojamento dentro da fazenda. Aquela cozinha ela nunca acaba. Ela continua ali, muita das vezes não para o assentamento mais, mas sim, para reuniões, para cursos, aquela cozinha passa a ser utilizada para alimentar o povo que vai para curso para aquele assentamento, para alimentar o povo que vai para uma reunião de dias naquele assentamento e para ajudar alguns que ainda no começo do assentamento passam por certa dificuldade. Por exemplo, quem já é aposentado no começo do assentamento não passa por dificuldade porque ele tem aquela garantia dele ali. E aqueles que não são aposentados no começo e ele precisa ainda, então aquela cozinha mesmo passando para uma estrutura vai auxiliar ele. Nem que não seja fazendo comida para ele, mas tirando dali alimentação e dando para ele fazer, até que ele se estabeleça (JCS, entrevista 2019).

Na organização da cozinha de acampamento são identificadas ao longo do tempo as habilidades de cada grupo, ou núcleo, ao contrário da organização da cozinha das Marchas mais recentes, quando as equipes já têm seus especialistas. Observa-se, portanto, os princípios organizativos colocados em prática: divisão de tarefas, ser profissional e especialista naquilo que faz. Um dos entrevistados desta pesquisa relata que muitas vezes aqueles que não sabem cozinhar acabam por se tornar profissionais de cozinha.

[...] Ai tá... tá organizado o núcleo. Agora as cozinhas, cada núcleo vai assumir um dia. O núcleo tem que sentar ali e definir quem é que vai para a cozinha. Normalmente ali é definido assim ó: a Marta vai porque a Marta cozinha bem, se dispôs e tal, beleza, já o Anselmo não cozinha muito bem, prefere ficar em outra coisa. Mas isso, no decorrer do Movimento, vai se formando uma equipe de alimentação (AJS, entrevista 2020).

No processo evolutivo do Movimento a preocupação com a alimentação sempre foi uma constante, levando em consideração a condição de pobreza e miséria que muitos camponeses já se encontram.

Nós já vem organizados há quase 40 anos desse jeito. Já vinha organizado desde o começo. Por que nós organizamos desde o começo? Não tem como nós fazer um trabalho de base para uma ocupação e não ter alimento para o povo. Não adianta. Vai levar o povo para passar fome? Não. Não podemos fazer isso. É tudo organizado. Agora, como cada um leva duas panelinhas essas coisas, o almoço, a janta, café da manhã é tudo coletivo, tudo coletivo na cozinha central do acampamento (JCS, entrevista 2019).

A cozinha, portanto, parece representar bem mais que um simples local de alimentação, mas um espaço de formação, confraternização e partilha entre a militância.

5.3 AS COZINHAS ITINERANTES DAS MARCHAS

A marcha ou caminhada tem sido uma forma de demonstrar sentimentos, uma forma de luta dos sem-terra, uma forma de sensibilizar e ganhar adeptos por suas causas, promover a

discussão, a análise da conjuntura do país. É considerada também uma ação simpática à sociedade e um movimento pedagógico para a militância. Desde 1986 elas acontecem, em menor ou maior grau, regionais, estaduais ou nacionais. O MST reconhece uma das primeiras e mais importantes marchas a que ocorreu no Rio Grande do Sul. Cerca de 250 pessoas que ocupavam a Fazenda Annoni, na região Norte do Rio Grande do Sul, saíram em caminhada até Porto Alegre no dia 27 de maio de 1986, carregando uma grande cruz de madeira. Elas representavam as 1.500 famílias que estavam sobre o latifúndio improdutivo de 9.500 hectares em Pontão. A marcha, que foi de 450 quilômetros e durou 27 dias, tinha como reivindicação o assentamento dos Sem Terra e salário justo para os trabalhadores urbanos¹⁰⁹. O acolhimento da comunidade e a ajuda das igrejas e sindicatos com relação a alojamento e alimentação foram cruciais.

Segundo Bogo (2000), a teoria de organização de um movimento social vai sendo elaborada no processo de sua construção, com o passar dos tempos. Quanto mais se avança, mais se descobre a importância da elaboração teórica para reafirmar e iluminar os passos da prática. Esta afirmação terá sempre maior legitimidade quanto maior for a preocupação dos dirigentes em compreender os desafios que a prática apresenta no decorrer da construção desta história. Os desafios exigem intervenções concretas que levem a mudanças. E foi assim que o MST travou o método como instrumento que auxilia a dirigir melhor, distribuir tarefas e delegar responsabilidades. Para cada aspecto existe um caminho, com meios adequados para se chegar aos objetivos.

Para todos os processos no Movimento, desde o planejar um evento, uma caminhada, com todos os aspectos envolvidos, até o planejar uma reunião é o método que traça a direção. Ao se analisar o fornecimento de alimentação nas marchas percebe-se o processo de construção teórica baseada na prática.

A Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça em 1997 tendo chegado a sua meta, Brasília, com grande apoio popular, foi considerada vitoriosa por alcançar seu objetivo: comunicar a eficácia da ação coletiva. De acordo com Christine de Alencar Chaves (2000) a

¹⁰⁹ Disponível em < <https://mst.org.br/2018/08/10/marchas-em-busca-de-direitos-marcam-vidas-de-sem-terra/> > Acesso em 04 ago. 2020.

consciência da vitória trazia a imagem da batalha, cada um dos seus acontecimentos, cada dificuldade, todo sofrimento passado ao longo dos 1000 quilômetros percorridos. A forma de organização da Marcha manteve os mesmos princípios que definem o MST como Organização. A fidelidade desse espelhamento pode ser averiguada na semelhança na forma de estruturação das instâncias e nos princípios organizativos que as regem: com as necessárias adaptações, esses critérios são os mesmos na estruturação dos acampamentos e do MST enquanto Organização, assim como o foram na Marcha.

Você pega um acampamento como se fosse o país. Você pega a organização dele que pega assim numa Marcha. Montou um acampamento no estado é como se fosse uma marcha. Com uma diferença que na marcha todo dia muda a cozinha, todo dia se constrói um negocio e se destrói para construir de novo. No acampamento não. Constrói e ali ou muda de lugar ou se melhora ela o tempo todo (AJS, entrevista 2020).

Em sua pesquisa etnográfica, Chaves (2000), que participou do dia-a-dia dos integrantes da Coluna Sul - estados do Sul e São Paulo - relata que logo nos primeiros dias de caminhada as dificuldades com relação ao banho, alimentação e alojamento foram sentidas. A antropóloga acompanhou a marcha em seus primeiros quinze dias e também na quinzena final.

Ao longo de todo o percurso da Marcha Nacional, o MST contou, de fato, com o apoio social da Igreja Católica. Teve seu suprimento de alimento garantido na forma de doações, angariadas pelas comunidades paroquiais das cidades por onde passou. Além do fornecimento de alimentos não perecíveis, muitas vezes as próprias refeições eram oferecidas pelas comunidades paroquiais. Instalações sociais das Paróquias foram inúmeras vezes utilizadas para abrigar a cozinha da Marcha e também, ocasionalmente, para acolher os próprios marchantes.

Na instauração da Marcha o processo organizativo é evidenciado pela divisão de tarefas. São compostos os setores de transporte, higiene, alimentação, saúde e segurança. Cada marchante deve se integrar a um deles, devendo se apresentar para alistamento junto às pessoas reconhecidas como coordenadores dessas equipes. Vinculado a um setor, cada membro do MST desempenha tarefas que lhe são delegadas e das quais deve prestar conta. A realização de tarefas corresponde a uma integração maior na estrutura organizativa do MST, definindo o militante. Nessa Marcha as equipes eram as seguintes: higiene, saúde, animação, formação, finanças, segurança, secretaria, alimentação e cozinha, transporte, agitação e propaganda, infraestrutura, articulação, mística e liturgia. No decorrer da Marcha acrescentou-se a equipe de arrecadação, responsável

pelo recebimento e distribuição das doações que não fossem víveres. Essas equipes têm equivalentes mais ou menos correlatos nos acampamentos (CHAVES, 2000).

Cabe destacar que a equipe da Infra é responsável pela infraestrutura de toda a ação e, dentro dela, a cozinha. Uma das tarefas da equipe da infraestrutura é a identificação e estabelecimento de contato com pessoas e grupos simpáticos ao Movimento. Cerca de um mês antes do início da Marcha Nacional, conforme narrativa de Chaves (2000) essa equipe fez todo o seu trajeto, definindo previamente o roteiro que ela deveria seguir. Além disso, durante o percurso da Marcha, ela antecedia-lhe em alguns dias de modo a preparar sua chegada, estabelecendo os contatos necessários para assegurar a infraestrutura de sua permanência nas cidades. Utilizando-se de informações dos próprios integrantes locais do MST e, em sua ausência, a rede de contatos do MST com a Igreja, com sindicatos e partidos políticos, os membros da equipe de infraestrutura dirigiam-se às pessoas de influência simpáticas ao Movimento. Na falta de informações, procuravam diretamente os políticos e os representantes locais da Igreja. Deste modo, obtinham liberação de espaços públicos para o repouso dos marchantes, locais para a instalação da cozinha da Marcha, às vezes o próprio fornecimento das refeições.

Por exemplo, a Infra é responsável por criar as condições materiais para todas as equipes. Então... a cozinha vai lá e faz o levantamento do que é preciso. É a Infra que vai construir o barraco, que vai criar condição da água, vai criar condição do espaço, de energia, toda questão de infraestrutura material para materializar a cozinha [...] Essa mesma equipe, por exemplo, cria condição de contratar caminhões para fazer a coleta de lixo, colocar os containers para fazer a separação desse lixo e assim por diante. Então, essa é a tarefa da Infra, que na tua última pergunta também que você se refere ao acampamento, ao planejamento das ações está relacionada a essa equipe também que planeja os barracões, monta antes, que organiza os banheiros químicos, que organiza os lavabos e aí por diante... (SRM, entrevista 2018).

A equipe de infraestrutura dependia de auxílio externo, nem sempre disponível. Às vezes as prefeituras garantiam o fornecimento de água e o auxílio à saúde, às vezes não. Quase sempre os marchantes contaram com a solidariedade da população ao longo do trajeto, mas nem sempre.

Chaves (2000) revela que a gestão da cozinha foi considerada um dos pontos nevrálgicos, seguramente, o mais delicado da organização da Marcha Nacional em 1997, em todas as três Colunas. O atraso das refeições, por exemplo, motivo de insatisfação generalizada, tornar-se-ia uma constante. As dificuldades em gerir a cozinha e prover a contento a alimentação dos quase

1300 marchantes ocasionariam mudanças frequentes dos integrantes e dos coordenadores dessas equipes. Além da necessidade de rodízio imposto pelo grau de esforço requerido pelo trabalho, crises maiores ou menores ocasionavam tentativas de reestruturação. Após várias mudanças, a divisão de tarefas na Coluna Sul foi assim definida: dois cozinheiros, dois ajudantes de cozinha, dois responsáveis pela higiene interna, dois encarregados dos legumes e higiene externa, dois responsáveis pelo feijão – revezando-se dia e noite –, um responsável pelas doações e estoque e um coordenador geral, incumbido das compras e limpeza.

Dificuldades como a falta de café e pão para o desjejum em algum momento, problemas de qualidade na confecção das refeições aliados à falta de gêneros alimentícios tornaram a jornada diária mais penosa.

O cardápio matinal consistia em café com pão, às vezes leite; às vezes passava-se margarina no pão, o mais das vezes isso não ocorria. Bolachas foram distribuídas quando o pão foi insuficiente, em outras ocasiões nem isso. No almoço comumente servia-se arroz, feijão, carne frequentemente moída, mas também costela e carne cozida; duas vezes por semana salada de tomate ou alface. O macarrão também frequentava o cardápio da Marcha Nacional, assim como batatas. O jantar não apresentava maior variação, sendo o macarrão nele servido mais usualmente. Para almoço estabelecera-se o horário das onze horas da manhã; o jantar deveria ser servido às cinco horas da tarde. Essa previsão, porém, jamais foi cumprida: os atrasos tornaram-se rotina, algumas vezes implicando o pernoite em jejum de muitos marchantes (CHAVES, 2000, p. 89).

Importante ressaltar que cada Coluna possuía sua infraestrutura. E, conforme o princípio de autonomia das instâncias estaduais, inclusive a gestão financeira dos custos de suas atividades, as Colunas deveriam ser bancadas pelos seus estados componentes. A Coluna Sul, integrada por representantes dos estados em que o MST encontra-se mais estruturado, contou com a melhor infraestrutura, embora parte significativa proviesse de doações recebidas ao longo do trajeto por uma região populosa e promissora, as quais bastaram para praticamente todo o seu provimento. Apenas os alimentos perecíveis, principalmente o pão matinal e as verduras, ficaram ao encargo financeiro do MST, mas o maior custo no quesito alimentação foi creditado ao abastecimento do gás de cozinha (CHAVES, 2000).

Questionado sobre compras de gêneros e encargo financeiro do MST, Chocolate (SRM), um dos entrevistados desta pesquisa exemplifica:

[...] Quando eu falo nessas compras eu estou falando num volume significativo. Pra você ter uma ideia, é coisa de oito mil, nove mil reais por dia era a quantia necessária entre organizar café e mistura e alguma coisinha mais para garantir a condição da Marcha. E

esse valor é um monte de dinheiro. Quando você divide esse valor pelo número de pessoas vai dar menos de quatro reais por pessoa/dia. Você não toma um cafezinho com esse valor. Isso é subdividido pelos estados que estão participando da Marcha. Cada um faz a sua coleta lá, cria suas condições e repassa pra gente que operacionaliza e faz as compras com esse dinheiro. Na prática isso é auto sustentação mesmo. É ação, todo mundo vem preparado para a ação, sabe que vai ter um custo, todo mundo sabe que o custo é uma consequência da ação, né? A nossa tarefa é dentro disso diminuir esse custo o máximo possível e os estados dão sua contribuição. Aqueles que têm uma condição um pouco melhor contribuem um pouco mais outros menos, mas em suma não falta para ninguém (SRM, entrevista 2018).

Durante a Marcha Nacional, a equipe de cozinha da Coluna Sul, por exemplo, contou em sua infraestrutura com caminhões para a condução dos mantimentos ao longo do trajeto e também ao transporte da refeição do local onde se instalara a cozinha até aquele em que era aguardada pelos marchantes. Do alto da carroceria do caminhão, a refeição era servida por dois ou três integrantes da equipe de cozinha aos marchantes postados em filas portando seus pratos e talheres. Com relação aos equipamentos de cozinha, a Coluna Sul com melhor infraestrutura, contava inicialmente com dois fogões industriais que foram insuficientes e a eles somaram-se, além de um fogão comum, outros dois – um dos quais destinar-se-ia à confecção do café.

Instalada em salões paroquiais, a cozinha itinerante acompanhou, de certa forma, os ritmos da Marcha Nacional: quando a distância entre as cidades aumentou, diminuindo a intensidade de suas atividades, menos frequente tornou-se a transferência da cozinha. Aproximadamente a cada 100 km percorridos pelos marchantes, ela deslocava-se: adiantava-se à Marcha, permanecendo na cidade após sua passagem até o momento de novamente deslocar-se à cidade seguinte.

Chaves (2000) descreve várias dificuldades na gestão das cozinhas da Marcha Nacional de 1997 como: o atraso e a qualidade das refeições no âmbito nutricional, sensorial e microbiológico; insatisfação com as equipes de cozinha/alimentação e a necessidade de vistoria pela equipe de disciplina; as discussões sobre o encaminhamento das doações; a proibição da repetição de comida e os conflitos de regionalidade. Santos et al (1998) relatam entrevistas, histórias de vidas de representantes estaduais na Marcha:

As dificuldades que a gente teve na caminhada...as noites que passamos sem dormir por causa da chuva e do mau tempo...os dias que não almoçamos e nem tomamos café...foram coisas mínimas perto do que conseguimos: mostrar para a sociedade o que realmente está acontecendo no país [...] Foram muitas as dificuldades da Marcha! A

gente não tinha experiência de como fazer barracas, e a alimentação chegava atrasada (Entrevista de Rosineide em SANTOS et al, 1998, p. 60).

Na avaliação final da Marcha, feita pelos próprios marchantes, segundo Chaves (2000) foram destacados e criticados o individualismo e o pouco companheirismo dos marchantes, acentuando-se a necessidade de trabalhar a formação dos companheiros antes das mobilizações e de despertar os valores do socialismo, companheirismo e mais solidariedade. João Pedro Stédile, o líder e principal porta-voz do MST, orientando o processo avaliativo sinaliza: “erros só não cometem quem não faz”. Em sua fala no ato de encerramento da Marcha Nacional declarou: “O MST só existe, companheiros, enquanto nós cultivarmos, ainda que com sangue, esses dois valores: solidariedade e sacrifício. Quando terminar a solidariedade entre nós, quando terminar o espírito de sacrifício desaparecerá aquelas três letrinhas - MST-. E essa talvez tenha sido a principal lição dessa caminhada” (CHAVES, 2000, p. 409).

Pois bem, companheiros, mas só a solidariedade não seria suficiente se não houvesse espírito de sacrifício. Como é que nós vamos descrever esse verdadeiro heroísmo que nós vimos durante a caminhada? Como é que nós vamos descrever para aqueles que não viram o sacrifício da filhinha do Leões com dois, três meses de idade, andando junto? Como é que vamos descrever o sacrifício daquelas companheiras que se sacrificaram dia e noite na cozinha, para nos garantir a alimentação? Nós podíamos dar uma salva de palmas para elas, não? (CHAVES, 2000, p. 408).

Quanto ao processo organizativo é possível ratificar as palavras de Bogo (2000), de que os desafios exigem intervenções concretas que levem a mudanças. Essas mudanças foram sentidas na Marcha Nacional pela Reforma Agrária em 2005 (Figuras 27 e 28).

Acho que essa marcha tem coisas singulares que não existem no mundo. Primeiro a forma extremamente organizada, bem pensada, fluida de organizar milhares de pessoas que equivalem a uma cidade. Segundo, que ela inova aquilo que seguramente nem Marx, nem Lenin ou nenhum revolucionário conhecido imaginou: de unir luta, caminhada com estudo e reflexão como está sendo feito aqui todos os dias, chamando pessoas, fazendo grupos. Isso é extremamente inédito e muito importante porque une prática com teoria, impede excessos, cria raiz e firma melhor o propósito da libertação, da busca da terra. E terceiro uma aura, eu diria mística, de fraternidade entre todos, uma profunda amizade que parece um pequeno ensaio de uma humanidade feliz (Leonardo Boff em MST e a Maior Marcha do Brasil, 2005).



Figuras 27 e 28 Marcha Nacional pela Reforma Agrária em 2005. Fonte: MST e a Maior Marcha do Brasil, 2005

Passados oito anos da primeira marcha nacional do Movimento, a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, em 2005, contou com cozinhas organizadas por estados e não mais por regiões. Cada estado com sua infraestrutura, suas particularidades e hábitos alimentares. Foram aproximadamente 12000 marchantes que partiram do estádio Serra Dourada em Goiânia em direção à Brasília para um percurso de 200 quilômetros. Um telejornal de uma emissora de TV brasileira chamou a atenção para a sua organização:

Para a viagem de duzentos quilômetros foi montada uma estrutura. A começar pelo café da manhã. Por dia são distribuídos vinte mil pães, cento e cinquenta mil litros de água e vinte toneladas de comida. Um kartódromo da cidade foi transformado no local onde as refeições são preparadas. Como participam sem-terra de todo o país, foi respeitado o gosto de cada estado. Por isso cada box prepara um cardápio diferente. No total são vinte e três cozinhas. Além disso, caminhões e quatrocentos ônibus levam o pessoal de apoio. Os sem-terra receberam kits com mochila, produtos de higiene pessoal e a cartilha do movimento. Seis ambulâncias acompanham a marcha. Organização também separada por cores. Branco para a equipe da saúde, Verde infraestrutura, Vermelho, segurança. Laranja, assessoria de imprensa que controla as entrevistas (Figura 29). A comunicação é feita por dez mil radinhos de pilha distribuídos entre os integrantes. Todos sintonizados na rádio comunitária que transmite de um trio elétrico. Segundo a coordenação, a marcha é financiada principalmente por doações de governos municipais e estaduais, organizações não governamentais e igrejas (RIBEIRO NETO, 2009, p. 94).

EQUIPE	RESPONSÁVEL	COLETE
ÁGUA	—	—
BANHEIRO/HIG.	— CEDENIR (RS) — ARMANDO (MG)	— VERDE
BARRACA	— VANDERLI (MT) — MARCOS (PA)	— VERDE
CIRANDA III	— NEGUINHO (PI) — CHE (PR) — INÊS (TO)	— VERDE
COMUNICAÇÃO	— CRISTINA (GO)	— VERDE
COZINHAS	— JOVANA (PR) — MIGUEL (RS)	— LARANJA
CULTURA	— DANIEL (SE) — LAVRATE (SP)	— VERDE
FINANÇAS	— MINEIRINHO (RJ)	—
FORMAÇÃO	— MARIA JOSÉ (DF) — KIMA (RJ)	—
INFRA	— PIZETTA (SP) — EDGAR (RS)	—
INTERNACIONAL	— VALDIR (GO)	— VERDE
MÍSTICA	— RITA (DF) — RODRIGO (RS) — ANA CÍR (DF)	—
SAÚDE	— ROSANA (GO)	—

Figura 29: Organização das equipes por cores na Marcha 2005
Fonte: MST e a Maior Marcha do Brasil, 2005



Figura 30: Distribuição de água com carro pipa na Marcha 2005
Fonte: MST e a Maior Marcha do Brasil, 2005.

De acordo com o Iterra (2015), toda a logística incluía 415 pessoas na cozinha. A procedência dos alimentos variou: uma parte dos próprios assentamentos da Reforma Agrária, outras de campanhas de doação, colaboração de igrejas e da solidariedade da sociedade de forma geral.

Apoiada pelo governo de Goiás e pelas prefeituras de Goiânia e Anápolis, uma grande infraestrutura foi montada na BR-60, que liga Goiânia a Brasília, para garantir um mínimo de conforto para os marchantes. O estado providenciou cerca de 15 caminhões-pipa (Figura 30) para fornecimento de água e foram instaladas 23 cozinhas para preparo diário das refeições. No dia da concentração em Goiânia o estado de Goiás forneceu marmitex para os marchantes, sendo este o único dia em que as refeições não foram preparadas pelas equipes do Movimento. Foram previstos também 100 banheiros químicos e oito ambulâncias.

Eu fiquei numa equipe, que foi montada depois, que nem tinha equipe para isso, que foi a equipe de água, que era os bombeiros, que era servir água enquanto o pessoal caminhava [...] a gente que montou essa equipe, tinha equipe de tudo, tinha animação, tinha várias equipes, só que quando a gente ia pegar água, o caminhão parava na estrada e a gente ia passando em frente aquele lugar, você imagina todo mundo saindo para pegar água, acabava tudo né? A gente no estado tirou três pessoas para isso logo no segundo dia. [...] A gente ia lá pegava as garrafinhas, que cada um recebeu do Movimento, e ia enchendo nos caminhões. Eu andava com a minha mochila cheia de garrafinhas (AJS, entrevista 2020).

Com um percurso bem menor do que a marcha de 1997, em 2005 as cozinhas não se deslocaram com tanta frequência. A primeira estrutura foi montada no Kartódromo Internacional de Anápolis e a segunda em Brasília. As refeições eram produzidas, transportadas e distribuídas no acampamento da Marcha. Do alto dos caminhões, os marchantes recebiam suas marmitas já prontas, conforme figuras 31, 32, 33 e 34. As marmitas de alumínio foram aquisição do Movimento e eram retornadas para a estrutura de Anápolis e depois Brasília para a higienização. “Estávamos em um local que tinha água e bastante condição de espaço pra lavagem e tínhamos equipes para dar conta” (SRM, entrevista 2018).



Figura 31: Marmitas em espera para distribuição no acampamento da Marcha
Fonte: MST e a Maior Marcha do Brasil, 2005



Figura 32: Organização para a distribuição das marmitas no acampamento da Marcha
Fonte: MST e a Maior Marcha do Brasil, 2005



Figura 33: Distribuição das marmitas no acampamento da Marcha
Fonte: MST e a Maior Marcha do Brasil, 2005



Figura 34: Marmita almoço de um dia na Marcha
Fonte: MST e a Maior Marcha do Brasil, 2005

Os utensílios como talheres, teriam que ser transportados por cada um dos marchantes em sua caminhada diária, de forma a estarem disponíveis por ocasião das refeições. Chaves (2000) relata que na caminhada de 1997, além desses, outros utensílios como prato e caneca foram por alguns marchantes, procurados nos armazéns das vizinhanças por onde a Marcha passou, logo nos primeiros dias.

Embora as cozinhas fossem divididas por estados, experimentou-se nessa Marcha, um molde diferente dos anteriores: Buscou-se ter um olhar de coordenação coletiva para resolver os problemas que surgissem e garantir as mesmas condições para todos: estrutura, equipamentos, alimentos, transporte, pontualidade nos horários das refeições etc. “Nos íamos atrás de resolver os problemas como um todo, no fim, era uma cozinha só” (SRM, entrevista 2018).

Nós comemos bem. Pela estrutura que se tinha a cozinha, porque eram vários estados cozinhando, não era junto, mas era num lugar junto, então cada estado cozinhava sua

alimentação, comemos bem todos os dias, só o último dia... [...] eu sei que é o seguinte: nós comemos bem pra caramba todos os dias, a alimentação muito bem feita. Só que teve um dia que a gente não comeu muito bem, não sei se foi a mudança... (AJS, entrevista 2020).

Cumpra transcorrer aqui a formação das equipes de cozinha. Quando em ação, as cozinhas em geral são coletivas. Uma cozinha responde a um grupo de pessoas que se organizam para criar as condições básicas para o funcionamento, ou seja, o mínimo necessário para facilitar os deslocamentos. Em termos de equipamentos, um fogão ou uma chapa torna-se suficiente levando em consideração o fato das poucas condições de cardápio. Em geral se faz o básico: o café da manhã, almoço e jantar, e estas duas últimas refeições sempre com base no arroz, feijão e uma mistura¹¹⁰.

Em atividades mais amplas, ou seja, uma marcha nacional ou um acampamento, cada estado leva sua estrutura e a partir daí busca-se criar condições de acesso para que todos os estados tenham as mesmas bases de alimento pra que não se crie uma diferença no cardápio para além da regionalidade. Estes foram conhecimentos adquiridos, a evolução do processo, o aprender fazendo no percurso das diferentes formas de luta. Chocolate (SRM) refere-se a leitura do Método de Planejamento, Caderno de Formação nº8 do MST: “Todo esse conteúdo que está lendo pré suponha que esteja ligado diretamente a um coletivo. Está é uma questão de se pensar, pois, cozinha é espaço de indivíduos. Aí que está a nossa diferença: conseguimos fazer destes espaços locais coletivos” (SRM, entrevista 2018).

O planejamento das cozinhas se dá a partir de uma dinâmica clara de que cada um terá uma tarefa a cumprir. Os estados definem as pessoas que já tem suas potencialidades e todos colocam as habilidades a disposição do coletivo. Essas equipes estaduais ficam sob a coordenação de um grupo em âmbito nacional, inserido na equipe da Infraestrutura, que vem

¹¹⁰ Esta é uma expressão popular que indica, numa refeição, todo alimento que não é arroz, feijão ou salada. É identificada como o prato forte ou a carne que se serve no almoço ou jantar.

atuando e acumulando experiências na área de alimentação do coletivo. A partir daí, coloca-se em prática o planejamento com divisão de tarefas, estudos e avaliação final. Cada um com uma tarefa específica que se soma ao todo: um grupo para o preparo do arroz, feijão, carne, guarnição; outro para o pré-preparo dos legumes, outro para café, desjejum; outro grupo para higienização de panelas e utensílios, limpeza geral etc. [...] “e teremos um grupo que somam as tarefas em bem do coletivo e viram um só” (SRM, entrevista 2018).

Esse grupo de coordenação nacional da cozinha coletiva, no qual Chocolate (SRM) faz parte, é composto por indivíduos que possuem características e habilidades diferentes, que se somam na organização. Há pessoas com habilidades em compras, em criar os espaços, coordenar o processo de produção de refeições etc. É esse grupo quem faz todo o planejamento de infraestrutura de cozinha: equipamentos, utensílios, cardápios, alimentos, material de higienização, ou seja, todo o necessário para a produção e distribuição das refeições. Com relação ao cardápio, por exemplo, é levado em consideração o número de pessoas, a faixa etária, a origem cultural e a verba que se tem para tal.

Tem uma coisa básica que levamos em conta que é a característica camponesa, ou seja, um povo de hábitos alimentares pesados, devido a sua própria condição de vida pesada come bastante. Conforme a faixa etária pode te dar uma variação de 400 gramas de uma idade madura para uma mais jovem. Se vem do Sul tem um hábito com base na carne gordurosa, se vem do Nordeste já é outra base: mais farinha amidos em geral (SRM, entrevista 2018).

Quanto aos equipamentos e utensílios, a Organização, com base na experiência acumulada desse grupo, foi adquirindo aos poucos e, atualmente, conta com um quantitativo bastante significativo. Sem considerar que, alguns estados já possuem sua própria estrutura de cozinha, a medida que vão prestando serviços e se especializando. “Em nível Nacional nós temos uma estrutura que, por exemplo, 80% agora da nossa cozinha já é com base nessa infraestrutura” (SRM, entrevista 2018).

A mais recente marcha nacional ocorreu em agosto de 2018, 13 anos após Marcha Nacional pela Reforma Agrária em 2005. Foi uma manifestação em defesa da democracia brasileira, os direitos do povo trabalhador e a liberdade de Lula, preso político desde o mês abril do mesmo ano. Ocorreu em um período anterior ao atual governo Bolsonaro, governo este que criminaliza os movimentos sociais, deteriora as políticas públicas, viola os direitos

constitucionais, principalmente o direito à alimentação adequada e saudável fragilizando, portanto, a cidadania.

Grupos de militantes partindo de três cidades brasileiras: Engenho das Lages (DF), Formosa (GO) e Luziânia (GO), iniciaram uma marcha em 10 de agosto de 2018 rumo a Brasília, para defender o direito de Lula se candidatar à presidência da república. Foram formadas três Colunas: partindo de Engenho das Lages a Coluna Tereza de Benguela reuniu militantes das regiões Norte e Nordeste; partindo de Formosa a Coluna Ligas Camponesas com militantes de oito estados do Nordeste e a Coluna Prestes reunindo militantes dos estados do Sul e Sudeste que saiu de Luziânia.

Nessa última grande caminhada, a Marcha Lula Livre, embora com um percurso menor, entre 50 a 80 km, durante cinco dias, os 5000 marchantes puderam contar com uma cozinha única, estruturada de forma a atender a regionalidade necessária e também sob a coordenação nacional. Foi fixada em Brasília, e produziu em torno de 15000 refeições diárias, incluindo desjejum, almoço e jantar, transportadas para os três acampamentos que compunham a marcha.

Mantendo a lógica do processo organizativo, a equipe de Infraestrutura de cozinha criou as condições necessárias: espaço, tendas, reservatório de água potável, energia elétrica, estrutura para higienização dos utensílios, fogões, panelas e utensílios do acervo da Organização, containers para separação de lixo, caminhões para transporte das refeições, para coleta de lixo e, inclusive caminhão frigorificado. Os estados também complementaram com alguns utensílios e equipamentos que identificados, após o término da ação, retornaram às suas bases.

No acampamento, em geral, há várias equipes que estão dentro da dinâmica da Marcha e que foram se estruturando e se especializando ao longo do tempo: a Ciranda Infantil, que atua com as crianças; a equipe de Saúde que trata de todos os marchantes; a equipe de Metodologia e Conteúdo que cria os espaços para estudo (Figuras 35 e 36); a equipe de Infraestrutura Geral que monta e desmonta os barracos que ficam pra trás e que vão para frente, garantindo aos marchantes o conforto na chegada da caminhada; a equipe de Disciplina e Segurança que, inclusive, é quem projeta os trajetos de caminhada, cuida do deslocamento, cuida da saída, da

chegada, do trânsito, etc.; a equipe de Comunicação, a equipe de Mística, e todas as equipes necessárias para agitação e propaganda no intuito de garantir a visibilidade dessa ação. Além de tantas outras equipes, há uma equipe de coordenação política, representada por membros de cada estado, que é quem se debruça, toma as decisões, revê o planejado, traça novos planos para que os demais sigam em busca de um objetivo comum.



Figuras 35 e 36: Momentos de estudo no acampamento da Marcha Fonte: MST e a Maior Marcha do Brasil, 2005

As refeições foram preparadas por uma equipe de cerca de 60 trabalhadores, sob a coordenação geral de Sergio Reis Marques, o Chocolate (SRM), dividida em dois turnos, trabalhando 24 horas por dia. Vale ressaltar aqui que os estados já enviam suas referências para a composição da equipe, ou seja, aqueles que possuem habilidades e se dispõem a trabalhar na equipe de cozinha. Percebe-se em vários depoimentos o envolvimento e a ideologia intrínseca:

A gente contribui aqui porque a gente sabe que os nossos companheiros estão lutando lá e eles precisam que a gente também lute aqui. É gratificante fazer parte desse momento, é uma luta pela nossa ideologia e pelo futuro do nosso país, o futuro dos nossos filhos também (Maristela Cunha em SALMÁZIO, 2018).

Para mim o trabalho que eu gosto de fazer é cozinhar para a turma. A gente, junto com as mulheres, está fazendo de tudo para sair o melhor, tudo correto (Roberto Carlos da Silva em SALMÁZIO, 2018).

A gente faz tudo com amor, porque está aqui porque quer. É luta! Estamos aqui para o nosso presidente Lula ser livre! (Lucimárcia de Jesus Souza em SALMÁZIO, 2018).

Os dois turnos, sob a coordenação geral, foram subdivididos por atividades, formando grupos com suas próprias coordenações já pré-estruturadas por cada Coluna da Marcha: um grupo só para o preparo do arroz, um para o preparo do feijão, um para o preparo das carnes, salada, guarnições, café, higienização de utensílios e do local etc. (Figuras 37 a 46).

Uns fazem o café, outros entram para o almoço e aí dá tempo dos companheiros descansarem um pouco para fazer a janta. É uma luta e quando os caminhões chegam que a gente viu que não conseguiu terminar é uma loucura, porque a gente começa a tacar mais fogo nas panelas. Mas, a gente sabe que no final tudo dá certo e os companheiros vão ser bem atendidos lá (Maristela Cunha em SALMÁZIO, 2018).



Figura 37: Pré-preparo de saladas
Fonte: Celeiro da Memória



Figura 38: Pré-preparo da guarnição aipim
Fonte: Celeiro da Memória



Figura 39: Pré-preparo de vegetais
Fonte: Celeiro da Memória



Figura 40: Preparo de feijão
Fonte: Celeiro da Memória



Figura 41: Grupo de preparo do arroz (1)
Fonte: Celeiro da Memória



Figura 42: Grupo de preparo do arroz (2)
Fonte: Celeiro da Memória



Figura 43: Grupo de preparo do arroz (3)
Fonte: Celeiro da Memória



Figura 44: Grupo de preparo da guarnição
Fonte: Celeiro da Memória



Figura 45: Grupo de higienização de utensílios
Fonte: Celeiro da Memória



Figura 46: Integrante do grupo de higienização de utensílios
Fonte: Celeiro da Memória

A expertise da coordenação geral do espaço da cozinha cria a dinâmica de atuação do grupo (Figura 47). As atividades são discutidas em reuniões prévias e a partir daí acompanha o processo. “É mais observar e ajustando o que não combina” (SRM, entrevista 2018).



“Chocolate”
coordenador das
atividades de
cozinha nacional

Figura 47: A coordenação de cozinha
Fonte: Celeiro da Memória

As toneladas de alimentos como arroz, feijão, óleo, frutas e legumes usados durante os cinco dias foram doados por famílias de pequenos agricultores e cooperativas dos assentamentos da Reforma Agrária dos estados da Federação (Figuras 48 a 51)

É bonito enxergar dentro dos caminhões que chegaram aquelas caixinhas de uma família que mandou para os marchantes. Então tem desde grandes quantidades que vieram de uma cooperativa até pequenas quantidades que vieram de famílias, mas que tiveram esse envolvimento (Milton Fornazieri em SALMÁZIO, 2018).

Chocolate (SRM) relata que 70% dos alimentos foram provenientes dos assentamentos e o restante, principalmente os perecíveis como carnes e frios, por exemplo, foram comprados na região onde estava fixada a cozinha. Explica que, muito embora os assentamentos tenham produção de gado, aves etc., a legislação brasileira não permite a circulação de produtos cárneos entre estados sem que haja o selo de inspeção federal. Essa logística resultou em um cardápio bem diversificado, as regiões bem representadas, o que permitiu com que a Marcha como um todo fosse alimentada com características regionalizadas.



Figura 48: Transporte de alimentos de um dos doadores
Fonte: Celeiro da Memória



Figura 49: Chegada dos alimentos no espaço de cozinha (1)
Fonte: Celeiro da Memória



Figura 50: Chegada dos alimentos no espaço de cozinha (2)
Fonte: Celeiro da Memória



Figura 51: Chegada dos alimentos no espaço de cozinha (3)
Fonte: Celeiro da Memória

É digno de nota o fato de que o MST é reconhecidamente o maior produtor de arroz orgânico da América Latina. Ocupa uma região no Rio Grande do Sul desde os anos 80 e garante uma produção sem agrotóxicos. Segundo o Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA)¹¹¹, o MST se tornou o maior exportador de arroz orgânico da América Latina, fazendo comércio com EUA, Grécia, Portugal, Espanha, Holanda, Argentina, Emirados Árabes, China, Haiti, Jamaica, Costa Rica, Itália e Peru. Foi esse alimento de alta qualidade que alimentou a Marcha Lula Livre (Figuras 52 e 53)

¹¹¹ Disponível em < <https://estado.rs.gov.br/agencia-de-noticias> > Acesso em: 23 set. 2020.



Figura 52: Preparo do arroz **Terra Livre**
Fonte: Celeiro da Memória



Figura 53: Colheita do arroz **Terra Livre**
Fonte: MST

Com relação aos horários de entrega das refeições (Figuras 54 a 61) somente o primeiro dia gerou atraso por conta do tráfego de veículos e marchantes na rodovia e, conseqüentemente, a preparação da estrutura. Os alimentos, por exemplo, chegaram antes dos utensílios e equipamentos.

O primeiro dia é sempre complicado. Por quê? Foi no dia que vem chegando as panelas. Engraçado que a alimentação chegou toda primeiro. As panelas e os fogões industriais vieram chegando com horas de atraso. Por quê? Justamente por causa do trânsito. Então teve um pouco de atraso. O almoço no primeiro dia foi sair 4 horas da tarde (JCS, entrevista 2019).



Figura 54: Chegada de refeições no acampamento
Fonte: Celeiro da Memória



Figura 55: Distribuição de almoço no acampamento (1)
Fonte: Celeiro da Memória



Figura 56: Distribuição de almoço no acampamento (2)
Fonte: Celeiro da Memória



Figura 57: Distribuição de almoço no acampamento (3)
Fonte: Celeiro da Memória



Figura 58: Distribuição de almoço no acampamento (4)
Fonte: Celeiro da Memória



Figura 59: Distribuição de almoço no acampamento (5)
Fonte: Celeiro da Memória



Figura 60: Distribuição de almoço no acampamento (6)
Fonte: MST



Figura 61: Almoço no acampamento
Fonte: MST

O planejamento é determinado pelo todo e a cozinha se soma a esse planejamento, o qual já tem um objeto, já tem uma definição, já tem os tempos. O fluxo da Marcha determina os tempos e horários das refeições. Por exemplo, a preparação do desjejum iniciava a meia-noite para garantir que chegasse aos três acampamentos que compunham a Marcha já nas primeiras horas da manhã, entre 4h30 e 5h, para que o pessoal já estivesse marchando às 6h (Figuras 62 e 63): “O que nós fazíamos era organizar o pãozinho, cortar o queijo, a mortadela e mais alguma coisa dentro, e o pessoal fazia o café, o líquido direto na coluna para facilitar a vida e permitir não ter que transitar com ele, pois nós não tínhamos vasilha” (SRM, entrevista 2018).



Figura 62: Preparo do café
Fonte: Celeiro da Memória



Figura 63: Preparo do desjejum
Fonte: Celeiro da Memória

Nesse sentido, são considerados méritos na Marcha Lula Livre: a cozinha coletiva, única, com uma coordenação geral de acumulada expertise; os equipamentos e utensílios adquiridos pelo Movimento durante os anos de atuação; a diversidade de alimentos provenientes dos próprios assentamentos, o que possibilitou que todos acessassem as mesmas condições de alimentação, nos mesmos tempos, com as mesmas misturas; a experiência das referências estaduais, ou seja, a experiência de um grupo de pessoas que se tornou especialista na cozinha e na culinária.

As receitas que garantem refeições saborosas são compartilhadas entre a equipe. Na Marcha Nacional Lula Livre, a assentada Maria Cecília, de Iaras, interior de São Paulo, conta que aprendeu uma nova maneira de fazer grandes quantidades de arroz. “Uma maneira que frita bem o tempero, depois frita bem o arroz até ficar soltinho estalando. Põe sal e vai colocando a água fervendo aos poucos. Está dando tudo certo. Fica soltinho e saboroso. Então, a cada marcha, cada encontro a gente vai aprendendo outras coisas, novas receitas, outros tipos” (SALMÁZIO, 2018).

Há de se considerar que, de acordo com os depoimentos, todo o trabalho é realizado por um grupo de militância que acredita que aquela atividade é fundamental pra Marcha andar bem e, neste caso, as pessoas o fazem por vontade, dispostas a cumprir um padrão, por acreditar e viver o Movimento. Não há remuneração. Fazem com amor, e aí o produto final torna-se diferente.

5.4 A SEGURANÇA DO ALIMENTO EM QUESTÃO

Outro mérito da Marcha Lula Livre é o fato de não ter sido registrado nenhum caso de Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA), ou seja, transmitidas pela ingestão de alimentos e/ou água contaminados. A contaminação pode ocorrer em toda a cadeia alimentar, desde a produção primária até o consumo (plantio, manuseio, transporte, cozimento, acondicionamento, etc.), destacando-se como os maiores responsáveis por surtos¹¹² os alimentos de origem animal e os preparados para consumo coletivo.

As DTA são síndromes que trazem sintomas geralmente gástricos, como náuseas, vômitos, diarreia e dor abdominal. Em casos mais graves, os sintomas vão além, atingem o sistema neurológico e o fígado, por exemplo. Porém, os sintomas e períodos de incubação podem variar de acordo com o grupo de consumidores expostos - estado de saúde, faixa etária, estado nutricional, etc. -, o número ou quantidade do agente de DTA específico, a quantidade ingerida e virulência/patogenicidade do agente. Alguns agentes causam sintomas que podem ser enquadrados em mais de uma categoria, assim como o período de incubação. As DTA podem ser causadas por:

Toxinas: produzidas pelas bactérias *Staphylococcus aureus*, *Clostridium spp*, *Bacillus cereus*, *Escherichia coli*, *Vibrio spp*, etc.

Bactérias: *Salmonella spp*, *Shigella spp*, *Escherichia coli*, etc.

Vírus: Rotavírus, Noravírus, etc.

Parasitas: *Entamoeba histolytica*, *Giardia lamblia*, *Cryptosporidium parvum*, etc.

Substâncias tóxicas: metais pesados, agrotóxicos, etc.

¹¹² É considerado surto de DTA quando duas ou mais pessoas apresentam doença ou sintomas semelhantes após ingerirem alimentos e/ou água da mesma origem, normalmente em um mesmo local.

A sobrevivência e a multiplicação de um agente etiológico nos alimentos dependem de seus mecanismos de defesa e das condições do meio, expressas principalmente pelos níveis de oxigenação, pH e temperatura, variável de acordo com cada alimento. Dados disponíveis de surtos apontam como agentes mais frequentes os de origem bacteriana e dentre eles, *Salmonella spp*, *Escherichia coli*, *Staphylococcus aureus*, *Shigella spp*, *Bacillus cereus* e *Clostridium perfringens* (Brasil, 2010).

As DTA podem ser evitadas com alguns cuidados como: lavagem das mãos antes e durante a preparação dos alimentos; limpeza correta dos utensílios de preparação; separação dos alimentos crus e cozidos, pois podem transferir micro-organismos aos outros ingredientes durante a preparação; alimentos prontos que serão consumidos posteriormente devem ser armazenados sob refrigeração; as carnes, frangos, ovos e peixes devem ser cozidos completamente; os alimentos prontos não devem ficar expostos à temperatura ambiente por mais de duas horas; usar água ou gelo apenas de procedência conhecida, entre outras.

Essas medidas, se não observadas, podem levar a surtos de DTA e a depender da quantidade do alimento exposto e ao público a consumir, acometer um grande número de pessoas.

É fato que as condições sanitárias nas marchas não são as ideais, visto que as estruturas em geral, embora planejadas, são montadas de forma a agilizar as transferências. Os espaços, barracos, tendas, lonas, containers, nem sempre contam com energia e principalmente água encanada, dependem de água fornecida por caminhões pipa. Não é diferente para a cozinha e para a higiene dos marchantes. Outra questão é a relação tempo/ temperatura de preparo dos alimentos. Um grande número de comensais requer preparo prévio, considerando ainda as distâncias entre as cozinhas e os acampamentos.

Traçando um paralelo entre as três Marchas abordadas tem-se o seguinte: Chaves (2000) relata o problema estrutural da cozinha, a insatisfação dos marchantes e o fornecimento de comida estragada em 1997: “Como já ocorrera anteriormente no trajeto entre Uberaba e Uberlândia, comida estragada foi servida pela cozinha da Marcha” (CHAVES 2000, p. 240). Já

Anselmo (AJS) conta que durante a Marcha Nacional pela Reforma Agrária em 2005 todos os marchantes comeram muito bem, comida muito bem feita, porém no último dia, houve problemas com as refeições distribuídas: “Na verdade tivemos duas alimentações naquele dia, chegou a primeira atrasada e azeda, correram atrás e adiantaram a janta, quando chegou a janta também estava no começo do processo de azedar, aí foi que eu passei mal” (AJS, entrevista 2020). Chocolate (SRM) se recorda que este foi um problema pontual de um estado, no caso o Rio de Janeiro por dedução, já que o entrevistado é fluminense e fez parte da Coluna Prestes. Por fim, não foi relatado nenhum caso de DTA na Marcha Lula Livre em 2018.

Ressalta-se aqui a importância da prática, da cozinha de indivíduos, no sentido de evoluir o processo, aprimorar e formar especialistas. Chocolate relata que as orientações hoje quanto ao controle higiênico-sanitário são aquelas baseadas nas normas vigentes.

Em relação aos cuidados gerais é aquelas orientações que a gente vai aprendendo e que estão elaboradas em tudo o que é canto né. Por exemplo, no espaço da elaboração dos alimentos a gente cria normas, tipo, é proibido andar sem proteção no cabelo, seja boné ou touca, e a gente sempre tenta estar com touquinha para todo mundo, pra determinadas funções luva pra evitar a contaminação do alimento. Se alguém tem algum tipo de princípio de virose, bactéria, começa espirrar a gente sempre tem as máscaras para evitar a contaminação. E geralmente a orientação é que todos usem, mas tem pessoas que não gostam de usar, se sentem mal. Mas quem está com algum tipo de virose ou possibilidade usa para evitar contaminação de bactérias, essas coisas todas. E afora disso aquelas outras questões, bom, no espaço de elaboração é expressamente proibido fumar, qualquer outra coisa desse gênero. Nesse espaço só fica quem está em atividade de trabalho, até porque circula bastante pessoas. Nós evitamos, por exemplo, inclusive que as pessoas se alimentem no espaço de elaboração. Criamos um espaço de refeitório separado, por dois motivos: um pra criar um espaço da pessoa se desligar daquilo, o outro pela própria condição de não ficar comendo e salivando e a saliva trás bactérias e aí por diante e a gente acha que isso não é adequado. E esse é o básico e aquele outro cuidado que é higiene pessoal e aí por diante, a higienização do espaço que no caso agora nós fazíamos duas a três higienizações por dia, que é o básico para você evitar qualquer coisa. E o restante as fotos vão mostrando. É do nosso jeito mesmo (SRM, entrevista 2018).

Depreende-se, portanto, aquilo que formula essa tese: o método é importante na formação para o processo, no aprender fazendo, partindo do princípio de que não é o discurso que diz se a prática é válida, mas sim, é a prática que diz se o discurso é válido ou não. No quadro abaixo é possível observar a evolução das cozinhas em um comparativo entre as três principais marchas 1997/2005 e 2018 (Quadro 02).

QUADRO 02: Evolução comparativa das cozinhas nas três principais Marchas do MST

MARCHAS	1997	2005	2018
Percurso	1000 km	200 km	80 km
Duração	60 dias	17 dias	5 dias
Número de marchantes	1300	12000	5000
Cozinhas	Organizadas por Colunas (3)	Organizadas por Estados (23)	Cozinha única (1)
Deslocamento da Cozinha	A cada 100 km percorridos	Dois deslocamentos	Cozinha fixa
Instalações da Cozinha	Salões Paroquiais das Cidades	Kartódromo/ Anápolis Estrutura / Brasília	Estrutura montada em Brasília
Equipamentos e utensílios	Provenientes dos estados	Provenientes dos estados e da Estrutura Nacional	80% Estrutura Nacional/ O restante dos estados
Equipes	Trocas frequentes/ Coordenação por equipe	Pré-estabelecidas Coordenação Coletiva	Pré-estabelecidas Coordenação Coletiva
Procedência dos alimentos	Doações/ Coluna Sul privilegiada	Doações e Assentamentos da Reforma Agrária	70% dos Assentamentos da Reforma Agrária
Distribuição	Atrasos e falta de alimentos constantes/ Muitas insatisfações/ Distribuição em panelões	Não houve falta de alimentos/ Atraso no primeiro e ultimo dia de deslocamento Distribuição em marmitas de alumínio	Não houve falta de alimentos Atraso no primeiro dia Distribuição em Recipientes térmicos
Qualidade das refeições	Fornecimento de comida azedada em vários momentos	Fornecimento de comida azedada no ultimo dia	Não houve relatos de comida azedada

5.5 A ABRANGÊNCIA DO MÉTODO DE PLANEJAMENTO

Vimos no capítulo 4 que, segundo Bogo (2000), os elementos de um método são sempre modificados ou adaptados de acordo com cada objetivo, em cada situação concreta, dependendo do caráter da ação que se está planejando. E nesse sentido o método se constitui de duas diretrizes básicas: uma que se refere à política ideológica e a outra que se refere à técnica organizativa, ou seja, o método tem por objetivo levar a um lugar ideologicamente antecipado, baseado na prática organizativa concreta e aplicado sobre uma realidade para enfim transformá-la. Segundo o mesmo autor, o método também se constitui de dois eixos: os elementos estruturantes e os requisitos orgânicos.

Tomemos então como exemplo a Marcha Lula Livre de 2018. Além de lutar contra a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi uma ação para chamar a atenção da população para a grave crise econômica e política que o Brasil atravessava e ainda atravessa. Tinha um sentido pedagógico: ser uma marcha da classe trabalhadora para lutar contra as retiradas de direitos, mas principalmente para a retomada da democracia como elemento principal da marcha. Os elementos estruturantes centrais para esta ação podem ter sido: análise da conjuntura nacional, avaliando os acontecimentos no cenário da prisão de Lula, os atores envolvidos e as forças contrárias e por fim, a checagem do momento político confluindo na decisão política de fazer uma marcha. A partir deste momento definiu-se o caráter da marcha, a meta a ser alcançada, o trajeto a ser feito e atividades a serem desenvolvidas no percurso - políticas, educativas e recreativas -. Nesse caso definiu-se como meta sensibilizar a sociedade e protestar contra a prisão de Lula em uma ação rápida, numa marcha com trajeto curto, entre 50 e 80 km, partindo de três pontos, conforme relatado anteriormente (Figura 64). Os marchantes deveriam caminhar em média 12 km por dia.

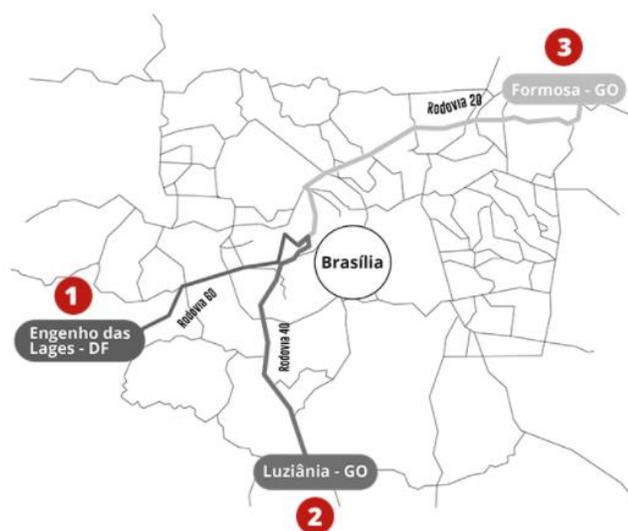


Figura 64: Marcha Lula Livre – Mapa e Percurso
Fonte: Brasil de Fato¹¹³

Com relação aos requisitos orgânicos, que se referem à execução concreta do método destaca-se a criação das coordenações e das equipes que cuidaram da: preparação da base;

¹¹³ Disponível em < <https://www.brasildefato.com.br/2018/08/09/com-marcha-historica-sem-terra-prometem-realizar-cerco-popular-em-brasilia>> Acesso em 06 out. 2020.

infraestrutura geral e dentro dela a infraestrutura de cozinha; busca por alimentos, segurança, disciplina, divulgação, busca de apoio, marcar pontos de parada, carro de som, ambulância, carros pipa, banheiros químicos, bandeiras etc.

O planejamento se dá a partir da identificação e análise do problema. A decisão da ação, no caso a Marcha Lula Livre, resultou da análise do problema - a prisão do ex-presidente - e da realidade que o cercava: o impeachment da presidente Dilma Roussef, considerado **golpe**, a violação dos direitos constitucionais, em especial o DHAA, o sucateamento da relação trabalhista, a exaltação ao agronegócio, o desmonte da institucionalidade da agricultura familiar, a mercantilização da terra, a violação dos direitos dos povos indígenas, a liberação dos transgênicos, agrotóxicos e biofortificação e todo o contexto econômico e político à época durante grave crise que perdura até os dias de hoje, intensificada com a pandemia da COVID-19. Entendeu-se naquele momento, por meio de todo o movimento histórico, tanto do ponto de vista do passado quanto do ponto de vista do futuro que era preciso que a candidatura à presidência de Luíz Inácio Lula da Silva fosse registrada e para isso a luta pela sua liberdade. “Não há democracia com Lula preso” (Coordenação Nacional do MST, 2018)¹¹⁴.

A partir da análise da realidade a ação foi planejada e os objetivos foram traçados. Alguns exemplos poderiam aqui ser elencados:

- a) Dar condições de alimentação para 5000 marchantes em três acampamentos distintos durante cinco dias;
- b) Organizar as Três Colunas que sairiam de Luziânia, Engenho das Lages e Formosa;
- c) Elaborar uma programação com rodas de conversa, teatro e intervenções de agitação e propaganda a fim de levar o debate sobre a democracia ao povo;
- d) Dentre outros.

Todos os objetivos traçados deveriam ser alcançados até o dia estabelecido como meta, no caso, o dia 10 de agosto de 2018. Cada um desses objetivos relacionados a determinadas tarefas, compreendendo que quanto mais objetivos, mais tarefas a serem realizadas.

Com relação aos requisitos básicos para assegurar o cumprimento dos objetivos ou metas percebe-se a amplitude dos mesmos, pois, são eles que determinam o que deve ser feito. Para cada um, são elencados os requisitos.

Objetivo a): Dar condições de alimentação para 5000 marchantes em 3 acampamentos distintos durante 5 dias. O que é preciso garantir antecipadamente para que no dia 10 de agosto este objetivo se concretize? Quais são os requisitos?

- Cozinha montada
- Alimentos perecíveis que necessitam de tratamento diferenciado, carnes, por exemplo, e alimentos estocáveis como arroz, feijão etc.
- Alimentos hortifrutícolas
- Elaboração do cardápio
- Água potável e de consumo geral
- Os utensílios - panelas, talheres de preparo, tábuas de corte, talheres de serviço caixas plásticas etc.
- Material descartável como luvas e toucas
- Material de limpeza
- Equipamentos: fogão, gás, mesas, tendas, contentores para a distribuição de alimentos, frízeres etc.
- Energia elétrica ou algum tipo de energia
- Veículos para transporte das refeições
- Veículo frigorificado para os alimentos perecíveis
- Contentores de lixo
- Destinação final de resíduos
- Equipes de cozinha
- Entre outros

A atenção é voltada para que no primeiro dia da Marcha nada venha a faltar e prejudicar o cumprimento da meta. Para isso, são definidos os responsáveis específicos para cada requisito,

¹¹⁴ Disponível em < <https://www.brasildefato.com.br/2018/08/06/marcha-nacional-lula-livre-tem-objetivo-pedagogico-afirmam-movimentos> > Acesso em 06 out. 2020>

sendo constituída uma coordenação geral que possa ter o controle da situação como um todo. Já vimos que há uma coordenação nacional de cozinha e que nessa equipe Chocolate (SRM) é quem coordena o espaço da cozinha propriamente dito. Milton Fornazieri, conhecido como Rascunho, é o Coordenador de Produção Nacional e é o responsável pelo levantamento dos alimentos produzidos nos estados para montar uma **CEASINHA**¹¹⁵, como bem citou Chocolate (SRM, entrevista 2018, grifo nosso). Tiago Manggini que respondia pelo setor de Educação à época da Marcha Lula Livre e hoje integra a equipe da Editora e Livraria Expressão Popular, é o responsável pelas compras daquilo que não se pode transportar entre estados, é ele quem faz a ponte para fora, porque conhece os locais onde o MST mais transita. Além destes, há quem responda pela Infraestrutura, que é a base para toda a ação.

Esse grupo com características e responsabilidades distintas, porém interligadas, distribuem tarefas para cada requisito, envolvendo outras pessoas que possam contribuir para o cumprimento das metas. Para isso criam subcomissões ou coordenações de acordo com as necessidades apresentadas.

No requisito **cozinha montada**, por exemplo, é relacionado tudo o que é necessário para a montagem da cozinha, o que dependerá da subdivisão de tarefas: O que é necessário para montar a cozinha?

- Definir o modelo de cozinha (fixa ou itinerante) de acordo com a característica da marcha

¹¹⁵ CEASA é a sigla e denominação popular das centrais estaduais de abastecimento, que são empresas estatais ou de capital misto destinadas a promover, desenvolver, regular, dinamizar e organizar a comercialização de produtos da hortifruticultura em nível de atacado em uma região de ação.

- Escolher o (s) local (is)
- Preparar o terreno
- Conseguir materiais (tendas, containers, pallets etc.)
- Definir a planta, tamanho, layout etc.
- Escolher pessoas para a montagem
- Orçamento para adquirir o material
- Etc.

Na Marcha Lula Livre optou-se por uma cozinha fixa em Brasília, já que as distâncias dos pontos de partida – Engenho das Lages, Luziânia e Formosa - à capital eram em média de 65 km. À medida que os marchantes iam avançando, o percurso do transporte das refeições tenderia a reduzir.

No requisito **alimentos hortifrutícolas** o levantamento da produção dos assentamentos nos estados é realizada e, nos locais identificados, somam-se outros integrantes que passam a coordenar esses espaços e disponibilizar os alimentos para a construção do cardápio. O grupo coordenador define o cardápio a partir da característica da ação, que neste caso, era uma marcha curta de cinco dias, uma ação rápida, portanto, não demandava grandes estruturas. “O cardápio é elaborado a partir desse olhar, da ação que se quer e o tempo que se quer” (SRM, entrevista 2018).

A **definição da equipe**, que é outro requisito a exemplificar, vem das indicações das coordenações estaduais e dentro do espaço da cozinha há um coordenador para criar a dinâmica da atuação do grupo. Chocolate (SRM) é a referência nacional e como já mencionada anteriormente, essa equipe era formada por 60 pessoas. Em dois turnos, trabalhando 24 horas por dia, foram subdivididos por atividades. Este é o terceiro passo para planejar uma ação: a distribuição de tarefas.

Segundo Bogo (2000), para que o planejamento seja eficiente é importante seguir os seguintes passos:

1º a definição dos objetivos,

- 2° os requisitos básicos para assegurar o cumprimento das metas,
- 3° distribuição de tarefas e
- 4° avaliações gerais e de cada equipe.

O quarto passo, portanto, é posto em prática. As avaliações das equipes são realizadas entendendo que o importante é modificar a prática concreta para se chegar a uma prática eficiente. Cada equipe que assumiu um requisito deve fazer um planejamento específico, com prazos e metas e estabelecer seu próprio calendário de avaliação para saber se todos estão desenvolvendo suas tarefas. Há uma preocupação maior que é não falhar, não esquecer do compromisso e estar sempre preocupado com a contagem regressiva do tempo em que se realizará a ação.

No caso da cozinha coletiva do MST, foi o que se observou neste estudo, o avanço na melhoria da estrutura orgânica, em um movimento contraditório das forças que surgem a partir das análises da realidade na prática do dia a dia.

A alimentação coletiva, ou a alimentação do coletivo, ou cozinha coletiva no MST está inserida em um projeto de vida e isto é percebido na fala dos entrevistados. O alimento não é só saciedade, é uma forma de interagir com o mundo. A cozinha alimenta, provoca rupturas individuais, também forma e transforma. É um processo político ideológico.

[...] Aí comecei fazer formação, que lá tinha, não me lembro se era toda sexta ou toda quinta-feira, tinha o momento de formação. Meu primeiro dia de cozinha eu tava tão empolgada que o arroz que eu fiz você podia jogar que ele ficava de tão papa que ficou. Mas eles não me desanimaram não. Falavam: não... é assim mesmo, continua, continua. Aí eu fui continuando, fui melhorando, aí eu fazia cozinha e fazia vigia porque eu era sozinha e tinha que fazer as duas partes pra eu poder garantir minhas terras né? [...] Aí... eu falo assim que o MST para mim foi a liberdade né? Hoje eu tenho força de expressão. O que eu passei antes e hoje eu não passo, pela formação que eu tive, de igualdade, questão de gênero. Então para mim foi uma libertação. Só tem mais a melhorar, a crescer, eu quero crescer mais ainda dentro do MST, poder contribuir nas Regionais, nas Estaduais entendeu? Não ficar só dentro do assentamento (RCD, entrevista 2020)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, faz-se necessário trazer à tona a historicidade que permeia esta tese. Os caminhos da nutrição, do alimento por si só, do passado ao presente, permitem revelar a relação com o **capital**. É essa relação que nos faz entender como chegamos ao período presente com a retomada dos índices de fome num país tão propício à produção de alimentos como o Brasil. Como bem cunhou Maluf (2020, p. 606) “Os alimentos envolvem necessidades básicas, negócios, poder e direitos”. Portanto, falar em democracia significa falar em alimentação como um direito fundamental. E no limiar de tantas tensões, nos faz compreender como a formação acadêmica do nutricionista, o especialista em alimentação, é tão individualizante, característica deste **capital**, e sua formação profissional repleta de fetiches, capturada pela lógica de mercado.

A Alimentação Coletiva, enquanto área de atuação do nutricionista no Brasil se conforma a partir de uma corrente de estudos no campo da nutrição de perspectiva social, ou seja, para a atuação voltada para o coletivo, para a população, para a sociedade. O Brasil era um país de desnutridos, a fome e a miséria no campo eram denunciadas por Josué de Castro e os movimentos sociais já se faziam presentes em luta pelo fim da desigualdade, marcados pela produção e distribuição coletiva.

Lutou-se contra a fome da mesma forma que se travou uma luta contra a escravidão. Esta foi uma luta que durou três séculos e que, em alguns lugares do mundo, poucos, mas infelizmente ainda não acabou. A fome tampouco.

Triste constatar que as políticas públicas, do SAPS ao CONSEA, não foram sustentadas para sanar as carências do povo brasileiro. Os interesses políticos e econômicos estão sempre à frente, haja vista a mais recente batalha contra o Guia Alimentar Para a População Brasileira travada pela indústria e, ao que parece, ocultamente apoiada pelo MAPA. O problema está na classificação NOVA que condena os alimentos ultraprocessados, a galinha dos ovos de ouro da indústria de alimentos. Da mesma forma, a batalha contra a transparência do rótulo de produtos alimentícios. A proposta da nova rotulagem objetiva deixar mais claro para o consumidor quando um produto tem muito sódio, gordura ou açúcar em sua composição guiando as escolhas

alimentares. Isso parece não favorecer à indústria, já que esses ingredientes são utilizados para atratividade dos produtos tornando-os comercialmente mais rentáveis.

A despeito da área de atuação, hoje denominada Nutrição em Alimentação Coletiva, houve um tempo em que ser nutricionista de **produção**¹¹⁶ era entender de culinária, dar conselhos de saúde, recomendar **regimes** para os obesos e ainda conseguir administrar aquela área indesejável para os patrões, porém de extrema necessidade para empregados. Primava-se pela alimentação, contribuindo para o aporte de energia necessária para o desempenho do trabalhador, conforme preconizavam os panfletos do Programa de Alimentação do Trabalhador, nos anos 70. Eram profissionais que conviviam com uma clientela que de sadia tinha pouco. Os trabalhadores da indústria eram os migrantes, expulsos do campo, fugindo da fome e da miséria. Os sobrantes do campo se uniam aos movimentos sociais e lutavam por terras, lutavam por uma reforma agrária que até hoje não aconteceu.

A criação do curso de nutricionistas pelo SAPS, dentro de seu programa educativo, tinha como uma das suas aplicações a assistência técnica de seus restaurantes. A perspectiva social era bem clara, conforme noticiava o Boletim do SAPS em 1945:

Desde a aferição de pesos dos gêneros empregados nos cardápios, até a fiel execução desses cardápios de acordo com as normas técnicas estabelecidas pela moderna ciência da nutrologia e ainda o exame e a escolha daqueles gêneros, tudo como mais escrupulosos zelo, a nutricionista controla, verifica e fiscaliza.

É árduo, difícil e às vezes, até penoso o seu trabalho. Exige-lhe ele, soma apreciável de conhecimentos de pertinácia, de boa vontade, de atenção e de cuidado. Mas a nutricionista, pondo sua técnica a serviço dos trabalhadores, arrosta todas as dificuldades de ânimo forte, porque tem consciência da finalidade social: - “a de assegurar condições higiênicas e favoráveis a alimentação dos trabalhadores” (Página central do Boletim do SAPS de Outubro de 1945, p. 20 e 21 Fonte: (MAGALHÃES e PORTO, 2015, p. 164)

Nos anos 80, com a chegada das multinacionais e a terceirização, ao nutricionista foi delegada a **administração** e supervisão dos restaurantes daquelas empresas cadastradas no PAT. Yaro Ribeiro Gandra (1983) referia-se a eles como Serviços de Nutrição e Alimentação. Não raro, a disciplina do curso de graduação que tinha como objetivo o estudo da alimentação coletiva era denominada **Administração** de Serviços de Alimentação. A Resolução CFN nº 77/1987, já

¹¹⁶ Termo utilizado para os nutricionistas que atuam com produção de refeições para coletividades sadias ou enfermas.

revogada, dispunha sobre o exercício profissional do nutricionista na produção de refeições para coletividades sadias e/ou enfermas. Em seu Art. 1º estabelecia:

É competência do Nutricionista em atendimento às coletividades sadias e/ou enfermas (alimentação institucional) o planejamento de recursos e a administração das unidades de alimentação e nutrição, de acordo com os conhecimentos de ciência da nutrição, compreendendo:

a) **No planejamento**: integrar a equipe de planejamento de recursos materiais, humanos e financeiros para o funcionamento das diferentes atividades das unidades de alimentação e nutrição, em instituições públicas e privadas;

b) **Na administração**: 1. definir o produto (refeições e/ou preparações alimentares) com composição química adequada para satisfazer as necessidades nutricionais da população alvo. 2. responsabilizar-se pela produção e distribuição do produto dentro das técnicas da ciência da nutrição, observadas as normas de higiene e a legislação de segurança e higiene do trabalho. 3. avaliar a aceitação da alimentação e desenvolver a educação nutricional. 4. nas instituições que forneçam refeições externas, transportadas, compete ainda ao Nutricionista estabelecer normas técnicas para o adequado transporte e distribuição das refeições e fiscalizar, sistematicamente, a sua execução.

A Lei nº 8.234, de 17 de setembro de 1991 regulamenta a profissão de Nutricionista definindo suas atividades privativas, dentre as quais, o planejamento, organização, direção, supervisão e avaliação de serviços de alimentação e nutrição. Com a regulamentação da profissão, o CFN normatiza as atribuições do nutricionista por área de atuação ampliando suas **funções administrativas** na área de Alimentação Coletiva por meio da Resolução CFN 200 de 8 de março de 1998, reafirmada pela Resolução CFN nº 380, de 28 de dezembro de 2005 e mais recentemente pela Resolução CFN nº 600, de 25 de fevereiro de 2018.

Ora, a Administração é a ciência social que estuda e sistematiza as práticas usadas para administrar. O termo **administração** vem do latim *ad* (direção) e *minister* (pessoas). Consiste em orientar, dirigir e controlar os esforços de um grupo de indivíduos para um objetivo comum, ou seja, consiste basicamente na coordenação de atividades grupais. De acordo com as teorias da administração moderna são funções do administrador: planejar, organizar, dirigir (liderança) e controlar.

Discute-se se a **Administração** pode ser considerada um campo científico. Quando assim considerada, é um ramo das Ciências Sociais, tratando dos agrupamentos humanos, mas com uma peculiaridade que é o olhar holístico, buscando a perfeita sinergia entre pessoas, estrutura e recursos. Há autores que consideram a **Administração** uma área interdisciplinar do conhecimento, uma vez que se utilizaria de métodos e saberes de diversas ciências, como

Contabilidade, Direito, Economia, Filosofia, Psicologia, Sociologia, etc. (MATTOS, 2009; MAXIMIANO, 2000). É uma visão na perspectiva da ciência pós-moderna onde o conhecimento científico é produzido com base em uma abordagem multidisciplinar, que vai da filosofia à estética, envolvendo as artes e a sociologia, pois tende a constituir um saber que se consolida pela superação do que seja físico/biológico, sujeito/objeto (MORIN,1999).

Trilhando esse pensamento, o termo **gestão** surgiu da necessidade de um novo conceito de administrar, que expressasse as mudanças que aconteciam dentro da ação administrativa, que superasse a visão tecnicista da administração, que fosse além das tarefas: planejar, organizar, dirigir e controlar, que incorporasse um novo momento social, político e cultural. Um conceito mais interdisciplinar, fundamentado na filosofia, sociologia, antropologia e política.

Aqui se enquadra a **Gestão de Unidade de Alimentação e Nutrição**, enquanto subárea de atuação (CFN, 2018), um termo mais contemporâneo que busca resgatar a importância social do nutricionista, para além das funções técnico-administrativas. O que, do ponto de vista desta pesquisadora, parece uma unidade dialética, a separação de dois aspectos: teoria e prática.

Sob a mesma ótica da dialética, na obra de Josué de Castro aparece um movimento de aproximação e diálogo entre a dimensão fisiológica/biológica com a dimensão sociocultural, representando a tentativa de analisar a realidade brasileira a partir da relação estabelecida entre ambiente, sociedade, saúde e alimentação, ou seja, a questão alimentar não é apenas um problema fisiológico, individual, mas está direcionada a problemática mais coletiva e social. Isto trouxe a reflexão de que a fome era um conceito político, colocando a ciência e a política como polos indissociáveis. Neste sentido, a ciência da Nutrição, deveria ser repensada, como uma ciência que teria um papel científico-político (SILVA e NUNES, 2017). A partir desse pensamento, a ciência da Nutrição e as questões da alimentação ganham outra dimensão, associada às relações sociais e a realidade nacional, com várias ramificações aparentemente desarticuladas entre si, mas que, na verdade, estão estreitamente vinculadas. Este vínculo se torna complexo dada às condições sociais, a diversidade cultural e a cultura política brasileira.

Dessa forma, qualquer política de alimentação e nutrição deve levar em conta um conjunto de conceitos e noções que reflitam essa perspectiva mais ampla, considerando a trajetória da alimentação em sua totalidade, da produção ao abastecimento, passando pelas dimensões culturais e políticas, finalizando no consumo, considerando seus impactos na saúde e nutrição das pessoas.

O papel do nutricionista – em toda sua extensão - desse modo se amplia e se torna multifacetado, incorporando o diálogo dinâmico entre teoria, prática e aspectos fisiológico, sociocultural e político. A área de atuação Nutrição em Alimentação Coletiva adquire significados cada vez mais amplos e complexos, para além da produção de refeições. Se traduz em ações e atividades realizadas em torno da alimentação para grupos e coletividades, sadias ou não, com o objetivo de atender às necessidades humanas em seu aspecto nutricional, orgânico, social, econômico, cultural e político, garantindo de forma consciente e responsável a segurança alimentar e nutricional, o que resulta em promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vida do indivíduo.

Com toda essa abrangência, ao profissional coloca-se o desafio da ampliação do conhecimento. E mais do que isso, romper com a dimensão do indivíduo e pensar o coletivo. Isto significa dizer pensar a alimentação rompendo com a noção individual muito marcada na formação e no conhecimento acadêmico do nutricionista.

Do ponto de vista do MST essa visão ampla da alimentação é evidente, e o processo de construção de sua política de alimentação coletiva considera todos esses aspectos. E é isso que nos ensina o Movimento. Para o MST, a dimensão da alimentação vai além do simples saciar a fome, ela se conforma a partir de rupturas de um processo histórico.

As escolhas das técnicas e organização da produção, da forma de distribuição, dos consumidores preferenciais, reflete uma visão política que faz parte do DNA do Movimento. Para o MST, o método de organização popular, em toda sua abrangência, é um instrumento de estudo e orientação para atividades organizativas e formativas, pois acreditam que mais do que saber, é

importante saber o suficiente para levar aonde querem chegar. Daí a confirmação da minha tese de que exercitam coerência entre o método de planejamento para a organização popular e para a alimentação do coletivo. E nesse sentido, a formação e a trajetória do MST vêm pautando a alimentação: da produção à distribuição em busca da soberania alimentar.

7. REFERENCIAS

ABREU, E.S.; SPINELLI, M.G.; PINTO, A.M. de S. **Gestão de Unidades de Alimentação e Nutrição, um modo de fazer**. São Paulo: Editora Metha, 2016.

ACTIONAID. **III Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 no Desenvolvimento Sustentável**. Brasil, 2019. Disponível em < <http://actionaid.org.br/fique-por-dentro/publicacoes/> > Acesso em: 28 nov. 2019.

AGUIAR, O.B.; KRAEMER, F.B.; MENEZES, M.F. G. **Gestão de Pessoas em Unidades de Alimentação e Nutrição**. Rio de Janeiro: Rúbio, 2013.

ALBUQUERQUE, M. de F. M. de **A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza**. Rev. Nutr., Campinas, 22(6):895-903, nov./dez., 2009.

ALENCAR, M. F. dos S.; FIGUEIREDO, A.D.R. Paulo Freire e a Pedagogia do MST: caminhos para (re)pensar a Formação Humana. **Revista Debates Insubmissos, Caruaru, PE**. Brasil, Ano 2, v.2, nº 4. Edição Especial. 2019.

ALTHOFF, G. Comer compromete: refeições, banquetes e festas. In: FLANDRIN JL, MONTANARI, M., **História da Alimentação**. 8ª. ed Tradução de: Luciano Vieira Machado e Guilherme J. F. Teixeira São Paulo: Estação Liberdade, 2015, pp.300-310.

ALVES, B.J.P. Versões da Sarandi. Relações entre Governo e Ocupação. **Revista do Centro de Estudos Rurais- RURIS**, Campinas, SP. Brasil, vol. 4, n. 2, setembro de 2010.

AMORA, A. S. **Minidicionário Soares Amora da Língua Portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 2009.

ANDRADE, M.C de. **Manuel Correia de Andrade. O Homem do Nordeste**. Entrevista concedida a Fundação Perseu Abramo. Newsletter Teoria e Debate. Entrevistador: José Correia Leite. [SI], julho de 2000. Disponível em: < <https://teoriaedebate.org.br/2000/07/01/o-homem-do-nordeste/> > Acesso em: 10 mar. 2020.

ANDRADE NETO, A. de A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais. **Revista Nera, Presidente Prudente/SP**, Ano 18, nº. 27, pp. 159-182, Jan-Jun./2015.

ANSALONI, J. A. Situação de trabalho dos nutricionistas em empresas coletivas de Minas Gerais: trabalho técnico, supervisão ou gerência? **Revista de Nutrição da PUCCAMP**, 12(3): 241-260, 1999.

ARAÚJO M. P. N; COSTA-SOUZA, J.; TRAD, L. A. B. A alimentação do trabalhador no Brasil: um resgate da produção científica nacional. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 17, n.4, pp. 975-992, out-dez. 2010.

BETINHO. Herbert José de Souza. **Análise de Conjuntura**. 27ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

BOBBIO, N. **Estado Governo Sociedade. Para uma Teoria Geral da Política**. 14ª ed. São Paulo: Paz e Terra S/A, 2007.

BOGGO, A. **Lições da Luta pela Terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

_____. Método de Planejamento. In: MST. **Método de Organização – Construindo de um novo jeito**. Caderno de Formação n. 35, São Paulo, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento Nacional de Saúde. Divisão de Organização Hospitalar. **História e Evolução Hospitalar**. Reedição de 1965 Rio de Janeiro, DF, 1944.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências**. Diário Oficial da União 2006; 18 set.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de Boas Práticas Nutricionais – Restaurantes Coletivos**. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Alimentar da População Brasileira**. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Alimentar para crianças brasileiras menores que dois anos**. Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Presidência da República. Governo Fernando Henrique Cardoso. **Reforma agrária Compromisso de todos**. Brasília, DF, 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Manual Integrado de Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças Transmitidas por Alimentos**. Brasília, DF, 2010. Disponível em <

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_integrado_vigilancia_doencas_alimentos.pdf?fbclid=IwAR12xdygEc4UdKV9yRFeaPGJ0XbZNY3Nhd-3dH8LjGu0VXKiewGmy58P5YA >
Acesso em 03 out. 2020.

BRASILINO, LUÍS. **Movimentos protestam contra os impactos do neoliberalismo.** MST [S.L], 2007. Disponível em < <https://mst.org.br/2007/05/22/movimentos-protestam-contra-os-impactos-do-neoliberalismo/>> Acesso em: 25 mai. 2020.

BRESCIANI, E. Alimentos e Bebidas do Antigo Egito. In: FLANDRIN J.L, MONTANARI, M., **História da Alimentação**. 8^a. ed. Tradução de: Luciano Vieira Machado e Guilherme J. F. Teixeira São Paulo: Estação Liberdade, 2015, pp.68-79.

BRIZOLA: TEMPOS DE LUTA. Documentário 95 min. Direção e Roteiro de Tabajara Ruas, 2007.

BUENO, E. **Brasil uma História.** Rio de Janeiro: Editora LeYa, 2012.

CAPORAL, F.R. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade.** Brasília, DF, 2009.

CARNEIRO, H.S. **Comida e Sociedade uma história da alimentação.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CASCUDO, L. da C. **História da Alimentação no Brasil.** 3^a.ed. São Paulo: Global, 2004.

CASTRO. J. de. **A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana.** Porto Alegre: Globo, 1937.

CASTRO, A. M. de. **Josué de Castro – Semeador de Ideias.** Veranópolis/RS: ITERRA - Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária, 2003.

CFN. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução nº 600, de 25 de fevereiro de 2018. **Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, indica parâmetros numéricos mínimos de referência, por área de atuação, para a efetividade dos serviços prestados à sociedade e dá outras providências.**

CHAVES, C. de A. **A marcha nacional dos sem-terra - Um estudo sobre a fabricação do social.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

COCA, E. L. de F. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. **Revista Nera, Presidente Prudente/SP**, Ano 19, nº. 32 - Dossiê pp. 14-33, 2016

II CIVIC CONFERENCIA INTERNACIONAL DE LA VÍA CAMPESINA, 2., 1996, Tlaxcala. Declaración de Tlaxcala. Tlaxcala, México, 1996. Disponível em: < <https://viacampesina.org/es/ii-conferencia-internacional-de-la-via-campesina-tlaxcala-mexique-18-al-21-abril-1996/> > Acesso em: 15 jan. 2020.

COMPLEXO. Dicionário on line de Português, maio de 2017. Disponível em < <https://www.dicio.com.br/complexo/> > Acesso em 12 mar.2020.

COSTA, E. A. **Vigilância Sanitária Proteção e Defesa da Saúde**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

COSTA, R. da. Cluny, Jerusalém, celeste encarnada (séculos X – XII). **Medievalia, Textos e Estudos**, 21 (2002)115,137. Universidade Federal do Espírito Santo.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. “Cooperação Agrícola”. In: CALDART, Roseli Salette et al. (orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular/Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz, 2012, pp. 157-163.

CUNHA, P.R.da. Redescobrimo a História: A República de Formoso e Trombas. **Cadernos AEL**, n. 7, 1997 Centro de Pesquisa e Documentação Social/IFCH/UNICAMP.

D'INCAO, M. C. e. **O boia-fria: acumulação e miséria**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

ERNANDEZ, M. Sementes em trincheiras: estado do Rio de Janeiro (1948-1996). In: SIGAUD, L.; ERNANDEZ, M.; ROSA, M. C. **Ocupações e Acampamentos: Sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2010.

EVANGELISTA, A. M. da C. **Arroz e feijão, discos e livros: História do Serviço de Alimentação da Previdência Social, SAPS (1940-1967)** Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2014.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 1995.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The State od Food Security and Nutrition in the World**. Roma, 2014.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The State od Food Security and Nutrition in the World**. Roma, 2019.

FERNANDES, B.M. **A formação do MST no Brasil**.2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

_____. **Gênese e Desenvolvimento do MST**. Caderno de Formação nº30. MST, 1998.

_____. Via Campesina. In: CALDART, R.S.; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro - São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, B.M.; PORTO GONÇALVES, C.W. **Josué de Castro Vida e Obra**. 2ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007

FERREIRA, A.C.B.; PICASSE, A.R. de S.; SALES, J. de O. A Evolução da Nutrição no Brasil. In: ROSA, C. de O. B.; MONTEIRO, M.R.P. **Unidades Produtoras de Refeições uma visão prática**. Rio de Janeiro: Rubio, 2014.

FILKELSTEIN, J. Cozinha chique: o impacto da moda na alimentação. In: SLOAN D. **Gastronomia, restaurantes e comportamento do consumidor**. Tradução de Sonia Bidutte. Revisão científica de Nilma Morcef de Paula. São Paulo: Manole, 2005.

FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR, 2007, Selingue/Malí. **Declaração de Nyélény**. Disponível em: < <https://nyeleni.org/spip.php?article327> > Acesso em 07 fev. 2021.

FRANCISCO, P. **Governo distribui arroz e feijão velhos**. FOLHAONLINE, São Paulo, 13 jun, 1998. Nordeste. Agência Folha em Natal. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc13069815.htm> > Acesso em 29 jul. 2020.

GANDRA, Y.R. **Avaliação de Serviços de Nutrição e Alimentação**. São Paulo: Sarvier, 1983.

GARCIA, M.F. **A Luta pela Terra sob Enfoque de Gênero: Os lugares da Diferença no Pontal do Paranapanema**. 2004. 227f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2004.

GODOY et al. Transformações socioculturais da alimentação hospitalar. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v.14, n.4, p.1197-1215, out.-dez. 2007, Rio de Janeiro.

GOETTERT, J.D. Manuel Correia de Andrade, Correinha: (Terra e) Homem do Nordeste. **Terra Livre, Presidente Prudente/São Paulo**, Ano 23, v.1, n. 28, p. 15-26, janeiro/junho de 2007.

GOMES, A.M de A. A destruição da terra sem males. O conflito religioso do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto. **Revista USP, São Paulo**, n.82, p. 54-67, junho/agosto 2009.

HOYOS, C.J.C.; D'AGOSTIN, A. Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: convergências e divergências. **Revista Nera, Presidente Prudente/SP**, Ano 20, nº. 34, pp. 174-198, janeiro/abril de 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar 2013**. Rio de Janeiro, 2014.

IPEA – **Mapa da Fome - Volume I: Subsídios à Formulação de uma Política de Segurança Alimentar**, Ana Maria Peliano (coordenadora), Brasília, 1993. Disponível em < <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/o-mapa-da-fome-vol1.pdf> > Acesso em 20 jul. 2020.

ITERRA. **A gente cultiva a terra e ela cultiva a gente. História do MST**. Veranópolis/RS: Universidade Federal Fronteira Sul, 2015.

JANGO. Documentário/Histórico, 01h57min. Roteiro e Direção: Silvio Tandler. Produção: Hélio Ferraz, 1984.

JONSSON, U. As causas da fome. In: VALENTE, Flávio Luís. (Org.). **Fome e desnutrição: determinantes sociais**. São Paulo: Cortez, 1989.

KONDER, L. **O que é dialética**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasilense, 1981.

LARA JUNIOR, N. Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST. **Revista Nera, Presidente Prudente - SP**, Ano 15, nº. 20, pp. 156-174, Jan-jun./2012.

LAZZARETTI, M.A. Lênin, o campesinato e o MST. **Revista Tempo da Ciência, Toledo-PR**, (14) 28 : 131-142 2º semestre 2007.

LIESELOTTE ORNELLAS. Homenagem da ANERJ à Lieselotte Ornellas. Documentário, 13h07min. Produção: Associação de Nutrição do Rio de Janeiro, 2014.

LIMA, E. da S. **Mal de Fome e não de Raça**. Gênese, constituição e ação política da educação alimentar. Brasil – 1934-1936. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

LINO, Vanessa de Melo. **Monges à Mesa: A vida em comunidade beneditina e a mentalidade monástica na Alta Idade Média pensadas através da alimentação**. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2006.

LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In.: Bauer, M. W.; Gaskell, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Editora Vozes, pp. 137 - 155, 2002.

LOUREIRO, Isabel. Rosa Luxemburg e os movimentos sociais contemporâneos: o caso do MST. **Crítica Marxista, São Paulo**, Ed. Revan, v.1, n.26, 2008, p.105-116.

LUSTOSA, M. M. A. **Humanidade, Desenvolvimento e Alimentação: Que Futuro é esse?** 2012. 206f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) — Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do Capital. Estudo sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MAGALHÃES, R. **Fome: uma (re) leitura de Josué de Castro** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1997. 92 p. ISBN 85-85676-35-3.

MAGALHAES, S. G.; PORTO, F. **Estado Novo Políticas Sociais para uma Alimentação Saudável e Racional**. Rio de Janeiro: Autografia, 2015.

MACHADO, J. L. de A. **As diferenças alimentares do Clero, dos Senhores e dos Servos**. A alimentação na Alta Idade Média Europeia. Planeta Educação, 2007. Disponível em < <https://acervo.plannetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=777> > Acesso em: 30 abr. 2020.

MALUF, R. S. J. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis, Vozes, 2007.

MALUF, R.S. J. Segurança Alimentar e Nutricional. In: IVO, A. B. L. **Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social**. 2ª. Edição. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPq; 2020.

MALUF, R.; MENEZES, F.. **Caderno segurança alimentar**. Conferências do Fórum Social Mundial, 2000.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

MARX, K. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Vol. 1 Livro Primeiro. O processo de Produção do Capital. Tomo 2 (Capítulos XIII a XXV). Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Victor Civita, 1984.

_____. **Teses Sobre Feuerbach** n.11. Tradução Álvaro Pina. Editorial "Avante!". Edições Progresso Lisboa, Moscovo, 1982. Disponível em < <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm> > Acesso em 04 abr. 2020.

MATTOS, Pedro Lincoln C. L. de. Administração é ciência ou arte? O que podemos aprender com este mal-entendido? **Rev. Adm. Empresas**, 2009, vol.49, n.3, pp. 349-360. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/rae/v49n3/v49n3a09.pdf> >. Acesso em: 12 out. 2020.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração** -5.ed.rev.e ampl.- São Paulo: Atlas, 2000.

MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das Agriculturas no Mundo. Do neolítico à crise contemporânea**. Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. –São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MEDEIROS, R.M.V. Manuel Correia de Andrade e a questão agrária brasileira. **Economia Política do Desenvolvimento**, Maceió, vol 3, Edição Especial, p. 191-203, ago. 2010.

MERON, L.B. Saco vazio não para em pé: a alimentação e os hábitos alimentares na FEB (1944-1945). In.:I **Seminário Alimentação e Cultura na Bahia**. Centro de Estudos do Recôncavo UEFS, 2012. Anais... Feira de Santana, BA.

MEZOMO, I. de B. **Os Serviços de Alimentação Planejamento e Administração**. 6ª ed. São Paulo: Manole, 2015.

MORAIS, C.S. de. História das Ligas Camponesas do Brasil. In: STÉDILE, J.P. **História e natureza das Ligas Camponesas – 1954 – 1964**, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MONTEIRO, R.Z. **Cozinhas Profissionais**. São Paulo: Editora Senac, 2013.

MORIN, E. **A cabeça bem feita: repensar a reformar, reformar o pensamento** 22ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. Revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

_____. **Meus filósofos**. Tradução de Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. 2ª. Edição. Porto Alegre: Sulina, 2014.

_____. **Introdução ao pensamento complexo** 4ª. Edição. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **O Método 6. Ética** 3ª. Edição. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2007.

_____. **Ciência com consciência**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1999.

MORISSAWA, M. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOURA, C. **Sociologia Política da Guerra Camponesa de Canudos. Da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

MST. **Princípios da Educação no MST**. Caderno de formação n. 8. São Paulo, 1996.

_____. **Normas Gerais e Princípios Organizativos do MST**. Secretaria Nacional do MST [], 2016.

_____. **O Papel do Assessor e da Secretaria**. Caderno de Formação n. 6. São Paulo, 1985.

_____. **A Organização do Movimento – Quem é Quem na Luta pela Terra**. Cadernos Formação n.1, RS, 1986.

_____. **Método de Trabalho Popular**. Caderno de Formação n.24, SP, 1997.

_____. **Método de Trabalho de Base e Organização Popular**. Caderno de formação n.38, [], 2009.

_____. **Marchas em busca de direitos marcam vidas de Sem Terra**. 10 de agosto de 2018 Disponível em < <https://mst.org.br/2018/08/10/marchas-em-busca-de-direitos-marcam-vidas-de-sem-terra/>. Acesso em 07 de jun 2020.

_____. **Doações, atos e lives marcaram o lançamento do Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular**. 5 de junho de 2020. Disponível em < <https://mst.org.br/2020/06/05/doacoes-atos-e-lives-marcaram-o-lancamento-do-plano-emergencial-de-reforma-agraria-popular/> > Acesso em: 07 jun. 2020.

MUMFORD, L. **El diseno de la megamáquina. La máquina invisible**. Texto extraído de la obra de Lewis Mumford, “The Mith of the Machine”, 1967, Disponível em < https://www.nodo50.org/ciencia_popular/articulos/Mumford.pdf> Acesso em: 18 ago. 2018.

NASCIMENTO, R. C. **O papel do Consea na construção da política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2012.

OLIVEIRA, A.U.de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. São Paulo, USP **Estudos Avançados** 15 (43), 2001.

OPAS. Organização Pan-americana de Saúde. Organização Mundial de Saúde. **Modelo de Perfil Nutricional da Organização Pan-Americana da Saúde**. Washington, DC: OPAS, 2016.

OPAS. Organização Pan-americana de Saúde. Organização Mundial de Saúde. **Conferência de Cochabamba sobre Mudanças Climáticas**. Cochabamba, Bolívia. OPAS, 2010. Disponível em: <
https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=1196:conferencia-de-cochabamba-sobre-mudancas-climatica&Itemid=839 > Acesso em: jan.2020.

ORNELLAS, L. H. **A alimentação através dos tempos**. Florianópolis: Ed da UFSC, 2000.

PINHEIRO, A. R. O. **Análise histórica do processo de formulação da política nacional de segurança alimentar (2003-2006)**. 2009. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social do Instituto de Ciências Humanas de Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PINTO, G.A. **A organização do trabalho no século XX – Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PINTO, T. Revoltas Camponesas do século XIX. História do Mundo, 2020. Disponível em <
<https://www.historiadomundo.com.br/idade-media/revoltas-camponesas-do-seculo-xiv.htm> >
Acesso em fev. 2020.

PITTE, J. R. Nascimento e expansão dos restaurantes. In.: Flandrin J. L.; Montanari, M. **História da alimentação**. 8ª ed. Tradução de: Luciano Vieira Machado e Guilherme J. F. Teixeira São Paulo: Estação Liberdade, 2015, pp. 751-762.

PIZZETTA, A.J. Florestan Fernandes e a Militância do MST. In: Escola Nacional Florestan Fernandes. Cadernos de Formação. **O legado de Florestan Fernandes**. Guararema/SP: ENFF, 2009.

PRAÇA, G. **O Agricultor Filósofo. A colônia finlandesa de Penedo e seu entorno.** Penedo/RJ: Edição independente, 2016.

PRADO JR, C. da S. **A Questão Agrária.** 2ª. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

PROENÇA, R. P. C. **Inovação tecnológica na produção de alimentação coletiva.** Florianópolis: Insular, 2000.

RAUBER, M. **A semente do MST: 40 anos da ocupação Macali e Brilhante.** MST[S.I], 2019. Disponível em: < <https://mst.org.br/2019/09/02/a-semente-do-mst-40-anos-da-ocupacao-macali-e-brilhante/> > Acesso em: 20 mar. 2020.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro. A Formação e o Sentido do Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, 1995.

RIBEIRO, L.N.; SOBREIRO FILHO, J. formação da Via Campesina no Mundo e Atualidade das Ações no Brasil (2000-2011). XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. **Territórios em Disputa: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro.** Uberlândia-MG. 15 a 19 de outubro de 2012.

RIBEIRO NETO, C.P. **O MST em documentários e no Jornal Nacional 2009**, 113f. Dissertação (Mestrado Programa de Pós Graduação em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.

RIERA-MELIS, A. Sociedade feudal e alimentação (séculos XII-XIII) In: FLANDRIN, J. L.; Montanari, M. (Orgs.). **História da Alimentação.** 8ª ed. Tradução de: Luciano Vieira Machado e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2015 pp. 387-408.

RODRIGUES K.M. **Condições de trabalho do nutricionista egresso da Universidade Federal de Ouro Preto/MG: subsídios para a construção de indicadores qualitativos de satisfação pessoal.** Rio de Janeiro, 2004. 90p. Dissertação de mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz.

RUDIGER, F. **Martin Heidegger e a Questão da Técnica.** Porto Alegre: Editora Sulina, 2014.

SALMAZIO, C. **Cozinha da Marcha Lula Livre prepara 15 mil refeições por dia.** MST, ago. de 2018. Disponível em < <https://mst.org.br/2018/08/13/cozinha-da-marcha-lula-livre-prepara-15-mil-refeicoes-por-dia/> > Acesso em: 22 set. 2020.

SANTOS, A. P dos; RIBEIRO, S.L.S. BOM MEIHY, J.C.S. **Vozes da Marcha pela Terra**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

SANTOS, S. **Caio Prado Junior e a formação política no MST**. MST [S.I], 2018. Disponível em: < <https://mst.org.br/2020/02/23/caio-prado-junior-e-a-formacao-politica-no-mst/> > Acesso em: 10 mar.2020.

SANTOS, S.M.C. dos. **Nutricionista & Sociedade Brasileira. Elementos para Abordagem Histórico-Social da Profissão** 1988. 229f. Dissertação (Mestrado em Saúde Comunitária) — Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1988.

SARL. Seleções do Reader's Digest. **Ao Encontro do Passado**. Lisboa, 1985.

SENAC. **Administração na Alimentação Coletiva**. São Paulo: Senac, 2007.

SCHATZMAYR. H.G; CABRAL, M.C. **A Virologia no Estado do Rio de Janeiro - Uma Visão Global**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2012.

SIGAUD, L. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 17, n. 1, pp. 255-280, junho 2005.

SIGAUD, L.; ERNANDEZ, M.; ROSA, M.C. **Ocupações e Acampamentos. Sociogênese das Mobilizações por Reforma Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamound, 2010.

SILVA, L.H. da. **Práticas Organizativas do MST e relações de poder em acampamentos/assentamentos no estado de São Paulo**. 212 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

SILVA M.F.S.; NUNES E.D. Josué de Castro e o pensamento social brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(11):3677-3687, Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, S.P. **A Trajetória Histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Política Nacional: Projetos, Descontinuidades e Consolidação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

SLOAN, D. **Gastronomia, restaurantes e comportamento do consumidor**. São Paulo: Manole, 2005.

SOARES, C.; LAVRADOR, L. As Tabernas Romanas: Saberes e Sabores intemporais. In: NUNES, M. (Org). **Rotas das Tabernas de Coimbra**. Lisboa: Câmara Municipal de Coimbra, 2009, pgs. 129-139. Disponível em:

[https://www.academia.edu/2944472/As Tabernas Romanas saberes e sabores intemporais](https://www.academia.edu/2944472/As_Tabernas_Romanas_saberes_e_sabores_intemporais)
Acesso em 25/11/2019.

SPANG, R. L. **A Invenção do Restaurante - Paris e a Moderna Cultura Gastronômica**. Tradução de Cynthia Cortes e Paulo Soares. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

STANDAGE, T. **Uma história comestível da humanidade**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

STEDILE, J.P.; CARVALHO, H.M. Soberania Alimentar. In: MST, **Alimentação Saudável: Um direito de Todos**. 1ª. Edição. São Paulo: MST, 2015.

_____. **A Questão Agrária no Brasil. O Debate Tradicional: 1500- 1960**. 2ª. Edição. Org. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

STEDILE, J.B.; FERNANDES, B.M. **Brava Gente. A trajetória do MST e aluta pela terra no Brasil**. 2ª. Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STEDILE, M. **Josué de Castro Precursor da Reforma Agrária**. MST [S.I], 2018. Disponível em: < <https://mst.org.br/2018/09/05/josue-de-castro-precursor-da-reforma-agraria-popular/> >. Acesso em 10 mar.2020.

SUN TZU. **A Arte da Guerra**. Tradução de Candida de Sampaio Bastos. São Paulo: Golden Books, 2007.

SZMRECSÁNYI, T. **Pequena História da Agricultura no Brasil**. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

TARDIN, J.M. História da Agricultura. In: MST, **Alimentação Saudável: Um direito de Todos**. 1ª. Edição. São Paulo: MST, 2015.

ULTAB. **Novos Estatutos da Ultab**. São Paulo Sala das Sessões, 20 de setembro de 1959. Arquivo Lyndolpho Silva. Centro de Pesquisa e Documentação Agrária – CPDA – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Disponível em: < <http://r1.ufrj.br/cpda/als/corpo/html/variedade/diversos/estatutos.htm> >. Acesso em: 18 jun. 2018.

VASCONCELOS, F. de A. G. de. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. **Rev. Nutr., Campinas**, 15 (2): 127-138 maio/ago., 2002.

_____. A ciência da nutrição em trânsito: da nutrição e dietética à nutrigenômica. **Rev. Nutr., Campinas**, 23 (6): 935-945, nov./dez., 2010.

VATEL UM BANQUETE PARA O REI – Drama/Romance, 2h 5min. Produção e Direção: Roland Joffé, 2000.

VEIGA, J. E. **O Desenvolvimento Agrícola – Uma visão Histórica**. São Paulo: Edusp, 2012.

VENDRAMINE, A.L. do A; OLIVEIRA, J.C; CAMPI, M.A. **Segurança Alimentar: conceito, parâmetros e história**. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Niterói/RJ: aninter-sh/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012, ISSN 2316-266X.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VIEIRA, F.B. **Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre articulações internacionais de trabalhadores**. 220 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Rural). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

VITORINO et al. A ética alimentar nos banquetes bíblicos: passagem, comunhão e poder. **Demetra**; 211(2); 275-296, 2016, Rio de Janeiro.

WALKER, J.R. **Introdução à Hospitalidade**. São Paulo: Manole, 2002.

WELCH, C.A; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J.S.B; WANDERLEY, M. de N. B. **Camponeses Brasileiros. Leituras e interpretações clássicas** Vol. 1. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

WHO. World Health Organization/Food and Agriculture Organization . **Global strategy on diet, physical activity and health**. Geneva, 2004. World Health Assembly Resolution.

ZARREF, L. Debate: **“Por que lembrar da fome?”** Congresso Brasileiro de Nutrição, Brasília, 2018.

ZIEGLER, J. **Destruição em Massa Geopolítica da Fome**. Tradução e Prefácio de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

8. ANEXOS

ANEXO I

TESE DE DOUTORAMENTO – ALIMENTAÇÃO COLETIVA NA PERSPECTIVA DA ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

Marta Moeckel Amaral Lustosa

Programa de Pós Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia

Universidade Federal do Rio de Janeiro – HCTE/UFRJ

PRIMEIRO QUESTIONÁRIO DIRIGIDO (Entrevista a Sergio Reis Marques)

1. João Pedro Stédile, à ocasião do XXV Congresso Brasileiro de Nutrição, sugeriu seu nome para que eu pudesse obter informações sobre o processo de alimentação nas marchas nacionais, nos eventos e até mesmo nas ocupações do MST. Poderia iniciar por contar um pouco da sua história? E como chegou ao ponto em que está hoje?
2. Fale-me sobre os princípios organizativos do MST e sua correlação com o processo de alimentação do coletivo. Direção coletiva, divisão de tarefas, disciplina, estudo, formação de quadro, conquistar com lutas de massa e vinculação com a base. São estes, correto?
3. Dentro do MST, entre os vários setores criados, a alimentação está inserida em algum?
4. Como se dá o processo organizativo de uma cozinha de ocupação? De acordo com alguns relatos, a cozinha é a primeira a ser construída, seguido da plenária e escola.
5. A Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça começou no dia 17 de fevereiro de 1997, partindo de três pontos do país, planejada para alcançar Brasília no dia 17 de abril. Foram dois meses de caminhada, com cerca de 1300 pessoas. Como se deu a logística para alimentação nesse primeiro grande movimento?
6. Como funciona uma cozinha itinerante?
7. A Marcha de 2005 mobilizou 12000 pessoas. A logística incluía 415 pessoas na cozinha. Como se deu esse processo?
8. Qual é a procedência dos alimentos a serem fornecidos?
9. Houve casos de doenças transmitidas por alimentos nessas marchas?
10. Quais foram as lições aprendidas no campo da alimentação do coletivo durante esse período que você esteve a frente desses processos?

Entrevistado: Sergio Reis Marques

Marta: João Pedro Stédile, a ocasião do XXV Congresso Brasileiro de Nutrição, sugeriu seu nome para que eu pudesse obter informações sobre o processo de alimentação nas marchas nacionais, nos eventos e até mesmo nas ocupações do MST. Poderia iniciar por contar um pouco da sua história? E como chegou ao ponto em que está hoje?

Chocolate: Bom sou Chocolate, nome de batismo Sérgio Reis Marques nascido em família humilde de origem camponesa, o mais velho de cinco irmãos: três meninas e dois meninos. Filho de mãe negra e pai mestiço com predominância de traços português e espanhol com miscigenação indígena. Minha história no MST passa por ter ido acampar em 01/12/1995 e, a partir do segundo dia até hoje estar vinculado à estrutura de debate político organizativa. Atuei na formação relações internacionais na área da produção e atualmente na saúde. O fato de ter características e gostos pessoais pela área da culinária me inclinou a desenvolver métodos que ajudem a potencializar está área. Mas já é outro assunto... Na minha trajetória de militância atuei e morei em vários estados e alguns países em atividade da organização.

Marta: Por que foi acampar em 01/12/1995?

Chocolate: Bom, eu sempre vivi no campo e trabalhava como assalariado rural e cheguei a conclusão de que não queria mais ser mandado e explorado desta forma. E na região tinha assentamentos que me permitia visualizar o que poderia ser pra mim.

Marta: Você participou de algum conflito na época?

Chocolate: Bastante enfrentamento. Na década de 90 era sempre propício.

Marta: Mas, algum conflito mais crítico?

Chocolate: Despejos, marchas, perda de companheiros.

Marta: Quando se embrenhou nas cozinhas?

Chocolate: Olha, nas atividades sempre acompanhava, mas propriamente a partir da marcha nacional de Goiânia a Brasília.

Marta: Então 2005, certo?

Chocolate: Antes, nas atividades de curso quantificando e dando pitacos. Pela formação, na minha primeira atividade de base eu acompanhava e coordenava cursos da Escola Nacional e outras modalidades. Nesses espaços sempre tem que se coordenar os custos, elaborar e quantificar para fazer o milagre da multiplicação. Para isso fui desenvolvendo técnicas quantitativas que permitissem alcançar bons resultados.

Marta: Escola Nacional Florestan Fernandes, certo?

Chocolate: Não, nesta época não tinha a Florestan. Fazíamos nos estados que tinham uma estrutura e tínhamos uma escola base em Caçador/SC.

Marta: E como era o planejamento de quantitativos? E como se dava a multiplicação?

Chocolate: Olha... O número de pessoas, a faixa etária, a origem cultural e, claro, a condição de verba que se tem. Tem uma coisa básica que levamos em conta que é característica camponesa, ou seja, um povo de hábitos alimentares pesados, devido a sua própria condição de vida pesada come bastante. Conforme a faixa etária pode te dar uma variação de 400 gramas de uma idade madura para uma mais jovem. Se vem do Sul tem um hábito com base na carne gordurosa, se vem do Nordeste já é outra base: mais farinha amidos em geral.

Marta: Nossa!!! E como faz esse planejamento?

Chocolate: Kkkk... Este quem sabe seja o segredo. Vais ter que estudar sobre o método que permite se apropriar do conteúdo que pode ser usado pra qualquer situação.

Marta: E como faço isso? No ano passado (2017), meu filho me pediu um cardápio para que fosse usado na marcha que ocorreria. Pediu cardápio e planejamento de compras. Na verdade ele queria comparar o técnico com o prático. Acabou a marcha não acontecendo.

Chocolate: Kkkk...desta eu planejei o exercício.

Marta: Então... Me explica isso. Me fala sobre os princípios organizativos.

Chocolate: Sugestão: encontra aí com seu menino uma cartilha de formação chamada método de trabalho de base, pois, aí está o princípio. Tem uma parte que trabalha sobre método e planejamento.

Marta: Essa é a base do planejamento das refeições?

Chocolate: No meu caso, como sempre trabalhei com este conteúdo me apropriei como base para ação de qualquer coisa que eu vá fazer.

Marta: Ok. Vou estudar sobre isso

Chocolate: É uma parte significativa. A outra é a parte prática dos indivíduos que se somam.

Marta: Mas, quando puder me fale sobre as cozinhas itinerantes.

Chocolate: Sobre as cozinhas, quando em ação geralmente são coletivas, ou seja, uma cozinha responde a um grupo de pessoas que se organizam para criar as condições básicas pra funcionar: os insumos básicos tipo estrutura, que neste caso sempre é o mínimo necessário para facilitar os deslocamentos. Um fogão ou uma chapa é suficiente pelo fato de, geralmente, não ter muitas condições de cardápio se faz o básico: café da manhã, água para o chimarrão kkkk... E depois almoço e jantar, aqui pelo sul sempre como base arroz, feijão e uma mistura. Já quando estamos em atividades mais amplas, ou seja, uma marcha nacional ou um acampamento, cada estado traz sua estrutura e a partir daí vamos padronizando as coisas tipo: cada um tem seu hábito alimentar e o que fazemos é criar condições de acesso para que todos os estados tenham as mesmas bases de produto pra que não se crie uma diferença no cardápio pra além da regionalidade. Bom, e tem aquelas atividade que planejamos tudo o cardápio, a quantidade de alimento pra manter este cardápio e estrutura pra executar este cardápio. Estrutura física, humana e o transporte pra fazer chegar às pessoas esta alimentação, e por aí vai...

Marta: Estou lendo o caderno de formação.

Chocolate: Como está a leitura? Conseguiu suprir sua demanda?

Marta: Ainda não. Estou tentando “linkar” com a minha vivência...

Chocolate: Este é um exercício mais difícil de fazer.

Marta: E como...

Chocolate: Todo esse conteúdo que está lendo pré suponha que esteja ligado diretamente a um coletivo. Está é uma questão de se pensar, pois, cozinha é espaço de indivíduos.

Marta: Sim. Cozinha é espaço de indivíduos...

Chocolate: Pois é aí que está a nossa diferença: conseguimos fazer destes espaços locais coletivos.

Marta: Lendo o método de planejamento tentei imaginar como isso tudo é feito envolvendo tanta gente.

Chocolate: Simples: os estados definem as pessoas que já tem suas potencialidades e todos colocam estas habilidades a disposição do coletivo e ficam sobre coordenação, neste caso pode ser minha ou de outra pessoa. A partir daí, botamos em prática o planejamento com divisão de tarefa, estudo e avaliação. Cada

um com uma tarefa específica que se soma ao todo: um grupo vai pras panelas, ou seja, feijão, arroz, carne e por aí vai. Outros para o pré-preparo dos legumes, outro pra higienização e teremos um grupo que somam as tarefas em bem do coletivo e viram um só.

Marta: Mas tem uma essência aí que difere das cozinhas institucionais ou industriais ou comerciais: o método.

Chocolate: Sim, pois, as pessoas não são empregadas ou obrigadas a trabalhar. Veem por que sabem da sua importância. Como fazem parte orgânica do MST sabem que terá um jeito, um método que vai organizar a atividade e, neste caso, há uma hierarquia, não no sentido militar, mas na condição de implementação deste método, que estará coordenando. Se por acaso a pessoa não responder, não se mantém na atividade. E todos colocam seu melhor na atividade, pois sabem que é a forma de contribuir para que os demais estejam na sua melhor condição pra outras atividades.

Marta: O que me conta da Caravana Semiárido Contra a Fome em julho/agosto de 2018? Precisa me contar como é isso.

Chocolate: Estive na cozinha. Este é o ato de fazer. Muito trabalho!

Marta: Posso te enviar minha proposta de tese para você ler? E avaliar se estou no caminho certo?

Chocolate: Claro que sim.

Marta: Como foi a Marcha Lula Livre em agosto de 2018?

Chocolate: Nossa! Foi tudo bem, mas muito trabalhoso. Trabalhamos demais, em turnos diretos. Mas valeu a pena!

Marta: Qual a sua avaliação da Marcha?

Chocolate: Olha... Creio que ela alcançou o propósito que era de criar condição pra registrar a candidatura do Lula e, no mais, sempre é um movimento pedagógico para a militância. É um bom motivador pra sociedade refletir. Creio que repautamos o momento político.

Marta: E quanto à alimentação?

Chocolate: Creio que fizemos um bom exercício: uma cozinha única não é fácil! Mas alimentamos bem o povo. Então acertamos!

Marta: Estou aqui pensando e com a certeza que precisamos conversar muito. Trabalho nos Restaurantes Universitários da UFRJ e estamos vivendo um caos nessas semanas. Trocou a empresa terceirizada e essa não consegue fornecedor alimentação adequada a todos os alunos. Falta isso, aquilo, previsões erradas, troca de cardápio, esperas intermináveis, reclamações de alunos, objetos estranhos nas saladas etc. e etc.

Como é isso numa cozinha única na Marcha?

Chocolate: Na Marcha trabalhamos com um cardápio enxuto, pois, facilita as condições de preparação. Outra coisa, 70% dos alimentos veio dos nossos assentamentos. Tem um padrão de qualidade definido e trabalhamos com um grupo de militância que acredita que aquela atividade é fundamental pra Marcha andar bem e, neste caso, as pessoas o fazem por vontade, não são remuneradas. Fazem com amor isso, e aí tem um produto final diferente. Mas de qualquer forma, toda linha de produção industrial tem que ter um padrão e gente disposta a cumprir ele, senão vira um caos.

Marta: Você conseguiu ler alguma coisa?

Chocolate: Olha só fiz uma leitura sobre a proposta do seu trabalho. Amei! Em relação a proposição do que nos toca em relação ao caminho metodológico creio que está bem definido. O desafio será explicitar tal conteúdo. Agradeço pela perspectiva do trabalho em nos considerar fonte pra tamanho desafiou. Creio que no conjunto está bem embasado. Confesso não ter feito uma leitura mais detalhista visto as correrias e

também pelo próprio limite de ser um camponês lendo um trabalho acadêmico. Mas estou a sua disposição dentro dos limites já ditos a contribuir. Abraço.

Marta: Que bom que gostou! Minha qualificação será em 25 de setembro e gostaria de saber um pouco mais dessa metodologia, como esse método é aplicado à alimentação. E aí, acho que você pode me ajudar, me dando um pouco mais de informações. Se você tiver algumas fotos seria ótimo.

Chocolate: Beleza! Olha... Quem tem muitas fotos, inclusive da última cozinha, é o fotógrafo Douglas Mansur. Procura na página dele: Celeiro da Memória no Facebook. Daí, creio que encontrará uma boa memória fotográfica, pois eu mesmo não faço fotos kkk...

Marta: Mas preciso de suas memórias, conhecimentos e informações.

Chocolate: Pode ser. Me pergunte e vou lhe respondendo.

Marta: Vou traçar alguns questionamentos em cima do que já li sobre o método de trabalho e te envio por e-mail. Pode ser?

Chocolate: Ok.

Marta: Você me autoriza o uso de sua imagem para compor sua fala sobre sua trajetória?

Chocolate: Sem problemas, pode usar.

Entrevistado: José Carlos da Silva

Marta: Como você começou? Como chegou até aqui?

Carlão: Eu comecei com 31 anos de idade. Eu já era massoterapeuta e já trabalhava com fitoterapia e fitocosméticos. Eu conheci o MST através de movimentos sociais mesmo. Eu já fazia parte de movimentos sociais, sindicato, então eu conheci, gostei e emburaquei. Emburaquei, comecei a trabalhar já no setor de saúde em Paes Leme/RJ, assim que começou o assentamento Terra Prometida. Na verdade eu venho a ser cria do Terra Prometida, assim que começou o Terra Prometida, na primeira fazenda que ocupamos no Terra Prometida fazenda do Boulos. Eu trabalhava junto com o Claudio Amaro, assentado lá, mais uma galera que estava na época que hoje em dia não tem quase ninguém. Isso tem 20 anos e eu sempre quis fazer multiplicadores de saúde.

Marta: Você já era massoterapeuta, mas já mexia com fitoterápicos?

Carlão: Com ervas eu já mexo desde os treze anos de idade.

Marta: Você é de onde?

Carlão: Eu nasci em Jacarepaguá, no Largo do Pechincha. Minha mãe era índia e meu pai era descendente de português. Filho de português com italiano, porém nasceu no Espírito Santo. Meus olhos claros puxei do meu pai, porém a cor da minha mãe. Todo conhecimento de ervas que eu tenho vem de origem da minha mãe que era tupi-guarani. Da minha família o único que adquiriu isso fui eu. Meus irmãos no total 13, hoje em dia somos 8, os outros 5 morreram. De todos eles eu fui o único que adquiriu esses conhecimentos, o restante não quis. Eu fui o único que puxei pela parte da minha mãe e aquele negócio filha, não quis saber de outra coisa pra mim.

Marta: Quando você começou no Terra Prometida você já começou no Coletivo de Saúde já trabalhando com que?

Carlão: Com ervas só. Eu já fazia tinturas, pomadas para ajudar os acampamentos. Antes do MST eu já fazia para vender. Eu vendi muita erva e pomadas aqui no centro da cidade. Eu ficava sempre ali na Tiradentes, eu montava na praça. Eu era o cara que andava no centro da cidade aqui, em Nova Iguaçu, eu tinha uma cobra que eu levava comigo, um lagarto, tudo isso.

Marta: Como você foi parar na cozinha do MST

Carlão: Na verdade eu mexia com ervas, mas trabalhava de cozinheiro fora do Movimento. Eu amo a cozinha.

Marta: Sempre gostou de cozinhar né? Parece que você cozinha bem, pelo menos é o que o Raoni fala.

Carlão: Eu amo a cozinha. Quando eu conheci o Movimento eu trabalhava no Fenix, restaurante ali em Ipanema. Não sei se ele existe ainda, tem muitos anos que eu saí de lá, trabalhei 8 anos lá. Assim que eu entrei no movimento eu saí de lá. Faço o prato que você quiser. Qualquer prato que você pedir eu faço. Meu conhecimento na cozinha graças a Deus é amplo, como o meu conhecimento no ramo fitoterápico. Eu trabalho no movimento beirando 20 anos.

Marta: Como então você foi parar na cozinha? Hoje, pelo que Chocolate falou, existe um grupo, um coletivo que organiza. Cada estado tem as suas estrelas, digamos assim, as pessoas que se identificam com a cozinha e você, no RJ, é uma pessoa que se identifica com a cozinha. Então, como você foi parar na Cozinha do MST?

Carlão: Foi assim. Na ocupação do Terra Prometida, no dia que ocupamos lá montamos a cozinha. Não tinha ninguém para assumir a cozinha. Todo mundo correndo para fazer barraco e quase ninguém queria assumir a cozinha. Aí eu falei: Gente eu não vou deixar as crianças com fome, eu vou assumir a cozinha, pode ser? Falaram: Pode. Assumi a cozinha ali.

Marta: Então você participou da ocupação mesmo né?

Carlão: Isso. Assumi a cozinha, comecei. Primeiro para as crianças e depois para os adultos. Daí o que aconteceu, viram o meu potencial, meu tempero e começaram falar comigo: Pô Carlão, você podia cozinhar para as nossas atividades? Eu falei: Só marcar. Aí toda a atividade que tinha no estado do Rio era eu que ia cozinhar.

Marta: Tá, mas eu preciso de mais detalhes. Quando você ocupou, que você falou aí assumi a cozinha, como é que é isso, como é que montar uma cozinha ali, já tinha tudo? Já tinha um barraco, como é que é montar uma cozinha?

Carlão: Sempre leva uma lona extra que é para cozinha de lenha do acampamento, que é uma lona resistente. Então, a primeira coisa que monta é a cozinha. Porque o povo sem comer não vai sobreviver. Então monta primeiro a cozinha e dali é que vai saindo o restante das direções.

Marta: Mas monta a cozinha, tem a lona, você falou que é uma cozinha de lenha, como se cozinha?

Carlão: Muitas das vezes é utilizada uma lona de circo que acaba ficando da altura daquele poste ali, aí não tem perigo do fogo. É bem longa e bem arejada em volta, que é justamente para não pegar fogo em nada. O fogão é sempre no centro para ter certeza que não vai esquentar a lona de lado nenhum. E dos lados é feita a despensa, que aí vai se fechando de bambu coladinho um do outro, mas bem colado mesmo e depois é barreado e embolsado por dentro, que é justamente para não entrar bicho, nada que venha danificar a alimentação. É muito bem estruturada uma cozinha de lenha dentro de um acampamento.

Marta: Como são acampados imagino que cada um carrega sua panela, suas coisas. Como é que é isso na hora de montar uma cozinha? Você pensou: tenho que alimentar as crianças. Como é que é montar?

Carlão: Faz a alimentação, alimenta primeiro as crianças, os idosos e depois os demais.

Marta: Mas como é fazer? Os ingredientes, as panelas, os utensílios?

Carlão: Isso já é tudo organizado antes de ocupar.

Marta: Utiliza-se então o Caderno de Formação que fala sobre o Método de Planejamento. Isso tudo é planejado antes da ocupação. Isso agora né, imagino como era antes lá nas primeiras ocupações como deveria ser diferente.

Carlão: Tudo organizado. As cestas básicas tudo organizada antes da ocupação. Quando vai ocupar já vai levando tudo.

Marta: Nessa ocupação do Terra Prometida já era assim?

Carlão: Já era assim. Aí tu vê. Nós já vem organizados a quase 40 anos desse jeito. Já vinha organizado desde o começo. Por que nós organizamos desde o começo? Não tem como nós fazer um trabalho de base para uma ocupação e não ter alimento para o povo. Não adianta. Vai levar o povo para passar fome? Não. Não podemos fazer isso. É tudo organizado. Agora, como cada um leva duas panelinhas essas coisas, o almoço, a janta, café da manhã é tudo coletivo, tudo coletivo na cozinha central do acampamento.

Marta: Tá, mas hoje eu sei que o movimento já tem equipamentos, já tem uma cozinha montada. Mas há vinte anos atrás não tinha né? Hoje eu sei que, por exemplo, naquela Marcha Lula Livre em agosto de 2018, já tinha caminhão frigorificado, você inclusive se machucou, tenho fotos do Mansur que eu peguei no Portal Celeiro da Memória da cozinha da Marcha. O que eu entendi que tem já uma estrutura, mas há vinte anos não tinha essa estrutura, tinha?

Carlão: Não, essa estrutura não. Era tudo estruturado em lona.

Marta: Mas estrutura de equipamentos, de panelas, de fogão etc.

Carlão: Já tinha.

Marta: Pra ocupar o Terra Prometida essa estrutura já foi carregada para lá?

Carlão: Já tinha. Era tudo organizado antes da ocupação. Por que? Justamente para que o povo não se disperse. Durante a ocupação o povo não pode se dispersar, porque aí vem a reintegração de posse, você tem que estar com o povo ali, vem os processos, você tem que estar com o povo ali. Pra que aquela terra saia de verdade para aquele povo. Então, existem vários processos e a cozinha é um desses processos. Não pode ficar sem ser organizada, como o setor de saúde também não pode ficar sem ser organizado. Tem que ser muito bem organizado.

Marta: Sempre que há uma Marcha você é chamado para esse grupo que o Chocolate falou, o qual ele faz a coordenação né?

Carlão: Sou

Marta: Mas me fala um pouquinho sobre essas cozinhas de ocupação. Elas ficam montadas até acontecer o despejo ou o assentamento né?

Carlão: Essas cozinhas ficam montadas até acontecer o assentamento. Quando acontece o assentamento aquela cozinha de lona passa para dentro de uma estrutura do assentamento, que muitas das vezes é a sede da fazenda ou um alojamento dentro da fazenda. Aquela cozinha ela nunca acaba. Ela continua ali, muitas das vezes não para o assentamento mais, mas sim, para reuniões, para cursos, aquela cozinha passa a ser utilizada para alimentar o povo que vai para curso para aquele assentamento, para alimentar o povo que vai para uma reunião de dias naquele assentamento e para ajudar alguns que ainda no começo do assentamento passam por certa dificuldade. Por exemplo, quem já é aposentado no começo do assentamento não passa por dificuldade porque ele tem aquela garantia dele ali. E aqueles que não são aposentados no começo e ele precisa ainda, então aquela cozinha mesmo passando para uma estrutura vai auxiliar ele. Nem que não seja fazendo comida para ele, mas tirando dali alimentação e dando para ele fazer, até que ele se estabeleça. Entendeu?

Marta: Nessa ocupação como chegam os gêneros? Na Marcha eu sei que é tudo organizado de acordo com o que é produzido naquela região, foi isso que eu entendi do Chocolate. A equipe vai vendo o que cada região produz ali que pode chegar no local da Marcha. No caso dessa Marcha específica, de agosto/2018, a cozinha foi fixa, não foi aquela cozinha itinerante. Como é que chega na ocupação, pois ainda não tem produção ali, como chegam os alimentos?

Carlão: De outros assentamentos que manda pra lá.

Marta: Aí vem de caminhão, de carro, de que?

Carlão: De caminhão, de carro, de carroça mais vai. Do assentamento mais próximo

Marta: No caso do Terra Prometida qual era o mais próximo?

Carlão: Na época do Terra Prometida o mais próximo era Campos

Marta: Nossa, é longe né?

Carlão: Mas mesmo assim saiu alimentação de Campos para o Terra Prometida. É um meio de comunicação nossa que não pode se perder.

Marta: E como vocês se comunicavam na época. Porque hoje tem celular, tem zap, tem tudo?

Carlão: Nós se comunicava pelo telefone fixo. Nós chegávamos no centro da cidade onde estava o acampamento, ia para o orelhão, ligava para a secretaria do Rio, para a secretaria do Rio ligar para a secretaria de Campos.

Marta: E você já participou de cozinhas itinerantes? E quais? Qual Marcha?

Carlão: Na Marcha de 2005 não fui pela cozinha. Fui coordenando o setor de saúde. Mas tenho a trajetória toda da cozinha como era. Quem foi coordenando a cozinha foi o Marcos, que hoje em dia não

está mais no Movimento. Então, a cozinha em cada acampamento que montava, a cozinha era montada 1 km antes. A alimentação chegava no horário certinho. A cozinha era assim: montava a cozinha 4 hs da manhã, quando a Marcha chegava no local a alimentação já estava ali esperando o povo.

Marta: E era montada com lona?

Carlão: Sim, com lona de circo.

Marta: E os equipamentos seguiam no caminhão?

Carlão: Tudo no caminhão e ônibus.

Marta: Aí já começava com o café da manhã é isso?

Carlão: Com o café da manhã e em seguida almoço e janta. Quando terminava a janta, aquela cozinha era desmontada e seguia a noite para a próxima parada.

Marta: Isso todo dia?

Carlão: Todo dia.

Marta: Todos os alimentos estavam no caminhão?

Carlão: Tudo no caminhão.

Marta: E também eram dos assentamentos? Assentamentos variados nesse caso né?

Carlão: Isso ai. Assentamentos variados.

Marta: E como fazia o planejamento daquela comida. O Chocolate já me falou, ele já devia estar inserido nesse meio ai nessa época. Faz todo o planejamento, ele já tem na cabeça a quantidade para tantas pessoas ele sabe qual o perfil das pessoas, se é mais jovem ou mais velho, se come mais ou come menos, aí fazem todo o planejamento.

Carlão: Em 2005 a cozinha foi por estado, não foi a nível nacional. O estado do Rio de Janeiro foi responsável pela sua cozinha. Cada estado tinha sua cozinha.

Marta: 2005 eram quantas pessoas na Marcha?

Carlão: 2005 deu uma base de 18000 delegados. Cada estado foi responsável pela sua cozinha. A cozinha que foi a nível nacional foi agora 2018 - Lula Livre.

Marta: Mas no caso do estado do Rio de Janeiro é você e tem outras pessoas que tem essa afinidade pela cozinha? Quem foi responsável pela cozinha? Você estava no coletivo de saúde né? Tem outras pessoas que se envolvem na cozinha aqui?

Carlão: Aqui no estado do Rio de Janeiro tem eu, tem a Sirley que é uma cozinheira de mão cheia, eu tiro o chapéu para ela, aquela bicha sabe cozinhar hem? Meu Deus do Céu! Tiro o chapéu pra ela tá! Um dia ela vai te chamar para você almoçar com ela e tu vai ver como ela cozinha. A Sirley, a Helma também. São pessoas que já são indicadas para isso. Só que o maior alvo no estado do Rio para indicar para a cozinha é sempre eu. Não sei o motivo, mas é sempre eu, sempre o Carlão. Só quando eu estou muito imprensado com atividade no setor de saúde aí eu falo: não posso

Marta: Então se tiver uma ocupação hoje, algum evento assim você é sempre chamado para a cozinha?

Carlão: Sempre chamado. Sempre para coordenar a alimentação.

Marta: Você falou que no caso da Marcha de 2018 a cozinha foi nacional. Como foi isso?

Carlão: Cada estado levou sua cota de alimentação. O estado do Rio que mandou um caminhão de alimentação, colhido dos assentamentos todo do estado do RJ.

Marta: E era só uma cozinha?

Carlão: Só uma cozinha.

Marta: No caso de 2005 cada estado tinha a sua?

Carlão: Isso. Cada estado era responsável pela sua alimentação.

Marta: E se montavam cozinhas diferentes?

Carlão: Isso. Montavam cozinhas diferentes. Agora não. 2018 já foi a nível nacional. E eu creio que a próxima atividade que tiver a nível nacional eu creio que a cozinha vai ser a nível nacional de novo.

Marta: Por quê? Tem alguma coisa preparada? Estão pensando alguma coisa?

Carlão: Porque essa cozinha a nível nacional ela repercutiu bem. Teve bom êxito. Então com certeza vai se repetir de novo.

Marta: O Chocolate me falou que quando tem esses grupos na cozinha um fica responsável pelo arroz e pelo feijão, outro fica responsável pela mistura, a carne, outro por fazer a higienização e eu até brinquei com ele quando ele me disse: “não porque o nosso cardápio dessa vez foi bem enxuto”. E aí pelas fotos que eu vi falei: “Enxuto? Mas tem tanta coisa pra ser feita, tanta coisa para ser pré-preparada, pra cortar e tudo, não estou vendo nada de enxuto” Porque é coisa trabalhosa, descascar legumes, cortar legumes etc.

Carlão: Mas é sempre dividido em equipes. Uma equipe para lavar, a parte de higiene...

Marta: E como faz pra lavar? Onde se lavam as panelas? E a água?

Carlão: É tudo montado antes. O que acontece. Na ocupação, quando se monta o acampamento, se monta a área de lavar as vasilhas, que é com um tanque bem grande onde lava tudo ali.

Marta: Mas a água vem da onde?

Carlão: A água? Nós fura poço na hora. É separada uma equipe só para trabalhar naquilo ali. Uma equipe só para escavação de poço que já é a equipe de Infraestrutura. Ela é responsável por colocar a água no acampamento.

Marta: E na Marcha?

Carlão: Na Marcha Nacional a equipe da Infraestrutura vai fazer a mesma coisa.

Marta: Poço também?

Carlão: Aí não. Porque aí você vai estar em solo que você não conhece, solo envenenado. Nós não vamos fazer uma coisa dessas. Aí é caminhão pipa. A equipe da Infraestrutura vai fazer a negociação disso para que não falte água.

Marta: A equipe de Infraestrutura tem muita responsabilidade né?

Carlão: E muita!

Marta: Ainda tem a questão do lixo também, tem que gerenciar a questão do lixo em geral.

Carlão: Mas aí já é equipe de limpeza.

Marta: Mas a equipe de Infraestrutura que tem que providenciar os contentores etc.. não?

Carlão: Isso. A Infraestrutura fica responsável por isso tudo, só que ela é que vai dividir essas outras equipes e vai dividir o trabalho. Já a equipe da alimentação é o coordenador, ou a nível de estado ou a nível nacional, que vai coordenar aquilo ali. Aí o que que ele faz? Ali ele vai dividir as equipes também ali dentro: equipe para fazer o arroz, equipe para fazer o feijão, equipe para fazer carne, legumes, equipe para o café da manhã, equipe para o café da tarde. Mas é tudo ali encaminhado certinho. E porque que tem que

ter essas equipes? Para não haver atraso. Eu não posso chegar e montar um acampamento aqui hoje e eu querer assumir tudo. Porque se eu for querer assumir tudo vai ter um atraso. Então eu tenho que coordenar aquelas equipes. Entendeu? Coordenar para que ande tudo certinho e bata tudo na hora certinha. E não passe e nem atrase daquele horário.

Marta: O Chocolate me falou que nos primeiros dias da Marcha houve um pouquinho de atraso, mas depois eles logo se adequaram. Isso no ano de 2018.

Carlão: O primeiro dia é sempre complicado. Por quê? Foi no dia que vem chegando as painéis. Engraçado que a alimentação chegou toda primeiro. As painéis e os fogões industriais vieram chegando com horas de atraso. Por quê? Justamente por causa do trânsito. Então teve um pouco de atraso. O almoço no primeiro dia foi sair 4 horas da tarde.

Marta: É o Chocolate falou. O pessoal todo com fome né? Deve ter sido complicado.

Carlão: Mas no segundo dia as coisas fluíram. Por quê? As equipes já tinham se estabelecido ali. Enquanto as equipes não se estabelecem há o atraso.

Marta: É normal né, tudo é questão de adaptação. Agora, cálculo de pessoas para trabalhar na cozinha, tudo é a coordenação que faz né? Quantas pessoas irão trabalhar? Já sabe, por exemplo, que precisa de tantas pessoas para fazer o arroz e o feijão? É a coordenação que determina a quantidade de pessoas? Ou as pessoas falam “eu quero ir para a cozinha” não tem esse negócio?

Carlão: É, mas aí essa indicação sai da área. Uma suposição: você tá assentada no Roseli Nunes, eu sou assentado no Irmã Dorthy. Então, se você quer ir pra cozinha, você tem que levar a sua conversa com os coordenadores da sua área, que é para eles poderem mandar a sua indicação.

Marta: Tem toda uma hierarquia né?

Carlão: Isso. Tem. Por quê? Por que a indicação tem que sair da área? Não tem como você fazer uma indicação sem sair de uma base. Então tudo tem que sair da base.

Marta: Uma coisa que eu perguntei para o Chocolate, como você vê esses princípios organizativos do MST? Porque é isso que mais me fascina. Esse processo de organização. Porque eu falei para o Chocolate: a gente para produzir dentro de uma empresa, dentro de uma instituição, produzir refeições para 2500 pessoas, 5000 pessoas dentro de um local desse é muito complicado, é difícil. Foi o que o Stédile falou para mim: “Você sabe Marta que uma vez um general das Forças Armadas me chamou e eu fiquei preocupado lógico, mas eu fui lá. Quando eu cheguei lá falei – general eu não sei o que eu estou fazendo aqui, não sei por que o Senhor me chamou aqui. O general me respondeu: Sabe por quê? Porque a gente não sabe como vocês conseguem alimentar 12000 pessoas que estão caminhando, com uma cozinha itinerante e a gente no Exército não consegue. Por isso que eu te chamei aqui”.

Esse processo organizativo, isso tudo é o que me fascina. Aí o Chocolate falou assim para mim: “tem uma grande diferença, uma coisa é você trabalhar por um ideal, por uma coisa que você acredita, outra coisa é trabalhar por dinheiro. Existe uma grande diferença”. O que você acha disso?

Carlão: Quando você tem um ideal para poder cumprir aquilo ali, você vê a força do sacrifício da pessoa, a força da pessoa que quer vencer. Como posso explicar isso. Tu já viu uma estourada de boi?

Marta: Já vi pela televisão.

Carlão: O povo é a mesma coisa. Na estourada de boi sempre tem um que puxa na frente, o resto tudo acompanha. Quebra tudo que estiver na frente. O povo é a mesma coisa. Quando o povo se vê acuado é igual animal selvagem. Acuado eles começam a se organizar a si próprio. Como escreveu Paulo Freire, “Ninguém educa ninguém, as pessoas se educam a si próprio”. Como as pessoas se educam a si próprio, então, quando o povo se sente acuado, o povo mesmo começa a se organizar a si próprio e formar as organizações. É por isso que o nosso povo é organizado. O nosso povo tem cursos de organizações. Para quê? Para aprender se organizar numa hora dessas. Como batalhões do exército não consegue ter a

organização que nós temos. Entendeu? Por quê? Pedro Stédile falou, eles visam o dinheiro, nós não. Nós visamos a razão e o benefício nosso que está nas mãos dele, preso nas mãos deles. Nós temos que tirar isso das mãos deles. É por isso que o medo deles é tanto que eles não conseguem se organizar. Nós somos organizados.

Marta: Isso que eu acho que é interessante. Tenho que estudar mais sobre os princípios organizativos.

Carlão: Porque, olha bem uma coisa. Se você fica acuada, tu vai caçar um meio de escapar dali não vai? Tu vai caçar um meio de derrubar seu oponente. Assim mesmo é o povo. Assim mesmo foi essa quantidade de gente que estava lá na ocupação e a alimentação tudo certinho pra eles. Não atrasava. Só, como eu disse, só o primeiro dia que atrasou e depois não. Mas por quê? Por causa dessa nossa organização.

Marta: Uma coisa que o Chocolate me disse foi que na Marcha do ano passado não aconteceu nada. Mas já houve casos de intoxicação alimentar?

Carlão: Não.

Marta: Nunca você participou disso?

Carlão: Com a gente não.

Marta: Porque você deve concordar comigo: cozinhar para muita gente, num ambiente ao ar livre, com uma água que você não conhece. Tudo bem quando tem poço, mas quando não tem, carro pipa, a manipulação, não tem locais para lavar as mãos... Até que no sul eu vi num evento que fui em Porto Alegre tinha lá umas colunas com torneiras e pipas. Mas é perigoso né? Eu já passei por uma infeliz situação de chegar em uma empresa e deparar com muitas pessoas passando mal porque comeram no dia anterior uma carne assada que havia sido preparada lá e deu ruim.

Carlão: Mas nós em cada ocupação nossa quando é a nível estadual ou nacional nós montamos as colunas de água. Não podemos ficar sem ela.

Marta: Como é que é isso, a coluna de água?

Carlão: É carro pipa. Que é justamente para o trabalho de higiene nosso.

Marta: E tem a higiene pessoal também né? No ano passado teve banheiro químico né?

Carlão: Com certeza. Então, é montado os banheiros para banho, os banheiros químicos para serem usados. Tudo direitinho. Os banheiros para banho são muito bem montados. E aquele negócio, você monta de lona também, mas é uma lona de circo, bem grande, bem grossa, do jeito que não se rasga com o vento, impermeável. O chão é todo forrado de pallet e coberto com borracha, emborrachado pra evitar da pessoa escorregar, cai ali e se machucar ou então tomar um banho ali e sair arrastando terra no pé.

Marta: Isso tudo é a Infra que faz.

Carlão: Sim. Tudo bem organizado. A organização é muito bem feitinha, justamente para que companheiro nenhum nosso venha a tomar banho ao ar livre.

Marta: Ai pra cozinha, por exemplo, como é que vocês fazem? Não é pia nem nada pra lavar as mãos, panelas né?

Carlão: Tem. Coloca-se a pia e os tanques de panela para servir só a cozinha.

Marta: Tipo aquelas caixas d'água redonda é isso?

Carlão: Não, tanque de inox.

Marta: Nossa, que chique?

Carlão: Mas é, tanque inox, justamente para as cozinhas. Especialmente para as cozinhas. Tanque inox separado tudo direitinho. No final do dia aquilo tudo é lavado e esterilizado.

Marta: Como é que é esterilizado?

Carlão: Você lava muito bem lavado, esteriliza aquilo ali com cloro e tampa tudo. Que é pro outro dia você pegar aquilo esterilizado, limpo pra poder continuar o seu trabalho normal de novo. E cada equipe que é responsável pelo dia é obrigada a entregar aquilo ali esterilizado. Por quê? Porque a outra equipe que começa de manhã não vai ter tempo de esterilizar. Ela tem que entregar esterilizado para que não tenha problema nenhum de infecção alimentar para ninguém.

Marta: Então você nunca teve esse problema. Deve ter tido em algum momento lá trás, mas desde que você participou não?

Carlão: Não. Desde que eu participei não.

Marta: Só para terminar, acho que você já me deu bastante informação, tá tudo se encaixando com o que o Chocolate falou, o que você tira, quais são as lições aprendidas na alimentação do coletivo do MST esse tempo todo que você está no Movimento?

Carlão: O que eu tiro mais disso tudo para mim? Uma coisa é experiência, adquirei mais conhecimento e consigo cada vez mais aumentar o meu vínculo de amizade e o amor que eu tenho por tudo isso. Eu tenho um amor pelo MST tão grande que, sinceridade, eu acho que se o MST deixar de existir de hoje pra amanhã é capaz de eu morrer junto.

Marta: Isso é muito forte!

Carlão: Sério, é capaz de eu morrer junto.

Marta: Eu acho que é apaixonante!

Carlão: Eu costumo dizer bem claro que eu não cuspo no prato que eu como. Não gosto disso. É por isso que existe esse amor, esse vínculo tão grande meu com o MST. Eu amo demais essa organização.

Marta: Eu acho que é apaixonante mesmo. Eu se não tivesse tanta atividade acho que eu gostaria até de participar lá do Terra Crioula, de trabalhar na cozinha, de ajudar, de fazer algumas orientações, de participar daquilo. Mas um dia eu ainda vou participar, porque hoje não dá. Porque para você ir tem que se dedicar. Eu vejo a paixão do Raoni, ele é integralmente MST.

Carlão: Raoni ama demais o MST também.

Marta: Muito obrigada pela sua atenção e tempo.

Entrevistado: Anselmo Joaquim da Silva

Marta: Gostaria que você começasse pela sua historia, você falou que nasceu dentro do assentamento, não foi isso? Como é seu nome completo?

Anselmo: Então, Eu me chamo Anselmo Joaquim da Silva e eu não nasci dentro de um assentamento. Na verdade eu nasci dentro do assentamento pegando os assentamentos antigos do Rio de Janeiro. Eu venho de uma área, de um assentamento chamado Coletivo que fica na baixada aqui em Seropédica. Lá na época da ditadura, meu pai pegou terra lá e eu nasci lá. Com quatro anos de idade meu pai vendeu e saiu de lá foi morar na cidade, morar na verdade num bairro próximo, e três anos depois caiu a ficha e ele foi morar num acampamento de novo, pegar outro pedaço de terra também em Seropédica. Aí já foi o Sol da Manhã e eu já tava com sete anos de idade. Eu saí na verdade no período de 4 até 7 anos, eu continuei na zona rural mas era um bairrozinho pequeno lá perto mesmo. Aí foi assim: eu fiquei no assentamento do meu pai até eu fazer 18 anos, até agosto de 1996, foi quando eu conheci o Movimento. Aí eu vim morar na Fazenda do Salto, em Barra Mansa, a primeira ocupação que eu participei. Mas assim, pegando história de acampamento, de cozinha, desde aquela época que eu tinha sete anos de idade a gente frequentava as cozinhas e as cozinhas eram coletiva nos assentamentos.

Marta: Como é que era a cozinha lá no acampamento?

Anselmo: Essa cozinha da época do meu pai lá eu lembro muito pouco, eu tinha 7 anos de idade. Então eu lembro assim, que era um galpão dentro do acampamento, o pessoal tinha as equipes que pegava lenha, tinha as equipes que cozinhava, entendeu? Eu lembro que o meu pai era a pessoa que era responsável de pegar a lenha. Isso daquela época.

Marta: Porque não tinha fogão né?

Anselmo: Não, era fogão à lenha. Naquela época a alimentação vinha pelo governo do estado, de doação, lá por 1985, 1986, 1987, coisa assim, que era o assentamento lá.

Marta: Você é de que ano?

Anselmo: Eu sou de 79. Nessa época era o governo do estado que mandava. O assentamento lá hoje foi na verdade feito por uma parte do INCRA e outra parte pelo governo do estado. Mas no acampamento era toda do governo do estado que bancava a alimentação. A ocupação quem organizou foi a CPT. O governo do estado até hoje tem alguns projetos dentro do assentamento. Assim, você pega alguns assentamentos do governo do estado que eles têm mais estrutura de trator, essas coisas, diferente do INCRA. E até a alimentação era mais... Peguei uma época de acampamento que o INCRA enviava alimentação. A alimentação do governo do estado era totalmente diferente, alimentação muito melhor do governo do estado do que do INCRA.

Marta: Mas como é que eram esses acampamentos. Pelo que você falou, já tinha esse processo organizativo de equipes divididas em tarefas. Isso quando?

Anselmo: 1985. O Movimento vem da CPT. No Rio de Janeiro o MST começa em 1996. A CPT que se organizava nos estados e fazia a ocupação de terra. Aí foi quando começou o MST.

Marta: Bom, seguindo adiante a sua história: Você estava com 7 anos lá no Sol da Manhã e depois?

Anselmo: Então, eu fiquei até os 18 anos no Sol da Manhã e na semana que eu fiz 18 anos eu fui acampar. Eu fui para Barra Mansa, na Fazenda do Salto, mas eu não lembro o nome do acampamento de jeito nenhum. E tem até hoje o assentamento lá, mas nessa época teve até a Marcha Estadual. Mas assim, a Marcha Estadual não era igual às outras marchas que tinha alimentação feita por nós. A gente chegava aos lugares e as pessoas nos recebiam já com alimentação. Na Marcha Estadual a gente vinha com duas ou três colunas para ir para capital né? A gente passava de uma cidade para outra, a gente chegava na igreja, no sindicato onde que a gente ia ficar e eles forneciam alimentação para nós. Foi a Marcha Estadual do Rio de Janeiro. Na verdade todos os estados fizeram as suas marchas, mas aí já era MST, o começo do

Movimento. Eu acredito que essa Marcha foi em 97 porque veio o pessoal de Campos. Então vem a ocupação do Zumbi que é a maior ocupação do Rio de Janeiro né? Eu acho que foi 97, julho de 97. Mas assim, voltando para o acampamento. Quando eu já cheguei no acampamento pela primeira vez, eu lembro um pouco da história de quando eu tinha 7 anos de idade, que era cozinha coletiva. Eu fui para um acampamento na época que deveria ter umas 70/ 60 famílias e era tudo coletivo, era uma cozinha só. Era um barracão que era feito. Na verdade lá nessa lá quando a gente ocupou a Fazenda do Salto, era uma estrutura de um Colégio. Então nós montamos o acampamento e lá no Colégio era a cozinha. Era um colégio de interior, aqueles coleginhos pequenininhos que tinha só duas salinhas uma cozinhezinha com uma varandinha na frente, nem refeitório tinha. Aí lá era nossa cozinha coletiva. Nessa época tinha até uma coisa que diferente da época de agora, se a gente montar um acampamento agora, tinha uma política bem forte de não ter fogão nos barracos, porque que era perigoso você ter um fogão no barraco. “Ahh não... vai ter um lugar só”. Então nessa época já era cozinha coletiva e era assim: “Ahh, mas eu quero ter um negocinho para eu esquentar”... não, não pode. Tinha-se até escondido, mas não tinha um fogão de lenha, você tinha um fogãozinho às vezes dentro de casa, mas na moita. Tudo era coletivo. Nesse período, lá na Fazenda do Salto, a gente pegava e recebia alimentação do INCRA e algumas de doações da Igreja. A Prefeitura de Barra Mansa na época ajudou muito. De vez em quando também chegava alimentação por parte deles. Porque foi mudando né? O INCRA tinha uma época que mandava a cesta normal para nós, só que era de péssima qualidade. A gente tinha um feijão que o pessoal do acampamento conhece como feijão bala, feijão 24 horas. A gente botava o feijão para cozinhar, a equipe que pegava na cozinha, porque a gente já era dividido em núcleo né? E cada núcleo tinha a responsabilidade por dia de fazer alimentação. O feijão era posto de manhã, o pessoal chegava escolhia, botava ele de molho e depois de tarde botava ele para cozinhar. Aí a equipe que fazia a segurança durante a noite era responsável em manter o fogo. Ele virava a noite cozinhando, às vezes no outro dia a equipe que vinha escolher o novo feijão e temperar aquele, ele tava cru, tava duro demais ainda. Eu passei por outros acampamentos então acho que nós tivemos esse feijão até 2000/2001. Aí depois mudou. Foi assim, o INCRA foi melhorando a qualidade de alguns alimentos que vinham melhorzinhos, mas foi também acabando com a alimentação. Nós já recebemos cesta básica em acampamento de vim só fubá. Era assim: “Toma aqui a cesta básica de vocês, só fubá, não tem mais nada”.

Marta: E como vocês se viravam?

Anselmo: Cada acampamento é uma realidade. Lá no Salto eu não peguei essa realidade da gente ficar sem alimentação, mas quando nós fizemos a ocupação da Fazenda Primavera que era do lado, que era o pessoal do Terra Livre, em Resende, tivemos falta de alimentação. Só vinha também fubá, pó de café, eu acho, açúcar, leite em pó, mas para alimentação mesmo de almoço e janta a gente passava aperto. A sorte que tinha um assentamento do lado, eu lembro que a gente ganhou do pessoal que dizia: “pode ir lá pegar que tem doação à vontade”. A gente ia para lá pegar e era aipim e abóbora. Aí você pegava almoço, janta, café da manhã era abóbora, aipim, não tinha arroz, feijão não tinha nada não. Depois em outro acampamento, passei por outros acampamentos. No Terra Prometida, por exemplo, na época que eu fiquei lá nós ficamos sem alimentação e só tinha fubá. Aí o primeiro período que só tinha fubá a gente comia muito mamão verde. Era um lugar na beira da estrada que tinha muito mamão verde, aí a gente comia com angu, as vezes as famílias compravam alguma coisa, um arrozinho, mas era pouco. Mas ele se tornava o prato principal. Aí teve uma fase no próprio Terra Prometida também como começamos a ter muita dificuldade de alimentação, não chegava quase a doação, quase não tinha nada da cesta do INCRA, a gente decidiu que a cozinha coletiva acabaria. Mas ela acabaria para algumas coisas porque era todo dia uma vaquinha para comprar isso ou aquilo. E as pessoas estavam acampadas sem dinheiro e às vezes eu ia na casa da minha mãe, minha mãe me dava alguma coisinha pouca que dava para mim comer uma semana, aí botava lá na cozinha, dava para um dia e os outros dias a gente tinha que passar aperto. Aí o acampamento decidiu que a gente não ia mais ter a cozinha coletiva. Isso lá no Terra Prometida em Santa Cruz. Aí a gente decidiu que não ia mais fazer alimentação coletiva, a não ser o que tinha, que era o cardápio que vinha da cesta. Se tivesse a da cesta ficaria a cozinha coletiva se não, o fora a parte, o

individualmente cada um iria se virar. Isso em 2000. Eu lembro da cesta do INCRA em 2004 e não era em quantidade nem qualidade, mas a gente ainda tinha. Aqui no Roseli em 2008 ainda tinha a cesta.

Marta: No seu primeiro acampamento, me explica como acontece o acampamento e como é montada a cozinha?

Anselmo: Então, começa com o trabalho de base. Começa reunindo as famílias na cidade. Lá, quando faz a ocupação, faz a discussão com as famílias e entra na terra, logo cedo já se começa a se organizar para fazer alimentação. Então logo cedo um grupo já começa a se movimentar para fazer alimentação. Aí esse grupo começa a fazer, logo de manhã a gente faz assembleia e nessa assembleia já começa a tirar as equipes. Tira a equipe, tira núcleo, ou seja, se organiza o acampamento, por exemplo: Se a gente tem aí 60 famílias, divide o número de famílias para se organizar junto. Por exemplo, do último acampamento que eu passei que tinha núcleo foi o Terra da Paz. Lá a gente tinha 12 famílias que se organizava junto. Então essas doze famílias tinha a tarefa de tirar segurança, às vezes era de dia, porque era turnos trocados né? Então tinha dia que a gente tirava de dia, tinha dia que a gente tirava segurança à noite e tinha semana que a gente ia para cozinha.

Marta: Mas a cozinha é a primeira coisa que se monta?

Anselmo: Já se começa a montar o espaço da cozinha. O primeiro passo é juntar toda a alimentação e colocar em um lugar só. Aí ali começa o grupo e já começa o pessoal se organizar em torno de construir alguma coisa: um poço para acesso à água. Normalmente as cozinhas de acampamento é o ponto de chegada do acampamento, ela está sempre na frente. Não é a cozinha assim: olha aqui estão os barracos e a cozinha lá atrás. Todo mundo que chega no acampamento, eu não me lembro de um acampamento que tivesse a cozinha lá para o meio, era sempre à frente, primeiro galpão, ou tinha lugar que tinha mais para dentro a cozinha mas aí tinha um galpão de recepção. Mas em geral era tudo ali próximo da cozinha. Você chegava e ouvia “ó aqui a cozinha”. Então a gente já ia construindo o barracão nem que seja fazer uma cobertura. Muita das vezes fazia ela provisória, fincava 4 paus, botava uma loninha só para poder cobrir aquele momento ali. Mas aí também logo naquela semana já começava a se cortar material, comprar material, correr atrás para construir ela num lugar mais definido.

Marta: Você falou que passou por vários acampamentos e qual deles você participou desde o início?

Anselmo: Do início, do início foi a Fazenda do Salto, mas eu fiquei até o período do pessoal ser assentado, porque eu não podia ser assentado lá. Aí eu saí, mas assim, ficou na verdade minha cunhada e meu irmão que foram assentados lá. Todas as ocupações eu participei. Teve ocupação que eu participei dos dois primeiros dias e não fiquei mais, peguei depois. Teve ocupação que eu participei e fiquei até meado dela e também participei do despejo foi a Manuel Congo, em Valença. Lá organizamos até legal essa questão da alimentação. O primeiro acampamento que discuti a separação da cozinha coletiva foi o pessoal do Manuel Congo. Mesmo assim, não acabou a cozinha. Porque teve um grupo que continuou lá na alimentação daquele jeito: “não, nós vamos continuar”. Porque o pessoal achava que trabalhava muito para poder se alimentar. E assim, coisa coletiva é bom? Dá certo? Dá, mas tinha dia que você pegava uma cozinheira que o alimento... Tinha gente que conseguia fazer o arroz cru e empapado. O acampamento tem autonomia para decidir sobre a cozinha coletiva. Dependendo da discussão do acampamento a cozinha é coletiva ou não. Vamos botar que pega pelo menos um ano. Você pega acampamento aí que durante um ano não tem discussão, a cozinha é coletiva. Aí é depois que ela começa a ter os problemas que estamos colocando. Tem dia que você chega lá que você vê uma alimentação que tá nota 10, aí quando você olha lá, os caras tem tudo para fazer uma alimentação porreta, fazer uma coisa legal aí faz lá um feijão cru, arroz empapado. O cara consegue fazer um feijão cru...

Marta: No acampamento são escolhidas as pessoas que cozinham melhor?

Anselmo: Não. Cada dia é um grupo. Aí dentro do grupo tem que ter alguém que se disponha a fazer. Aí começa... A gente tinha núcleo de famílias que era aquele pessoal mesmo do Terra da Paz, a Dna.

Aparecida né? Eram 12 famílias no grupo e deveria ter 12 cozinheiras. Era o dia que a gente comia melhor. Aí tinha grupo que só tinha homem solteiro, não sabia cozinhar né...

Marta: Então é diferente, por exemplo, conforme eu conversei com o Chocolate: quando tem uma marcha ele coordena aquela parte da cozinha e vem lá de cada estado uma equipe que já está direcionada para cozinha. Aí são pessoas que já tem habilidade para cozinha. É diferente né?

Anselmo: É. Mas você pega um acampamento como se fosse o país. Montou um acampamento no estado é como se fosse uma marcha. Com uma diferença, na marcha todo dia muda a cozinha, todo dia se constrói um negocio e se destrói para depois construir de novo. No acampamento não. Constrói, ali ou muda de lugar ou melhora ela o tempo todo, até o assentamento. Aí acabou, virou assentamento, desfaz a cozinha. Que normalmente, você pega muitas vezes assentamento que esse lugar da cozinha acaba sendo a sede do assentamento, fica sendo alguma coisa, então acaba tendo uma atividade com alimentação naquele lugar. Assim, vamos receber um grupo de estudantes vai ser onde? Vai ser lá. Tem alguns assentamentos que ainda conseguem manter esses lugares assim, mas muito poucos. O assentamento do meu pai, por exemplo, ficou, mas hoje não tem utilidade nenhuma. Tinha um dia da semana que o pessoal ia para lá para poder fazer o serviço de limpeza na área. Aí tinha alimentação coletiva. Mas aí cada um que ia mandava alimentação para lá. Assim: eu vou prá lá eu levo 1 kg disso outro leva 1 kg de outra coisa para fazer junto. Muitas vezes a cozinha foi utilizada para construir um negócio, mas o espírito continuou. Mas eu tava falando lá da Marcha. Aí você teve tempo para você montar uma equipe entendeu? Ou seja, eu vou mandar para lá quem cozinha bem para eu poder comer bem. Já no acampamento a gente vai identificando isso ao decorrer dos dias. Então você pega um núcleo com 12 famílias, às vezes você pega 12 solteiros entendeu? Não é que os homens não cozinham né? Na verdade eu já peguei acampamentos que os homens cozinhavam muito melhor do que as mulheres. Você pega um grupo de companheiros que às vezes não sabe cozinhar e ao decorrer do acampamento ele acaba se profissionalizando naquilo, cozinhando muito melhor do que muitos outros que já cozinhavam. Então quando a gente monta, tipo assim, tá organizado em núcleo, agora a gente vai organizar a cozinha. Cada núcleo vai assumir um dia. O núcleo têm que sentar ali e decidir quem é que vai para cozinha. Normalmente ali é definido assim: “ó a Marta vai porque a Marta cozinha bem, se dispôs, beleza entendeu? Já o Anselmo não cozinha muito bem então o Anselmo prefere ficar em outra coisa”. Mas isso vai no decorrer do acampamento e que vai se formando uma equipe de alimentação.

Marta: Você já participou de marcha?

Anselmo: Participei da marcha de Goiânia a Brasília em 2005. Só que a alimentação lá era diferente. A cozinha mudava todo dia.

Marta: Você trabalhou na cozinha?

Anselmo: Não, eu fiquei na Ciranda Infantil. Só que assim, o estado não mandou criança, tinha duas crianças e acabou que eu fiquei na Ciranda um dia nos 17 dias de caminhada. Fora a parte, os outros estados que ficou. Aí eu fiquei numa equipe que foi montada depois que nem tinha equipe para isso entendeu? Que foi a equipe de água, que era os bombeiros, que era servir a água para o pessoal na marcha enquanto caminhava. Era a equipe de água, a gente que chama de bombeiro. Nós montamos essa equipe porque tinha as equipes de tudo, animação, várias equipes, só que quando a gente parava o caminhão de água, a gente ia passando justamente naquele ponto, aí você imagina todo mundo sair e parar para pegar água. Acabava tudo né? A gente no estado tiramos três pessoas no segundo dia. Aí eu fiquei nessa equipe. Eu falei: ..”não, eu posso contribuir com isso daí, na hora que eu tiver lá na Ciranda outra pessoa fica”. Então a gente ia lá pegava as garrafinhas, porque cada um ganhou uma garrafinha, e ia enchendo de água, passava o caminhão pipa e a gente ia enchendo. Eu andava com a minha mochila cheia de garrafinhas.

Marta: Isso tudo é a Infra que cuida, é isso?

Anselmo: Isso. Tinha a Infra que cuidava dos caminhões pipa, tinha a Infra da cozinha que não acompanhava a marcha. A cozinha mudou, mas em menos tempo. A gente tava em Goiânia e a alimentação ficou lá em Anápolis. Era quase o meio do caminho e a gente recebia a alimentação em marmitas de alumínio. A organização da marcha que deu essas marmitas. Era dividido por estado e quem ficou nessa equipe da cozinha foi o Marcos. Eu cheguei a ir um dia na cozinha, acho que no quarto dia da marcha, eu fui comprar alguma coisa e tinha a equipe de logística que era o pessoal que transportava as marmitas, então eu fui nesse dia com a equipe porque eu queria ir na cidade para comprar um negócio para mim.

Marta: Teve outros locais de montagem de cozinha, além de Anápolis.

Anselmo: Eu não me lembro se foram dois ou três lugares que foi dividido. Ela não teve a mudança todo dia. Essa que eu participei mudava o acampamento todos os dias, mas não mudava-se a cozinha. Teve uma marcha que saiu do Rio de Janeiro, eu não me lembro o ano, mas acho que foi em 1999/1998, uma coisa assim, prá Brasília. Puxa, a pessoa pra você entrevistar não está aqui hoje, que é o Celso. O Celso participou dessa marcha. Ela mudava. Eu lembro que eu saí nela e fui até Petrópolis e lá eu voltei. Mas se você pegar quem foi, tem cada história! Uma marcha que tinha dia que tinha 100 pessoas e tinha dia que tinha 50. E marchava. Mas assim, mudança da cozinha era todo dia.

Marta: Fico pensando como é essa mudança todo dia? Serve o café da manhã, almoço café da tarde e jantar, então a que horas que se desmonta para montar novamente em outro lugar?

Anselmo: Muda. O café da manhã era café, pão com alguma coisinha, biscoito às vezes. O Rio de Janeiro era tão organizado, tão organizado na marcha que a gente saía todo dia 5 horas da manhã para caminhar né? Os outros estados já tinha tomado café e o Rio de Janeiro conseguia tomar café às 8 horas da manhã, andando. Ou seja, aquela história de ter uma equipe da cozinha, tinha que ter uma equipe dentro da marcha que se prontificaria, não sendo equipe, igual a história da água, para virar e falar “chegou o café, agora vocês tem que tomar andando, não pode parar”. Ou seja, vai entregando o pãozinho, vai entregando o copinho, acho que cada um tinha sua caneca.

Marta: Isso tudo era o Movimento que fornecia né?

Anselmo: Foi o apoio da Organização. Os apoiadores que deram. O kit na época era uma mochila, garrafinha d'água e o radinho prá nós ficar ligado. Porque era muita gente, então você imagina 3 km de macha, o caminhão ia lá na frente, 3 km atrás ninguém nem escutava nada. Então eles montaram uma rádio no caminhão que transmitia nesse radinho, as músicas e os informes. Então a gente andava e ali a gente escutava o que tava acontecendo em tempo real.

Marta: Então você participou só dessa marcha né?

Anselmo: Só dessa marcha. Eu participei da marcha estadual, que foi uma realidade diferente. A gente ia e quando chegava nas associações e nas igrejas que a gente ficava, o pessoal dava alimentação. A Igreja Católica ou se fosse num sindicato que a gente chegasse ou numa comunidade que tivessem recebendo nós, ela era responsável por dar alimentação para nós.

Marta: Bem, então na marcha de 2005 que estávamos falando, a cozinha ficou só em Anápolis?

Anselmo: Eu acho que ela chegou a mudar de Anápolis, não me lembro pra onde que ela foi. O que eu lembro que até no dia que a gente terminou comemos bem. Pela estrutura que se tinha a cozinha, tinha vários estados cozinhando, não era junto, mas num lugar junto, cada estado cozinhava sua alimentação, mas todos os dias nós comemos bem. Só o último dia...

Marta: Nessa época já tinha aquela equipe de cozinha no âmbito nacional né? A equipe do Chocolate que já tem as pessoas chave.

Anselmo: Então, tinha por estado as equipes, que quem coordenava por aqui era o Marcos. Eu sei que é o seguinte: nós comemos bem todos os dias, a alimentação nossa muito bem feita, só que eu acho que teve

um dia, acho que foi o dia da mudança, que nossa alimentação não foi muito boa. Acho que foi o dia que todo mundo passou mal. A comida chegou tarde e azeda. Não sei se foi a mudança, mas teve um dia que aconteceu isso.

Marta: E alguém passou mal?

Anselmo: Passou. Eu lembro que quando eu cheguei no Palácio tive que ficar no acampamento. Na verdade nós tivemos duas alimentações naquele dia: chegou a primeira tava azeda, correram atrás e adiantaram a janta. Aí quando chegou a janta chegou também, só que ela não chegou azeda, mas no início do processo de azedar. Foi nessa que eu passei mal. Ainda dava para comer.

Marta: E isso eu acredito que tenha evoluído, porque conforme o Chocolate falou hoje se tem uma maior preocupação com intoxicação alimentar né? Muita gente, a comida sendo feita com muita antecedência, panelas nem sempre bem lavadas...

Marta: Então, na cozinha você nunca foi?

Anselmo: Não, na marcha não. Mas nos acampamentos eu trabalhei muito em cozinha.

Marta: Você sabe cozinhar?

Anselmo: Não

Marta: Uma curiosidade: como é que as mulheres se viram com relação a banheiro, higiene na marcha ou acampamento?

Anselmo: No acampamento tinha banheiro químico, mas quando tava andando não tinha não. Aí as mulheres pegavam as bandeiras, faziam um círculo pra quando queriam fazer xixi.

Marta: E banho?

Anselmo: No acampamento tinha os banheiros químicos e os banheiros para tomar banho. Era a estrutura que mudava todos os dias. Era feito de lona com madeira no chão. Teve uma parada que passava um rio, uma cachoeira, aí sim, o pessoal tomava banho, lavava roupa, fazia de tudo. Três quedas, eu acho. O tal do Espaço Aberto. Na organização tinha lá os lugares que a gente ia ficar. Aí tinha assim: Espaço Aberto. A gente pensava assim: “Que beleza, vamos ficar livre!” Que nada, caminhava de novo. Espaço Aberto era o nome do lugar que a gente ia parar.

Marta: O que eu entendi é que na época dos acampamentos, a alimentação vinha do INCRA e vocês compravam alguma coisa e também tinha as doações. Na Marcha também?

Anselmo: Os assentamentos mandaram muita coisa para as Marchas. Eu não sei como que era porque não participei dessas coisas ligadas à cozinha. Agora você tá falando de cozinhar, em acampamento eu cozinhou muito.

Marta: Quando você entra para o Movimento, como é feito esse trabalho de base? Como se aprende essa organização?

Anselmo: O trabalho de base começa com a equipe de Frente de Massa do Movimento, que é a equipe que tem a tarefa de organizar o povo, de ir até onde tem esse povo organizado, perguntar, conversar, começar a reunir e começar a fazer um trabalho. Depois, aí vem e faz a ocupação. Dependendo do trabalho que é feito, não é tarefa só da Frente de Massa, é feito também pela militância do Movimento. Então, não sei como foi as primeiras ocupações, mas normalmente um acampamento monta o outro. Quando a gente ocupou o Manuel Congo, por exemplo, o pessoal tipo eu, Cosme, Bia lá do Terra Prometida, uma turma, fomos fazer o trabalho de base durante uns 6 ou 7 meses lá em Valença. E no dia da ocupação nós fomos com as equipe montadas. Porque no primeiro dia já tem que se montar tudo né? Nós já fomos com a equipe montada que vem de outro acampamento. Na época nós fomos com o pessoal do Terra da Paz. Foi uma equipe prá cozinha, uma equipe para segurança, foi uma equipe com o pessoal daqui. A gente fala

que é o apoio que normalmente fica 15 dias. Essa equipe tem o trabalho de passar a forma de trabalhar para os outros. Ou seja, a equipe que tá na cozinha, quando tirar na assembleia, a equipe dos antigos não vai parar, mas vai começar a se afastar para o pessoal seguir sozinho. Se a gente deixar, por exemplo, as pessoas sozinhas para montar o acampamento e não sabem... e assim, no primeiro dia as pessoas tem a tarefa de montar seu próprio barraco. Então como é que se cozinha, monta barraco, faz banheiro, como é que faz tudo, entendeu? Então as equipes já vão com as tarefas definidas: a equipe que vai para a cozinha, tanto para ajudar a cozinhar como também começar a construção da cozinha e uma equipe que vai mexer com a estrutura de banheiro. Por que a gente chega no acampamento já chega montando um “curralzinho” né? Faz lá um buraco e faz de lona. A organização da Frente de Massa vem de vários lugares. A gente não faz uma reunião num lugar só, mas sim em vários bairros. Até que chega o dia e fala assim: “É hoje!” Aí junta todo mundo e faz a ocupação.

Marta: Então esse trabalho de base vai sendo multiplicado né?

Anselmo: Na verdade, pega a militância que tem experiência de ocupação e começa a fazer a formação desse povo. Pegando como está a política atual, como é que é a questão da Reforma Agrária e aí começa a se discutir. Às vezes a gente consegue reunir num lugar com umas 50 pessoas. Mas com o decorrer das reuniões isso vai diminuindo ou aumentando, vai depender do interesse das pessoas. Porque muita gente fala assim: “Ah eu quero terra!” Mas às vezes chega na reunião lá e se começa a colocar as dificuldades ou como é que funciona de fato a pessoa fala: “Opa, isso não é pra mim!”

Marta: Você tá no Movimento desde quando aqui no Rio?

Anselmo: Desde 1996, início do Movimento aqui no Rio. Como acampado e um tempo enquanto militante.

Marta: O que é ser militante?

Anselmo: É ser assentado, é ter tarefas. É ver o Movimento não de forma como baderneiros, mas contribuindo. Porque você pega dentro de um assentamento, tem gente que faz a ocupação, adora o Movimento, mas depois do assentamento detesta o Movimento. Aí você pega uma pessoa dessa, ela não é militante. Militante é aquele que está no dia a dia, sabe como funciona, ajuda a organizar. É isso...

Marta: O que você tira para a sua vida desse processo organizativo do MST?

Anselmo: Eu tiro que prá mim hoje é tudo. Eu não me vejo mais fora do assentamento e é até difícil às vezes eu ficar fora de alguma coisa. Com tudo que eu tava parado, pois tive um tempo que eu fui trabalhar fora, não tava na militância do Movimento atuando pra fazer as coisas, mas a gente montou um coletivo. Falamos: vamos montar um coletivo. Foi quando a gente montou o Coletivo Alaíde Reis. Hoje eu vivo o Coletivo 24 horas.

Marta: Esse Coletivo Alaíde Reis é o que?

Anselmo: É o Coletivo de comercialização nossa. Ele começou aqui no Roseli com um grupo de 10 famílias e hoje é regional. A gente pega a produção de várias famílias, 36 famílias. A gente vende na cesta da Reforma Agrária tanto no Rio como aqui na região.

Marta: Você estava falando que o Movimento é tudo para a vida de vocês.

Anselmo: Ahhh... a gente casou dentro do acampamento, eu não sei viver outra vida. Hoje a gente vai sair... eu não tenho uma camisa ou poucas camisas sem ser do Movimento. Eu não me identifico sem o Movimento.

Anselmo: Se acabasse o Movimento, vou dizer que hoje não acaba não, ia ficar eu ainda. Talvez eu ia montar outro Movimento.

Marta: Eu acho que é todo esse envolvimento. Mas é esse processo que te dá um norte? Um rumo?

Anselmo: Dizem que se você entrar pro tráfico você só sai morto. Você entra para o Movimento nem morto você sai, porque depois que morre você vira um mártir, vira alguma coisa.

Marta: Você consegue explicar isso?

Anselmo: A sociedade é tão esquisita hoje, aliás, sempre foi. Se você pegar aí a questão do governo, o que a gente tá passando hoje passamos com Fernando Henrique. Não muda muito. Muda a pessoa, mas não muda a política. O que seduz no Movimento é viver outra realidade. A gente conhece lugar novo, a gente vê pessoas, cria um círculo de amizade totalmente diferente. A gente vê a realidade das coisas, entendeu? Esse período que eu trabalhei fora, prá mim foi bom por um lado, prá poder ter o recurso pra trazer para dentro de casa, mas também foi assim, por exemplo: eu trabalhei numa empresa que as pessoas falavam “ ahh... o cara é sem terra”. No começo alguns brigavam, mas por fim, depois de 4 anos alguns já discutiam comigo e falavam : “ ah.. mas o cara é sem terra mas tem mais terra do que nós”. Eu acabava sendo um formador lá dentro do serviço entendeu? Então a gente aprende muita coisa com o Movimento. Então isso faz a gente viver o Movimento. Te respondi?

Marta: Respondeu sim. Tá bom. Muito obrigada Anselmo!

Entrevistada: Relma Aparecida Cândida Damaceno

Marta: Você já trabalhou em cozinhas de ocupação ou marcha?

Relma: Eu trabalhei na cozinha coletiva do acampamento em Dorândia, que era na beira da pista, hoje assentamento Terra da Paz, logo no início. Ainda demorei assim... Uns dois meses pra esses meninos criar né? Porque eu já estava agitada, querendo trabalhar em alguma função de dentro do acampamento Isso foi em 2003 quando eu cheguei no acampamento que era em Dorândia. Eu cheguei no acampamento em 2003, no dia 12 de outubro de 2003. Aí eu fiquei uns dois meses sem ajudar na cozinha, sem fazer vigia né, porque eles estavam pensando em que núcleo iam me encaixar para mim começar a fazer parte das atividades do Movimento.

Marta: Você já era do Movimento?

Relma: Não, não. Quando eu fui para acampar, eu vinha de um relacionamento de maus tratos né? Aí que eu fugi, eu morava em Minas, eu fugi do meu ex-marido e voltei para Volta Redonda pra casa da minha mãe. Antes disso ele me maltratava muito lá em Minas. Tenho marca no corpo dele, do maltrato dele, só que eu dei um basta, chega, aí voltei para casa da minha mãe. Quando eu voltei para casa da minha mãe eu vi no lado da BR aquele monte de barraquinha. Mas nem sabia do que se tratava, se era MST, pra mim era sem teto né? Porque eu nunca ouvi falar do MST. Aí fiquei, voltei pra casa da minha mãe, comecei a trabalhar, arrumei trabalho fichado, trabalhando... Até que um belo dia ele liga para casa da minha mãe e quem atende? Eu atendo. Aí começou as ameaças... Que eu vou atrás de você, se eu te pegar eu te mato e quem tiver junto com você. Eu fiquei com medo porque ele realmente era capaz. Aí eu lembrei do acampamento e falei: mãe eu passei lá perto de Dorândia, eu vi um acampamento lá, eu vou lá saber como é que funciona. Assim eu fiz. Aí fui no sábado lá de manhã eu perguntei quem era responsável por aquele acampamento, aí demoraram pra me apresentar porque a gente tem essa mística, você não vai apresentar pra qualquer pessoa né? Agora eu entendo né? Aí demoraram para me atender, aí o rapaz veio, ele até é falecido hoje, que é o Kaká, e conversou comigo, me explicou algumas coisas da norma do Movimento né? Aí eu falei opa, tô dentro! Aí na época não tinha mais lona, aquela lona preta, que no início do acampamento eles doam né? Só que na época que eu cheguei já era bem tarde, acho que já tinha uns seis meses ou mais. Aí eu voltei, peguei dinheiro, comprei o plástico, comprei prego, comprei tudo que eu precisava. Aí eu voltei no Domingo, aí juntaram um monte de homem para poder me ajudar fazer minha barraca. Beleza né, mulher sozinha no início é muito bom. Aí tá, fiz minha barraca e na segunda-feira eu fui para o trabalho, entreguei o serviço. Aí conversei com a minha ex-patroa, ela entendeu qual o motivo. Aí ela falou assim: então tá, eu vou te mandar embora pra você ter algum direito, pois eu tava com carteira assinada. Aí nós fizemos acordo, eu peguei um dinheirinho que ela me deu, deixei no banco e voltei para o acampamento. Fui ficando, fui ficando lá. Aí passou dois meses os meninos criaram. Aí comecei fazer formação, que lá tinha, não me lembro se era toda sexta ou toda quinta-feira, tinha o momento de formação. Meu primeiro dia de cozinha eu tava tão empolgada que o arroz que eu fiz você podia jogar que ele ficava de tão papa que ficou. Mas eles não me desanimaram não. Falavam: não... é assim mesmo, continua, continua. Aí eu fui continuando, fui melhorando, aí eu fazia cozinha e fazia vigia porque eu era sozinha e tinha que fazer as duas partes pra eu poder garantir minhas terras né? Aí o tempo foi passando e eu conheci ele, depois de um bom tempo que eu tava acampada. Conheci ele e parei de fazer a vigia. Porque aí formou uma família só né? Aí eu fazia a cozinha e ele fazia a vigia. O tempo foi passando, depois de Dorândia a gente fez uma ocupação na fazenda do Forte aqui, onde a gente organizou cozinha coletiva também que até então a gente já tinha alimentação fornecida pelo INCRA. Aí continuamos ainda com os núcleos né? Núcleo 1, núcleo 2, sempre trabalhando na cozinha. Quando era meu núcleo eu puxava, aí dentro do núcleo a gente dividia: uma turma para o café da manhã, uma turma para o almoço e uma turma para janta, sempre dentro do próprio núcleo a gente fazia aquela separação para não ficar muito pesado né? E assim fomos indo, trabalhando nas cozinhas. Na cozinha da marcha que eu fui em 2005 eu já não participei muito da cozinha. Passei pela cozinha uma única vez, acho que foi no penúltimo dia pra poder ajudar em alguma coisa que eu não me lembro, acho que talvez foi para ajudar a montar os

marmitex que era pra gente já tá vindo embora, um negócio assim. Era marmita de alumínio. Mas no assentamento hoje, nos encontros que a gente faz eu tô sempre na frente da cozinha.

Marta: Você pegou a época de dificuldades no acampamento de Dorândia? É época da capiçoba?

Relma: Eu não peguei bem essa época da capiçoba não. É um mato enjoativo! Eles comiam no mingau de fubá, no macarrão, tipo salada refogada. Hoje fala em capiçoba eles fazem cara de nojo. Eu acredito que nessa época o INCRA não tava mandando alimentação. Então eles viviam muito de doação dos pessoal e das próprias famílias dos acampados aqui, que doavam alguma coisa para o acampamento. Acredito que nessa época faltou, mas eu não participei muito não, mas eu vejo eles comentando né? De vez em quando eu zoo eles: Ah... vou fazer um panelão de capiçoba prá vocês.

Marta: E como é seu nome todo que eu não perguntei?

Relma: Meu nome é Relma Aparecida Cândida Damasceno. Relma com cinco letras, pois eles falam Helman's, maionese.

Marta: Você é de que ano?

Relma: Eu sou de 1974. Agora dia 22 de janeiro eu fiz 46 anos.

Marta: Você entrou no Movimento pelo acampamento em Dorândia. Quanto tempo ficou?

Relma: Eu tô até hoje, desde 2003. Do Acampamento virei assentada. Esse assentamento aqui o Terra da Paz ele se deu o nome lá em Dorândia, quando era acampamento. Depois que a gente saiu desse acampamento a gente ocupou a Fazenda do Forte ficando acho que uma semana. Não deu certo, foi mais para fazer a pressão né? Porque a fazenda também era pequena e não era interessante para o INCRA. Aí a gente ficou uma semana aqui perto de Pinheiral e dessa fazenda a gente foi para Pinheiral, onde a gente ficou debaixo da ponte durante 8 meses. Aí começou a se organizar para ocupar essa fazenda aqui hoje que a gente está aqui.

Marta: E como é que vocês se alimentavam lá embaixo da ponte?

Relma: O INCRA também fazia doação e também tinha as famílias dos acampados que ajudavam muito a gente. Tinha a cozinha coletiva e era o mesmo processo, continuava sendo os núcleos, núcleo 1, 2, 3,4, até o fim. Aí depois viemos para cá e continuamos também. Primeiro dia aqui nosso da ocupação nessa fazenda fizemos a cozinha no tempo né? Que tudo é muito corrido e eu sempre puxo a cozinha, eu que organizo. Aí eu puxei no primeiro dia da nossa ocupação. Eu que tomo a iniciativa de chamar você, chamar ele. Eu que sempre tomo essa iniciativa: "Ohh eu que tô puxando, vamos já hoje no final da tarde deixar a equipe montada pra amanhã, para garantir nossa alimentação".

Marta: Mas isso é o processo organizativo do movimento que te traz essa noção de organização. Vem da formação né?

Relma: Isso. Eu sempre falo: eu tenho dificuldade nas fala, na leitura, não sou analfabeta porque eu sei lê alguma coisa e sei escrever. Não tive estudo porque na minha época de infância tinha que ajudar dentro de casa então eu não tenho muito estudo, mas eu desenvolvi muito depois que eu comecei a ter formação no MST. Eu evolui muito, agradeço muito o MST, eu nunca esqueço de falar do MST, mesmo com as minhas dificuldades de fala, de me expressar eu evolui bastante. Agora foi num Encontro Estadual do Setor de Produção que a gente teve que eu até chorei. Me fizeram chorar porque eu tava escrevendo no mapa e eu comia as letras, assim sexta ao invés de eu escrever com s eu colocava c sabe? Aí eles começaram a mangar de mim lá aí eu comecei a chorar. Na Feira Estadual da Reforma Agrária no Rio de Janeiro também eu saí com a tarefa que eu ia coordenar a Culinária da Terra. Na Feira, na hora me colocaram para coordenar a cozinha coletiva lá no Armazém do Campo. Eu que coordenei a cozinha da Feira toda. Eu fui com uma tarefa: eu ia coordenar a Culinária da Terra na Feira. Então eu com outras pessoas iriam inventar alguma coisa para tá vendendo ali na Feira. Só que aí não foi feito isso e eu fui para a cozinha mesmo. Montar os cardápios, cozinhar para toda feira, pra todo mundo que estava na Feira, os feirantes todos. Aí

eu tinha que saber quantas quantidades de arroz, eu coordenei os três dias de cozinha. O primeiro dia foi eu mais a região Sul que foi para a cozinha. E eu coordenando, mas ajudava também. Eu tinha que separar as quantidades de arroz, se era a 15 kg ou 20 tinha que deixar tudo separado.

Marta: E você que fazia esses cálculos?

Relma: Eu fazia assim, tinha meio que base né? Mas dava tudo certo. Só não deu certo porque as outras duas regiões, eu até falei, foram pessoas preguiçosas porque se eu tinha deixado de manhã 20 kg de arroz separado era para ter feito 20 kg, não era para ter feito 15. Aí fizeram 15 e deixaram 5 e o que aconteceu? Faltou. Aí o que acontecia? Vinham em cima de mim. Eu falei: não... eu deixei isso, isso, isso, isso e isso. Porque assim... nós fizemos no primeiro dia café da manhã, almoço e janta. À noite, eu subi e dei aquela corrida de olho e pensei: aumentou mais gente, então se no primeiro dia a gente fez 15, hoje a gente vai fazer 20 kg. Porque se sobrar não vai estragar, você inventa alguma coisa lá com arroz, um bolinho, alguma coisa, aí o pessoal não fazia isso. Os dois últimos dias o que deu de correria!!!! Eu tinha que descer para botar a mão na massa para poder voltar com alimentação para as pessoas que fossem comer.

Marta: Como ia a comida para a Feira?

Relma: Os três dias foram as panelas: foi almoço e janta do primeiro dia, almoço e janta do segundo dia e almoço do terceiro dia. Já para janta do terceiro dia a gente fez as marmitas, aí foi as marmitex mesmo porque era o ultimo dia e as pessoas estavam se organizando para poder ir embora. Mas deu correria, nossa! Eu falei: gente tem que fazer, tem que fazer, para não faltar. Aí teve uma companheira que assumiu a cozinha do segundo dia sobrou um panelão de arroz. Quando eu cheguei lá ela jogou fora aquele arroz. Mas eu falei: Porque você fez isso? Era só fazer um molho com alguma coisa, botar uma cenoura, uma beterraba, oxiii...quem que não ia comer aquele arroz? Eu não sou de desperdício. Isso também eu ensinei para minha mãe. Minha mãe, minha tia era tanto desperdício, o arroz que sobrava do almoço jogava, porque na janta já não servia. Hoje eu coloquei elas nos eixos, não pode fazer isso gente! Aí voltei lá trás na época que a gente passava dificuldade. Hoje a vida da gente melhorou um pouquinho, mas esse arroz que você está jogando fora tá faltando para aquele companheiro que tá lá na rua, né?

Marta: Da onde você tira essa coisa de cálculo, é a experiência que foi trazendo prá você?

Relma: Foi a experiência porque depois que eu fiquei na Culinária da Terra no Armazém do Campo, eu acho que se não me engano foi 5 ou 6 ou 7 edições e o professor ele tem muito essa coisa de cálculo. Aprendi com o pessoal da gastronomia da UFRJ. Aprendi com eles, às vezes dá certo meu cálculo, as vezes dá errado, mas dá sempre para mais, nunca para menos. Eu sempre aumento mais um pouquinho, porque 100 g de arroz para cada porção. Só que nós come bem né? Aí tudo que eu vou fazer eu sempre aumento para mais. Se é dois quilos de arroz e de feijão, é dois quilos e meio. Sempre aumento mais um pouquinho, porque, desculpa até a expressão: o pessoal da cidade come bem pouquinho. Nós já come bem! A gente já come bem mais. Aí eu aprendi lá no Armazém do Campo pela Culinária da Terra.

Marta: E isso foi quando?

Relma: Eu comecei foi em julho de 2019, porque era para eu ter começado em maio, só que meu irmão adoeceu. Quando o Gabriel veio aqui no assentamento na nossa Assembleia falar da Culinária da Terra, eu logo me interessei porque eu gosto de cozinha. Mas não deu pra mim ir. Meu irmão adoeceu essas coisas de hospital, e aí em junho ele veio a óbito. Aí deram um tempo para mim né? Aí eu comecei em julho, eu fiquei em julho, duas edições em julho, duas edições em agosto, duas em setembro, duas em outubro e duas em novembro, 10 edições. Nessas dez edições eu absorvi bastante coisa, tanto quanto foi feito lá quanto, eu já sabia algumas coisas né? As comidas vegetariana eu aprendi bastante, prato vegetariano que dá para fazer né? O nhoque de aipim que não precisa de farinha de trigo, não precisa de ovo. Hoje meu foco na cesta é meu nhoque de aipim. Aquele caipira da terra que é carne de porco, aipim, cenoura, chuchu, se quiser colocar beterraba fica uma coisa deliciosa! E quando eu tive que apresentar aqui no assentamento um prato aqui que eu aprendi lá foi esse caipira da terra. Nossa Senhora não sobrou nem pra

cachorro! Montar prato, hoje eu não consigo colocar de qualquer jeito porque a gente nem esquentar né? Hoje é tudo no seu devido lugar. Passei aqui para os companheiros na nossa Assembleia, porque nossa função é essa, se sai para fazer algum curso tem que trazer prá nossa base. É o que eu faço, eu trago sempre pra base. Uma feijoada que não precisa você deixar de molho de um dia pro outro pra você tirar o sal, ali na hora você consegue tirar o sal. Aprendi bastante coisa!

Marta: Você está no Movimento então desde 2003?

Relma: Mas eu fiquei um período afastada porque os dirigentes do assentamento que era antes, eles estragaram muito o assentamento, então a maioria das famílias hoje aqui dentro querem nem saber. E eu era dessa também, não quero nem saber. Só que o tempo foi passando eu comecei a refletir e falei: Não, foi o MST que garantiu que eu conquistasse esse pedaço de chão, porque abandonar? Aí eu voltei para atividade de novo e com eu ter voltado para atividade eu vim trazendo. Hoje tem umas 20 famílias que eu consegui trazer de volta, que compõem o nosso coletivo Alaíde Reis de produção. Esse ano a gente vai ter o papelzinho do nosso coletivo. Na Feira todas as nossas coisinhas tinha o papelzinho. Esse ano a gente vai ter nossas camisas do coletivo Alaíde Reis. A gente fala coletivo, mas é Cooperativa Alaíde Reis. O Roni, eu chamo o Raoni de Roni, quando ele fala, ele fala bem forte COOPERATIVA ALAÍDE REIS. Aí a gente vai ter nossas blusas, a gente vai ter nossas canecas, várias coisas da nossa cooperativa. Esse ano nós confirma mais ainda nosso coletivo. Pra nossas entregas pro Armazém, pra nossas entregas dos CIEPS, para nossas entregas prá Rede Ecológica. Esse ano a gente volta com a Rural nas cestas da Rural, então tudo vai ter nossa marquinha e o MST também né? Aquele embleminha e mais nós ali.

Marta: Você é feliz ?

Relma: Muito!

Marta: O que você tira disso tudo do MST, para sua vida?

Relma: Aí... eu falo assim que o MST para mim foi a liberdade né? Hoje eu tenho força de expressão. O que eu passei antes e hoje eu não passo, pela formação que eu tive, de igualdade, questão de gênero. Então para mim foi uma libertação. Só tem mais a melhorar, a crescer, eu quero crescer mais ainda dentro do MST, poder contribuir nas Regionais, nas Estaduais entendeu? Não ficar só dentro do assentamento. Tiro muitas coisas boas e depois que eu assumi (gosto de contar esta parte), ajudei a construir esse coletivo Alaíde Reis o que eu não tinha quando trabalhava em casa de família hoje eu tenho. Pela Cooperativa eu conquistei primeiro foi uma moto, de segunda, mas eu não tinha nem conseguido quando eu trabalhava em casa de família; uma vaquinha que eu tiro leite hoje; meu aparelho de internet, hoje eu tenho wi-fi dentro da minha casa (eu gosto de contar esta parte). Uma geladeira, depois te mostro, zerada. Fora outras, as galinhas que eu conquistei, várias outras coisinhas, aparelho doméstico, liquidificador, ventilador, batedeira, cafeteira. Tudo foi coisa que eu conquistei pelo coletivo que eu não conquistava lá fora, que não tinha como. Essas coisas boas e eu falo no MST a qualquer hora em qualquer lugar. Na semana que passou eu participei da reunião da associação, que ainda tem uma associação aqui dentro, que nem todos fazem parte. Eles chamaram um vereador que é muito amigo nosso, ajudou muito a gente no coletivo. Então, eles querem um campinho numa área de APP, agora vê se tem condições de fazer um campinho nessa área? Aí então um rapaz falou: então a gente pega um abaixo-assinado das famílias e vamos no INCRA. Eu falei: meu amigo, você tem que vir pra o MST para você se inteirar das informações. Pra você ficar sabendo o que que tá acontecendo no nosso Brasil, no governo Bolsonaro. Você acha que você vai pegar esse documento e o INCRA vai te receber? Se eles não querem receber um montante do MST, vai receber só você? Dia 2 vai ter uma Assembleia aqui, ou aqui em casa ou na dona Joana onde eu já comentei com alguns coordenadores que nosso primeiro momento é a conjuntura do MST. Os assentados daqui tem que saber como é que está nossa conjuntura entendeu? Para ver se eles acorda para vida. Aí porque eu falei que eu sou MST eles se doeram. Não...só você não, eu também sou MST. Eu faço questão que as famílias entendam que aqui dentro, se existe esse assentamento foi pelo MST. Não foi por causa de mim, não foi por causa de ninguém. Quero que eles venham participar para eles ficarem sabendo como que tá nós MST hoje em dia.

Marta: Eu agradeço por você ter esse tempinho para conversar comigo. Sua fala eu devo colocar na minha tese de Doutorado se você não se importar.

Relma: Não me importo não, pode colocar. Eu falo assim: Gente eu demorei demais para conhecer esse MST. Onde eu tava escondida que demorei tanto para conhecer? Eu sempre levo para minha irmã, levo para os meus companheiros e sempre coloco as coisas do MST no meu Face. Tudo que eu faço aqui eu coloca lá no Face, agradeço ao MST sabe? É desse jeito que eu vivo, feliz. Tô brigada com o marido porque ele fez uma coisa muito feia que eu não gostei. Falei: marido sou militante, como é que você me bate *Roundup*? Tô brigada com ele por isso. E não vai passar tão cedo. Sou militante, vou para os cursos, escuto muito falar em agrotóxicos. Você vai fazer isso logo no meu sítio? Olha que beleza que é meu sítio! Meu sítio é lindo e fica estragando o sítio né?

Marta: E o que você planta aqui?

Relma: Eu planto aipim, eu planto jiló, planto banana.

Marta: E essas coisas vão lá para o Rio?

Relma: Algumas vão. Eu mando mais os meus, que eu faço assim: bolo, o nhoque agora, doce. Eu gosto mais de mandar essas coisas porque eu deixo os meus companheiros mandar a cebolinha, couve, abobrinha verde. Se de caso um deles não tiver, se eu tiver eu mando. Agora se eles tiverem eu não gosto muito, eu deixo mais para eles. Aipim, se eles não tiverem eu mando. Dou preferência pra eles. Se caso eles não tem eu pego e mando. Igual aqui essa erva capim limão eu tenho muita, eles não tinham, agora eles já tem porque eu estou dando muda pra eles.

Marta: Que bom! Obrigada pelo seu tempo e atenção.

ANEXO II

TESE DE DOUTORAMENTO – ALIMENTAÇÃO COLETIVA NA PERSPECTIVA DA ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

Marta Moeckel Amaral Lustosa

Programa de Pós Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia

Universidade Federal do Rio de Janeiro – HCTE/UFRJ

SEGUNDO QUESTIONÁRIO DIRIGIDO (Entrevista a Sergio Reis Marques)

Marcha e acampamento -FORMOSA- dia 10-08-18 - Douglas Mansur-celeiro de memoria.

1. Escolhi algumas fotos para entender todo esse processo de alimentação do coletivo no MST. Primeiramente, compreendo que o método tem dois eixos: elementos estruturantes e os requisitos orgânicos. A busca de alimentos está compreendida nesses requisitos orgânicos. Mas como isso acontece?
2. Você já me forneceu uma informação extremamente importante e que faz toda a diferença: a convicção de respeito e do compromisso da militância. “A preocupação maior é não falhar, não esquecer do compromisso e estar sempre preocupado com a contagem regressiva do tempo em que se realizará a ação.” O cardápio é enxuto eu sei, mas pelas fotos não faltam produtos da terra, e, portanto, requer bastante pré-preparo. Mas com tudo isso há muita dedicação e muitos sorrisos! Como se dá as fases desse Planejamento da Ação?
3. O objetivo é alimentar as 5000 pessoas (ou mais ou menos) que participarão da Marcha. Acredito que o cardápio é a primeira coisa a ser definida. Correto?
4. É necessário garantir antecipadamente:
 - Os alimentos perecíveis que necessitam de tratamento diferenciado, carnes por exemplo.
 - Os alimentos não perecíveis
 - Água potável e de consumo geral
 - Os utensílios (panelas, canecos, talheres de preparo, tábuas de corte, talheres de serviço e de consumo, caixas plásticas etc.)
 - Material descartável como luvas e toucas, por exemplo,
 - Material de limpeza
 - Equipamentos: fogão, gás, mesas, tendas, contentores para a distribuição de alimentos, frízeres?
 - Energia elétrica ou algum tipo de energia?
 - Me esqueci de algo?
5. Como se distribuem as tarefas?
6. Já existe um Grupo Coordenador pré-estabelecido com pessoas com essa expertise? Imagino que você esteja sempre envolvido.
7. Para cada item desses que eu elenquei acima há uma equipe responsável. Correto? Como se dá isso?
8. E as frentes? Como se escolhe os pontos dos acampamentos?

9. Tantas mulheres e crianças... Como se realiza o asseio pessoal e as necessidades fisiológicas?
10. Observo o uso de luvas e toucas e algumas vezes até máscara. Quais as orientações para a prevenção de contaminações? Já houve casos de DTAs (Doenças Transmitidas pelos Alimentos).

Entrevistado: Sergio Reis Marques: 19/09/2018

Chocolate: Vamos começar a nossa atividade aqui de eu tentar responder o seu questionário.

Chocolate: Então, veja bem... Tem que entender a primeira coisa: tipo, a atividade da cozinha, o setor da cozinha, podemos dizer assim, está dentro de uma dinâmica onde tem todos os outros, que a gente chama de Infraestrutura. A equipe de Infraestrutura tem vários setores dentro. Vou começar por aí, até para tu entenderes, porque muitas das tuas perguntas citadas depois estão dentro da Infra. Por exemplo, a Infra é responsável por criar as condições materiais para todas as equipes. Então... a cozinha vai lá e faz o levantamento do que é preciso. É a Infra que vai construir o barraco, que vai criar condição da água, vai criar condição do espaço, de energia, toda questão de infraestrutura material para materializar a cozinha. Por exemplo, nessa nossa última experiência agora que foi nesses dias passados, nós montamos uma cozinha fixa, num local fixo. Então lá tinha água potável, tinha reservatório de água, tinha energia, tinha os barracões que você viu na foto, tinha a estrutura digamos de lavabo com as **pirietas** para lavar e higienizar que a Infra criou. Isso não foi a equipe de cozinha que criou, foi a equipe da Infra que criou essa condição. Essa mesma equipe, por exemplo, cria condição de contratar caminhões para fazer a coleta de lixo, colocar os containers para fazer a separação desse lixo e assim por diante. Então, essa é a tarefa da Infra, que na tua última pergunta também que você se refere ao acampamento, ao planejamento das ações está relacionada a essa equipe também que planeja os barracões, monta antes, que organiza os banheiros químicos, que organiza os lavabos e aí por diante A equipe da Infra é responsável pela infraestrutura de toda a ação e dentro dela a cozinha. Ponto.

Chocolate: Em relação a questão da definição. Bom, o planejamento se dá a partir da tomada de decisão da ação. Nesse caso, vamos pegar como exemplo a nossa última Marcha, ali para 5000 pessoas. O planejamento existe a partir de uma dinâmica que cada um vai seguir a sua tarefa. É verdade que existe um grupo grande de militantes com afinidades em todas as áreas e não é diferente na cozinha, que aí se enquadra o Carlão que tem uma característica lá no Rio. Mas, existe um grupo, em nível Nacional, dentro dessa equipe da Infra, que se debruçou e vem acumulando experiências nessa questão da culinária. E nesse caso, eu me enquadrando aí dentro como um dos coordenadores que coordena os outros. E os demais também, tipo assim, são vários companheiros, não é tanto, mas nós somos aí em torno de uns três ou quatro que tem características diferentes, e que nós nos somamos para organizar a cozinha. Aí tem indivíduos que tem muita habilidade nessa questão das compras, de companheiros que tem habilidades na dinâmica da Infra de criar os espaços e tem os que tem habilidade na área de coordenar na elaboração da alimentação, que é o meu caso. Então essa equipe senta e a partir da definição vai dar andamento. Pra você ter ideia, o cardápio não é o primeiro que vem. O primeiro que vem é a característica da ação, que nesse caso, como era uma ação rápida, nós fizemos um cardápio enxuto, embora você tenha já falado que não era tão enxuto quanto parece, mas ele é um cardápio que considerava a ação rápida, que foi a Marcha, 5 dias, então a gente não iria criar uma super mega estrutura, mas que tinha condição de alimentar esse grupo. Então, o cardápio vem a partir desse olhar, da ação que se quer, e o tempo que se quer. Bom, com isso nós fomos atrás do que nós tínhamos nas nossas bases, digamos assim, o que nós temos de produtos. E você vai ver ali que foram os perecíveis, tudo o resto nós trouxemos dos assentamentos da Reforma Agrária dos Estados e inclusive permitiu um cardápio muito interessante, bem representadas as regiões e que isso permitiu com que a Marcha como um todo fosse alimentada com características regionalizadas. E nós terminamos nessa condição, sempre, por exemplo, considerando por conta da dificuldade de transitar, muito mais do que outra coisa, comprando os que são perecíveis, tipo carne, essas coisas mais que a gente não consegue carregar por conta da legislação, não que nós não produzimos. Mas nós montamos, inclusive, um caminhão frigorífico e aí os estados trazem a condição econômica e a gente adquire no local essa questão mais da carne basicamente. O resto a gente traz tudo.

Chocolate: A questão dos utensílios e aí eu poderia colocar tudo num bloco só, os equipamentos, esse mesmo grupo de coordenação geral é quem quantifica. Então eu e mais uns meninos ali, Tiago, principalmente, que é um camarada que tem essa tarefa, é um pedagogo, mas que tem uma característica muito interessante na área de quantificação também, nós quantificamos. Hoje, em nível Nacional nós temos uma estrutura que, por exemplo, 80% agora da nossa cozinha já é com base nessa infraestrutura. Nós temos fogões industriais, quantificamos as panelas, tudo o que precisa nós quantificamos. E aí nós fomos comprando. Nós temos hoje uma cozinha digamos assim pra as nossas condições, bem interessante. Que é pra gente ter isso. E, parte dos estados trazem, daquilo que a gente não tinha os estados trouxeram pra gente complementar. Cada um marca o seu e depois leva embora de volta. Isso nós fomos comprando e aí nós quantificamos tudo: o material higiênico, tudo que tu imaginar de utensílios a gente foi quantificando e comprando. Faz uma primeira compra e a partir daí a gente vai vendo o que compra mais para garantir que não falte, mas que também não sobre no final pra gente ter uma condição exata de gastar o menos possível nessas coisas. Mas a gente tem hoje um aparato muito interessante. Tem estados que também já tem suas cozinhas até porque vai se especializando, vai prestando serviços, vai estruturando o estado.

Chocolate: Dentro desse grupo que eu te falo, que nós somos em torno de umas três ou quatro pessoas, a gente se divide em tarefas. Por exemplo, o Tiago é o cara das compras, que faz a ponta pra fora, geralmente porque ele que conhece os locais onde a gente mais transita, então ele faz isso e também ajuda interno. Nós nos somamos a um camarada rascunho, que é do setor de produção, que fez a relação da produção com os estados pra montar um almoxarifado, de estoque, de comida, nossa CEASINHA. Então ele combinou isso com os estados, depois se somam mais companheiros que ficaram coordenando esses espaços pra gente ter noção do que tem ali, pra com isso ir construindo o cardápio. E eu propriamente dito fico dentro do espaço da cozinha, a minha tarefa é ficar dentro do espaço da cozinha para criar a dinâmica de atuação do grupo. Esse grupo que nós trabalhamos agora era de sessenta pessoas em média. Nós montamos dois turnos e nós trabalhávamos vinte e quatro horas com dois grupos. Dentro do grupo a gente foi subdividindo por atividades, e isso você sabe, então tem um grupo que ficou só no arroz, tinha um grupo que ficava nas carnes e no feijão e outro grupo na higienização dos utensílios usados ali. Como é pouco utensílio tu tem que ir usando e lavando e usando de volta para poder ter condição da elaboração da quantia. Na prática são três grupos. E um outro grupo que é o grupo do café. Esses grupos se revezavam por turnos, cada grupo desses tinha suas coordenações, porque eles já vêm propriamente estruturados, nesse caso por cada coluna da marcha vem um grupo que tinha suas referências. Essas referências se reportam a minha pessoa, eu me reporto a eles, a gente vai acompanhando e outras pessoas que também acompanhavam. Tinha a Carla que acompanhou o período da noite. E nesse caso a gente acompanha a atividade que é propriamente discutida antes, a gente faz uma ou duas reuniões para definir o geral e depois é mão na obra. É mais observar e ajustando o que não combina. Mas, a distribuição se dá desse jeito. Dessa coordenação geral se distribui por tarefas gerais que é responsabilidade e dentro do espaço da cozinha fica mais restrito a minha pessoa.

Chocolate: Em relação aos cuidados gerais é aquelas orientações que a gente vai aprendendo e que estão elaboradas em tudo o que é canto né. Por exemplo, no espaço da elaboração dos alimentos a gente cria normas, tipo, é proibido andar sem proteção no cabelo, seja boné ou touca, e a gente sempre tenta estar com touquinha para todo mundo, pra determinadas funções luva pra evitar a contaminação do alimento. Se alguém tem algum tipo de princípio de virose, bactéria, começa espirrar a gente sempre tem as máscaras para evitar a contaminação. E geralmente a orientação é que todos usem, mas tem pessoas que não gostam de usar, se sentem mal. Mas quem está com algum tipo de virose ou possibilidade usa para evitar contaminação de bactérias, essas coisas todas. E afora disso aquelas outras questões, bom, no espaço de elaboração é expressamente proibido fumar, qualquer outra coisa desse gênero. Nesse espaço só fica quem está em atividade de trabalho, até porque circula bastante pessoas. Nós evitamos, por exemplo, inclusive que as pessoas se alimentem no espaço de elaboração. Criamos um espaço de refeitório separado, por dois motivos: um pra criar um espaço da pessoa se desligar daquilo, o outro pela própria condição de não ficar

comendo e salivando e a saliva trás bactérias e aí por diante e a gente acha que isso não é adequado. E esse é o básico e aquele outro cuidado que é higiene pessoal e aí por diante, a higienização do espaço que no caso agora nós fazíamos duas a três higienizações por dia, que é o básico para você evitar qualquer coisa. E o restante as fotos vão mostrando. É do nosso jeito mesmo.

Chocolate: Do acampamento em geral que tu me pergunta numa das questões ali. Ai lá sim tem várias equipes que estão dentro de uma dinâmica da Marcha. Tu tens Ciranda Infantil, tu tens Saúde, tu tens a equipe de metodologia e conteúdo que cria os espaços para estudar, a Saúde cuida do pessoal, a Ciranda Infantil cuida das crianças. Tu tens uma equipe de Infraestrutura que monta e desmonta os barracos que ficam pra trás e que vão para frente para as pessoas que vão chegando da caminhada tá com tudo isso montado. Tu tens uma equipe de disciplina e segurança que cuida, inclusive, é quem projeta os trajetos de caminhada, cuida do deslocamento, cuida da saída, da chegada, do trânsito, dessa coisa toda. Além disso tu tens a coordenação política, que é um por estado, que é quem senta, toma as decisões, revê o planejado, replaneja de volta, que os demais vão cumprindo. Dentro desses espaços, bom, tem os espaços masculinos, espaços femininos que são os espaços de higienização mais pessoal. Mas, a coisa do banho é água no baldinho que cada um pega o seu e toma. Os banheiros dessa vez nós conseguimos os químicos que acompanha, que monta e desmonta. O geral é isso né. E aí tu vai ter a equipe de comunicação, a equipe de mística, todas as equipes que são necessárias de agitação e propaganda pra criar visibilidade e coordenação dessa ação, que é uma ação que tem que ser, digamos assim, bem planejada para minimizar a potencialidade dos riscos e, mais que os riscos, dela não atingir o seu objeto final, que nesse caso na ultima nossa atividade creio que atingimos. De forma geral eu acredito que é isso que você me pede ali nas tuas anotações. E não sendo, você dá uma olhada e ouve os áudios e tendo alguma outra questão que você queira mais me perguntar, ai você fica a vontade e vai me perguntando, mas eu creio que isto já te dá elementos para aquilo que tu me perguntastes nas falas mais gerais em relação a ação. Eu tô te falando daquela ação de forma bem simplificada e creio que te dá elementos para tu entender que o planejamento, nesse caso é determinado pelo todo, então já existe planejamento, a cozinha se soma nesse planejamento, então ela já tem um objeto, já tem uma definição, já tem os tempos. Inclusive os tempos de alimentação são determinados pelo fluxo da Marcha. Pra você ter uma ideia o café nós começávamos a organizar à meia noite pra entregar entre 4h30 e 5h na Marcha, para o pessoal já estar marchando as 6h. O que nós fazíamos era organizar o pãozinho, cortar o queijo, a mortadela e mais alguma coisa dentro, e o pessoal fazia o café, o líquido direto na coluna para facilitar a vida e permitir não ter que transitar com, pois nós não tínhamos vasilha. E isso não quer dizer que funcione como um relóginho. Teve o primeiro dia que nós entregamos a janta 10 h (22h), o almoço as 2 ou 3h da tarde, mas depois tu vais organizando passos, tempos, tu consegue organizar pra que nesse tempo a gente consiga avançar no planejamento da cozinha nos tempos, pra poder ganhar o tempo necessário pra tu aprontar antes pra chegar no tempo exato da Marcha. E sempre vai ter coisas pra ir ajustando. Às vezes a gente acerta todas, às vezes a gente erra algumas, mas de forma geral a gente conseguiu atingir o objetivo de alimentar todo mundo e chegar saudável. Não tivemos nenhum tipo de intoxicação decorrência da alimentação, não teve nenhum registro de problema com alimentação na atividade. Isso significa que a gente conseguiu acumular algumas questões em relação ao uso de tempero, de cuidados na elaboração, que permite com que a alimentação chegue numa condição saudável e as pessoas além de se alimentarem, não tenham problemas de intoxicação ou de infecção intestinal decorrência desse alimento. Que isso é um mérito, que tu deve saber mais do que eu, que é algo que é relevante dentro de uma condição de produzir alimento para um grupo tão grande num período de uma semana e isso se tivesse algum problema poderia estourar por ali e que todos foram bem. Creio que é isso. Qualquer coisa estamos por aí. Estamos à disposição.

Marta: Agradeço muito por todas as suas explicações. Mas ainda fiquei com uma dúvida. Você falou em compras, isso envolve dinheiro. Isso é comprado dos assentamentos, como funciona isso?

Chocolate: Muito bem, vamos lá! Quando eu falo em comprar eu tô falando daqueles insumos que nós não produzimos, por exemplo: material higiênico, de higienização, o próprio material necessário para a

cozinha, infraestrutura e principalmente, nesse caso, por exemplo, nós não montamos estrutura para fazer pão. Nós trouxemos o queijo, mas não fizemos pão. Então nós comprávamos o pão, a carne. Se tratando da Marcha agora, até por conta daquilo que já te falei antes. Quando eu falo nessas compras eu estou falando num volume significativo. Pra você ter uma ideia, é coisa de oito mil, nove mil reais por dia era a quantia necessária entre organizar café e mistura e alguma coisinha mais para garantir a condição da Marcha. E esse valor é um monte de dinheiro. Quando você divide esse valor pelo número de pessoas vai dar menos de quatro reais por pessoa/dia. Você não toma um cafezinho com esse valor. Isso é subdividido pelos estados que estão participando da Marcha. Cada um faz a sua coleta lá, cria suas condições e repassa pra gente que operacionaliza e faz as compras com esse dinheiro. Na prática isso é auto sustentação mesmo. É ação, todo mundo vem preparado para a ação, sabe que vai ter um custo, todo mundo sabe que o custo é uma consequência da ação, né? A nossa tarefa é dentro disso diminuir esse custo o máximo possível e os estados dão sua contribuição. Aqueles que têm uma condição um pouco melhor contribuem um pouco mais outros menos, mas em suma não falta para ninguém. E esse foi um dos méritos nosso de ter uma cozinha coletiva agora que permitiu que todos acessassem as mesmas condições de alimentação, nos mesmos tempos, com as mesmas misturas, tudo a mesma coisa. Claro que respeitando a regionalidade nos temperos e tudo mais, mas o insumo básico era tudo igual, dado essa complexidade de coletivizar tudo. Quando eu falo em compras, estou falando em compras propriamente dita e quem arca com isso são os estados e geralmente isso é dividido pelo número de pessoas que cada estado tem. Tinha estado que tinha 100 pessoas e tinha estado que tinha 2000 pessoas. Então, pelo número e pela condição isso acontece. Tá bem? Entendeu?

Marta: Muito obrigada!